

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 11
VOLUME 11
NÚMERO 1

2017

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2017

Ano 11

Volume 11

Número 1



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 11, v. 11, n. 1.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2017.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaeli

Hiram Alem

Valtair A. Miranda

Vítor Luiz Silva de Almeida

Montagem e projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Escultura de posição sexual do Templo Mukteswar, em Odisha, Índia.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 11 – Volume 11 – Número 1 – jun/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Wallace dos Santos de Moraes

EDITOR RESPONSÁVEL

Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Murilo Sebe Bon Meihy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Hiram Alem (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Valtair A. Miranda (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Vitor Luiz Silva de Almeida (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

Artigos

O KAMA SUTRA E OUTRAS TÉCNICAS ORIENTAIS: ENTRE O TRADICIONAL E O RESSIGNIFICADO 07

THE BOOK “KAMA SUTRA E OUTRAS TÉCNICAS ORIENTAIS”: THE BANALIZATION OF THE EAST

Felipe Salvador Weissheimer, Marlene de Fáveri

UM ESTUDO COMPARATIVO DO PODER SENHORIAL-EPISCOPAL EM CASTELA E LEÃO NO SÉCULO XII 41

A COMPARATIVE STUDY OF THE SEIGNEURIAL-EPISCOPAL POWER IN CASTILE AND LEON IN THE 12TH CENTURY

Bruno Gonçalves Alvaro

A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A PRODUÇÃO ARTÍSTICO – LITERÁRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE ARTE DE SÃO MIGUEL PAULISTA NOS ANOS 1970-1980 77

THE URBANIZATION OF THE CITY OF SÃO PAULO AND THE ARTISTIC PRODUCTION – THE POPULAR MOVEMENT OF LITERARY ART OF SÃO MIGUEL PAULISTA IN THE YERS 1970-1980

Valdemir Bueno Camargo, Antonio Celso Ferreira

ARGENTINA, BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO SÉCULO XX: UM ESTUDO A PARTIR DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) E DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA) 102

ARGENTINA, BRAZIL AND CHANGES IN AGRICULTURE OF 20TH CENTURY: A STUDY FROM THE FOUNDATION OF INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) AND EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Cristina de Campos, Jefferson de Lara Sanches Junior

MAPPING FEMINISM: A BRIEF ESSAY AND COMPARISON OF THE FORMS OF FEMINISMS ON THE ROAD 129

MAPEANDO O FEMINISMO: UM BREVE ENSAIO E COMPARAÇÃO SOBRE AS DIFERENTES FACES DO FEMINISMO PELO MUNDO

Gabriela Cavalheiro

MÚLTIPLAS E MÓVEIS CARACTERIZAÇÕES: (RE)PENSANDO AS IDENTIDADES DAS BAIANAS E BAIANOS DE ACARAJÉ 143

MULTIPLE AND MOBILE CHARACTERIZATIONS: (RE)THINKING THE IDENTITIES OF BAIANAS AND BAIANOS DE ACARAJÉ

Milton Bernardes Junior

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DA
PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: NEOLIBERALISMO E
TRANSNACIONALIZAÇÃO 195**

TRANSNACIONALIZATION OF SOCIAL MOVEMENTS IN THE ERA OF GLOBALIZATION OF
THE CAPITAL AND LABOUR PRECARIZATION

Fabiana Scoleso

**AS CRÔNICAS MEDIEVAIS COMO FONTE DE PESQUISA: UMA ANÁLISE COMPARADA
DE DUAS EDIÇÕES DA CRÔNICA DE ALFONSO X 226**

MEDIEVAL CHRONICALS AS SOURCE OF RESEARCH: A COMPARATIVE ANALYSIS OF TWO
EDITIONS OF CRÔNICA DE ALFONSO X

Jaime Estevão dos Reis; Luiz Augusto Oliveira Ribeiro

Resenha

**ROSSI, AMANDA. MOÇAMBIQUE O BRASIL É AQUI: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS
NEGÓCIOS BRASILEIROS NA ÁFRICA. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2015, 405 P., FOTOS,
MAPAS 246**

Fernanda Gallo



O KAMA SUTRA E OUTRAS TÉCNICAS ORIENTAIS: ENTRE O TRADICIONAL E O RESSIGNIFICADO

Felipe Salvador Weissheimer¹

Programa de Pós-graduação em História
Universidade do Estado de Santa Catarina

Marlene de Fáveri²

Faculdade de Educação
Universidade do Estado de Santa Catarina

Recebido: 07/02/2017

Aprovado: 28/05/2017

Resumo: Este artigo apresenta o resultado de algumas análises comparativas entre o livro *O Kama Sutra e outras técnicas orientais* (2005), escrito por Alicia Gallotti, em relação a obras contemporâneas que se referem, numa perspectiva tradicional, as denominadas “tradições orientais”, presentes na obra de Gallotti. Mesmo construindo um discurso sobre o Oriente, sob o signo das técnicas orientais, o livro *Kama Sutra e outras técnicas orientais* é um verdadeiro “quebra-cabeça” embaralhado, com citações esparsas sobre as tradições do Kama Sutra, do Tantrismo, da Ayurveda, do Taoismo chinês e do Reiki budista. Por isso, efetivamos um trabalho indiciário de investigação, juntando as peças desse “quebra-cabeça” discursivo para, posteriormente, analisá-lo e, conseqüentemente, apresentar uma visão geral sobre as representações construídas por Alicia Gallotti.

Palavras-chave: Orientalismo; Alicia Gallotti; Kama Sutra.

THE BOOK “KAMA SUTRA E OUTRAS TÉCNICAS ORIENTAIS”: THE BANALIZATION OF THE EAST

Abstract: This article presents the results of some comparative analyzes between the book *O Kama Sutra e outras técnicas orientais* (2005), written by Alicia Gallotti, in relation to contemporary works that refer, in a traditional perspective, the denominated "oriental traditions" Present in the work of Gallotti. Even constructing a discourse on the East, under the sign of Oriental techniques, the book *O Kama Sutra e outras técnicas orientais* is a real jumbled “puzzle”, with sparse quotations on the traditions of the Kama Sutra, Tantrism, Ayurveda, Chinese Taoism and Buddhist Reiki. For this reason, we carried out an investigative work of investigation, joining the pieces of this discursive “puzzle” to later analyze it and, consequently, present an overview of the representations constructed by Alicia Gallotti.

Keywords: Orientalism; Alicia Gallotti; Kama Sutra.

Introdução

Sem dúvida, um dos temas que mais simbolizam os Kama Sutras é o Oriente. Em Gallotti, este Oriente é caracterizado como voluptuoso, exótico, cativante,

¹ E-mail: felipe.s.w@hotmail.com.

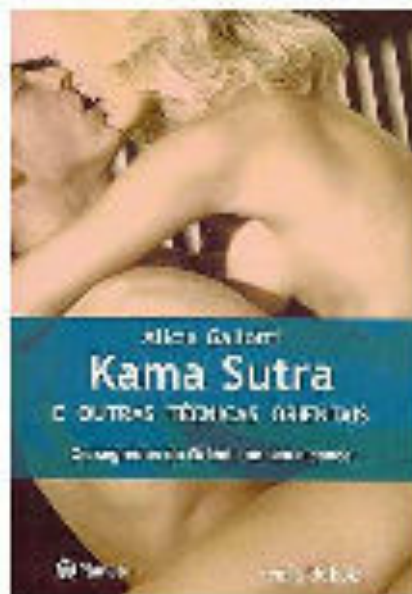
² E-mail: mfaveri@terra.com.br.

sugestivo, inspirador e, por vezes, hipnótico; caricaturado com fantasias sexuais compostas por enredos que sugerem o uso das “calmantes músicas orientais”, de incensos, de penas das aves e plumas, além de ornamentos como almofadas de seda e veludo, bem como dos “luxuriosos tapetes orientais”. Por exemplo, em nenhum momento, ela considerou os dilemas vivenciados naquela realidade, tais como a penúria da população, a matança das jovens por motivos torpes, as violências sexuais, os casamentos endogâmicos das castas arranjados entre as famílias desde tenra idade dos noivos, entre tantos outros.

Formada em Letras e Filosofia pela Universidade de Buenos Aires (Argentina), Alicia Gallotti obteve destaque no mercado editorial como periodista em diversos veículos de comunicação pelo mundo e escritora de livros com conselhos e sugestões nas áreas matrimoniais, sexuais, na pedagogia sexual de crianças e jovens, entre outros. A sexologia, neste aspecto, é um campo no qual Gallotti não possui uma formação específica na área da saúde; sendo que, mesmo assim, podemos observar o uso de recursos discursivos provenientes do campo da sexologia.

Dentre as obras de Gallotti, que, no Brasil, já somam nove versões com o título “Kama Sutras”, a que mais explora a temática sobre o Oriente é o livro *Kama Sutra e outras técnicas orientais: os segredos do Oriente ao seu alcance*, publicado no Brasil em 2005, pela editora Planeta do Brasil. Segundo dados da Agência Brasileira do ISBN,³ o livro se encontra na primeira edição; impresso, também, na versão *pocket* (livro de bolso, em tamanho reduzido). Supomos que, embora não conste, no livro, a tiragem de impressões, se comparado com as outras versões dos Kama Sutras da autora, o *Kama Sutra e outras técnicas orientais* obteve pouco sucesso de vendas, sobretudo por ainda não passar da primeira edição.

³ AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN. Disponível em: <<http://www.isbn.br/website/consulta/cadastro>>. Acesso em: 01 de jan. 2016.



Capa do livro.⁴

Embora não tenha uma tiragem expressiva, este livro, se comparado com os demais Kama Sutras publicados pela autora, é o que mais possui elementos discursivos sobre a temática oriental. Portanto, é um livro que possui subsídios discursivos que possibilitam entendermos de forma minuciosa as representações sobre o Oriente construídas pela autora e que, em certa medida, possibilitam compreendermos o que, de fato, é o Oriente para Alicia Gallotti.

No *Kama Sutra e outras técnicas orientais*, sob o signo chamariz das “técnicas orientais”, há uma confusão de tradições muito distintas. Segundo a autora, o “livro contém, entre outros aspectos, uma síntese do kama sutra, taoísmo, tantrismo, Reiki e outras técnicas semelhantes de massagem aiurvédica”;⁵ além dessas, há citações esparsas de outras práticas de inspiração cultural japonesa, tribos asiáticas, indígenas e africanas. Mas, de qualquer forma, dentre as culturas citadas, é sobre o Oriente que Gallotti dedicou, neste livro, os esforços de sua construção narrativa.

Buscamos efetivar uma análise indiciária sobre o conhecimento da autora sobre as culturas orientais, percebendo vestígios em seu discurso sobre suas experiências acerca da temática. Em entrevista à *Calibuenanota*, periódico

⁴ Fonte: GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas orientais**: os segredos do Oriente ao seu alcance. Tradução de J. Nogueira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

⁵ Ibidem. p. 11.

eletrônico da Colômbia, disponível no sítio eletrônico da autora, em novembro de 2005, Gallotti, questionada como chegou ao tema do Kama Sutra em seus livros, relatou que:

Siempre el sexo concentro mi atención. Desde la pubertad. Tuve la suerte de tener un padrastro muy culto, y que tenía una cierta obsesión con el tema sexual. Era médico. Tenía un ejemplar maravilloso del Kama-sutra. Pude ver esta versión, que era muy completa. Me llamó la atención su ideología.⁶

Além do relatado acima, em nenhum momento, nos materiais disponíveis sobre a autora, há narrativas de viagens, tampouco há referências a pessoas ou experiências de contatos que ancorem de forma declarada suas afirmações sobre o Oriente. Desta forma, o que observamos, sobretudo a partir dos relatos de Gallotti sobre as formas pelas quais ela construiu o discurso de seus livros, sua experiência com o Oriente foi a partir da leitura. O único título de um livro oriental mencionado em suas diversas obras, entrevistas, reportagens e artigos, e que faz alguma referência às culturas orientais, foi o Kama Sutra de Vatsyayana. Também, em nenhuma de suas obras, embora trate de temas com referências ao Oriente, há a citação de outras referências bibliográficas. Assim, podemos afirmar que ela não teve uma experiência com o Oriente, mas sobre o Oriente; afinal de contas, sua experiência foi mediada pela leitura.

A partir das informações que observamos nas fontes utilizadas nesta pesquisa – que compreendem as obras de Alicia Gallotti, além de um acervo de dezenas de entrevistas, reportagens e artigos que a autora produziu em diversos meios de comunicação pelo mundo –, as representações sobre o Oriente da autora não são etnográficas. Uma das bases do trabalho etnográfico é o trabalho de campo, método, por excelência, utilizado por antropólogos para observar as práticas culturais de um grupo social para descobrir seus significados e sistemas de representação. Ou seja, ela não efetivou uma observação direta das práticas culturais representadas por ela – tampouco entrevistas com algum(ns) “típico(s) oriental(is)” – num contato intersubjetivo de coleta de dados experienciado por ela sobre as práticas culturais narradas.

⁶ GALLOTTI, Alicia. Disponível em: <<http://www.aliciagallotti.com/prensa.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

De qualquer forma, pensamos que, em função do caráter subjetivo, qualquer descrição sobre práticas culturais é passível de questionamentos. Conforme destacou o historiador Roger Chartier⁷ toda análise cultural deve levar em conta a irredutibilidade da experiência ao discurso. Ou seja, o que podemos considerar, a partir da assertiva do historiador, é que o discurso não é o fenômeno cultural propriamente dito, mas uma apropriação deste fenômeno, intermediado pela experiência – subjetiva – daquele que o narra. Assim, é importante destacarmos que os discursos de Gallotti sobre o Oriente são apenas representações sobre o mesmo, de suas práticas culturais, sobretudo ligadas à atividade sexual. Desta forma, relacionando estas considerações sobre as relações entre os fenômenos culturais e a narração destes fenômenos, observamos que as representações sobre o Oriente de Gallotti foram constituídas a partir das suas experiências, leituras e interpretações; e são sobre essas representações que detemos nossas análises neste Capítulo.

Para tanto, em nossas análises, utilizamos alguns textos de referência sobre sexualidade das tradições citadas por ela; embora, como sabemos, ao longo do tempo, essas tradições tenham sofrido modificações. Sobre o *Kama Sutra*,⁸ utilizamos a obra de Vatsyayana e do *Código de Manu*,⁹ que influenciou de forma expressiva a composição da obra de Vatsyayana; no caso do Reiki budista, utilizamos a obra *Manual de Reiki do Dr. Mikao Usui*,¹⁰ que apresenta os

⁷ CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 179-192, 1995.

⁸ VATSYAYANA. **Kama-sutras**. O mais completo tratado sexual do oriente. Vls 01-02. Rio de Janeiro: Skorprios, s/d; VATSYAYANA. **The Kama sutra of Vatsyayana**. Translated by Sir Richard Francis Burton and F. F. Arbuthnot. Edited with a preface by W. G. Archer. Introduction by K. M. Panikkar. London: George Allen and Unwin Ltd, 1963.; VATSYAYANA. **Le Kama Soutra**. Théologie Hindoue. Regles de l'amour de Vatsyayana (morale des brahmanes). Traduit par E. Lamairesse (ancien ingénieur en chef des établissements français dans l'inde. Paris: Georges Carré Éditeur, 1891.; VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.; VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Tradução de Eduardo de Noronha. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.; VATSYAYANA. **Kama Sutra**. Tradução do sânscrito de Daniel Moreira Miranda e Juliana Di Fiori Pondian. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

⁹ MANU. **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945.; RIG VEDA. *In*: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodré Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 27-54.; UPANISHADS. *In*: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodré Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 55-88.

¹⁰ PETTER, Frank A.; USUI, Mikao. **Manual de Reiki do Dr. Mikao Usui**. 9ª edição. São Paulo: Pensamento, 2007.

pressupostos fundamentais da tradição; Acerca do taoísmo, utilizamos tanto o livro *Primeiro tratado chinês do amor*,¹¹ que foi escrito tendo por base os ensinamentos do Imperador Huang Ti, além de descrições das praticantes de uma seita de cortesãs taoístas presentes no livro *Os ensinamentos sexuais da tigresa branca*,¹² que possibilitou efetivarmos um contraponto de análise sobre as relações de gênero sobre a referida tradição; Já do tantrismo, nos utilizamos do *Ananga Ranga*,¹³ do livro *Mitologia hindu: o universo de deuses e mitos da Índia*¹⁴ que apresenta algumas informações sobre o mito de Shiva e Parvati, e do livro *Tantra: sexualidade e espiritualidade*¹⁵ de Georg Feuerstein que é um livro tradicional, porém contemporâneo, e que também problematiza alguns aspectos do tantrismo na atualidade; Por fim, da medicina ayurvédica, nos utilizamos do livro *A tradição do Ayurveda*,¹⁶ que é o resultado de uma tese de doutorado em Medicina Social, escrita por Anderson Moreira da Rocha e do livro *Ayurveda: a ciência da longa vida*,¹⁷ que foi escrito por Edson D'Angelo e Janner Rangel Côrtes.

É importante destacar que, se visto de um modo geral, o que une essas tradições não é um posicionamento unívoco sobre o sexo, pois cada uma interpreta a sexualidade humana de forma peculiar, com semelhanças e diferenças entre si. O que as une é o fato dessas tradições apresentarem uma interpretação diferente das presentes na cultura ocidental. E, logicamente, estarem, geograficamente delimitadas pelas “fronteiras orientais”.

De qualquer forma, Gallotti afirmou que o seu livro *Kama Sutra e outras técnicas orientais* é uma síntese dessas tradições e práticas culturais. No entanto, destacou que o que se pretendia com o livro:

Não é seguir e aplicar as complicadas regras próprias de outras culturas, que seriam demasiadamente estranhas para nós, mas sim aproveitar o

¹¹ TSUNG, Liéou. **Primeiro tratado chinês do amor**. Intax Ltda, s/d.

¹² HSI, Lai. **Os ensinamentos sexuais da Tigresa Branca**: segredos das mestras taoístas. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Aquariana, 2004.

¹³ MALLA, Kalyana. **Ananga-ranga**. Tradução de Olívio Tavares de Araújo. Brasília: Brasília, s/d.

¹⁴ SARASWATI, Aghorananda. **Mitologia hindu**: o universo de deuses e mitos da Índia. São Paulo: Madras, 2007.

¹⁵ FEUERSTEIN, Georg. **Tantra**: sexualidade e espiritualidade. Tradução de Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2001.

¹⁶ ROCHA, Anderson Moreira da. **A tradição do ayurveda**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2010.

¹⁷ CÔRTEZ, Janner Rangel; D'ANGELO, Edson. **Ayurveda**: a ciência da longa vida. São Paulo: Madras, 2008.

melhor que elas possam oferecer na atualidade aos homens e às mulheres desejosos de estimular a sua libido e gozar, sem inibições e com a mais intensa criatividade, esse manancial inesgotável de prazer que é o sexo.¹⁸

Esta forma de adaptação das práticas culturais ligadas à atividade sexual, em função de ser, em sua origem, “demasiadamente estranhas aos ocidentais”, foi denominada por ela de “técnicas neo-orientais”.¹⁹ Assim, também, de um modo geral, nos nove *Kama Sutas* (pela apropriação do título do antigo livro indiano) – mas, de modo especial, na obra *Kama Sutra e outras técnicas orientais* – são formas de ressignificação simplificada que não coincidem com a complexidade de princípios e crenças presentes nas práticas culturais das tradições abordadas, e se constituem em representações parciais (ou uma espécie de discurso ficcional) sobre o Oriente.

Este “Oriente exótico”, por ser, segundo ela, portador de conhecimentos sublimes sobre o sexo e o erotismo, caracteriza o discurso da autora como uma fonte de dispersão daquilo que poderíamos definir como uma “geografia imaginada”. Uma das características das “geografias imaginadas” é a representação simbolicamente baseada na ideia de um povo, uma cultura pura e original, geograficamente localizada e delimitada por fronteiras, tanto físicas quanto culturais. Estes discursos atuam, dentre outros fatores, como fontes de significados culturais, focos de identificação e diferenciação e sistemas de representação.

Muito mais que escrever sobre o Oriente, a “geografia imaginada” de Gallotti foi um subterfúgio discursivo utilizado para refletir sobre o próprio Ocidente: sua moral, seus sistemas de representação e suas práticas culturais. Ou seja, a partir da sua “geografia imaginada” (tendo, neste caso, o *Kama Sutra* como referência, em função dos títulos das obras) Gallotti criou uma representação sobre o Oriente com um efeito discursivo de considerável estímulo sobre as disposições afetivas dos seus leitores ocidentais.

É válido destacar que o discurso de Gallotti refere-se às práticas culturais ligadas ao sexo, presente em tradições de caráter místico, esotérico e religioso. Assim, com base em Danièle Hervieu-Léger, doutora em sociologia das religiões,

¹⁸ GALLOTTI, Alicia. *Kama Sutra e outras técnicas...* Op. Cit., p. 12.

¹⁹ Idem.

consideramos que, de um modo geral, toda tradição é “um universo de significações coletivas no qual as experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos no caos são reportadas a uma ordem imutável, necessária e preexistente aos indivíduos e aos grupos”; e acrescentou, ainda, sobre a ordem imutável de significações coletivas, que o que define, principalmente, a tradição “é que ela confere ao passado uma autoridade transcendente”.²⁰ Desta forma, é um movimento contínuo das tradições se remeterem a um passado para preservar elementos fundamentais, aquilo que é “tradicional”. Desta forma, uma memória que referencia o passado – que, nas nossas fontes, são preservadas a partir de livros – é um elemento indispensável, para se preservar a “essência” das tradições. Em suma, a memória é o capital simbólico que confere a autoridade das tradições: uma memória que descreve o que é tradicional e que age constantemente sobre seus praticantes a fim de preservar as práticas “genuinamente tradicionais”. Já em termos semânticos, o conceito de tradição pode significar aquilo que é antigo; um conjunto de prescrições, normas ou dogmas praticados por um grupo; e/ou aquilo que seria “verdadeiro” e “tradicional”, em contraposição às práticas que destoam das praticadas pela tradição.

Referenciando Hervieu-Léger em seus trabalhos, o antropólogo Joel Candau, que desenvolve pesquisas sobre antropologia sensorial e cognitiva no Laboratório de Antropologia e Sociologia, Memória, Identidade e Cognição Social na Universidade de Nice-Sophia, na França, se preocupou em explicar as formas pelas quais as tradições criam práticas discursivas e não discursivas que incidem de maneira efetiva sobre a constituição das identidades individuais, a partir de sistemas simbólicos compartilhados coletivamente. Ele conceituou que, no processo de transmissão do universo de significações coletivas, o recurso da memória escrita é um elemento fundamental. Mas, também, há uma “protomemória” que se transmite a partir de hábitos, condutas e comportamentos herdados, que é, segundo ele, “imaneente a toda a vida social e a todo processo de aculturação. Ela se constitui por dispositivos e disposições inscritas no corpo. Podendo determinar atitudes e condutas, a transmissão

²⁰ HERVIEU-LÉGER *apud* CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 121.

protomemorial se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária, advém da imersão na sociedade”.²¹

A partir destes pressupostos, observamos que as tradições que analisamos neste Capítulo advogam uma autoridade a partir de uma memória presente nos textos clássicos. Já nos discursos de Gallotti, a narrativa é construída a partir de uma protomemória (num sentido antropológico de descrição das práticas sexuais), sem uma fundamentação bibliográfica (de memória) consistente; uma protomemória não experienciada pela autora a partir de uma iniciação tradicional, características que fazem com que ela, em termos de representação, não seja reconhecida como uma fala autorizada investida de um poder simbólico tradicional. Destarte, Gallotti não advoga um poder simbólico tradicional para si; mas, uma “fala autorizada” investida de um conhecimento sobre o Oriente, que, como analisamos, não coincide diretamente com os discursos tradicionais. Assim, um dos motes de análise, presente neste artigo, foi construído tendo por referência os deslizamentos de sentidos que se fazem evidentes numa análise comparativa entre o “tradicional” e o “adaptado”.

A transgressão da moralidade hindu

No que se refere à abordagem culturalista da autora sobre a sexualidade, é importante destacar que, em nenhum momento, Gallotti considerou a existência dos tabus sexuais da modernidade ocidental nas práticas sexuais do Oriente, pois, segundo ela, “os textos orientais foram escritos com uma liberdade impressionante para a época, mostrando uma prática da sexualidade que destrói todos os tabus que ainda existem agora, mesmo nas sociedades mais modernas”.²² Essas afirmações parecem contraditórias se as relacionarmos com o *Código de Manu*, que é um dos livros mais importantes dentro da tradição hindu; inclusive, reverenciado por vários segmentos da tradição, pois é ele quem sistematizou, sob um código de

²¹ CANDAU, Joel. Op. Cit., p. 119.

²² GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas...** Op. Cit., p. 39.

leis, o sistema de castas dentro da sociedade indiana. Conforme consta na versão que utilizamos, a data em que o livro foi redigido é desconhecida.²³

As condutas sociais baseadas nas castas é um pressuposto da tradição hindu presente na *Shruti* (Sagrada Escritura). A *Shruti* é um bloco que compõe o cânone literário hindu referente aos quatro principais *Vedas* (livros sagrados) do hinduísmo, a saber: o *Rig-Veda*, *Sama Veda*, *Yajur Veda* e *Atharva Veda*. Numa análise minuciosa, constatamos que as condutas sociais a partir da divisão da sociedade em castas está presente e foi representada de forma mítica na *Shruti* desde o primeiro livro dos *Vedas*, o *Rig-Veda*. Nos *Upanishads*, que são textos que também compõem a *Shruti*, está escrito que “no princípio só havia o Ser na forma de uma pessoa (Purusha)”.²⁴ E, segundo o mito do *Rig-Veda*, foi com a morte de Purusha, e sua conseqüente dilaceração, que surgiram as quatro castas: “quando dividiram Purusha, em quantas porções o fizeram? A que lhe chamam a bôca, os braços? A que lhe chamam as coxas, os pés? O Brama era a bôca, de ambos os braços foi feito o Rājanya. As coxas se transformaram em Vaisya, dos pés se produziu a Sudra”.²⁵ Desta dilaceração-sacrifício primordial de Purusha surgiu, segundo o mito, a primeira casta de sacerdotes brâmanes, a segunda casta dos reis ou guerreiros, a terceira casta de comerciantes, e a quarta casta de trabalhadores braçais.

Inicialmente, o *Código de Manu*, de autoria de Swayambhu Manu, era um guia para a tribo dos Manavas, mas, gradativamente, tornou-se a lei moral dos hindus. O *Código de Manu* foi a mais expressiva escritura no que concerne à manutenção da divisão da sociedade em castas.²⁶ Por isso, é válido destacar a relevância simbólica do livro em relação à história da organização social indiana dividida em castas, bem como na prescrição das condutas adequadas para cada uma delas.

²³ MANU. Introdução. In: __. **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945. p. 09-11.

²⁴ UPANISHADS. In: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodr  Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 55-88. p. 59.

²⁵ RIG VEDA. In: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodr  Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 27-54. p. 45.

²⁶ SARASWATI, Aghorananda. **Mitologia hindu: o universo de deuses e mitos da Índia**. São Paulo: Madras, 2007. p. 50-51.

No *Código de Manu*, por exemplo, a prática sexual entre homossexuais era reprovada; mas, no caso de a prática ser entre homens, a cópula anal era considerado apenas um “pecado” leve, que poderia ser “purificado” com um banho vestido.²⁷ Já as mulheres, neste Código, eram tratadas de forma diferenciada, pois, por exemplo, a masturbação entre mulheres era considerada um crime, no qual a condenação se dava mediante pagamento de multa, raspagem do cabelo e corte dos dedos,²⁸ elementos que demonstram a disparidade nas relações sexuais e de gênero presentes prescritas.²⁹

O *Código de Manu* teve grande influência sobre o *Kama Sutra* de Vatsyayana, sendo atribuído ao seu autor, Swayambhu Manu, a prescrição do *Dharma* (preceitos religiosos) que presentes no antigo *Kama Sutra*:

No princípio, o Senhor dos Seres criou os homens e as mulheres e, na forma de mandamentos em cem mil capítulos, formulou as regras de sua existência em relação ao Dharma, ao Artha e ao Kama. Alguns desses mandamentos, ou seja, os que tratavam do Dharma, foram escritos separadamente por Swayambhu Manu; os relacionados ao Artha foram compilados por Brihaspati; e os relativos ao Kama foram expostos por Nandi, seguidor de Mahadeva, em mil capítulos.³⁰

Notamos ao longo do *Kama Sutra* de Vatsyayana inúmeros trechos nos quais se fez presente à manutenção das condutas sociais a partir da divisão da sociedade em castas. Sobretudo no que se referia ao convívio social, às relações matrimoniais (endogamia das castas) e às práticas sexuais, o autor prescreveu vários comportamentos de uma ética religiosa a partir da divisão da sociedade:

Assim, o cidadão que viva na sua cidade e seja respeitado por todos deverá freqüentar a casa das pessoas de sua casta que sejam merecedoras disso. Conviverá e proporcionará prazer aos amigos, com a sua companhia; prestando-lhes auxílio em questões diversas, levá-los-á, com seu exemplo, a ajudarem-se mutuamente.
(...) Quando Kama é praticado pelos homens das quatro castas segundo as regras da Sagrada Escritura (isto é, em matrimônio legal) com virgens

²⁷ MANU. **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945. p. 274.

²⁸ *Ibidem*. p. 202.

²⁹ No Catolicismo, também havia (e ainda há) prescrições e castigos, calcados numa ideia de pecado e culpa, praticados em seminários, conventos e na pedagogia sexual de um modo geral. Sobre a temática, sugerimos a leitura de: RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Record, 1996.

³⁰ VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 66.

de sua própria casta, torna-se um meio de adquirir prole legítima e bom nome, e não se opõe aos costumes do mundo. Pelo contrário, a prática de Kama com mulheres de castas superiores e com as mulheres que já foram gozadas por outros, embora da mesma casta, é proibida. Mas a prática de Kama com as mulheres de castas inferiores, mulheres expulsas da própria casa, mulheres públicas e mulheres casadas duas vezes não é estimulada nem proibida. O objetivo da prática do Kama com tais mulheres é apenas o prazer.³¹

Quando uma moça da mesma casta, e virgem, é desposada de acordo com os preceitos da Sagrada Escritura, os resultados dessa união são a aquisição de Dharma e Artha, de descendentes, afinidades, aumento do número de amigos e um amor imaculado.³²

Conforme consta nas citações acima, esta moralidade hindu era rigorosa, sendo que boa parte das práticas sociais instituídas no *Código de Manu* foi reproduzida por Vatsyayana no *Kama Sutra*. No *Código de Manu* está enunciado, por exemplo, que um homem da classe inferior que se atrevesse a colocar-se ao lado de um homem que pertencesse à classe mais elevada, deveria ser marcado abaixo do quadril e banido do local, ou o rei deveria ordenar que lhe cortassem as nádegas.³³ Um homem de origem humilde que olhasse para uma “donzela” de elevado nascimento merecia uma pena corporal. Deste modo, deveria cortejar uma moça do mesmo nascimento que ele, como era usual, casando-se com a jovem em consentimento do seu pai.³⁴ Já a mescla das classes, segundo o código, originaria a violação dos deveres, a destruição da raça humana e causaria a ruína do Universo.³⁵ Não sabemos se estas práticas, julgamentos e concepções persistem na atualidade. Deste modo, apenas constatamos que as concepções religiosas condicionavam as relações sociais na Índia antiga, moral que foi reproduzida por Vatsyayana e que constituiu o discurso sobre o matrimônio e as relações sexuais no antigo *Kama Sutra*.

Já as “quatro fases da vida”, enunciadas na citação abaixo, compuseram, igualmente, uma prática presente no *Código de Manu*. Em nota da primeira tradução inglesa do *Kama Sutra*, Burton resumiu que “as quatro fases da vida são: a vida de estudante religioso, a vida do dono de casa, a vida de ermitão e a vida de

³¹ Ibidem. p. 82-83.

³² Ibidem. p. 124.

³³ MANU. **Leyes de Manú...** Op. Cit., p. 281.

³⁴ Ibidem. p. 366.

³⁵ Ibidem. p. 353.

sunyasi, ou devoto”.³⁶ Neste sentido, Vatsyayana enunciou, na observância as quatro fases da vida, quais condutas seriam pertinentes a cada período da vida, sendo que a maioria das prescrições do *Kama Sutra* diz respeito aos homens de idade mediana:

O homem, cujo período de vida é de cem anos, deve praticar Dharma, Artha e Kama em diferentes momentos e de tal modo que eles se harmonizem entre si sem atritos. Deve adquirir conhecimento na infância; na juventude e da idade madura, ocupar-se de Artha e de Kama e, na velhice, dedicar-se a Dharma, buscando com isso a conquista de Moksha, isto é, libertar-se de novas transmigrações. Ou então, dada a incerteza da vida, poderá praticá-los nas épocas indicadas. Uma coisa, porém, deve ser notada: ele deve viver como um estudante religioso até concluir sua educação.³⁷

O homem que tenha, desse modo, adquirido conhecimentos, o homem que tenha conseguido a sua fortuna seja como doação, conquista, aquisição, depósito ou herança de seus antepassados, deverá converter-se em dono de casa e levar a vida de um cidadão. Deve ter uma casa na cidade, ou numa grande aldeia, ou nas vizinhanças de outros homens de posição, ou num lugar que seja frequentado por muita gente.³⁸

A divisão da vida do homem em quatro fases foi uma das formas pelas quais as classes superiores reproduziram dentro de suas castas o capital simbólico que condicionava a ordem social como um todo. Os jovens neófitos, desde a primeira infância, eram condicionados a frequentar ou morar na casa de mestres espirituais, para o estudo dos livros sagrados. Somente depois de concluir com êxito os estudos, o estudante poderia avançar para o próximo estágio da vida, casando e se constituindo em um chefe de família.³⁹ As meninas, por sua vez, não participavam desse processo de formação.

Além disso, no *Kama Sutra* de Vatsyayana, as mulheres eram consideradas bens materiais e, uma vez adquirida(s) a(s) esposa(s), o homem deveria protegê-la(s), equivalente a uma propriedade. Assim, a ética voltada para a satisfação dos prazeres femininos, presentes nos aforismos do livro, é uma evidência de como se garantiria a manutenção do poder sobre as esposas, mediante a satisfação sexual.

³⁶ BURTON, Richard Francis. Introdução, considerações finais e notas informativas. In: VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 72.

³⁷ VATSYAYANA, M. Op. Cit., p. 70.

³⁸ Ibidem. p. 78.

³⁹ MANU. **Leyes de Manú...** Op. Cit., p. 53.

Portanto, a observância à satisfação dos prazeres das esposas foi uma estratégia instituída (ou reproduzida) pelo autor para garantir aos maridos a administração do matrimônio, pois, sendo à mulher uma posse e sendo os prazeres sexuais uma maneira de “reavivar o amor” que efetiva os laços matrimoniais,⁴⁰ o discurso de Vatsyayana se constituiu num poderoso instrumento ético que garantia a manutenção das relações de gênero e consequente dominação masculina no meio familiar.

A ética voltada para a satisfação dos prazeres femininos não representou para Vatsyayana uma forma de benevolência para com o gênero feminino. As relações de gênero na antiguidade indiana eram extremamente díspares para acreditarmos na bondade do autor em relação às mulheres. No discurso de Vatsyayana havia preocupações em manter alguns aspectos que caracterizam uma dominação masculina, tais como a primazia do patriarcado como poder hegemônico do lar, a observância da virgindade feminina, a possibilidade dos homens usufruírem dos prazeres oferecidos pelas cortesãs e, em especial à cultura hindu, a legitimação do casamento poligâmico. Elementos estes que indiciam sobre os corpos das mulheres sob a lógica do próprio regime político de Estado, que, imbricado à religião, produziam formas de controle.

Assim, haja vista a moralidade do *Código de Manu* – que se reproduziu, inclusive, no *Kama Sutra* de Vatsyayana –, é ilusório acreditar na afirmação de Gallotti de que “os textos orientais foram escritos com uma liberdade impressionante para a época, mostrando uma prática da sexualidade que destrói todos os tabus que ainda existem agora, mesmo nas sociedades mais modernas”;⁴¹ afinal de contas, conforme apresentamos acima, haviam tabus relacionados à práticas sexuais homossexuais, à masturbação, aos relacionamentos amorosos, matrimoniais e sexuais entre castas diferentes (prevalecendo uma hierarquia entre elas), bem como variadas formas de discriminação das mulheres nas quais a primazia do patriarcado era imperiosa.

⁴⁰ A satisfação do prazer da companhia, para Vatsyayana, era uma garantia disso: “se o homem e a mulher agirem de acordo com o gosto de ambos, o seu amor não diminuirá, nem mesmo ao fim de cem anos” Cf: VATSYAYANA, M. Op. Cit., p. 106.

⁴¹ GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas...** Op. Cit, p. 39.

Outra contradição, se relacionarmos o discurso de Gallotti ao *Kama Sutra* de Vatsyayana diz respeito à prática do sexo anal. Conforme Gallotti exemplificou – na crítica aos tabus modernos e ocidentais em relação ao sexo relacionada há uma suposta ausência dos mesmos tabus nas práticas sexuais orientais –, “um desses preconceitos, talvez o que mais resiste, é a inclusão do prazer anal como fonte de prazer partilhado”.⁴² No *Kama Sutra* de Vatsyayana, diferente de outras práticas sexuais, o sexo anal não foi dissertado de maneira minuciosa. Há apenas uma referência, quando o mesmo relatou que a prática anal era exercida por homens que possuíam em conjunto a esposa de um deles ou uma cortesã. Tampouco há relatos sobre sexo anal entre homens.

A título de nota, neste último aspecto, parece que no antigo *Kama Sutra* que a prática sexual homossexual masculina que teve maior destaque era efetivada não a partir do sexo anal, mas, sobretudo, via sexo oral. Quem sabe seja por isso que, nos comentários da primeira tradução inglesa do livro, Burton chamou os homens homossexuais de “eunucos”, pois sua cópula era bucal (uma atividade “passiva” e “castrada”). Em nota, Burton afirmou que a cópula bucal (chamada de *Auparishtaka*), aparentemente, prevaleceu em certas regiões da Índia, desde tempos remotos. Sua conclusão partiu do *Shushruta* (livro médico com mais de dois mil anos) no qual se relatava sobre ferimentos no *linga* (pênis), provocados pelos dentes, como uma das causas de enfermidades de que tratavam o referido trabalho. Também relatou que havia indícios da prática do *Auparishtaka* em templos *Shaiva*⁴³ construídos no séc. VIII em *Bhuvaneshwara* e em *Orissa*. Por isso, deduziu que a prática do *Auparishtaka* foi popular nessa parte do país, mas que teria sido substituído pela “sodomia” introduzida no período muçulmano.⁴⁴ Desta forma, Burton buscou demonstrar que a prática sexual homossexual masculina difundida no período era a cópula bucal (sexo oral).

De qualquer forma, a prática da cópula bucal também sofreu certas restrições no antigo *Kama Sutra*. Segundo Vatsyayana, a lei proibia esta prática com as esposas, e nunca deveria ser exercida por sábios brâmanes, ministros de

⁴² Idem.

⁴³ O Shaiva Siddhanta é uma das mais antigas escolas shivaista.

⁴⁴ BURTON, R. F. Introdução, considerações finais... Op. Cit., p. 116.

estado ou homens respeitáveis. Por exemplo, no *Código de Manu* consta que todas as cavidades que estão acima do umbigo são puras. Por consequência, as que estão abaixo do umbigo são impuras, da mesma forma que as secreções que são eliminadas por elas.⁴⁵ A partir disso, Vatsyayana considerou que a boca da mulher, mais propriamente das esposas, deveria ser preservada, sendo a cópula bucal aceita somente aos sujeitos “devassos e libertinos” da sociedade indiana: “o *Auparishtaka* é praticado também pelas mulheres dissolutas e impudicas, pelas servas e criadas, ou seja, as que não são casadas, mas que ganham a vida fazendo massagens”.⁴⁶ Consequentemente, os “homens respeitáveis” da sociedade, tais como os sábios brâmanes e os ministros de estado, deveriam se preservar destas práticas.⁴⁷

Outro aspecto relevante e contraditório sobre o discurso de Gallotti acerca da “impressionante liberdade sexual” dos orientais, sobretudo se tomarmos o *Kama Sutra* de Vatsyayana como referência, também se refere às restrições sexuais. Segundo ela, “os orientais recomendam que nos esqueçamos das inibições e respondamos apenas aos chamamentos do instinto, o qual muito sabidamente vai descobrindo os segredos e verdadeiros desejos da libido”.⁴⁸ Já Vatsyayana fez uma analogia aos instintos sexuais de maneira muito diferente de Gallotti, sobretudo ao recomendar os “meios adequados” para os homens usufruírem dos prazeres sexuais:

As relações sexuais, porque dependem do homem e da mulher, requerem a aplicação de meios adequados por eles e tais meios devem ser aprendidos no Kama Shastra. A não-aplicação dos meios adequados, como observados entre os animais irracionais, deve-se ao fato de não estarem sujeitos a quaisquer restrições, de as fêmeas apenas se encontrarem aptas para as relações sexuais em determinadas ocasiões e, finalmente, de as suas relações sexuais não serem precedidas de qualquer reflexão.⁴⁹

⁴⁵ MANU. **Leyes de Manú...** Op. Cit., p. 125.

⁴⁶ VATSYAYANA, M. Op. Cit., 1988. p. 117.

⁴⁷ Conforme destacou Richard Sennett, características semelhantes podem ser encontradas na literatura católica. Sobre a temática, sugerimos a leitura de: SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁴⁸ GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas...** Op. Cit., p. 32.

⁴⁹ VATSYAYANA, M. Op. Cit., 1988. p. 71. O termo *Kama Shastra*, citado no fragmento acima, refere-se ao livro escrito por Babhravya, que antecedeu Vatsyayana e, igualmente, pertenceu à tradição *Kama Sutra*. O *Kama Shastra* influenciou, sobremaneira, o *Kama Sutra* de Vatsyayana.

Apesar da abordagem de Vatsyayana não ser, unicamente, a do prazer erótico, não se pode mais negar que as performances sexuais tiveram considerável destaque em seu discurso. Vatsyayana descreveu que “KAMA é o gozo dos objetos adequados pelos cinco sentidos – audição, tato, visão, paladar e olfato – com a ajuda da mente e da alma. A sua essência é um contato peculiar do órgão sensório com seu objeto, sendo a consciência do prazer resultante desse contato chamada Kama”.⁵⁰ Assim, o autor defendeu a tomada de consciência do prazer decorrente do desfrute pelos cinco sentidos como uma necessidade existencial:

“os prazeres tão necessários à existência e bem-estar do corpo quanto os alimentos, são, por conseguinte igualmente legítimos. Constituem, além disso, emanações de Dharma e de Artha. Os prazeres devem, portanto, ser procurados com moderação e prudência”.⁵¹

Neste sentido, as práticas de *Kama* prescritas no *Kama Sutra* são, sobretudo, orientadas para as práticas sexuais.

Sobretudo no Capítulo II (sobre a união sexual) do antigo *Kama Sutra*, Vatsyayana dissertou sobre as várias performances possíveis para a satisfação plena dos indivíduos através da atividade sexual: modos de beijar, abraçar, arranhar, posições sexuais, entre outras. Certamente, este foi o Capítulo do livro mais significativo para Gallotti construir de uma representação sobre a sexualidade oriental. Assim, do livro, foi “decantado” certas características do hedonismo,⁵² que afirma que o prazer é o supremo bem da vida humana. Isto possibilitou, dentre outros fatores, a apropriação do *Kama Sutra* como um bem cultural, bem como sua ressignificação como um manual sexual, distinguindo a narrativa acerca das práticas sexuais de toda a moral instituída e presente nos demais Capítulos do livro.

⁵⁰ VATSYAYANA, M. Op. Cit., 1988. p. 70.

⁵¹ Ibidem. p. 73.

⁵² Em minha Dissertação de Mestrado, há uma discussão sobre a doutrina filosófico-moral do hedonismo da Antiguidade indiana, que influenciou a constituição do *Kama Sutra* de Vatsyayana. Por isso, aos interessados na temática, sugerimos a leitura de: WEISSHEIMER, Felipe Salvador. **Richard Francis Burton e a inserção do Kama Sutra como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)**. Marechal Cândido Rondon, 2014. 129 p. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE.

A subversão do caráter transcendental do sexo

Outra tradição presente nos discursos de Gallotti, sobre as “técnicas sexuais orientais”, é o tantrismo. Diferente do *Kama Sutra* de Vatsyayana, a tradição tântrica não observa nas práticas do *Dharma* (preceitos religiosos) um dever ético que, conforme consta no *Código de Manu*, se não cumprido, poderia levar a destruição da raça humana ou a ruína do Universo;⁵³ por sua vez, esta “manutenção do Universo” se daria a partir da prática sexual.

Sobre essa peculiar noção de Tempo dos hindus, Raimundo Panikkar,⁵⁴ que foi doutor em ciência, filosofia e teologia (sendo que a filosofia hindu foi um de seus temas mais analisados), destacou que na Índia védica acreditava-se que a existência do Universo e, conseqüentemente, da história, do homem e do cosmos, estaria sob o domínio de duas forças superiores: o tempo e a ação. Acreditava-se que o fluxo temporal dos acontecimentos só existia mediante o ato do sacrifício. Esta concepção estava na base da relação entre o culto religioso e os acontecimentos temporais, e é a chave para compreendermos a importância atribuída às práticas de sacrifícios religiosos e a crença na participação do indivíduo no desenrolar do tempo. Não existia distinção entre o tempo e o acontecimento para os hindus, existia tão somente o fluxo temporal. O fluxo temporal seria algo que os indivíduos fazem em colaboração com os deuses, mediante a prática do sacrifício. Pelo ato do sacrifício e no tempo certo, acreditava-se que o Universo nasceu e poderia ser destruído. Entretanto, o sacrifício estava subordinado ao tempo, por isso a importância atribuída pelos hindus à consulta astrológica para saber os presságios que o destino reservaria aos indivíduos.⁵⁵

Segundo Georg Feuerstein, que é Doutor em História da Religião, praticante da tradição tântrica e conhecido mundialmente por publicar estudos sobre as tradições orientais para adeptos ocidentais, o Tantra⁵⁶ (ou tantrismo), é uma

⁵³ MANU. **Leyes de Manú...** Op. Cit., p. 353.

⁵⁴ PANIKKAR, Raimundo. Tempo e história na tradição da Índia. In: RICOEUR, Paul (Org.). **As culturas e o tempo**. Tradução de Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Vozes, 1975. p. 73-94.

⁵⁵ *Ibidem*. p. 74-78.

⁵⁶ Conforme destacou Georg Feuerstein, “*Tantra* é um termo sânscrito que, como o termo *yoga*, tem muitos significados distintos mas basicamente relacionados. No nível mais mundano, denota *teia* ou *urdidura*. No nível mais mundano, Deriva do radical *tan*, no sentido de *expandir*. Este radical também forma a palavra *tantu* (fio ou *cordão*). Enquanto um fio é alguma coisa extensiva, uma teia

tradição esotérica ramificada e complexa, de origem indiana. Apareceu por volta do ano 500 da Era Cristã, mas há indícios de uma história muito mais longa, sendo que, segundo afirmou o autor, o tantrismo alcançou sua maturidade por volta do ano 1000 d.C., na escola filosófica de Abhinava Gupta; tendo influenciado, sobremaneira, algumas ramificações tanto do budismo (como no caso do budismo tibetano Vajrayana), quanto do hinduísmo.⁵⁷

A relação moral entre os seguidores do tantrismo e das tradições bramânicas (inspiradas, por exemplo, nas prescrições morais e jurídicas do *Código de Manu*) foi conflituosa. Conforme destacou Feuerstein,⁵⁸ o Tantra teve origem e se desenvolveu como uma tradição marginal na sociedade hindu, fornecendo um caminho para todos aqueles que ansiavam por uma experiência espiritual direta, mas que consideravam (ou eram excluídos) o hinduísmo ortodoxo (bramânico e dividido em castas) por demais restritivo e exclusivista. Desta forma, os círculos tântricos eram abertos para todas as castas – característica que era evidente, por exemplo, nos rituais, nos quais brâmanes e “intocáveis” bebiam da mesma taça, comiam do mesmo prato e, livremente, misturavam seus fluidos corporais –, pois, durante o *cakra-pujã* (que era uma prática mística e ritualística) todos eram transformados em seres sagrados (deuses e deusas), livres de toda a estereotipia cultural e restrições sociais.⁵⁹

Na mitologia tântrica as divindades Shiva e Parvati, que representam os aspectos masculino e feminino da Natureza, engendram o Universo a partir do ato sexual. No tantrismo, acredita-se que o homem e a mulher são semelhantes à Shiva e Parvati e que o sexo é um momento ritual (*maithuna*) no qual os parceiros podem canalizar suas energias para os mais variados fins, “engendrando” o Universo de modo análogo ao mito. Ou seja, o *maithuna* é uma ritualização do mito sexual de Shiva e Parvati.

sugere expansão. *Tantra* pode também representar *sistema, ritual, doutrina e compêndio*. Segundo explicações esotéricas, *tantra* é o que expande o *jnãna*, que pode significar *conhecimento ou sabedoria*” Cf: FEUERSTEIN, Georg. **Tantra**: sexualidade e espiritualidade. Tradução de Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2001. p. 17.

⁵⁷ Ibidem. p. 10.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem. p. 297-298.

No *Kama Sutra e outras técnicas orientais*, o mito tântrico aparece de forma muito ligeira em duas partes do livro. Primeiramente, no momento em que a autora escreveu sobre a importância das carícias na atividade sexual: “quando as carícias são feitas sem pressa e com generosidade, como se fosse uma cerimônia sagrada, é possível brincar com cada ponto do corpo e a pessoa acariciada receber a energia erótica na sua plenitude”;⁶⁰ trecho que se completa com uma referência ao tantrismo:

No tantrismo, o que é sugerido ou insinuado, o que aparece envolto num véu de segredo, é muito mais atraente do que o direto ou o evidente. É mais interessante indicar o que se deseja do que dizê-lo diretamente; é mais estimulante pressionar levemente do que apertar com força, roçar do que apalpar; a expectativa sexual contém uma forte carga erótica.⁶¹

Num segundo momento, o mito tântrico aparece no livro num trecho em que a autora descreveu algumas posições sexuais, que são construídas a partir de uma narrativa da ordem da fantasia erótica: “o amante tântrico: ele sonha em prestar uma homenagem sexual à companheira, acredita que adivinha suas fantasias, pois ela é a deusa com quem quer se divertir, dando-lhe o prazer intenso que sentirá como o seu próprio”.⁶²

Diferente de uma simples mitificação fantasiosa do sexo, as práticas tântricas tinham objetivos espirituais, pelo menos se considerarmos algumas referências importantes na história da tradição. Um dos livros significativos do tantrismo é o *Ananga Ranga*, escrito originalmente em sânscrito por Kalyana Malla. Segundo consta no *Ananga Ranga*, Kalyana Malla era da casta dos brâmanes (a mais elevada casta hindu, a sacerdotal) e teria escrito o referido tratado para a instrução de Lada Khan, que era filho do vice-rei de Gujarat (centro-oeste da Índia), possivelmente entre os séculos XV-XVI. O livro foi composto a partir da compilação e ressignificação de livros antigos da tradição hindu, incluindo o *Kama Sutra*. Segundo Henry Spencer Ashbee⁶³ foi escrito para o “uso de um monarca da

⁶⁰ GALLOTTI, Alicia. *Kama Sutra e outras técnicas...* Op. Cit., p. 21.

⁶¹ Ibidem. p. 21.

⁶² Ibidem. p. 129.

⁶³ Henry Spencer Ashbee, assim como Richard Francis Burton, também compôs a Sociedade Hindu Kama Shastra, grupo responsável pela primeira tradução inglesa do *Kama Sutra* de Vatsyayana.

raça Lodi”.⁶⁴ Entretanto, o tratado popularizou-se no Oriente, sendo encontrado em várias regiões e idiomas. Conforme afirmou Forster Fitzgerald Arbuthnot,⁶⁵ o objetivo do livro era evitar a separação do casal,⁶⁶ mediante a prescrição de várias práticas para obter o prazer sexual embasadas na metafísica transcendental da tradição tântrica.

No *Ananga Ranga*, por exemplo, está escrito que, mediante a compreensão e a prática da arte sexual contida no livro, o homem poderia ser dispensado “da transmigração de almas posteriores” e poderia juntamente com sua esposa reencarnar diretamente no *Svarga* (céu).⁶⁷ Ou seja, nessa perspectiva, a prática sexual seria um caminho possível para se alcançar a liberação da alma das sucessivas reencarnações; não apenas uma atividade que proporcionaria prazer aos praticantes.

Em Gallotti, essas características do tantrismo são simplesmente desconsideradas, haja vista que, de um modo generalizante, a autora afirmou que na “cultura sexual do Oriente encontra-se a busca do prazer pelo prazer, não fazendo do sexo uma maratona competitiva com o objetivo de atingir metas”.⁶⁸ Portanto, diferente do proposto pelo *Ananga Ranga*, o sexo não seria um veículo para a “transmigração da alma”, mas apenas uma fonte de prazer.

A transgressão ao caráter místico do sêmen

Outro aspecto importante, presente tanto no tantrismo quanto no taoísmo chinês e que, nem de longe, é comentado por Gallotti, diz respeito às qualidades

Conhecido como o dono do segundo maior acervo de livros eróticos do período (perdendo somente para o Vaticano), ajudou na divulgação do antigo *Kama Sutra*, publicando um verbete em seu *Index de Livros Proibidos* e escrevendo um artigo no jornal *The Bibliographer: A Journal of Book-lore*, Volume V, edição semestral de dezembro de 1883 a maio de 1884, edição de Londres-Inglaterra por Elliot Stock, e de Nova York-Estados Unidos por J. W. Bouton. Tomando como referência o *Index de Livros Proibidos*, percebemos que Ashbee era um grande conhecedor da literatura erótica vitoriana, inclusive de origem oriental.

⁶⁴ ASHBEE, Henry Spencer. **Index de livros proibidos**. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 144.

⁶⁵ Forster Fitzgerald Arbuthnot, também integrante da Sociedade Hindu Kama Shastra, era um inglês de família nobre, mas que trabalhava na Índia como funcionário público. Foi um grande orientalista e o principal tradutor do *Ananga Ranga* de Kalyana Malla e do *Kama Sutra* de Vatsyayana do sânscrito para o inglês, na Índia.

⁶⁶ ARBUTHNOT *apud* ASHBEE, H S. Op. Cit., p. 144.

⁶⁷ MALLA, Kalyana. **Ananga-ranga**. Tradução de Olívio Tavares de Araújo. Brasília: Brasília, s/d. p. 27.

⁶⁸ GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas...** Op. Cit., p. 13.

místicas e espirituais do sêmen. No caso do taoismo chinês refere-se crença de que a parcimônia espermática – ou, em termos genéricos, a economia do sêmen – promoveria, por exemplo, a longevidade (ou, até mesmo a imortalidade); já em relação ao tantrismo, o sêmen, segundo a crença, promoveria uma experiência mística de “iluminação espiritual”.

No livro *Primeiro tratado chinês do amor*, Liéou-Tsung⁶⁹ destacou que a “ciência do amor” taoista, na qual cultiva uma preocupação especial com o sêmen, pode ser observada desde os antigos princípios dispostos pelo Imperador Amarelo Huang Ti Nei Ching, no remoto ano de 2634 a.C., mas que, também, já conhecidas pelo Imperador Fo-Hi, aproximadamente 800 anos antes. Segundo ele, os imperadores e sacerdotes, conhecedores desta “misteriosa ciência secreta”, eram capazes de “incríveis prodígios sexuais”, presentes nas lendas sobre o intercuro deles com milhares de concubinas em pequenos períodos de tempo.

O livro de Liéou-Tsung, que descreve os antigos princípios descritos pelo Imperador Huang Ti, trata, basicamente, dos ritmos adequados para o intercuro sexual, tendo vistas à conservação da “essência” (sêmen) masculina, na intenção de elevar os praticantes “ao mais alto grau de perfeição e refinamento” existenciais.⁷⁰ Para tanto, o autor apresentou em seu livro complexos diagramas chineses, que descrevem os graus de harmonia e desarmonia sexual de acordo com os ritmos da natureza.

A lógica taoista, descrita pelo autor, é a de que o Universo é dual, composto por movimentos rítmicos das energias *Yin* e *Yang* presentes em toda a natureza:

Alicerçadas nas profundezas da metafísica chinesa, as concepções de ritmo da polaridade YIN-YANG, nos fluxos de energia vital ou CHI, são usadas para estabelecer uma frequência sexual ressonante, que como veremos mais adiante, permite a utilização das reservas intocadas de energia sexual, existentes em cada pessoa.

De acordo com a filosofia chinesa, o universo se apresenta segundo a dualidade fundamental YANG-YIN, e o seu ritmo rege o espaço e o tempo, e a sua harmonia ou desarmonia explica todos os aspectos da vida humana. O YANG, ou princípio positivo, se manifesta na força, na luz, na atividade, é solidário e também oposto ao YIN, ou princípio negativo, manifesto na inércia, na escuridão, na passividade. Rivals, mas também complementares, o YIN e o YANG representam a oposição e a

⁶⁹ TSUNG, Liéou. **Primeiro tratado chinês do amor**. S.l.: Intax Ltda, s/d.

⁷⁰ Ibidem. p. 42.

união dos opostos, fundamentos da ordem social, universal, familiar e principalmente da que trataremos com mais atenção, a ordem fisiológica manifesta na força sexual. O universo é um grande equilíbrio no ritmo constante e ordenado nas mutações de YIN e YANG. A desarmonia, neste ritmo, acarreta catástrofes aos homens.⁷¹

Desta forma, entende-se que as manifestações de *Yin* e *Yang* correspondem, respectivamente, aos gêneros feminino e masculino e se fazem presentes na energia vital (*Chi*) de cada pessoa e, de modo especial, na energia sexual. A ejaculação espermática seria uma forma de dispersão da essência *Yang*, que, em função de ser uma energia vital, poderia proporcionar a perda de vitalidade. Supostamente, quanto maior fosse a retenção desta energia, mediante técnicas de contenção do gozo e dos ritmos adequados para o coito, maior seria a preservação da energia vital. Mas, inversamente, quanto maior a obtenção da energia *Yin*, que se manifestaria no orgasmo feminino, maior seria a longevidade.

Sob outra lógica das relações de gênero, mas, também, baseados nos ensinamentos nos ensinamentos de Huang Ti, o livro *Os ensinamentos sexuais da tigresa branca* descreve variadas práticas presentes numa seita de cortesãs taoistas que, tendo por prática sexual principal a felação, se utilizam do sêmen masculino para variados objetivos, que variam desde a preservação juventude até mesmo objetivos mais sublimes, como a imortalidade da alma. Em *Os ensinamentos sexuais da tigresa branca*,⁷² o autor Hsi Lai, descreve boa parte dos ensinamentos presentes nesta seita de cortesãs, narrados pela Madame Lin – pseudônimo utilizado pela mestra do ramo da seita estudada pelo autor –, na qual o sêmen é tido como um “elixir essencial” para uma tigresa branca (seguidora da seita). Portanto, na metafísica sexual taoista, há uma preocupação fundamental com a preservação e obtenção dos fluídos sexuais.

Já no tantrismo, a retenção do sêmen teve significativo destaque na ritualização do sexo. Um dos estudos que destacam a importância destas práticas na cultura sexual tântrica pode ser observado na obra *Tantra: sexualidade e espiritualidade*, de Georg Feuerstein, na qual o autor apresenta algumas

⁷¹ Ibidem. p. 15.

⁷² HSI, Lai. **Os ensinamentos sexuais da Tigresa Branca**: segredos das mestras taoístas. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Aquariana, 2004.

informações sobre essas práticas entre os Sahajiyas, que são praticantes de um ramo do tantrismo:

Os Sahajiyãs pensavam da sua natureza divina em termos da “pessoa inata” (*sahaja-mānusha*) que pode ser percebida ao se extrair ou produzir o líquido essencial (*rasa*) ou, como Glen Hayes traduz o termo, “suco divino”. Este líquido imortal e imortalizante torna-se acessível através do processo tântrico de reversão, particularmente o movimento para cima do sêmen (*urdhva-retas*) durante o intercurso sexual. Em outras palavras, o próprio fluido (isto é, o sêmen), em geral ejetado do corpo, é cuidadosamente preservado e transmutado em *rasa*, que por sua vez traz a imortalidade na forma da pessoa dentro do coração, o verdadeiro homem ou mulher. As escrituras tântricas, apoiadas na terminologia ayurvédica, falam de conversão do sêmen em *ojas*, que é alimento básico para o processo espiritual. Segundo o Kaula-Jnāna-Nirnaya (14.57), ao transmutar o sêmen o iniciado ganha oito poderes paranormais (*siddhi*). A preservação do sêmen e a energia que ele representa é um aspecto importante do Tantra que é quase ignorado por completo no neotantrismo ocidental, cujos devotos tiraram sua orientação do *Kāma-Sutra* em vez da herança tântrica.⁷³

Ou seja, em termos gerais, nas práticas tântricas havia a crença numa possibilidade, mediante a contenção da ejaculação, na transmutação do sêmen (no sentido alquímico) em uma substância de caráter espiritual, que possibilitaria o desenvolvimento de “poderes paranormais”.

Não podemos negar que a tradição tântrica, se comparado com o hinduísmo ortodoxo e com o taoísmo chinês, desenvolveu formas de sociabilidade muito mais livres de restrições sociais ou de gênero; inclusive reconhecendo a existência de um “sêmen feminino” (*kama salila*) materializado nas secreções vaginais das mulheres em estado de excitação. No entanto, há questões de gênero importantes a serem ressaltadas e que têm haver com as perspectivas nas quais a sexualidade feminina foi interpretada nesta tradição: a maioria dos tratados tântricos antigos disponíveis na atualidade foi escritos por homens; portanto, o discurso que se materializou nesses tratados se constituiu a partir de uma experiência masculina. Ao passo disso, também há uma incompreensão dos mecanismos de funcionamento, tanto fisiológicos quanto psíquicos e emocionais, da sexualidade feminina em vários aspectos, sejam eles relacionados à natureza reprodutiva dos órgãos sexuais, ao orgasmo, a excitação, o prazer, entre outros; incompreensões

⁷³ FEUERSTEIN, G. Op. Cit., p. 264.

que se materializam numa leitura sobre a sexualidade feminina medida a partir de experiências masculinas: um exemplo disso é não distinguir a natureza do sêmen – elemento da fisiologia masculina – e utilizá-lo como referência universal de um “líquido essencial” para homens e mulheres, no processo de consagração espiritual.

De qualquer forma, não foi sobre o “líquido essencial” (de caráter místico e espiritual) que Gallotti referenciou suas considerações sobre as técnicas sexuais tântricas em seus livros; mas, sobre a possibilidade utilizar-se de técnicas para prolongar o tempo do coito:

Há alturas em que o ato sexual é tão satisfatório que gostaríamos de prolongá-lo ao máximo. Por meio de práticas simples – algumas de inspiração tântrica, adaptadas ao Ocidente – é possível lá chegar. A mais simples consiste em utilizar a própria respiração para retardar ou inibir a ejaculação.⁷⁴

Além disso, Gallotti também escreveu sobre outras técnicas, que consistem tanto em comprimir a base da glândula, quanto pressionar a região externa correspondente à próstata (entre o ânus e a parte superior do escroto), todas com a finalidade de prolongar o ato sexual ao máximo.⁷⁵ Outras possibilidades, mais subjetivas, foram sugeridas por Gallotti, e que tem uma ligação direta com as práticas meditativas:

Faz parte da maneira de ser e do estilo de vida dos orientais o exercício de um controle mental sobre cada ato do cotidiano, sendo um deles a sexualidade. Do ponto de vista dos ocidentais isto é uma frivolidade; no entanto, e longe disso, são precisamente essas atitudes adaptadas a nosso estilo de vida ocidental que provocam uma muito maior intensidade sensorial.

O único equipamento necessário é uma boa dose de imaginação e fantasia, ao que se deve juntar a imprescindível atitude de desinibição que permite passar todas as barreiras do pudor, aplicando as infinitas possibilidades oferecidas pela sabedoria ancestral criada para estimular a libido até limites impensáveis.⁷⁶

No mais, Gallotti tangenciou o assunto, sem aprofundar, com detalhes, sobre quais seriam exercícios possíveis para se operar o “esmero” controle mental dos

⁷⁴ GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas...** Op. Cit., p. 47.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Ibidem. p. 46.

orientais, delegando, de modo simplista, a imaginação e a fantasia características essenciais da suposta “sabedoria ancestral”. No entanto, de qualquer forma, conforme criticou Feuerstein,⁷⁷ essas não podem ser consideradas técnicas tântricas, mas apenas elaborações contemporâneas e ocidentais sobre o tantrismo tradicional, chamado por ele de “neotantrismo”; haja vista que, segundo ele afirmou, o êxtase tântrico (de caráter espiritual) não pode ser confundido com uma mera sensação de excitação sexual:

A escassez de pesquisa e publicações sobre a herança tântrica do hinduísmo cedeu lugar, nos últimos anos, a uma safra completa de livros populares mal-informados sobre o que chamei de *neotantrismo*. Sua condenação vai tão longe que um verdadeiro iniciado mal reconheceria a herança tântrica nessas obras. A distorção mais comum é apresentar o Tantra Yoga como uma mera disciplina do sexo ritualizado ou sagrado. Na mentalidade popular, o Tantra se tornou equivalente a sexo. Nada poderia estar mais longe da verdade!

Examinei alguns desses livros populares, os quais um bem conhecido *lama* tibetano chamou jocosamente de “Tantra da Califórnia”. Uma vez cheguei até a assistir metade de um vídeo sobre neotantrismo, inteiramente primário e essencialmente pornográfico. Em ambos os casos fiquei com uma forte impressão de que essas publicações neotântricas são baseadas numa profunda incompreensão da filosofia tântrica. Seu erro principal é confundir o êxtase tântrico (*ānanda*, *mahāsukha*) com o prazer comum do orgasmo. De fato, as palavras *prazer* e *alegria* são os principais ganchos na literatura neotântrica. Essas publicações podem ajudar as pessoas a procurar uma vida sexual mais gratificante ou divertida, mas na maioria dos casos se encontram bem distantes do verdadeiro espírito do Tantra. Neste sentido, são deploravelmente mal direcionadas, pois, em vez de despertar o impulso de se alcançar a iluminação em benefício de todos os seres, elas tendem a estimular o narcisismo, a auto-ilusão e as falsas esperanças.⁷⁸

De fato, embora os Kama Sutas de Gallotti não sejam, essencialmente, voltados para uma pornografia no “sentido popular” – com fotografias de sexo explícito – a autora se utilizou de vários recursos pornográficos, tais como a gravura de corpos belos e nus, que ilustram, na maioria das vezes, as posições descritas nos livros. Certamente, essas gravuras possuem tanto um sentido didático, quanto incitativo ao sexo. Além disso, as capas de seus livros possuem imagens muito eróticas e excitantes, o que indica, por exemplo, a intenção de cativar o público em geral como um marketing que possibilite a venda dos livros.

⁷⁷ FEUERSTEIN, G. Op. Cit.

⁷⁸ Ibidem. p. 13.

A transgressão da autoridade do guru na transmissão do conhecimento

Além das críticas de Feuerstein sobre as distorções enunciadas acima, também ressaltou outras diferenças entre o tantrismo tradicional e o neotantrismo, que merecem nossa atenção, sobretudo em função da forma pela qual o conhecimento é transmitido dentro da tradição, qualidade que é uma condição indispensável, segundo ele, para se alcançar os verdadeiros conhecimentos:

Muitos são atraídos para o neotantrismo porque ele promete excitação sexual ou realização, enquanto nada mais faz senão revestir de uma aura de espiritualidade os impulsos genitais ou as necessidades emocionais neuróticas. Se conhecermos mais sobre a história do Tantra na Índia, sem dúvida encontraremos uma situação comparável para cada geração. Em outras palavras, a atitude que caracteriza muitos neotântricos hoje também caracterizou muitos daqueles que em séculos passados bandearam-se para os círculos tântricos pelos motivos errados. Os *Tantras* não conteriam tantas advertências se os buscadores autênticos tivessem encontrado sozinhos o seu caminho para o tantrismo. Em todas as épocas tem havido caçadores de emoções, e os ensinamentos sagrados não foram poupados das suas intrusões espreitadoras. Hoje as traduções de vários *Tantras* importantes estão prontamente disponíveis em forma de livro, e muitas práticas antigamente secretas são agora, na linguagem dos textos, “como prostitutas vulgares”. Isto dá aos pseudotântricos a oportunidade de forjar suas próprias cerimônias e filosofias idiossincráticas, que eles podem então promover como tântricas.⁷⁹

Conforme consta em muitos manuais tântricos, as técnicas de transmutação da energia sexual-espiritual são demasiado complexas e facilmente confundíveis com uma simples retenção do sêmen. Por isso, caberia ao iniciado no tantrismo praticá-las mediante as prescrições e advertências de um guru versado no conhecimento da tradição. Michel Foucault, em *História da sexualidade: a vontade de saber*, fez referências importantes sobre as relações entre gurus e iniciados, presentes nas tradições orientais, sobretudo relacionadas à transmissão de conhecimentos sobre o sexo. Segundo ele, esta é uma das formas de se produzir uma “verdade sobre o sexo”, denominada por ele de *ars erotica* (arte erótica):

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei

⁷⁹ Ibidem. p. 300.

absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. Melhor ainda: este saber deve recair, proporcionalmente, na própria prática sexual, para trabalhá-la como se fora de dentro e ampliar seus efeitos. Dessa forma constitui-se um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado. A relação com o mestre detentor dos segredos é, portanto, fundamental; somente este pode transmiti-lo de modo esotérico e ao cabo de uma iniciação em que orienta, com saber e severidade sem falhas, o caminho do discípulo. Os efeitos dessa arte magistral, bem mais generosa do que faria supor a aridez de suas receitas, devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças.⁸⁰

Inclusive, é sobre esta transmissão de conhecimento desenvolvida na *ars erotica*, que se operaria na relação entre guru e discípulo, que Feuerstein proferiu críticas sobre os adeptos ocidentais do “neotantrismo” que desconsideram a importância de velar pelo conhecimento esotérico presente nas práticas tradicionais do Tantra:

Muitos buscadores ocidentais estiveram em conflito com a função do *guru*, a qual é muito estranha à nossa cultura, uma cultura na qual nem sequer respeitamos mais os nossos idosos. Inquestionavelmente, houve uma infinidade de exemplos lamentáveis em anos recentes em que *gurus* bem conhecidos no Oriente falharam em reviver os padrões mais elevados de sua tradição. Houve também muitos casos nos quais os mestres orientais não entenderam a psicologia de seus discípulos ocidentais, causando consternação e frustração, ou pior. Alguns buscadores ocidentais abandonaram a idéia de um discipulado inteiramente tradicional, optando por um estilo de ensinamento e aprendizado mais “democrático”. Para eles o relacionamento *guru-discípulo* tradicional é assimétrico demais, com o discípulo adotando o papel de “vítima”. Eles preferem aprender e crescer a partir da interação com seus pares.⁸¹

Ou seja, seguindo esta lógica, o “verdadeiro conhecimento”, ou, mais especificamente, a “verdade sobre o sexo”, se incitada de modo vulgar, perde sua eficácia, em função da própria hierarquia se constituir como um valor no processo

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 65-66.

⁸¹ FEUERSTEIN, G. Op. Cit., p. 300-301.

de transformação existencial proposto pela tradição. Foucault completou ainda que, nossa civilização ocidental, a primeira vista, não possui uma *ars erotica*; mas, em compensação é a única a praticar uma *scientia sexualis* (ciência sexual): uma forma de dizer a verdade sobre o sexo em função de uma forma de poder-saber sobre aquilo que é “essencial ao sexo”, rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão.⁸² A sexologia – da qual Gallotti advoga um reconhecimento e um poder simbólico que a “autoriza” a se pronunciar em nome do campo –, é uma expressão desta ciência sexual, moderna e ocidental. No entanto, há características intrínsecas importantes, tanto da sexologia em relação ao campo da ciência sexual; quanto dos discursos de Gallotti em relação ao campo da sexologia, que destacamos, anteriormente.

Por hora, o que é relevante, a partir das descrições de Foucault sobre a *ars erotica* e a *scientia sexualis*, é que o que está em jogo nas prescrições e sugestões de Gallotti em suas representações sobre o Oriente, não é uma verdade sobre o sexo tal como a construída a partir de uma *ars erotica*, praticada pelos orientais; afinal de contas, o poder simbólico no qual a autora está investida não está ligado a uma transmissão de conhecimento no estilo esotérico, velado, tradicional. Pelo contrário, o poder simbólico da autora é investido a partir do campo da sexologia moderna. No entanto, é uma sexologia orientalista, na qual as fronteiras entre a *ars erotica* e a *scientia sexualis* parecem (ou se fazem parecer), por vezes, permeáveis; mas que se constitui, sobremaneira, a partir das experiências e da epistemologia moderna científica e ocidental.

Essa experiência histórica fundada a partir da formação discursiva sexológica é latente nos livros de Gallotti e configurou o modo pelo qual a autora ressignificou as tradições orientais. É uma das características da sexologia moderna, fundada a partir da crítica aos supostos efeitos negativos provenientes da repressão sexual (teoria das neuroses), e isto ficou evidente na busca da autora em transgredir todos os “intermediários” (instituições sociais e religiosas) em relação à verdade sobre o sexo. Isto explica o fato da autora negligenciar a

⁸² FOUCAULT, M. Op. Cit., p. 66.

importância indispensável do guru no processo de conhecimento de uma verdade sobre o sexo aos moldes orientais.

Considerações finais

O grande mote discursivo de Gallotti, que ligou toda a temática orientalista à sexologia moderna e que fundamentou suas representações, é a ideia da existência de uma energia sexual que, se reprimida, poderia desencadear uma psicopatologia, ligada à ordem da neurose. Esta “energia” foi retratada nos livros da autora como presente em todo o corpo nos *chakras* energéticos (termos das tradições orientais), mas que se manifestaria na libido, na pulsão, no desejo, no orgasmo e na excitação sexual (termos sexológicos). Ou seja, a autora criou uma ponte teórica e discursiva entre uma teoria presente no campo simbólico das tradições orientais com o campo da sexologia moderna, mas seria um equívoco confundi-las, haja vista suas peculiaridades. Desta forma, numa relação de contraste e alteridade, ela conseguiu se utilizar de um discurso sobre o Oriente para refletir (e impor) visões sobre o Ocidente, sobretudo numa perspectiva sexológica e orientalista.

Um dado importante que merece destaque, que nos detemos de modo especial na sequência deste trabalho, é que nas ressignificações sobre o Oriente, mas, também, de modo expressivo na construção das identidades de gênero nos livros que analisados, Gallotti não reproduziu as ordens androcêntricas que fundavam as hierarquias de gênero e sexuais presentes nas antigas tradições. Para ela, tanto homens quanto mulheres, independente de suas orientações, poderiam usufruir, sem restrições, dos prazeres sexuais. Assim, ela produziu um efeito discursivo que condiz com boa parte das discussões e pautas de luta dos movimentos feministas e dos ativismos homossexuais da atualidade, que é permeado pela experiência de gênero de Gallotti que, enquanto mulher, possibilitou romper com as ordens androcêntricas.

Posto isto, embora pareçam sem fundamentos as ressignificações discursivas de Gallotti sobre as tradições orientais, havia um sentido imanente para a construção dessas representações. Gallotti buscou transgredir os poderes tradicionais e as hierarquias sociais, sexuais e de gênero das antigas tradições, apresentando aquilo que, segundo ela, poderia ser útil aos leitores atuais. Cabe ao

leitor decidir se seria um dever ético de Gallotti reproduzir os discursos, mantendo as hierarquias sexuais, de gênero e das “falas autorizadas” tradicionais do antigo *Kama Sutra* e das outras tradições orientais. Todavia, é importante destacar que as ressignificações de Gallotti são discursos sobre as identidades de gênero e a sexualidade. Embora a autora tenha um posicionamento mais permissivo quanto à sexualidade, ela também descreve e prescreve formas “adequadas” de se vivenciar as experiências sexuais, normalizando padrões de comportamento. Portanto, são passíveis de análises e questionamentos.

Fontes:

BURTON, Richard Francis. Introdução, considerações finais e notas informativas. *In: VATSYAYANA, Mallanaga. Kama Sutra*. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CÔRTEZ, Janner Rangel; D'ANGELO, Edson. **Ayurveda**: a ciência da longa vida. São Paulo: Madras, 2008.

FEUERSTEIN, Georg. **Tantra**: sexualidade e espiritualidade. Tradução de Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2001.

GALLOTTI, Alicia. **Kama Sutra e outras técnicas orientais**: os segredos do Oriente ao seu alcance. Tradução de J. Nogueira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

___ . **Kama Sutra gay**. Tradução de M. C. Lopes. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

___ . **Kama Sutra para a mulher**: sexo sem limites. Tradução de Magnolia Léon. São Paulo: Temas de Hoje, 2003.

___ . **Kama sutra para lésbicas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

___ . **Kama Sutra para o homem**. Tradução de Magnolia Léon. São Paulo: Temas de Hoje, 2003.

___ . **Kama sutra XXX**: as práticas sexuais mais inconfessáveis. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

___ . **Kama Sutra**: as 101 posições mais sensuais. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

- ___ . **Kama-Sutra do sexo oral**: os segredos do prazer para ele e para ela. Tradução de M. Lopes. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.
- ___ . **Novo Kama Sutra ilustrado**: As melhores posições para fazer amor. Tradução de Magnolia León. São Paulo, Temas de Hoje, 2003.
- HSI, Lai. **Os ensinamentos sexuais da Tigresa Branca**: segredos das mestras taoístas. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Aquariana, 2004.
- MALLA, Kalyana. **Ananga-ranga**. Tradução de Olívio Tavares de Araújo. Brasília: Brasília, s/d.
- MANU. Introdução. In: ___ . **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945. p. 09-11.
- ___ . **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945.
- PATANJALI. **Os aforismos da yoga de Patanjali**. Rio de Janeiro: Brand, s/d.
- PETTER, Frank A.; USUI, Mikao. **Manual de Reiki do Dr. Mikao Usui**. 9ª edição. São Paulo: Pensamento, 2007.
- REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**: problemas econômico-sexuais da energia biológica. 9ª edição. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- RIG VEDA. In: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodrê Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. P. 27-54.
- ROCHA, Aderson Moreira da. **A tradição do ayurveda**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2010.
- SARASWATI, Aghorananda. **Mitologia hindu**: o universo de deuses e mitos da Índia. São Paulo: Madras, 2007.
- TSUNG, Liéou. **Primeiro tratado chinês do amor**. S.l.: Intax Ltda, s/d.
- UPANISHADS. In: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodrê Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 55-88.
- VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

WEN, Tom Sintan. **Acupuntura clássica chinesa**. 15ª edição. São Paulo: Cultrix, 2006.

Sítios eletrônicos:

AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN. Disponível em: <<http://www.isbn.br/website/consulta/cadastro>>. Acesso em: 01 de jan. 2016.

GALLOTTI, Alicia. Disponível em: <<http://www.aliciagallotti.com/prensa.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 179-192, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. Efeitos de sentidos: tentativa de contenção e deslizamento. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 40, p. 73-82, jun.2010.

MORAES, Eliane Robert. Posfácio. *In*: VATSYAYANA. **Kama Sutra**. Tradução do sânscrito de Daniel Moreira Miranda e Juliana Di Fiori Pondian. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PANIKKAR, Raimundo. Tempo e história na tradição da Índia. *In*: RICOEUR, Paul (Org.). **As culturas e o tempo**. Tradução de Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Vozes, 1975. P. 73-94.

RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton: o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu os Kama Sutras e trouxe As Mil e uma Noites para o Ocidente**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SENA, Tito. **Sexualidades, Estatísticas e Normalidades: A persona numerabilis** nos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite. Florianópolis: Mulheres, 2013.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WEISSHEIMER, Felipe Salvador. **Richard Francis Burton e a inserção do Kama Sutra como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)**. Marechal Cândido Rondon, 2014. 129 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos históricos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade do Estado de Santa Catarina
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED.
LABGEF (Laboratório de Relações de Gênero e Família).
Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi. CEP: 88035001
Florianópolis, SC - Brasil



UM ESTUDO COMPARATIVO DO *PODER SENHORIAL-EPISCOPAL* EM CASTELA E LEÃO NO SÉCULO XII

Bruno Gonçalves Alvaro¹
Universidade Federal de Sergipe

Recebido: 10/05/2017
Aprovado: 02/06/2017

Resumo: O *poder senhorial-episcopal* foi um importante mecanismo utilizado nas relações de negociação entre os poderes eclesiástico e laico no decorrer da Idade Média. Especificamente, entre os séculos XI a XIII, é possível observar que a política empreendida pela Igreja de Roma e até pelos mais longínquos bispados europeus fundamentava-se em aplicar esse tipo de poder como um peso fundamental na balança de tensionamentos que caracterizou a busca por equilíbrio entre Igrejas e Monarquias medievais. Mais do que disputas por posicionamentos de proeminência naquilo que a historiografia considerou durante muito tempo como uma manifestação de pretensão de centralização do poder político e institucional, o que verificamos em nossas pesquisas é um cotidiano de idas e vindas, acordos e desacordos que reafirmam o caráter de que nem sempre a descentralização significou – ou significa – quebra de reconhecimento da autoridade, fosse eclesiástica ou monárquica. O que demonstraremos neste artigo, é o quanto o *poder senhorial-episcopal* foi importante durante as negociações entre os episcopados de Santiago de Compostela e Sigüenza com a monarquia castelhano-leonesa no século XII.

Palavras-chave: *Poder senhorial-episcopal*; Monarquia; Século XII

A COMPARATIVE STUDY OF THE *SEIGNEURIAL-EPISCOPAL* POWER IN CASTILE AND LEON IN THE 12TH CENTURY

Abstract: The *seigneurial-episcopal power* was an important mechanism used in the negotiating relations between ecclesiastical and secular powers during the Middle Ages. Specifically, between the eleventh and thirteenth centuries it is possible to observe that the policy undertaken by the Roman Church and even the most distant European bishops was based on applying this type of power as a fundamental weight in the balance of tensions that characterized the search for equilibrium between medieval Churches and Monarchies. More than disputes over prominent positions in what historiography has long considered as a manifestation of the intent of centralization of political and institutional power, what we find in our research is a quotidian of comings and goings, agreements and disagreements that reaffirm the character that decentralization has not always meant - or means - a break in the recognition of authority, whether ecclesiastical or monarchical. What we will demonstrate in this article is how much the *seigneurial-episcopal power* was important during the negotiations between the episcopates of Santiago de Compostela and Sigüenza with the Castilian-Leonese monarchy in the twelfth century.

Keywords: *Seigneurial-episcopal power*; Monarchy; 12TH Century

¹ E-mail: brunoalvaro@ufs.br.

Introdução

O fenômeno senhorial na Península Ibérica medieval é algo ainda não respondido satisfatoriamente pela historiografia que se debruça no assunto. Uma série de fatores podem ser elencados para explicar esta afirmativa. Eles vão desde problemas de tradução/interpretação da documentação que nos foi legada, questões políticas específicas, como a ditadura franquista na Espanha, e até mesmo dificuldades de fundo institucional que extravasam as universidades espanholas e portuguesas, chegando até o nosso país, como é o caso de um certo abafamento de perspectivas que vão além das fórmulas interpretativas mais intocáveis.²

Este quadro específico influencia profundamente os caminhos a serem seguidos por quem decidir se enveredar pela variedade de estudos disponíveis. Contudo, ao mesmo tempo, são esses aspectos atrativos na tentativa de entender melhor o senhorio e, principalmente, as múltiplas relações nele inscritas. No nosso caso, defendemos que o *poder senhorial-episcopal*, quando analisado como uma realidade histórica por meio do método comparativo, converte-se num conceito altamente manuseável e aplicável de maneira totalizante nas diversas negociações ocorridas entre Igrejas e Monarquias peninsulares.³

Evidentemente, assumimos o risco metodológico e teórico que isso pode gerar, porém, os objetivos que temos alcançado, como demonstraremos neste artigo, têm sido relativamente proveitosos. O fundamental aqui é expor como a comparação em História é uma metodologia que amplia o leque de abordagens disponíveis nas mãos dos pesquisadores. É interessante entender que as relações de negociações locais não são extremamente diferentes se observadas num quadro macrossocial. A expressão dos atores pode até mudar, mas sua importância cênica não.

² Cf. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **El Feudalismo**. Madrid: Alba Libros, 2005 e MARÍN GELABERT, Miquel A. **Los historiadores españoles en el franquismo, 1948-1975. La historia local al servicio de la pátria**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2004. Sobre a questão documental: LINEHAN, Peter. **Historia e Historiadores de la España Medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011.

³ Sobre uma abordagem totalizante da História, seguimos de perto os passos de Marc Bloch e, conseqüentemente, de Georges Duby em seus trabalhos mais clássicos. Sobre isso ver: DOSSE, François. Georges Duby, o historiador da globalidade. In: _____. **A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 101-110.

Ao mesmo tempo, consideramos neste artigo que o exame comparativo das relações de negociação e a presença do *poder senhorial-episcopal* não envolve somente a análise profunda da documentação medieval preservada, mas, também, a própria historiografia produzida, incluindo os silêncios e os conflitos acadêmicos que estão relacionados ao seu estudo.

Assim, ao analisar comparativamente como os bispos de Santiago de Compostela e Sigüenza, respectivamente, Diego Gelmírez e Bernardo de Agen, agiram diante da monarquia castelhano-leonesa de Alfonso VII, pretendemos demonstrar as similitudes e diferenças identificadas nas relações de negociação senhoriais mantidas entre eles e, ao mesmo tempo, identificar se o *poder senhorial-episcopal* variava ou não como ponto fulcral de alcance dos objetivos traçados e os resultados adquiridos pelos episcopados durante as negociações com a coroa.

O plano de fundo conceitual e metodológico: *Senhorio, Poder senhorial-episcopal* e a Comparação de Jürgen Kocka

Temos entendido o *senhorio* (*dominium*) à luz dos estudos conduzidos pelo medievalista francês Alain Guerreau, que o entende como a

relación social entre dominantes y dominados en la que los dominantes ejercían *simultaneamente* un poder sobre los hombres y sobre las tierras; la organización de los grupos dominantes estaba concebida de tal forma que estos dos aspectos no podían dissociarse, no sólo globalmente, sino también y sobre todo a escala local (este es un punto crucial): el ejercicio de la autoridad social concreta (mantenimiento del orden interno y externo, control de las actividades de importancia general) estaba en manos de aquellos que disponían, en lo esencial, del control de la tierra y se adjudicaban una parte de los productos del trabajo de quienes la cultivaban.⁴

Ora, diante disso, não há outro caminho senão partir da compreensão do *senhorio* – enquanto conceito⁵ – como um poder generalizante oriundo,

⁴ GUERRAU, Alain. **El futuro de un pasado. La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002. p. 21. Ver também: _____. El concepto de feudalismo: Génesis, evolución y significación actual. In: ESTEPA, Carlos; PLACIDO, Domingo. (Coords.); TRIAS, Juan. (Ed.). **Transiciones en la antigüedad y feudalismo**. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998.; _____. **Feudalismo: Um horizonte teórico**. Lisboa: Edições 70, 1980.

⁵ É importante ressaltar que apesar de não utilizarmos como o autor o termo latino *dominium*, estamos empregando a palavra *senhorio* no sentido dado por ele, por isso o uso do itálico para destaca-lo. É evidente que Guerreau optou desde sempre em seus trabalhos pela sua latinização não

propriamente dito, de uma terra. Mesmo que consideremos o quanto ele se transmuta nos mais diversos tipos de definições de poderes,⁶ incluindo o *poder senhorial-episcopal*, não haverá outra escapatória – e a documentação é bem evidente quanto a isso: ele sempre esteve intimamente vinculado ao aspecto agrário, material e, conseqüentemente, seu uso para dominação.

Por sua vez, o *poder senhorial-episcopal* é, antes de mais nada, um *modus operandi* dos processos de negociação presentes e necessários durante a Idade Média Central, cuja legitimidade do governo episcopal estava em constante bombardeamento de forças (papado, monarquias e esferas, das mais diversas, da multifacetada aristocracia senhorial). Este tipo de poder expressa o quanto o cotidiano de tensionamentos estabelecia uma interdependência de cunho horizontal entre as variadas instâncias, ao contrário do que transparece o discurso centralizador de alguns braços da historiografia vigente.⁷

O *poder senhorial-episcopal* tem sua autoridade reconhecida pela monarquia castelhana-leonesa que entre meados do século XI e durante todo o século XII estava num confuso processo de legitimação sujeito à forma como as doações dos senhorios aos bispos seriam manuseadas por aqueles que as recebessem. A partir de uma perspectiva mais ampla, focada nas negociações, seria um equívoco afirmar que houve tentativas explícitas de “usurpação” da posição monárquica de Castela e Leão pelos senhores-bispos. Ao contrário, o que deve ser enfatizado é um constante jogo político e institucional de interdependência de ambas as partes.

somente por questões linguísticas, mas por posicionamento teórico. Entendemos que uma vez exposto seu conceito, a utilização do termo em português não é prejudicial à concepção do autor. Nossa opção é meramente estilística no que diz respeito a escrita, mesmo sendo o conceito um alicerce fundamental às nossas reflexões. Deste modo, alertamos que quando nos referirmos à terra senhorizada, entregue como senhorio, redigiremos sem itálico.

⁶ Cf. BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v., V. 2, p. 465-476.

⁷ Não estamos sozinhos nessa concepção. Dois interessantes textos são fundamentais para uma melhor compressão desta crítica sobre a centralização para Idade Média: COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Orgs.). **A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX**. Campinas-SP/ São Paulo-SP: Unicamp/ Fap-Unifesp, 2014. p. 39-62 e ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la “Chronica Adefonsi imperatoris”. In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel; ESCALONA MONGE, Julio; MARTIN, Georges. (Coord.). **Lucha política: condena y legitimación en la España medieval**. Lyon: ENS, 2004. p. 101-152.

Isso significa que, para a legitimação e a conseqüente manutenção do *status quo* da monarquia, foi elaborada uma complexa dinâmica de vínculos. E o principal caminho para isso foram as doações de senhorios, possibilitando à coroa castelhano-leonesa obter bases para sua legitimação e, ao mesmo tempo, almejar obediência dos episcopados. Aos senhorios episcopais também era frutífera tal prática, uma vez que se reconhecia a pertinência e a influência eclesiástica nos assuntos institucionais da monarquia naquele período. Ou seja, tal instituição estava estritamente vinculada aos ventos da Igreja como organização cujo poder estava em franco crescimento.

O que acaba se explicitando, cada vez mais, é uma dependência monárquica, de cunho local, aos senhorios episcopais e vice-versa. Ou seja, entre essa constante variação entre quem manda e quem obedece encontrava-se a prerrogativa do *poder senhorial-episcopal*, força essa que poderia minar ou fortalecer a legitimidade da coroa de Castela-Leão.⁸

No caso de análise comparativa específica deste artigo, observamos uma constante busca por alianças que se desfazem e refazem constantemente entre Compostela, Sigüenza e a monarquia, justamente, por meio das muitas doações realizadas por Alfonso VII aos senhores-bispos Diego Gelmírez e Bernardo de Ajen. Percebe-se, tal qual Julio Escalona Monge aborda em seu estudo sobre nobreza e monarquia,⁹ que as tradicionais fórmulas senhorio episcopal submetido = monarquia forte *versus* monarquia enfraquecida = senhorio episcopal insurgente, não se aplicam, ao menos nos casos aqui apresentados.¹⁰

Porém, nem sempre as doações eram efetivadas rapidamente ou como descrito nos documentos, *in perpetuum*. Isso obrigava os senhores-bispos estarem em constante alerta e, de certo modo, também os reis e a aristocracia à qual faziam parte juntamente com os próprios bispos. Toda essa preocupação se justificava, pois o que estava em jogo era o senhorio enquanto um dos principais instrumentos para expansão e manutenção da legitimidade monárquica no contexto de tensões que foram os anos finais do século XI e todo o século XII. Ou seja, sem as doações,

⁸ Sobre isso ver: ESCALONA MONGE, J. Op. Cit., p. 102 e 103.

⁹ Idem.

¹⁰ Entretanto, mesmo que essa afirmativa nos exponha a críticas, consideramos que a realidade não será muito diferente quando se coloca em xeque outros senhorios episcopais europeus.

bispos e reis se viam abalados em autoridade e legitimidade, tornando as relações internas na aristocracia ainda mais conturbadas do que já eram.

O que se identifica é que para os episcopados, as doações senhoriais contribuíam para ajudar a colocar sob seu controle as muitas forças de ação no interior dos seus domínios – mais uma vez, a aristocracia; os vilões; as forças islâmicas, etc. Para a monarquia, por sua vez, não concretizar suas promessas significava a perda do apoio desses mesmos episcopados, fosse no processo de legitimidade ou no desenvolvimento e legitimação do empreendimento que, posteriormente, a historiografia viria chamar de *Reconquista*.¹¹ Mas, de maneira quase paradoxal – e que sustenta o argumento de “relações de negociação” –, é possível compreender os motivos pelos quais muitas vezes a coroa adiava seus dons ou mesmo suprimia tais prerrogativas: Ao outorgar senhorios às dioceses, ela não estava isenta de correr riscos como ter que lidar com senhores-bispos cada vez mais fortalecidos em âmbito local, já que exerciam o *poder senhorial-episcopal* de fato, e isso, evidentemente, desaguaria em problemas fora do próprio território senhorial episcopal, alargando a fronteira monárquica de problemas.

Deve ficar claro que a doação de um senhorio a um bispo ia muito além da simples concessão de um pedaço territorial a ser ocupado e administrado por ele ou o cabido para manutenção de seu sustento em nome de um poder central (monarquia) frente a um poder periférico (senhorios) na Idade Média Central. Mais uma vez, pensar desta maneira – centralidade *versus* periferia – é incorrer num grande equívoco sobre como se davam as relações políticas baseadas em complexas negociações. Mesmo um *pro remissione peccatorum* ou um *remedio animarum*, expressões constantemente encontradas nos documentos diplomáticos, devem ser vistos além da conhecida característica da religiosidade cristã medieval,

¹¹ Cf. GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**. Granada: Universidad de Granada, 2010.; LOMAX, Derek W. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica, 1984.; RÍOS SALOMA, Martín Federico. **La Reconquista: Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)**. México/ Madrid: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas/ Marcial Pons História, 2011.; _____. La “Reconquista”: una aspiración peninsular? Estudio comparativo entre dos tradiciones Historiográficas. **Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre**, Auxerre, n. 2, 2008.; _____. De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX). **En la España medieval**, Madrid, n. 28, p. 379-414, 2005.; VANOLI, Alessandro. L’invenzione della *Reconquista*. Note sulla storia di una parola. **Reti Medievali Rivista**, Napoli, n. 9, p. 1-13, 2008, entre outros.

sendo inseridos, na verdade, em um jogo de estratégias políticas e institucionais. O próprio recebimento do senhorio, subentendia algum tipo de retorno do senhor-bispo ao doador, nem que fosse uma obediência futura, da mesma forma como a doação poderia representar uma busca de quem doava por aliança, um meio de provocar a adesão e comprometimento para superação de obstáculos presentes em sua efetiva posição de negociação.

A doação de senhorios aos bispos pressupunha, por um lado, a necessidade da coroa de firmar sua presença nominal nos territórios recém-conquistados, o que só poderia, em tese, ser atingido pela “legitimidade monárquica”. Tal legitimidade é complexa de se alcançar e que, nesse caso, estava vinculada, entre outros aspectos, ao apoio episcopal, representado pelo reconhecimento da condição monárquica de doar e efetivar suas doações. Mas, por outro lado, tais dons também criavam a possibilidade eclesiástica de reclamar para si o direito dela mesma doar por meio do exercício do *poder senhorial-episcopal* em suas mãos e assim, inclusive, fortalecer cada vez mais sua autoridade e legitimidade diocesana. Percebe-se, desta maneira, um complexo quadro de interesses conflitantes entre os senhorios episcopais e a coroa castelhano-leonesa em âmbito local, onde a autoridade da monarquia não se fazia diretamente presente, o que nos leva a afirmar que as tensões geradas por essa condição só poderiam ser harmonizadas através da negociação entre tais instituições.

O palco social de relações observadas entre os senhorios episcopais e a monarquia é extremamente complicado, por isso mesmo defendemos que, metodologicamente, uma abordagem alicerçada no método comparativo em História é fundamental, já que há o pressuposto de que sempre ocorrerão diferenças – sutis ou expressivas – entre as relações de negociação entre cada um desses senhores-bispos com Alfonso VII, principalmente em se tratando de aspectos como, por exemplo, os limites do *poder senhorial-episcopal* exercido por Diego Gelmírez, em Santiago de Compostela e Bernardo de Agen, em Sigüenza. Ou até mesmo os laços de dependência mútua entre cada um deles com a monarquia.

Para nós, tais limites e abrangências só podem ser verificados com segurança se levados em consideração os aspectos específicos de cada um destes

senhorios episcopais e as doações que conseguiram pleitear e obter no período em questão.

Sendo assim, a comparação é um fator primordial, pois ela é capaz de possibilitar uma visão mais ampla das complexidades e mesmo contradições em que estiveram sustentadas as relações de negociação entre a monarquia e esses dois senhorios episcopais, assim como as estratégias e táticas utilizadas para a amenização das tensões surgidas no caminho, fosse por um ou por outro.

Ao mesmo tempo, em nenhum momento ela é incompatível com uma abordagem de cunho totalizante, não obstante, buscarmos especificidades entre os objetos comparados, pois o ponto de acordo comum é a presença incontestável do *poder senhorial-episcopal* em tais negociações. Para nós, as similitudes e diferenças observadas a partir da comparação são instrumentos essenciais para catapultar um olhar mais longínquo, saindo da zona de conforto de territorialidades próximas, chegando, assim, na expansão das fronteiras e o quanto o espaço fronteiro é profícuo para gerar novas interpretações.

Em suma, é indiscutível que a melhor maneira de demonstrar e compreender o fenômeno senhorial e como o *senhorio* e o *poder senhorial-episcopal* agiram na Idade Média Central seja por meio do estudo comparado das relações oriundas da *Sociedade Senhorial*.¹² Especificamente neste artigo, isto é feito focando nas negociações políticas; no exercício, mesmo que limitado em nossa demonstração, da autoridade do *poder senhorial-episcopal* e, finalmente, nos níveis dependência mútua entre as instituições monárquica e eclesiástica. Ou como preferimos denominar: interdependências.

Mesmo reconhecendo a existência de diversos tipos de abordagem metodológicas de História Comparada, temos, já algum tempo nos baseado nos estudos empreendidos pelo historiador alemão Jürgen Kocka.¹³ Ele ressalta que

¹² O uso do conceito de *Sociedade Senhorial* em substituição ao consolidado *Sociedade Feudal*, por si só, merece um estudo e um artigo crítico específicos. Contudo, é importante ressaltar que mesmo identificado no clássico livro do historiador francês Marc Bloch em nosso trabalho, defendemos ser o senhorio um elemento mais fundamental de compreensão das relações de poder nas sociedades europeias do que o *feudo*. Mais do que mero uso semântico, para nós, *Sociedade Senhorial* tem um fundo teórico e metodológico. Ver: BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2015.

¹³ Cf. KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**, Middletown, n. 42, p. 39-44, fev. 2003. As transcrições desse artigo foram feitas a partir da tradução elaborada por Maria Elisa Bustamante.

“comparar em História significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas singularidades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetos intelectuais”.¹⁴

O mais importante destacado por ele é que, não necessariamente, tais fenômenos devam ser de sociedades diferentes, podendo-se, também, estabelecer uma comparação de possíveis similitudes e/ou diferenças de um fenômeno social local.¹⁵

Entendemos como fenômeno social em nossas reflexões apresentadas neste artigo, o exercício da autoridade oriunda do *poder senhorial-episcopal*. Ou, ainda, a maneira como se desenvolveram, durante a primeira metade do século XII, as relações de negociação e de interdependência entre a monarquia e os senhorios episcopais.

Este modo de comparação, na qual selecionamos núcleos isolados de análise e contrapomos seus resultados, possibilita uma maior segurança para alcançar objetivos intelectuais, tais como entender se as relações de dependência entre a monarquia castelhano-leonesa e os senhorios episcopais se diferenciavam ou não a partir de interesses específicos, pressões políticas, contexto militar, religioso, a dignidade eclesiástica de cada uma das igrejas, o histórico dos bispos, etc.

Esta preocupação está em sintonia com a proposta de Kocka, quando afirma que

o ato de comparação pressupõe a separação analítica dos casos a serem comparados. Mas, isto não significa ignorar ou negligenciar as inter-relações entre estes casos (se e na extensão de que estas existam). Ao invés disto, tais inter-relações devem se tornar parte do esquema comparativo através de sua análise como fatores que levaram a similaridades ou diferenças, convergência ou divergência entre os casos que se compara.¹⁶

Resta do exercício comparativo verificar de que maneira e em até que ponto a autoridade do *poder senhorial-episcopal* foi exercida por cada um dos bispos e, nos dois casos, qual o nível de interdependência entre cada um deles e a coroa.

¹⁴ KOCKA, G. Op. Cit., p. 39.

¹⁵ Cf. Idem.

¹⁶ Ibidem. p. 44.

Além de percebermos de maneira mais evidente o papel das doações senhoriais nas negociações travadas em meio ao clima de tensão daquele período.

Não podemos ignorar o quanto cada um desses senhorios episcopais contribuiu ou dificultou a legitimação da monarquia castelhano-leonesa de Alfonso VII, à medida que ele, ora apenas prometia, mas em outros momentos efetivava suas doações senhoriais. Cabe ressaltar que procuramos não naturalizar tal exercício, pois merece atenção o fato da própria monarquia também ser detentora de senhorios, inclusive tendo sido recebidos de outras instâncias.

A seguir demonstraremos por meio da comparação histórica como o *poder senhorial-episcopal* agiu no processo de negociação entre as dioceses de Santiago de Compostela e Sigüenza com a monarquia de Castela e Leão e os impactos em sua história política.

Tempo de buscar e tempo de perder: as negociações entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a monarquia castelhano-leonesa

Durante a Idade Média, a Igreja de Santiago de Compostela possuiu um total de 527 senhorios, entre direitos, privilégios e territórios. Ela superou em número a Igreja de Toledo, outra importante sede senhorial-episcopal, que, por sua vez detinha o total de 172 senhorios. Seu bispo mais proeminente, Diego Gelmírez, se viu diante, cada vez mais, de uma trajetória de duplo fortalecimento de sua Igreja tanto como senhorio como diocese, possibilitando, deste modo, seu crescimento patrimonial e o exercício de sua autoridade através do *poder senhorial-episcopal*.¹⁷

Por sua vez, a diocese de Sigüenza, não possuiu o mesmo impressionante quantitativo de senhorios como a sede compostelana. Conforme o clássico estudo de Manuel Pérez Villamil, esta Sé, durante a Idade Média, foi detentora de apenas oito senhorios.¹⁸ No entanto, seus bispos, entre os séculos XII e XVI, gozaram de uma expressiva influência em outros palcos de poder, como no apoio militar e,

¹⁷ PÉREZ VILLAMIL, Manuel. El señorío temporal de los obispos de España en la Edad Media. Informe dado à la Real Academia de la Historia con motivo de la "Historia de la Antiquísima Villa de Albalate del Arzobispo". **Boletín de la Real Academia de la Historia**, Madrid, t. 68, p. 361-390, 1916. p. 386-388.

¹⁸ Idem. p. 388.

também, junto a Igreja de Roma, além de uma proeminente história de relações políticas com os mais diversos governos espanhóis.¹⁹

As ascensões políticas de Diego Gelmírez e de Bernardo de Agen – como a de tantos outros bispos medievais – são interessantes exemplos das relações personalistas que permearam a política eclesiástica medieval e que deram rumos aos mandos e desmandos territoriais tanto de dioceses como de monarquias. Suas trajetórias são emblemáticas demonstrações de como os bispos na Idade Média eram exímios estrategistas, habilidosos negociadores e, acima de tudo, sabiam aplicar muito bem a lógica de que havia um “tempo de matar, e tempo de curar”.²⁰

Seus feitos foram perpetuados por meio de documentos variados que vão desde crônicas redigidas sob suas próprias tutelas, verdadeiras propagandas contemporâneas de seus sucessos e que sacralizam uma memória episcopal quase sobrenatural, até inúmeras cartas diplomáticas que enumeram direitos conquistados e, principalmente, os senhorios adquiridos.

No caso específico de nossa análise, dois compêndios documentais são emblemáticos para o estudo das relações de negociação entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a monarquia castelhana-leonesa no período de governo de Alfonso VII, mas, sobretudo, a respeito das manifestações do *poder senhorial-episcopal* no período: *O Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela e Coleção Diplomática da Diocese de Sigüenza.²¹

Neles é possível verificar um número considerável de descrições das doações senhoriais efetivadas por Alfonso VII junto a Gelmírez e Bernardo de Sigüenza e se cotejados com a riqueza de detalhes presentes em crônicas como a

¹⁹ É possível verificar nas mais diversas documentações diplomáticas a presença de bispos seguntinos em campanhas armadas dos reis castelhanos-leoneses, como também em importantes concílios.

²⁰ Eclesiastes, cap. 3, vs. 3. *In. Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

²¹ **Colección Diplomática**. *In: MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII*. Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1. p. 347-389. (Anos de 1124-1151) e **La Documentación del Tumbo a de la Catedral de Santiago de Compostela**. Estudio y Edición de Manuel Lucas Álvarez. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, Caja de España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte Piedad, Archivo Histórico Diocesano, 1997.

Historia Compostelana e a *Chronica Adefonsi Imperatoris*²² é possível ir além do *mais do mesmo* ou do *ron ron devoto* da historiografia.²³

De todo modo, é impossível entender a ascensão senhorial episcopal desses dois homens nesses documentos ignorando um outro ator fundamental para nossa análise: Alfonso VII.

Ele foi coroado em Leão, em março de 1126, como relata a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, num contexto de desordens na qual se encontrava grande parte do território castelhano-leonês, incluindo a pressão cada vez maior exercida pela sua tia Teresa e seu primo Alfonso Henriques, em Portugal e um rival de peso em Aragão, Alfonso I, o Batalhador.

Os senhores galegos não tardaram em reconhecer a coroação do novo rei e prontamente, assim como Diego Gelmírez, que havia colocado, no ano de 1126, em Leão, a coroa sobre sua cabeça, foram lhe prestar homenagem e se submeter à sua autoridade:

García Iñiguez, que possuía por tenência Cea, Diego Muñoz de Saldaña, Rodrigo Vela, conde de Galícia, que possuía por tenência Sarria, o conde Guitierre, irmão do conde Suero, que havia feito a paz com o rei em Galícia, assim como os filhos do grande senhor Pedro Fróilaz, entre os que estiveram Rodrigo, que depois o rei nomeou cônsul, e Velasco, García e Bermudo, que possuíam por tenência extensos domínios na Galícia, o conde Gómez Nuño e Fernando Juan junto com o arcebispo da sede compostelana, dom Diego, e com muitos outros bispos e abades da Galícia se apresentaram diante do rei e com suplicante lealdade se submeteram a sua autoridade em Zamora. Da mesma maneira, também toda a zona fronteira que estava do outro lado do Doro se entregou a autoridade do rei por meio dos duques.²⁴

²² **Historia Compostelana**. Introducción, traducción, notas y índices de Emma Falque. Madrid: Akal, 1994 e **Chronica Adefonsi Imperatoris**. Edidit Antonio Maya Sáchez. In: **Chronica Hispana Saecvli XII, Pars I, Corpvs Christianorvm, Continuatío Medieualis, LXXI**. Ed. de Antonio Maya, Emma Falque et Juan Gil. Turnholti: Tipographi Brepols Editores Pontificii, 1990. p. 109-248.

²³ Cf. GUERRAU, **Feudalismo: um horizonte...** Op. Cit., p. 20.

²⁴ **Chronica Adefonsi Imperatoris**, I, 5. p. 152: "*Garsia Enequici, qui tenebat Ceiam, Didacus Munionis de Saldania, Rodericus Vele comes Galletie, qui tenebat Sarriam, comes Guterrius, frater comitis Suarii, qui in Galletia cum rege pacem fecerat, necnon et filii Petri Foile consulis, in quibus fuit Rodericus, qui postea ab illo factus est cônsul, necnon Velasco uero et Garsia et Vermutus, qui maximos honores in Galletia tenebant, et comes Gomez Munici et Fredinandus Iohannis cum archiepiscopo Compostellane sedis domino Didaco multisque aliis episcopis et abbatibus Galletie ad regem uenurunt et in Zamora suplici deuotione se illius imperiis subdiderunt. Similiter et omnis Extremitas, que trans flúmen Dorii habebatur, império regis manibus ducum tradita est*". Tradução nossa.

Alfonso VII de pouco a pouco foi galgando mais alianças e, claro, novos conflitos internos e externos. No que tange o nosso principal interesse – que são suas relações com o senhor-bispo compostelano – podemos verificar que um dos primeiros momentos de tensão entre Gelmírez e o jovem monarca ocorreu bem antes da coroação, e isso pode ser constatado numa carta assinada por ele e sua mãe, Urraca, ainda em 1124 ou 1125, e destinada ao senhor-bispo de Santiago de Compostela.²⁵

Neste documento, no qual já se percebe, inclusive, o nome de Alfonso precedendo o de sua mãe, os dois advertem o arcebispo e o “aconselham” a não “incomodar” de modo algum a dignidade da Igreja de Toledo, vacante naquele momento devido à morte de Bernardo de Sahagún – não nos esqueçamos que tal Igreja durante muito tempo teve seu arcebispo como Legado Pontifício, tendo sido ele, também, figura muito influente na monarquia castelhano-leonesa desde os tempos de Alfonso VI, pai de Urraca.

Para nós, a preocupação tanto da rainha-mãe como de Alfonso VII, se deu pelo fato do crescimento cada vez maior do *poder senhorial-episcopal* de Gelmírez e se ele colocasse as mãos em Toledo, a tensão de poderes entre o senhor-bispo e a monarquia estabeleceria conflitos ainda mais carregados do que havia ocorrido até então.

De todo modo, o foco político de Alfonso VII assim que subiu ao trono castelhano-leonês, não estava exatamente na Galiza e nas estratégias de Diego Gelmírez, ao menos no que diz respeito a consolidar a legitimidade de sua autoridade e no exercício de seu poder monárquico naquela região. Porém, no caso específico de suas relações com o senhorio episcopal compostelano, não tardou em chamar sua atenção o alcance econômico que possuía o senhor-bispo e sua sede. E para um governo em vias de ampla expansão territorial e em constante enfrentamento com Alfonso I de Aragão – que continuava pleiteando o título de *Imperador* –, a busca por financiamento para a manutenção de tropas era primordial para galgar o sucesso de suas campanhas. Assim, Alfonso VII viu em

²⁵ Cf. **Diplomario de la Reina Urraca de Castilla y León (1109-1126)**. Edición y índices por Cristina Monterde Albiac. Zaragoza: Anubar, 1996. Doc. 195 – 1124. p. 288.

Santiago de Compostela uma fundamental fonte de recursos e ele sabia que tinha a frente um poderoso senhor-episcopal com quem negociar.

Diego Gelmírez acumulou no decorrer de seus vinte e cinco anos de pontificado, apesar dos inúmeros gastos, uma rica reserva de numerários no Tesouro da Igreja de Santiago de Compostela. Por este motivo, ao longo de todo o seu reinado, Alfonso VII pressionará economicamente o arcebispado buscando financiamento para o pagamento de seus cavaleiros.

De certa maneira, assim como no reinado de sua mãe, e talvez ainda mais, o monarca castelhano-leonês empreendeu uma política de distribuição territorial com o objetivo de realizar doações de benefícios. Para Manuel Recuero Astray:

Es indudable que lo hace con el fin de asegurarse la fidelidad y los servicios de muchos, en un reino que recibió ya en circunstancias críticas. Pero es que, además, aunque esas circunstancias se llegaran a superar, las donaciones reales fueron siempre el medio esencial para mantener y premiar a todos aquellos que participaban en sus empresas o le servían de alguna forma.²⁶

Isso também explica a pressão feita sobre os senhorios, principalmente, eclesiásticos, para a obtenção cada vez maior de instrumentos para empreender suas campanhas. Em troca, a monarquia castelhano-leonesa abria mão de direitos jurisdicionais e territoriais através de doações senhoriais. Nas relações complexas entre Santiago de Compostela e a coroa de Castela e Leão continuava demarcada a necessidade, verificada nos períodos anteriores, de abrir mão para receber.

Uma das principais estratégias monárquicas do período de governo de Alfonso VII, influenciado pelos principais rivais gelmirianos, foi solicitar uma parte do dinheiro do Tesouro da Catedral compostelana, assim o rei poderia pagar suas mesnadas mercenárias. A *Historia Compostelana* é rica em detalhes quanto a esse aspecto da relação entre a monarquia castelhano-leonesa e o senhorio episcopal jacobeu.²⁷

Seguindo a mesma lógica relacional, observamos no decorrer das interações entre o senhorio episcopal e a monarquia castelhano-leonesa, nas décadas iniciais

²⁶ RECUERO ASTRAY, Manuel. Donaciones de Alfonso VII a sus fieles y servidores. **En la España medieval**, Madrid, n. 9, p. 897-914, 1986. p. 898.

²⁷ Cf. **Historia Compostelana**, Libro II, LXXXV, p. 469 e 470.

do século XII, que Diego Gelmírez não é totalmente lesado nos acordos firmados com Alfonso VII. Ao menos é o que demonstra a documentação do *Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela e a narrativa da *Historia Compostelana*.

No dia 13 de novembro de 1127, Alfonso VII emitiu três importantes documentos à Igreja de Santiago de Compostela e todos eles, de alguma maneira, favoreciam diretamente o exercício do *poder senhorial-episcopal* de Diego Gelmírez.

O primeiro deles foi a confirmação de uma doação realizada por sua mãe, em 1120, que, entre outras coisas, delimitava o couto do senhorio episcopal compostelano do rio Isso até o mar e do rio Tambre ao Ulla.²⁸ Alfonso VII reafirmou assim o alcance senhorial da Igreja de Santiago de Compostela.

Em seguida, diante do desconforto criado pelas tensões entre o poder monárquico e o *poder senhorial-episcopal*, o monarca castelhano-leonês solicitou sua aceitação como cônego da Igreja compostelana, claramente como uma estratégia de negociação:

Hay algo por lo que yo me alegraría no poco, si pudiera conseguirlo de vos. Pues quisiera, si agradara a Dios, a Santiago y a vos, ser hecho canónigo de esta iglesia y ser tanto en vida como una vez muerto coheredero y partícipe de todas sus limosnas, misas, oraciones y otros sufragios como uno de los canónigos. Pues si más constancia y razón mis rivales y adversarios y defender los derechos de la misma iglesia con la ayuda de Dios.²⁹

Após ser aceito pelo cabido, como confirma um documento presente no *Tumbo A*,³⁰ Alfonso VII, segundo a *Historia Compostela*, encomendou seu corpo e sua alma às mãos de Diego Gelmírez e do cabido, prometendo diante de todos que, qual fosse o lugar de sua morte, seu corpo seria levado à igreja de Santiago e ali enterrado.³¹ Não coincidentemente, feita sua inserção no corpo canônico, o cronista da *Historia Compostelana* afirma que “sin que lo supiera antes ni el arzobispo ni ninguno de los otros”, um dos cônegos se levantou em meio ao capítulo e disse:

²⁸ Cf. **Tumbo A**. Doc. 98 – 13 de novembro de 1127. p. 242-244. Ver também o emitido por Urraca: **Tumbo A**. Doc. 83 – 13 de junho de 1120. p. 216-217.

²⁹ **Historia Compostelana**, Libro II, cap. LXXXVII, p. 478.

³⁰ **Tumbo A**. Doc. 100 – 13 de novembro de 1127. p. 245-247.

³¹ **Historia Compostelana**, Libro II, cap. LXXXVII, p. 478. No entanto, quando, em 1157, Alfonso VII morreu, seu corpo foi sepultado em Toledo.

Señor rey, has recibido el beneficio de nuestra iglesia en el capítulo, he aquí has sido convertido en uno de nosotros. Será necesario que nosotros celebremos tu aniversario cada año, si queremos seguir y observar la regla de la justicia y los ejemplos de tu padre, de tu madre y de los buenos reyes y príncipes, que encomiendan sus cuerpos y sus almas a las personas eclesiásticas y a las iglesias. Pues los buenos reyes y los buenos príncipes prometen y regalan por la celebración de su aniversario algo de sus posesiones o señoríos a la iglesia en la que han de ser enterrados. Y ciertamente nosotros queremos y te rogamos que sigas los pasos de éstos para beneficio y salvación de tu alma y ofrezcas algún señorío o heredad a esta iglesia por la celebración de tu aniversario.³²

Não podemos afirmar que Diego Gelmírez não sabia realmente da atitude de seu cônego, tampouco se Alfonso VII não tinha noção de suas obrigações, e mais ainda que tudo aconteceu exatamente desta forma, pois essa é apenas uma versão narrativa dos fatos. Contudo, não podemos ignorar que tal normativa era de conhecimento de todos, fossem clérigos ou laicos, principalmente, na condição de constantes doações que fundamentavam suas relações.

De qualquer maneira, a suposta atitude do cônego surtiu para o senhorio episcopal jacobeu a importante doação do castelo de São Jorge.³³ Segundo Barrero Somoza, a Igreja de Santiago de Compostela havia recebido este castelo, juntamente com o de Canedo, como doação de Bermudo III, em 1028. Os mesmos ficavam localizados na faixa da costa atlântica, próximo a Finisterre, na chamada terra de Carnota, delimitados pelos rios Tambre e Ezaro. Ainda segundo o autor: “El castillo de San Jorge fue enajenado por Pedro Vimáraz, administrador regio tras la deposición de Diego Peláez, y pasó a la familia de Traba como tenencia regia”.³⁴

Ao conseguir sua devolução e reintegração ao senhorio episcopal de Santiago de Compostela, por meio desta concessão de Alfonso VII, o senhor-bispo Diego Gelmírez conseguiu ampliar ainda mais o domínio jurisdicional da sua Igreja às terras situadas mais ao norte. Além de, segundo o *Tumbo A* e a *Historia*

³² Ibidem. p. 479.

³³ Cf. **Tumbo A**. Doc. 99 – 13 de novembro de 1127. p. 244-245.

³⁴ BARRERO SOMOZA, José. **El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)**. La Coruña: Diputación Provincial de A Coruña, 1987. p. 317.

Compostelana, ter recebido homenagem e fidelidade do conde Rodrigo Pérez de Traba, o que, certamente, descontentou este último.³⁵

O senhorio episcopal jacobeu não deixou de prosseguir adquirindo direitos e ampliando seu poderio, cada vez mais equilibrando sua posição diante da monarquia castelhano-leonesa. Exemplo disso é o decreto firmado por Alfonso VII, em 1128, no qual determinou que no caso de vacância no senhorio-arcebispal compostelano, a administração recaia sob a responsabilidade do cabido até que um novo pontífice fosse eleito.³⁶

Na presença de diversos bispos, inclusive Bernardo de Sigüenza, cujo senhorio episcopal analisaremos mais a seguir, Alfonso VII afirmou que:

Quando el actual arzobispo Diego o cualquiera de sus sucesores pague la deuda a la naturaleza, ni yo ni ninguno de mis sucesores ni ninguna persona seglar tengamos ningún derecho ni ninguna potestad en toda la iglesia de Santiago o en los castillos y señoríos que le pertenecen, ni permitamos que ninguno lo tenga, sino que toda la iglesia y todo su señorío permanezca y se mantenga tranquilamente y si ningún ataque en poder y disposición de los canónigos de esta iglesia, hasta que sea hecha por dichos canónigos digna, santa y religiosa elección de arzobispo.³⁷

Assim a Igreja de Compostela teve, em tese, a garantia da não dissolução de suas conquistas senhoriais no decorrer do episcopado de Diego Gelmírez e de seus sucessores, mesmo quando houvesse vacância. Ainda em 1129, mais uma vez, Diego Gelmírez se viu diante das pressões de Alfonso VII por ajuda financeira e, novamente, as tensões entre o *poder senhorial-episcopal* e monárquico foram postos a prova.³⁸

No geral, durante todo o governo senhorial episcopal de Diego Gelmírez, idas e vindas e acordos e desacordos foram firmados para um único objetivo de

³⁵ Cf. **Tumbo A**. Doc. 99 – 13 de novembro de 1127. p. 244-245 e **Historia Compostelana**, Libro II, cap. LXXXVII, p. 479.

³⁶ Cf. **Tumbo A**. Doc. 104 – 25 de maio de 1128. p. 253-256.

³⁷ **Historia Compostelana**, Libro II, cap. XCII, p. 485. Há uma pequena discrepância entre o que é reproduzido na *Historia Compostelana* e o que consta no *Tumbo A*. Por exemplo, a disposição dos nomes dos confirmantes é, praticamente, invertida. No primeiro documento verifica-se em primeiro plano, após Alfonso VII, o nome dos principais condes, quanto no *Tumbo A* temos, logo após o monarca, o arcebispo de Toledo, Raimundo, seguido pelos bispos: Pedro de Segóvia, Bernardo de Sigüenza, Bernardo de Osma e Sacho de Ávila. Cf. **Tumbo A**. Doc. 104 – 25 de maio de 1128, p. 255.

³⁸ Cf. **Historia Compostelana**, Libro III, cap. XII. p. 511-512.

sua parte: A consolidação de seu *poder senhorial-episcopal*. E da parte de Alfonso VII e dos governantes que o antecederam a máxima bíblica foi verdadeira: “tempo de guerra, e tempo de paz”.³⁹

Cabe agora analisarmos a ação deste mesmo *poder senhorial-episcopal* em outro espaço de negociações políticas: A diocese de Sigüenza.

Bernardo de Agen chegou à Península Ibérica, aproximadamente em 1098, com 18 anos. Ele e seu irmão Pedro, futuro bispo de Palencia, serviram durante seus primeiros anos ao arcebispo de Toledo, Bernardo Sahagún.

Se pressupormos que Bernardo de Toledo, ao formar seu séquito eclesiástico foi o patrocinador da vinda dos jovens Bernardo e Pedro, podemos inferir que assim como o prelado toledano, estes tiveram suas formações iniciais em Cluny ou no mosteiro de Sahagún, onde o arcebispo foi abade.

Diferentemente de Diego Gelmírez, a trajetória de Bernardo de Sigüenza esteve intimamente vinculada a sua atuação junto a empreitadas militares. Mesmo a documentação demonstrando os feitos bélicos do senhor-bispo compostelano, é inegável que seu crescimento enquanto senhor episcopal se iniciou por trás da coxia, enquanto seu contemporâneo Bernardo, de pouco a pouco, construiu seu *poder senhorial-episcopal* nos palcos de batalha castelhanos.

Quando reconquistou, entre 1123 ou 1124,⁴⁰ a cidade de Sigüenza – capital de seu bispado – e adentrou seu pórtico destruído após seus embates com os islâmicos que a possuíam há alguns séculos, Bernardo de Agen já aparecia como bispo seguntino, em 1115, confirmando as atas do Concilio de Oviedo.⁴¹ No entanto, em um documento datado de 1144, no qual faz algumas doações ao cabido, afirma ser aquele o vigésimo terceiro ano de sua consagração.⁴² Se

³⁹ Eclesiastes, cap. 3, vs. 8. *In.: Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

⁴⁰ Não existe uma definição na historiografia sobre quando de fato ocorreu a reconquista da cidade de Sigüenza, alguns pesquisadores defendem a data de 22 de janeiro de 1124, baseados numa doação realizada pela rainha Urraca, em fevereiro do mesmo ano. Outros consideram o ano de 1123, mais provável, defendendo justamente que uma doação do porte como aquela realizada pela rainha não teria ocorrido tão próximo da reconquista seguntina. Cf. BLÁZQUEZ GARBAJOSA, Adrián. **El Señorío episcopal de Sigüenza: economía y sociedad (1123-1805)**. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, 1988. p. 47.

⁴¹ “Bernardus Segontiae episcopus confirmo”. **Colección de Cánones y de todos los Concilios de la Iglesia de España y América**. Notas é ilustraciones por D. Juan Tejada y Ramiro. Parte Segunda. Concilios del siglo IX en adelante. Tomo III. Madrid: Imp. de D. Pedro Montero, 1861. p. 243.

⁴² “XX tertio ordinationis mee anno”. **Colección Diplomática...**, Doc. XXIII – Ano 1144. p. 375.

subtraímos o ano do documento com os vinte e três anos ressaltados pelo bispo, chegaremos ao ano de 1121, quando ele teria a provável idade de 41 anos. É claro que tudo isso são apenas conjecturas, mas que se encaixam em certa lógica de raciocínio. Levando em consideração sua idade, acreditamos ser bem possível, já com uma carreira eclesiástica relativamente estabelecida, Bernardo de Agen ter sido consagrado bispo em 1121, mesmo sem ter sua diocese sob seu domínio, o que seria, porém, uma questão de tempo.

Outro aspecto corrobora com este ano. Um documento firmado por Alfonso VII, datado de 28 de novembro de 1123, no qual o monarca doa à Igreja Metropolitana de Toledo a décima parte de todas as rendas que pertenciam a ele nesta cidade, Bernardo de Agen figura como capelão régio: “Facta carta per manus Segontini Episcopi, Regis Capellani, domini Bernardi jusu et admonitu ejusdem regis, cujus rei et testis extitit et confirmat”.⁴³ Tal trecho documental, além de fortalecer o argumento do ano de 1121 como o de consagração de Bernardo de Agen, também demonstra que o bispo acompanhava Alfonso VII em suas campanhas militares como possível membro de sua chancelaria, demonstrando que o vínculo pessoal entre eles já antecedia as negociações futuras no senhorio seguntino.⁴⁴

Historiadores como de Adrián Blázquez Garbojosa e Toribio Minguella y Arnedo defendem que Bernardo de Agen se tornou senhor de Sigüenza por direito de conquista.⁴⁵ De fato, a ação militar do bispo foi fundamental para que Sigüenza entrasse novamente no mapa das relações políticas cristãs, contudo, não se pode ignorar que a criação – ou reconhecimento – do senhorio episcopal seguntino partiu de interesses políticos bem específicos de Alfonso VII, principalmente se levarmos em consideração dois importantes aspectos presentes em documentos como a *Historia Compostelana* e a *Chronica Adefonsi Imperatoris*.

O primeiro deles diz respeito ao conturbado teatro de operações militares nas quais Alfonso VII estava envolvido dentro e fora do território castelhano-

⁴³ **Biblioteca Nacional de Madrid.** Sala de Varios. Colec. del Padre Burriel; t. I, fol. 43 apud BLÁZQUEZ GARBAJOSA, A. Op. Cit., p. 45.

⁴⁴ Cf. Idem.

⁴⁵ Cf. BLÁZQUEZ GARBAJOSA, A. Op. Cit., p. 49 e MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. **Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los cominenzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII.** Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1. p. 65.

leonês, fosse nos seus constantes embates fronteiriços com Alfonso I de Aragão ou com os problemas com Portugal. Finalmente, como segundo aspecto, não podemos ignorar a própria experiência alfonsina com outros senhorios episcopais em franco crescimento e localizados em zonas de fronteira extremamente volúveis. Este roteiro já bem conhecido pelo monarca, lhe obrigava a uma urgência em firmar o quanto antes sua presença, mesmo que simbólica, em Sigüenza. Afinal, sua participação na empreitada militar de reconquista realizada por Bernardo de Agen foi nula.⁴⁶

Adrián Blázquez Garbajosa apresenta o seguinte cenário: como sabemos, ao menos, desde 1121 é possível identificar Bernardo de Agen já na condição de bispo eleito de Sigüenza e, com certeza, em 1123, acompanhando Alfonso VII em suas incursões bélicas, precisamente, na parte superior e média da Alcarria, tendo como ponto principal de resistência a vila de Atienza, já em mãos cristãs, de forma definitiva, desde 1096. Deste modo, entre este território, em poder castelhano-leonês, e as localidades de Mirabueno e Aragosa, ainda sob domínio dos muçulmanos, se estendia uma faixa de terra praticamente despovoada e sujeita às incursões de um ou outro grupo.⁴⁷

O paulatino desmembramento do império almorávida, a partir do fim do primeiro terço do século XII, possibilitou a retomada da ofensiva castelhana. Como demonstra Valdeón Baroque, este respiro permitiu aos castelhanos consolidar o repovoamento do Valle do Tejo que, em grande parte, havia ficado arruinado pela ofensiva dos almorávidas. Até meados do século XII esse trabalho de repovoamento se desenrolou em diversas frentes:

Zona montañosa nororiental (Atienza, Medinaceli, Sigüenza y Molina); campiña del Henares y la Alcarria (Hita, Beleña, Uceda, Talamanca, Guadalajara, Alcalá...); tierras del Tajo, desde Zorita hasta Oreja, pasando por Hete; retaguardia toledana (Escalona, Maqueda, Santa Olalla); zona de Talavera.⁴⁸

⁴⁶ Sobre isso ver: BLÁZQUEZ GARBAJOSA, Adrián. La reconquista de Sigüenza y su significación geopolítica regional. **Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara**, Guadalajara, n. 12, p. 35-42, 1985.

⁴⁷ Cf. BLÁZQUEZ GARBAJOSA, **El Señorío episcopal de Sigüenza:...** Op. Cit., p. 46.

⁴⁸ VALDEÓN, Julio; ZABALO JAVIER, Salrach, José M^a. Javier. **Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos (Siglos XI-XV)**. 3 ed. Barcelona: Labor, 1989. Historia de España, 4. p. 23.

O mais importante que devemos observar é que a partir da reconquista de Sigüenza, a diocese estava entre o fogo cruzado de dois reis que batalhavam para impor a legitimidade de seus reinados, principalmente através da ocupação de espaços recém reconquistados, conquistados ou despovoados. E nessa mesma época, Alfonso VII já estava em vias de suplantar sua mãe Urraca I no governo castelhano-leonês, como demonstra a documentação do período, em que ele aparece outorgando doações ao seu lado.

Na verdade, o maior problema nos primeiros anos de reinado do jovem monarca castelhano-leonês foi, ao menos nas regiões fronteiriças com Aragão, legitimar sua atuação frente às aristocracias locais que apoiavam aquele que poderia ser comparado como sua constante sombra: Alfonso I, o Batalhador. Contudo, este último estava ausente de seus territórios, ocupado em uma campanha militar contra Córdoba, enquanto o filho de Urraca e Raimundo de Borgonha era coroado em Leão. Em princípio, parece que o monarca aragonês não aparentou estar preocupado com a sucessão da coroa em Leão, tampouco com a situação da fronteira castelhana. O que, efetivamente, foi aproveitado por Alfonso VII.⁴⁹

Blázquez Garbajosa defende como hipótese que a organização da reconquista de Sigüenza pelas mãos do bispo Bernardo de Agen partiu dos territórios sobre influência aragonesa, o que é bastante plausível, pois como afirmamos, a participação de Alfonso VII não é identificada em nenhum documento que tivemos acesso. Contudo, apesar disso, foi a monarquia castelhano-leonesa que tomou a dianteira e, ao menos o que consta como documentação preservada, por meio de uma doação de Urraca I, em 1124, estabeleceu o sustento inicial da diocese e de seu bispo, após, segundo ela, quatrocentos anos de dominação muçulmana.⁵⁰

Nesta doação inicial, na qual, inclusive, Alfonso VII aparece como confirmante, consideramos que mais do que por *remissione peccatorum e remedio animarum*, há uma evidente demarcação de legitimação, se não do espaço do poder monárquico, ao menos de algum tipo de presença da instância monárquica no território recém reconquistado. E naquele contexto de expansão e disputas

⁴⁹ Cf. RECUERO ASTRAY, Manuel. **Alfonso VII (1126-1157)**. Burgos: La Olmeda, 2003. p. 71.

⁵⁰ Cf. **Colección Diplomática...** Doc. I - 1 de Fevereiro de 1124. p. 347.

territoriais, no qual o apoio eclesiástico era fundamental, antecipar-se no diálogo de negociações calcadas em doações era fundamental.

Como exemplo da necessidade deste tipo de ação, podemos verificar, por meio de um documento emitido pela chancelaria de Alfonso I de Aragão, aproximadamente um ano depois da doação de 1124 de Urraca, o mesmo tipo de atitude diante de uma instância eclesiástica. Neste caso, em específico, trata-se de uma doação, ao mosteiro de Santa María de Selva Mayor, de duas mesquitas localizadas em Molina, que foram conquistadas por Alfonso I, o Batalhador, região de onde provavelmente o bispo seguntino organizou sua empreitada de reconquista territorial:

Sob o nome de Cristo e sua divina clemência. **Eu, Alfonso, Imperador** pela graça de Deus, de bom grado e espontaneamente dão a Deus, nosso Senhor, ao mosteiro de *Santa María de la Mayor* e aos seus monges, duas mesquitas em Molina com seus bens para que as tenham perpetuamente. Além disso, os prometo duas boas povoações na terra dos mouros. Igualmente, entrego ao senhor abade do citado mosteiro a capelania e os dízimos de Molina, para que tenha a dita capelania pela mão do rei (...). A carta se fez no mês de março, na era 1163 [1125], na localidade chamada Uncastillo, durante **meu reinado**, pela graça de Deus, em **Castela**, Pamplona, Aragão, Sobrarbe e Ribagorza.⁵¹

Três aspectos devem ser observados nesta carta de doação e que ilustram bem o horizonte político e as tensões entre a monarquia castelhano-leonesa e a aragonesa. O primeiro é o fato de Alfonso I, o Batalhador, mesmo depois de separado de Urraca I, manter a titulação imperial, reclamando, deste modo, para si o que poderíamos considerar como um intento de ampla dominação a qual se atesta pelo segundo aspecto: *Regnante in Castela*. Por fim, no que diz respeito aos laços firmados com o mosteiro de Santa María de Selva Mayor, o monarca aragonês

⁵¹ “*Sub Christi nomine et eius diuina clemencia. Ego quidem Adefonsus, gratia Dei imperator. Placuit michi libenti animo et spontanea uoluntate. Dono Domino Deo et Sancte Marie de Silua et suis monachis duas meschitas in Molina cum lure hereditate ut habeat in perpetuo. Insuper, promitto ei duas bonas uillas in Hispaniam. Dono similiter domno abbati predicti monasterii capellaniam et decimum de Molina cum omnibus terminis suis ut habeat supradicta capellania per manum regis (...). Facta carta in marcio mense, in era M.C.LX.III., in uilla que uocatur Unocastello. Regnante me Dei gratia in Castella et in Pampilonia et in Aragona, in Superarbi uel Ripacurza*”. **Colección Diplomática de Alfonso I de Aragón y Pamplona (1104-1134)**. Transcripción y edición crítica de José Ángel Lema Pueyo. Donostia-San Sebastián: Eusko Ikaskuntza, 1990. Doc. 148 – Março de 1125. p. 210. Optamos por não traduzir alguns nomes de locais para o português, seguindo seus nomes como conhecemos em espanhol, à exceção de Castela. Grifos nossos e tradução nossa para o português.

doa o importante direito de capelania, ou seja, a dignidade de capelão ao seu abade, além de, com isso, os dízimos destinados a tal direito.

Nesse período, a principal preocupação de Urraca era a persistência do domínio aragonês, que se demonstrou tão difícil de ser combatido tanto na retaguarda como nas regiões fronteiriças, uma vez que, em um ou outro lugar, Alfonso I de Aragão contava com simpatizantes, em grande parte pertencentes a aristocracia local.⁵²

Com a morte de Urraca I, em 1126 e a coroação quase que instantânea de Alfonso VII em Leão, confirmou-se a herança da conturbada região de Castela, onde, não nos esqueçamos, se localizava Sigüenza, e a dificuldade de tentar recuperar partes do território castelhano-leonês sob influência aragonesa.

Por meio de uma série de doações *pro bono et fideli servitio*, Alfonso VII procurou se cercar tanto de laicos como de eclesiásticos, sobretudo por meio de laços firmados de maneira personalista. Para Recuero Astray há uma diferenciação entre os dons entregues a uns e outros:

Los planteamientos generales que justifican e incluso provocan las donaciones reales a fieles y servidores laicos, como es lógico son distintos a los que aparecen en los documentos dirigidos a personas e instituciones eclesiásticas. Tienen un carácter de recompensa que sólo algunas veces se entremezcla con motivos religiosos. En la mayoría de los casos se trata del pago inmediato de un servicio, pero al final del reinado en algunos protocolos se recogerá la doctrina referente a las obligaciones del monarca para con los que le sirven.⁵³

Nossa análise comparativa das relações mantidas entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e Sigüenza com a monarquia castelhano-leonesa, na primeira metade do século XII, nos remete a um caminho conclusivo diferente.

Para nós, quando se tratam das doações destinadas aos senhorios episcopais que analisamos aqui, 99,9 % delas foram motivadas pela necessidade de negociação entre a monarquia e os senhores-bispos, fosse para amenizar as tensões geradas no espaço de legitimidade monárquica ou na busca da instituição eclesiástica em exercer sua autoridade local através do *poder senhorial-episcopal*.

⁵² Cf. RECUERO ASTRAY, M. Op. Cit., p. 45.

⁵³ RECUERO ASTRAY, M. Donaciones de Alfonso VII a sus fieles y servidores... Op. Cit., p. 898.

Isso acaba evidenciando e confirmando nossa tese de “interdependência” entre a instituição monárquica e a episcopal por meio das negociações fundamentadas nas doações de direitos e privilégios senhoriais, de certa maneira, reforçando os dois lados.

Reafirmamos que isso não significa que as doações monárquicas para instituições eclesiásticas, ou seus membros, não levavam também em consideração motivações cristãs; é evidente que elas estavam revestidas de um forte teor religioso. O que afirmamos é que, no caso especial dos senhorios episcopais, deve-se observar o caráter senhorial incorporado ao episcopal. Adotar a perspectiva de que as doações monárquicas aos senhorios de cunho eclesiástico vão além do aspecto religioso amplia a possibilidade de análise das relações estabelecidas, inclusive, entre a Igreja e as monarquias medievais. Possibilita-nos analisar as especificidades contidas nesses relacionamentos entre instituições, principalmente em se tratando de comparação histórica.

Voltando ao *poder senhorial-episcopal* e sua ação nas relações de negociação entre o senhor-bispo seguntino e o monarca castelhano-leonês, vejamos, por exemplo, como se desenrolaram algumas doações de Alfonso VII à diocese de Sigüenza e como o seu senhor-bispo se encontrava em uma encruzilhada de tensões entre as monarquias castelhano-leonesa e aragonesa:

Está resolvido certamente que é do interesse da régia majestade não somente guardar e defender da injúria as igrejas menos hábeis e lugares sagrados, mas, também, em obediência a Deus, visitar, favorecer e honrar piedosa e religiosamente a caridade e os benefícios, e perdoar os seus excessos. Assim, eu, Alfonso, Imperador da Espanha pela graça de Deus, juntamente com a minha rainha Dona Berenguela, e seguindo não sem razão o costume dos meus antepassados, faço esta carta de doação à Igreja de Santa Maria de Sigüenza e, do mesmo modo, a ti, senhor bispo Bernardo e a sua venerável sede, e aos teus sucessores, assim concedo os direitos sobre os servos do Castelo de Santiuste, com todas as suas propriedades, e, com elas, a Villa de la Riba, com tudo que for direta e evidentemente seu, com salinas, *portazgo*, prados, torres, moinhos, montes, fontes, caminhos de saída e entrada, e com todos os termos que pertencem por direito hereditário àquele castelo em virtude do que exige o direito real. Dessa forma, doo a ti e aos teus sucessores e, ainda neste caso, doo permanentemente os servos aos seus clérigos em prol da alma do meu pai e da minha mãe e em remissão dos meus pecados e de modo que sempre aquela supradita igreja assim o tenha; e

por direito hereditário firmemente possua e de minha memória assim perenemente continue sendo proprietária.⁵⁴

Este fragmento documental atesta que a doação alfonsina à Bernardo de Sigüenza não se trata explicitamente de um dom *pro bono et fidei servitio*, como, em comparação, analisa corretamente Recuero Astray acerca das doações monárquicas aos laicos. No entanto, há de se perceber que se trata do primeiro passo de negociação de cunho senhorial entre a monarquia e o bispado seguntino. Ao conceder ao senhor-bispo e aos seus sucessores os direitos sobre os servos do Castelo de Santiuste e, principalmente, com os privilégios de *portazgo*, salinas, torres, os caminhos de saída e de entrada, etc., Alfonso VII possibilita a diocese de Sigüenza importantes direitos intimamente relacionados ao *poder senhorial-episcopal*. Grosso modo, o castelo e as torres são símbolos fundamentais de tal poder e contribuem para sua legitimação. No entanto, não fica claro no documento se o castelo foi doado junto ou apenas seus privilégios. Nós defendemos que, diante o contexto e graças ao conteúdo de uma carta emitida por Inocêncio II, em 1135, cujo conteúdo fazia menção a entrega imediata do Castelo de Santiuste, é provável que Bernardo de Sigüenza, neste momento, não chegou a tomar posse material do mesmo.⁵⁵

⁵⁴ “*Regie majestatis interesse etiam minus eruditus certum et ecclesias et sacra loca non solum ab injuria tueri et defendere. verum etiam elemosinarum et beneficiorum in dei obsequium et suorum excessuum remissionem. pie, et religiose, visitare. fovere. et honorare. Unde ego Rex adfonsus dei gratia hispanie imperator una cum conjuge mea regina domina berengaria meorum antecessorum consuetudinem non irrationabiliter secutus. facio cartam donationis sancti Marie seguntine ecclesie et tibi venerabili ejusdem sedis episcopo domino Bernardo tuisque, successoribus ibi deo canonicis servientibus de castro sancti justi cum omnibus suis hereditatibus. et cum illa villa de la Riba cum toto suo directo videlicet cum salinis. portaticis. pratis. turribus, molendinis. montibus. fontibus. exitibus, et regressibus. et cum omnibus terminis qui ad illud castellum pertinent jure hereditario pro ut regale jus exigit. Sic dono tibi tuisque; successoribus atque clericis ibi assidue deo servientibus pro anima patris et matris mee et in remissionem peccatorum meorum et semper supradicta ecclesia illud habeat atque; jure hereditario firmiter possideat. et memoria mei ibi perhenniter habeatur*”. **Colección Diplomática...** Doc. II – 13 de Julho de 1129. p. 348. Tradução nossa. Segundo Toribio Minguella y Arnedo, no cartulário de onde foi transcrito por ele o documento, consta no manuscrito a Era 1162 (1124). Contudo, neste período Alfonso VII, não havia sido coroado ainda em Leão, já que sua mãe só morreria dois anos depois. Por esse motivo, defende o autor que a Era há de ser 1167, ou seja, 1129. Para nós, sua correção também se sustenta, uma vez que, em 1124, Alfonso VII ainda não havia se casado com Berenguela. Fato que ocorreu, entre o final do mês de dezembro de 1127 ou no início de janeiro de 1128. Cf. RECUERO ASTRAY, Manuel. **Alfonso VII (1126-1157)**... Op. Cit., p. 94.

⁵⁵ Cf. **Colección Diplomática...** Doc. XIII – 27 de Dezembro. p. 361. O documento não é datado com ano, contudo, acreditamos que seja, aproximadamente, de 1136, uma vez que esta carta papal tratou de questões litigiosas entre os bispos de Sigüenza, Osma e Trazona e os demais documentos que tratam de tais resoluções, conduzidas pelo Legado Pontifício Guido, são datados neste ano.

Entre esses privilégios e propriedades haviam, também, direitos jurisdicionais – como o já citado *portazgo*, direito de cobrança pela passagem em dada região. Tais concessões reais, como bem verifica Remedios Morán Martín, são essenciais para a configuração do Direito que se concede à Sigüenza e ao bispo Bernardo de Agen, uma vez que, mediante elas, o bispado é dotado com os primeiros meios necessários para sua manutenção e para as primeiras obras de reparação da Igreja, assim como o domínio sobre o território a sua volta.⁵⁶

Como atesta a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, no mesmo ano em que o monarca castelhano-leonês firmou esse privilégio à Bernardo de Sigüenza, o rei aragonês era presença marcante na região:

No ano de 1129, ao cumprir-se um ano, o rei de Aragão, após reunir novamente uma grande multidão de cavaleiros, peões e besteiros, veio a fronteira de Medinaceli, assediou Morón e atacou os castelos e cidades que estavam a volta. Porém, os habitantes de Medinaceli e de Morón, ao ver-se sitiados, enviaram mensageiros ao rei de Leão dizendo: “O rei de Aragão nos assedia e quer subjugar violentamente a nós, nossas mulheres, nossos filhos e todos os nossos bens. Vem, livra-nos de suas garras e, livres de perigos, te serviremos”. Após ouvir isto, o rei respondeu aos mensageiros: “Vá e diga aos habitantes de Medinaceli e Morón: Sejam fortes, lutem e se comportem valentemente, pois eu os socorrerei sem demora e os salvarei com a ajuda de Deus”.⁵⁷

Para nós, a doação de Alfonso VII estava inserida nos interesses de manter a recém-restaurada diocese seguntina sob sua influência, frente ao perigo eminente da presença armada de Alfonso, o Batalhador. Isto se fundamenta graças a um documento anterior: uma carta emitida em 1126,⁵⁸ logo após a morte de Urraca I,

Além de, como ressaltado, a interferência sobre a questão da doação do castelo de Santiuste que, aparentemente, não havia sido entregue ao bispo seguntino.

⁵⁶ Cf. MORÁN MARTÍN, Remedios. La urdimbre de un Fuero: sobre el Derecho local de Sigüenza. **Cuadernos de historia del derecho**, Madrid, n. 1 (Extra), p. 373-402, 2010. p. 375.

⁵⁷ “IN ERA CLXVII POST MILLESIMAM. Cum autem anni circulus uolueretur, rex Aragonensium, congregata iterum magna multitudini militum et peditum et balistorum, uenit in extremo de Medina Celeme et obsedit Moron et cepit debellare castella et ciuitates que erant in circuitu. Sed habitatores Medine Celeme et de Moron, cum se uiderent oppressos, miserunt nuntios ad regem Legionis dicentes: “Rex Aragonensis obsedit nos et uult opprimere uiolentia nos et uxores et filios nostros et omnia bona nostra. Sed ueni et libera nos de manibus eius et securi seruiemus tibi”. Quo audito, rex respondit nuntiiis : “Ite uos et dicite habitatoribus Medine Celeme et de Moron : confortamini et bellate et uiriliter agite et ego sine mora succurram uobis et cum Dei adiutorio liberabo uos”. **Chronica Adefonsi Imperatoris...** Op. Cit., p. 156. Tradução nossa.

⁵⁸ Cf. **Colección Diplomática...**, Doc. III – 1 de Novembro de 1126. p. 349-350. Conforme observações de Toribio Minguella y Arnedo, editor da documentação diplomática seguntina que

no qual Alfonso VII mantém as doações realizadas por sua mãe, e muito provavelmente por seu avô, e amplia um pouco mais os privilégios seguntinos:

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo e da indivisível Trindade, eu Alfonso, rei da Espanha pela graça de Deus, ao nobilíssimo senhor conde Raimundo e à nobilíssima rainha Dona Urraca, [e como] filho que vê a grande pobreza da Igreja de Sigüenza, a qual por aproximadamente quatrocentos anos tinha sido destruída pelo ataque violento dos muçulmanos; [e] para a edificação da referida Igreja e para o sustento do senhor Bernardo, assim como da sua sede episcopal, e em prol do cuidado da minha alma e dos meus parentes, doo e concedo, ao Senhor Deus e à Santa Maria sempre virgem, [e] para o senhor Bernardo e para a mencionada sede episcopal, toda a décima parte dos direitos reais e, certamente, de todos os rendimentos, os quais do direito real atualmente são observados; e que antes tinham sido adquiridos em Atienza, em Medinaceli e em Santiuste e suas aldeias. Entenda-se a décima parte do pão, do vinho, do sal e de todos os *portazgos*, e dos quintos dos hortos e dos moinhos, e de todas as *alcavalas*, e de todos os restantes direitos que pertencem ao rei ou aos seus alcaides, ou mesmo aos meirinhos, que são muitos, de modo que não é possível serem enumerados um a um; de tal maneira que [deve] possuir, pela mão de seu homem, a quem então puser o bispo, [e] receba toda a sua décima parte, que foi recebida antes, assim como a décima parte de todos os citados rendimentos e receba tais dos meirinhos do bispo e, além disso, sejam mantidos nove partes aos alcaides ou meirinhos do rei e os deixem aos oficiais reais como também para as suas necessidades. O bispo receba ainda toda a sua décima parte para si e para a sua Igreja a fim de permitir o seu completo sustento. Da mesma forma, doo aqueles moinhos reais que estão entre as propriedades do bispo e a terra de Santa Maria de Medinaceli, com suas torres, caminhos de entrada e saída, bem como tudo aquilo que lhe pertence. Concedo igualmente tudo aquilo que está relacionado com os serviços prestados pelos cristãos, mouros e judeus; de modo que sejam dos mesmos e deles paguem o juízo e que nenhum outro tenha o domínio das aldeias, assim como das outras herdades, as quais sejam povoadas com cristãos, mouros e também judeus, os quais sirvam somente a ele e sejam seus homens. Os moinhos de Abulbabrel e as salinas, as quais o bispo receba de Pedro Cipriani, a tais doo, confirmo e autorizo: os moinhos de Estiniela; confirmo todos esses tais [direitos] à mencionada Igreja de Sigüenza e ao senhor Bernardo, assim como transmito o que deve ser possuído à sua sede episcopal e aos seus sucessores por eterno direito hereditário.

temos utilizado, o ano de 1124 atribuído a este documento é equivocado, uma vez que, assim como o que afirmamos a respeito do documento II (1129), Urraca não havia morrido em 1124. Além do mais, o próprio tom dado a redação deste documento de número III, como veremos, faz alusão a salvação da alma *parentum meorum*. Por este motivo, optamos respeitar a ordem proposta por Minguela y Arnedo, contudo, alterando a datação, fundamentados nos seus argumentos e no contexto que conhecemos.

Proíbo também de ser recebido o *portazgo* daqueles cativos e de qualquer um, exceto se do mesmo for concedido.⁵⁹

Morán Martín, em seu estudo sobre o desenvolvimento do Direito local de Sigüenza, levanta interessantes teses sobre como se desenrolou a concessão senhorial seguntina. Para a autora, o processo de doação esteve sujeito a significativas e sucessivas trocas de lugares entre o bispo e o rei, “hasta finalmente ‘redondear’ la donación total de las dos partes de Sigüenza, formando una sola entidad”.⁶⁰ Analisando estes documentos iniciais, ela percebe atentamente que havia uma enérgica posição régia em não ceder toda a jurisdição ao bispo, tanto que parece ser sua intenção manter seus agentes em Sigüenza – o alcaide e o merino – sob o sustento das rendas dos privilégios até então doados.

Nosso artigo não tem as mesmas objetivações que o de Remedios M. Martín, mas é pertinente refletirmos sobre suas considerações nos voltando para os aspectos da autoridade, da obediência e das relações de negociações entre as duas instituições.

⁵⁹ “*In nomine patris et filii et spiritus sancti. Individue videlicet trinitatis. Ego Adefonsus dei gratia hispanie rex. nobilissimi comitis domini reimondi. Atque nobilissime regine domine urache filius. videns maximam paupertatem seguntine ecclesie. que per CCCC. fere annos ab agarenorum impetu destructa fuerat. ad re hedificationem ejusdem ecclesie et sustentationem domni bernardi ejusdem sedis episcopi pro remedio anime mee et parentum meorum. dono et concedo domino deo et beate marie semper virgini. domnoque bernardo predictae sedis episcopo. Totam decimam partem omnium regalium. et eorum omnium videlicet reddituum qui regalis juris ad presens esse videntur vel in antea adquiri poterit. in atencia. in medina. et in sancto justo et in aldeis eorum. decimam scilicet partem panis et vini et salis et tocium portatici. et ortorum. de quintis et molendinis. et de omni alcavala et de ceteris omnibus que ad regem pertinent. vel ad ejus alcaidum. sive marinum que multa sunt ut per singula enumerentur. tali tenore ut per manum sui hominis quem ibi posuerit episcopus accipiat. suam decimam totam. ita ut prius abstrahatur decima de omnibus supradictis redditibus et accipiat illam episcopi marinus et postea alcaidus. vel regius marinus novem partes pariantur et mittant in regalibus officiis. sive operibus. Episcopus vero totam suam decimam ad sui sueque ecclesie sustentationem integram accipiat. Dono etiam illi molendinum regium quod est inter malleonum ipsius episcopi et terram beate Marie medinensis cum turri sua et ingressu et omnibus ad illud pertinentibus. Concedo etiam illi ut christiani. mauri. sive judei. quicumque ejus servitia tenuerint. ut ipsius sint et ejus pendant iudicium et nullum alium dominum habeant. aldeas sive alias hereditates. quas populaverit de christianis mauris sive judeis illi soli serviant et ipsius homines sint. Molendinum etiam de abulbabrel et salinas. quas emit episcopus de petro cipriani. illi do. confirmo. et auctorizo: Molendinum etiam de estiniela illi confirmo. hec omnia predicta Segontine ecclesie et domno bernardo ejusdem sedis episcopo. ejusque successoribus. jure hereditario in perpetuum possidenda trado. De suis etiam captivis portaticum ab aliquo nisi ab ipso accipi prohibeo”. **Colección Diplomática...**, Doc. III – 1 de Novembro de 1126. p. 349. Tradução nossa.*

⁶⁰ MORÁN MARTÍN, Op. Cit., p. 382. A autora se refere a Sigüenza Superior e a Inferior, as duas partes que formavam o principal território senhorial episcopal seguntino. Sua unificação, no entanto, só ocorrerá definitivamente em 1146.

Atentando para o contexto no qual estiveram inseridos o senhorio episcopal de Sigüenza e a monarquia castelhano-leonesa, em constante luta por legitimação diante de Alfonso I de Aragão e seus simpatizantes castelhanos, fica mais compreensível de se visualizar que esta postura cautelosa de Alfonso VII para com Bernardo de Agen segue uma lógica relacional de tentar manter ao máximo o prelado junto à monarquia. Apesar de não haver a “formalidade” documental neste momento de “criação” do senhorio episcopal de Sigüenza, os privilégios concedidos nos permitem verificar o gradual crescimento da influência do *poder senhorial-episcopal* em Sigüenza, o que, como sabemos, era um eminente risco à complicada situação da monarquia de Alfonso VII nos territórios castelhanos.

A *Chronica Adefonsi Imperatoris* nos demonstra que foram justamente entre os anos de 1126 a 1129 que Alfonso VII iniciou todo um processo de intervenção em Castela, região cujos territórios ainda estavam sobre forte influência do rei aragonês. Foi nessa parte da península, inclusive, que se deram os principais enfrentamentos entre os dois. Sendo assim, as doações iniciais de Alfonso VII ao senhor-bispo de Sigüenza estão inseridas no processo de retomada do território castelhano, deste modo, o monarca castelhano-leonês não poderia se dar ao luxo de perder apoios e, paradoxalmente, fortalecê-los demais naquelas zonas de fronteira com Aragão e com as forças militares islâmicas.

Somente em 1138, Alfonso VII formalizará o senhorio de Sigüenza, contudo, para nós fica claro que o exercício do *poder senhorial-episcopal* já ocorria desde meados de 1126.

Para Blázquez Garbajosa, a concessão senhorial da monarquia, de 1138, foi consequência direta da conquista e pacificação completa de Sigüenza e sua comarca pelas mesnadas do senhor-bispo Bernardo. Segundo o autor: “En rigor puede decirse que don Bernardo ganó su señorío por derecho de conquista, aunque fuera <concedido> por el rey, oficialiciando así un estado de hecho si no de derecho”.⁶¹

Matizando suas considerações, para nós, a ação senhorial-episcopal de Bernardo de Agen se iniciou em 1124 e nos anos seguinte foi cada vez mais se

⁶¹ BLÁZQUEZ GARBAJOSA, Op. Cit., p. 49.

desenvolvendo, chegando a implementação do exercício do *poder senhorial-episcopal* em 1126, graças a: 1) a coroação de Alfonso VII e suas necessidades de ocupação de territórios e manutenção de fronteiras; 2) o contexto conturbado de relações entre as monarquias de Castela-Leão com Aragão.

Contudo, faltava ainda uma legitimação institucional – a concessão real – para que o *poder senhorial-episcopal*, cujo espaço de legitimidade de sua autoridade não era ignorado, fosse efetivamente reconhecido, principalmente, como pelos demais senhorios episcopais a sua volta.

Conclusões comparativas

Mas, por que então a monarquia continuava doando cada vez mais senhorios para Diego Gelmírez e Bernardo de Agen?

Comparativamente, a resposta para este questionamento interliga-se aos conflitos enfrentados pela coroa castelhano-leonesa desde os anos iniciais do século XII e a posição específica das duas dioceses analisadas.

À parte de sucessivos atos trágicos arquitetados pelo destino, que foram desde mortes inesperadas que eliminaram a possibilidade de sucessões internas em Castela e Leão, devemos destacar as constantes revoltas aristocráticas nos diversos pontos do reino que persistiram durante toda a História Política castelhano-leonesa na Idade Média. Tais insurgências obrigaram cada vez mais a doação de senhorios como um tipo de estratégia na tentativa de contribuir para o processo constante de legitimidade da monarquia.

Outros dois pontos merecem ser considerados para uma melhor compreensão comparativa do curioso quadro de doações de senhorios no âmbito político do século XII: o avanço da reconquista territorial e o processo de repovoamento, além do chamado “projeto imperial” presente na política da coroa castelhano-leonesa, desde Alfonso VI, mas que tomou ares mais elaborados com a ascensão ao trono de seu neto Alfonso VII que, inclusive, chegou a ser coroado em Leão, no ano de 1135, com amplo apoio episcopal.⁶² Tais postulados ainda hoje

⁶² Não podemos ignorar também que o título *Imperator* foi reclamado durante certo tempo por Alfonso I, o Batalhador, rei da Aragão. Cf. LEMA PUEYO, José Angel. **Alfonso I el Batalhador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)**. Gijón: Trea, 2008.

geram polêmicas na historiografia, mas, a despeito disso, os consideramos como condição *sine qua non* para uma melhor compreensão comparativa das relações de negociação entre a monarquia e as dioceses possuidoras de senhorios e a interdependência que identificamos entre tais instâncias.

Como vimos, os episcopados poderiam ser aliados, mas também inimigos da política expansionista castelhana-leonesa e a consequente busca pela pacificação e manutenção dos territórios recém-reconquistados.

No caso compostelano, pudemos observar, que a continuidade das doações de senhorios se justificavam, entre outros motivos, pela atuação de Diego Gelmírez, e seu *poder senhorial-episcopal*, nas questões relacionadas com 1) a confusa sucessão do trono galego, em favor de Alfonso Raimúndez, filho de Urraca e Raimundo de Borgonha, e que foram, em longo prazo, marcantes para Castela-Leão, já que o infante assume a coroa, principalmente, graças, entre outros apoios, a uma verdadeira campanha do bispo compostelano Diego Gelmírez; 2) sua segunda coroação como rei de Castela e Leão e suas constantes investidas sobre o enorme montante financeiro de Santiago de Compostela e, finalmente 3) o fundamental apoio do senhor-bispo compostelano em dois importantes enfrentamentos alfonsinos: Portugal e Aragão.

Por sua vez, a reconquista da cidade de Sigüenza das mãos muçulmanas encabeçada por Bernardo de Agen, a partir de solo aragonês, e a restauração de sua diocese estavam em sintonia com a política monárquica de domínio territorial anteriormente citada, o que a levava a depender do apoio senhorial-episcopal seguntino na região central do reino.

Apesar de todo essa paisagem apresentada, as relações entre esses senhorios episcopais e a monarquia castelhana-leonesa não foram constantemente harmônicas. Essa constatação, observada a partir da comparação das negociações travadas entre eles, nos possibilita salientar alguns pontos conclusivos importantes: A) a negociação era calcada nas estratégias de utilização da doação senhorial às respectivas dioceses e variava conforme o diapasão político do momento; B) as estratégias empreendidas pelos senhorios episcopados no jogo político daquele período levavam em consideração a possibilidade de barganha; C) a interdependência entre tais instâncias é inegável, o que quebra o paradigma

centralista e, por fim, D) o exercício do *poder senhorial-episcopal* fosse por Diego Gelmírez ou por Bernardo de Sigüenza eram encarados e reconhecidos da mesma maneira pelas forças ao seu redor, incluindo, a monarquia. Contudo, há de frisar que este tipo de poder, instrumento fundamental na busca pelos objetivos alçados por cada um dos senhorios episcopais, quando contraposto comparativamente apresenta diferenças, sobretudo, no que diz respeito ao alcance das metas traçadas no decorrer das negociações.

Podemos concluir que o processo de negociação entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e Sigüenza pouco se diferenciaram e é perceptível que a monarquia castelhana-leonesa buscava seu apoio por meio das doações pessoais. A principal mudança de perspectiva quando comparamos tais negociações é evidenciada nos resultados alcançados por cada um dos senhores-bispos.

No que tange ao exercício do *poder senhorial-episcopal*, ele foi, de fato, o elemento primordial na condução, e mesmo busca, por diálogos, fosse como ponto de partida da própria monarquia ou como aspecto de barganha política por parte de Diego Gelmírez e Bernardo de Agen. Cada qual, diante do auto reconhecimento de sua posição dentro dos tensionamentos de força, buscava vencer seus pleitos.

Isso comprova o quanto o *senhorio* – definido aqui como bem expôs Alain Guerreau – era o alicerce fundamental para a legitimação e consequente consolidação do *poder senhorial-episcopal*. Logo, só podemos encerrar este artigo fazendo jus às palavras de Marc Bloch ao nos lembrar que:

Ora, quem dizia senhorio, dizia não só rendimentos, mas também poderes de mando. Os chefes do clero tiveram, assim, sob suas ordens, numerosos dependentes laicos e de todas as categorias: desde vassallos militares, indispensáveis à guarda de bens tão importantes, até aos camponeses e aos <<recomendados>> de grau inferior. Estes últimos, especialmente, acorreram em massa às igrejas. Seria realmente que viver <<sob o báculo>>, em vez da espada, fosse considerado uma sorte digna de inveja?⁶³

Ao compararmos as relações de negociação entre os senhores bispos e a monarquia castelhana-leonesa nos convencemos de que com um estudo que leve

⁶³ BLOCH, M. Op. Cit., p. 411.

em consideração o Método Comparativo em História, é possível elaborar explicações substanciais acerca dos senhorios episcopais, seu desenvolvimento e o exercício do *poder senhorial episcopal* frente a política de doações da Idade Média Central. Tomando sempre como ponto de partida a questão agrária, ou seja, o senhorio como “terra”, essas explicações de fundo material desaguarão na visualização de múltiplos poderes que visaram sempre, ao descer das cortinas após a encenação de mais uma peça política, a manutenção da dominação social na Idade Média Central.

Referências bibliográficas:

Documentação medieval impressa:

COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. In: MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. **Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los cominenzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII.** Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1. p. 347-389. (Anos de 1124-1151);

COLECCIÓN DIPLOMÁTICA DE ALFONSO I DE ARAGÓN Y PAMPLONA (1104-1134). Transcripción y edición crítica de José Ángel Lema Pueyo. Donostia-San Sebastián: Eusko Ikaskuntza, 1990;

CHRONICA ADEFONSI IMPERATORIS. Edidit Antonio Maya Sáchez. In: **CHRONICA HISPANA SAECVLI XII, PARS I, CORPVS CHRISTIANORVM, CONTINUATIO MEDIEVALIS, LXXI.** Ed. de Antonio Maya, Emma Falque et Juan Gil. Turnholti: Tipographi Brepols Editores Pontificii, 1990. p. 109-248;

COLECCIÓN DE CÁNONES Y DE TODOS LOS CONCÍLIOS DE LA IGLESIA DE ESPAÑA Y AMÉRICA. Notas é ilustraciones por D. Juan Tejada y Ramiro. Parte Segunda. Concílios del siglo IX en adelante. Tomo III. Madrid: Imp. de D. Pedro Montero, 1861;

DIPLOMATARIO DE LA REINA URRACA DE CASTILLA Y LEÓN (1109-1126). Edición y índices por Cristina Monterde Albiac. Zaragoza: Anubar, 1996;

HISTORIA COMPOSTELANA. Introducción, traducción, notas y índices de Emma Falque. Madrid: Akal, 1994;

LA DOCUMENTACIÓN DEL TUMBO A DE LA CATEDRAL DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Estudio y Edición de Manuel Lucas Álvarez. León: Centro de

Estudios e Investigación San Isidoro, Caja de España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte Piedad, Archivo Histórico Diocesano, 1997.

Livros e artigos:

BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v., V. 2, p. 465-476;

BARRERO SOMOZA, José. **El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)**. La Coruña: Diputación Provincial de A Coruña, 1987;

BLÁZQUEZ GARBAJOSA, Adrián. **El Señorío episcopal de Sigüenza: economía y sociedad (1123-1805)**. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, 1988;

—. La reconquista de Sigüenza y su significación geopolítica regional. **Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara**, Guadalajara, n. 12, p. 35-42, 1985;

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2015;

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Org.). **A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX**. Campinas-SP/ São Paulo-SP: Unicamp/ Fap-Unifesp, 2014. p. 39-62;

DOSSE, François. Georges Duby, o historiador da globalidade. In: _____. **A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 101-110;

ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la "Chronica Adefonsi imperatoris". In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel; ESCALONA MONGE, Julio; MARTIN, Georges. (Coord.). **Lucha política: condena y legitimación en la España medieval**. Lyon: ENS, 2004. p. 101-152;

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**. Granada: Universidad de Granada, 2010;

GUERRAU, Alain. **El futuro de un pasado. La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002;

—. El concepto de feudalismo: Génesis, evolución y significación actual. In: ESTEPA, Carlos; PLACIDO, Domingo. (Coord.); TRIAS, Juan. (Ed.). **Transiciones en**

la antigüedad y feudalismo. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998

___ **Feudalismo: Um horizonte teórico.** Lisboa: Edições 70, 1980;

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**, Middletown, n. 42, p. 39-44, fev. 2003;

LINEHAN, Peter. **Historia e Historiadores de la España Medieval.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011;

LOMAX, Derek W. **La Reconquista.** Barcelona: Crítica, 1984;

MARÍN GELABERT, Miquel A. **Los historiadores españoles en el franquismo, 1948-1975. La historia local al servicio de la patria.** Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2004;

MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. **Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII.** Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1;

MORÁN MARTÍN, Remedios. La urdimbre de un Fuero: sobre el Derecho local de Sigüenza. **Cuadernos de historia del derecho**, Madrid, n. 1 (Extra), p. 373-402, 2010;

PÉREZ VILLAMIL, Manuel. El señorío temporal de los obispos de España en la Edad Media. Informe dado à la Real Academia de la Historia con motivo de la "Historia de la Antiquísima Villa de Albalate del Arzobispo". **Boletín de la Real Academia de la Historia**, Madrid, t. 68, p. 361-390, 1916;

RECUERO ASTRAY, Manuel. **Alfonso VII (1126-1157).** Burgos: La Olmeda, 2003;

___ **Donaciones de Alfonso VII a sus fieles y servidores. En la España medieval,** Madrid, n. 9, p. 897-914, 1986;

RÍOS SALOMA, Martín Federico. **La Reconquista: Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX).** México/ Madrid: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas/ Marcial Pons Historia, 2011;

___ **La "Reconquista": una aspiración peninsular? Estudio comparativo entre dos tradiciones Historiográficas. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre,** Auxerre, n. 2, 2008;

___ . De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX). **En la España medieval**, Madrid, n. 28, p. 379-414, 2005;

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **El Feudalismo**. Madrid: Alba Libros, 2005;

___.; ZABALO JAVIER, Salrach, José M^a. Javier. **Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos (Siglos XI-XV)**. 3 ed. Barcelona: Labor, 1989. Historia de España, 4;

VANOLI, Alessandro. L'invenzione della *Reconquista*. Note sulla storia di una parola. **Reti Medievali Rivista**, Napoli, n. 9, p. 1-13, 2008.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-Graduação em História – PROHIS
Av. Marechal Rondon s/n – Prédio Departamental II, 1º andar
Bairro Jardim Rosa Elze - CEP: 49100-000.



A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A PRODUÇÃO ARTÍSTICO - LITERÁRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE ARTE DE SÃO MIGUEL PAULISTA NOS ANOS 1970-1980

Valdemir Bueno Camargo¹
Programa de Pós-graduação em História
Faculdade de Ciências e Letras
Universidade Estadual Paulista - Campus Assis

Antonio Celso Ferreira²
Departamento de História
Universidade Estadual Paulista - Campus Assis

Recebido: 06/04/2016
Aprovado: 14/06/2017

Resumo: Para compreender as maneiras como o crescimento da sociedade urbano-industrial promoveu as características atuais da população mundial, assim como o modelo de cidade que hoje é encontrado, a proposta deste artigo é a realização de uma análise do desenvolvimento urbano-industrial da cidade de São Paulo e suas relações com o bairro de São Miguel Paulista e a produção artístico-literária do MPA – Movimento Popular de Arte – São Miguel Paulista, a fim de identificar aspectos pertinentes aos conflitos em torno do direito de uso e ocupação do espaço da cidade, expressos, de certo modo, pela atuação artística e política desse movimento cultural existente na periferia da cidade de São Paulo no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Palavras-chave: Urbanização; Cidade de São Paulo; Movimento Popular de Arte; Abertura Política.

THE URBANIZATION OF THE CITY OF SÃO PAULO AND THE ARTISTIC PRODUCTION – THE POPULAR MOVEMENT OF LITERARY ART OF SÃO MIGUEL PAULISTA IN THE YEARS 1970-1980

Abstract: To understand the ways in which the growth of the urban-industrial society promoted the current features of the world's population, as well as the model of the city that today is found, the purpose of this article is to perform an analysis of the urban-industrial development of the city of São Paulo and its relations with the neighborhood of São Miguel Paulista and artistic and literary production of the MPA-Popular Art Movement-São Miguel Paulista in order to identify relevant aspects to conflicts over the right of use and occupation of city space, expressed in a certain way, for this policy and artistic cultural movement in the outskirts of the city of Sao Paulo in the late 1970 's and early 1980.

Keywords: Urbanization; The City of São Paulo; Popular Art Movement; Political Opening.

¹ E-mail: gigiocamargo@hotmail.com.

² E-mail: acelsof@terra.com.br.

A urbanização capitalista nos países periféricos

A urbanização elitista e especulativa da cidade de São Paulo promoveu a formação de uma imensa mancha urbana, onde se verifica um processo de segregação sócio espacial intenso. Entretanto, ao longo da história da cidade, surgem formas de resistência popular, impulsionadas por movimentos sociais que combatem a exclusão. Para tentar compreendê-los, estudos sobre movimentos sindicais, associações de bairros, e projetos populares de educação e cultura foram desenvolvidos nos diferentes bairros que compõem a imensa periferia paulistana.

Dentre os bairros mais carentes dessa periferia, destaca-se São Miguel, situado no extremo leste da zona leste da cidade. Com uma história que remonta aos tempos da fundação da cidade, o bairro passou por um vigoroso processo de urbanização, promovido pela industrialização e pela migração, a partir da segunda metade do século XX. Nesse processo de desenvolvimento, desponta, no final da década de 1970, a partir de um enfrentamento ocorrido entre artistas locais, a prefeitura e a igreja, em torno do direito de uso e ocupação de uma pequena capela jesuítica, marco fundador do bairro, o Movimento Popular de Arte (MPA), cuja atuação foi significativa, não somente para a cena cultural paulistana mas, também, para a mobilização política da comunidade, em prol da redemocratização do país e das reivindicações por direitos essenciais para uma melhor condição de vida.

Por isso, destacamos a necessidade de realizar um trabalho que se detivesse sobre a produção artístico-literária do MPA e um tema delimitado: a cultura como ação política, a fim de colocar em debate as contradições sociais pertinentes ao processo de urbanização tardia que marcou nosso desenvolvimento recente. Para tanto, levamos adiante uma análise textual de algumas produções teatrais, poéticas e musicais, além de manifestos políticos do movimento, relacionando essa produção à situação sociopolítica daquela comunidade e ao momento vivido pelo país no período compreendido entre 1978 e 1985.

A produção artística e a participação política desse movimento é representativa dos temas que compõem o cotidiano vivido pelos moradores e frequentadores daquele bairro, em geral, operários e assalariados de todos os tipos, provenientes das zonas rurais e pequenas cidades do interior do Brasil. Por isso, a proposta desse estudo é identificar, por meio da produção artístico-cultural

desenvolvida pelo Movimento Popular de Arte (MPA), entre 1978 e 1985, as demandas sociais presentes na periferia de São Paulo, a fim de contribuir para a compreensão das disputas em torno do direito a cidade.

Para alcançar com mais coesão nosso objetivo, inicialmente, é necessária uma contextualização do bairro de São Miguel como parte da história da cidade de São Paulo e como marco da expansão capitalista no Brasil para, de forma dialética, demonstrar que a urbanização e esse meio de produção se constituem em um único processo que promove um modo de vida que se notabiliza pelo aumento da população residente em cidades e se expressa nas formas que ela e o campo adquirem.

Assim, adotamos o princípio de que os espaços da cidade representam de maneira, mais bem acabada, as contradições da sociedade que promove tal processo. Apesar dela não ser, o urbano como um todo, vale ressaltar, é a partir dela, que o modo de vida burguês se irradia, definindo os padrões econômicos, bem como o comportamento social do mundo moderno. Dessa maneira, o estudo da história da cidade pode nos proporcionar uma melhor compreensão sobre a nossa condição de ser e estar no mundo, pois, nela estão presentes os valores concretos e simbólicos de nossa sociedade.

No que diz respeito ao bairro de São Miguel, vale ressaltar, ele está localizado a cerca de 21 quilômetros de distância, na direção leste, da área central da cidade de São Paulo, constituindo-se como um dos bairros da Região Leste da capital paulista desde o pátio do colégio, seu núcleo original, situado sobre a colina que separa os vales do Tamandaú e do Anhangabaú, incluindo nessa região, os distritos do Brás, Pari, Moóca e Tatuapé, classificados como Zona Leste - 1, e, a partir da Penha, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianazes e São Miguel, formando a Zona Leste - 2. Trata-se, portanto, de um bairro da extrema periferia da maior cidade brasileira. Mas, o que isso quer dizer?³

³ Segundo CALDEIRA. Tereza Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 07: “Definir o significado da palavra “periferia” não é uma tarefa simples, pois, ela quer dizer muita coisa, mas não serve para explicar quase nada. A palavra é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como “subúrbio”. Mas sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana”.



Localização de São Miguel entre os bairros do município de São Paulo.⁴

A origem do nome São Miguel reflete uma longa história que teve início nos primeiros anos do povoamento e da presença dos jesuítas do Brasil e se refere a São Miguel Arcanjo, santo escolhido pelo padre José de Anchieta para dar nome àquele local. No entanto, a primeira denominação que o lugar recebeu veio dos índios guaianazes, que o chamavam Ururaí, passando depois a ser chamado de São Miguel de Ururaí. Nos anos 1930, durante o governo Getúlio Vargas, foi renomeado e passou a se chamar Baquirivú, entretanto, a população de revoltou contra a mudança e exigiu o retorno do nome São Miguel, que acabou seguido do adjetivo “paulista”, tornando-se, enfim, São Miguel Paulista. O emprego desse adjetivo estava relacionado ao interesse de reforçar suas origens ligadas ao bandeirismo

⁴ Fonte: MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo: Interfaces da Memória do Patrimônio Cultural**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

em oposição a Baquirivú, que se referia às origens indígenas ou, ainda, São Miguel Bahia, nome também sugerido na época, e que buscava identificar o bairro com a presença maciça de nordestinos, que havia começado a ocorrer a partir dos anos 1930.

Vale salientar que um fragmento de uma matéria do “Jornal Agita”, de abril de 1999, chama a atenção para uma nova mudança no nome do bairro, feita pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1992, que havia retirado o adjetivo “paulista” e deixado apenas a denominação pela qual os moradores se referem, ainda hoje, a ele: São Miguel.⁵



Matéria “Jornal Agita”. Hemeroteca da Biblioteca Municipal Raimundo Menezes – Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

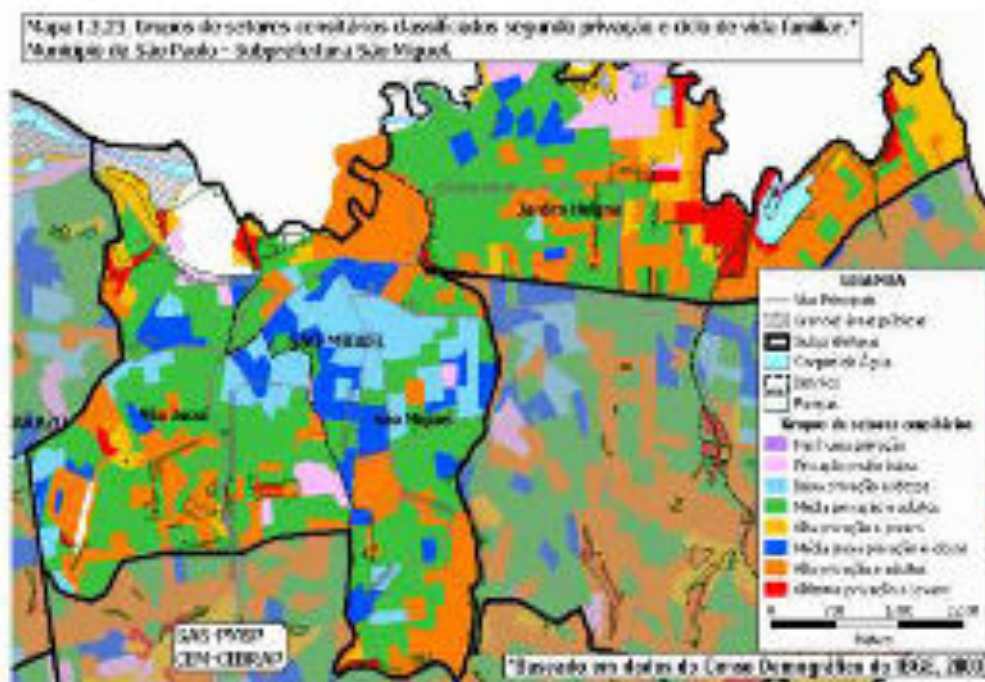
Seus limites territoriais, na década de 1970, período em que ocorre o surgimento do MPA, eram, ao norte, o município de Guarulhos, a leste,

⁵ Ao nos referirmos ao bairro, ao longo do artigo, optamos por usar o nome São Miguel, abrindo mão do adjetivo “paulista”. Essa escolha se deve ao fato de ser esta a principal forma de referência ao bairro entre seus moradores e visitantes.

Itaquaquecetuba, e, ao oeste e ao sul, os distritos de Ermelino Matarazzo, Itaquera e Guaianazes, respectivamente. Sua história remonta aos tempos da fundação da capitania de São Vicente, depois capitania de São Paulo, e da vila de São Paulo de Piratininga, atual cidade de São Paulo, sendo um de seus bairros mais antigos. Sua área superficial era de 3900 hectares. ocupada de modo relativamente disperso por uma população estimada em 310000 habitantes. No conjunto das unidades territoriais que compunham a Região Leste 2, o distrito de São Miguel representava 12% da área total e apresentava igual percentual no que se referia à população da região como um todo.⁶

Atualmente, o Distrito de São Miguel, vale lembrar, é formado, de acordo com dados do CEM – Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo, com base no Censo Demográfico do IBGE – 2000, pelos bairros de São Miguel, Jardim Helena e Vila Jacuí, como se pode observar na imagem a seguir. E, ainda, de acordo com dados da Prefeitura de São Paulo – Coordenação das Subprefeituras – Subprefeitura de São Miguel, em 2016, o Distrito correspondia a uma área de 24,30 Km², e, de acordo com o Censo 2010, sua população era de, aproximadamente, 369.496 habitantes e a densidade demográfica em torno de 15.206 habitantes por quilômetro quadrado.

⁶ Como demonstra ARANTES, Antonio A. **Produção cultural e revitalização em bairros populares: o caso de São Miguel Paulista**. Mimeografado. Relatório final do projeto sobre levantamento das características socioculturais, e identificação de sítios históricos propícios a projetos de revitalização, na Zona Leste da cidade, encomendado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. (Acervo Paulo Fontes, disponível na Biblioteca Municipal Raimundo Menezes)



Dados censitários envolvendo setores classificados segundo o nível de privação e ciclo de vida familiar, referentes ao recenseamento da população brasileira realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2000 (Fonte: Centro de Estudos da Metrópole (CEM) - Universidade de São Paulo (USP)).

De acordo com os dados apresentados na representação cartográfica acima, elaborada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e pela Universidade de São Paulo (USP), onde os três bairros que constituem o atual distrito de São Miguel aparecem classificados quanto ao nível de privação e ciclo familiar, é possível constatar que o mesmo apresenta condições de desenvolvimento econômico e social que variam, predominantemente, de baixa privação à altíssima privação, não havendo áreas classificadas como nenhuma privação e somente algumas poucas áreas classificadas como privação muito baixa. O nível de privação e ciclo familiar estão relacionados à aspectos como a capacidade de acesso aos direitos básicos fundamentais, educação, saúde, moradia e longevidade, além da renda per capita média, a fim de definir parâmetros de qualidade de vida.

Evolução histórica da urbanização e da industrialização brasileira

No início da década de 1920, a cidade de São Paulo vivia um intenso processo de metropolização. A sensação de quem observava sua dinâmica era de que as formas da cidade não duravam tempo suficiente para constituírem uma

memória social, e quanto aos seus moradores, já não era possível conferir-lhes uma identidade própria.⁷

Ao analisar o universo social da cidade nos anos 1920, concentrando-se no impacto dos novos hábitos, padrões estéticos e valores simbólicos, o autor a compara a um cativeiro da babilônico, ao fazer referência aos milhares de homens e mulheres sem raízes e submetidos a uma exploração crescente no caos de sua metropolização. E que para compensar o lapso de memória e o estranhamento causados por este momento, buscava-se a ritualização dos movimentos de massa.

Observa, ainda, se tratar de um tempo cuja marca foi a valorização das conquistas individuais por meio de personagens identificados, entre outros aspectos, pelas grandes conquistas esportivas, a saúde do corpo e o bem estar social. Identificados, como característicos da formação dos movimentos de massa, tais aspectos nos chamam a atenção por sua utilização como instrumentos de alienação, empregados por uma política que buscava reforçar a elitização e a higienização social.

No início do século XX, São Paulo era uma cidade concentrada em uma pequena área que abrigava habitações de diferentes classes sociais, as atividades industriais, os serviços e o comércio. No que diz respeito à moradia, na pequena área central da cidade, situada entre os vales do Tamanduateí, à leste, e Anhangabaú, à oeste, pelo espigão da Paulista, ao sul, pelas várzeas do Tietê ao norte, era possível distinguir as classes sociais pelo tipo de habitação que ocupavam. Os ricos moravam em casas próprias, já os pobres se acumulavam em espaços alugados que, devido aos altos preços dos aluguéis, eram divididos por diversas famílias e indivíduos, constituindo as casas de cômodos e os cortiços.

A existência dessas moradias provocava preocupações para os ricos e para o poder público que, alegando motivos sanitaristas como o risco de ocorrerem epidemias que atingissem a todos os moradores da cidade, justificavam uma

⁷ De acordo com SEVCENKO. Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31: “Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente de fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já tinha passado”.

constante e brutal repressão policial sobre os moradores dos cortiços e dos bairros pobres. Dessa forma, tentou-se estabelecer uma legislação urbana que impedia a existência de cortiços e promovia a demolição de edificações insalubres na sua área central, incentivando-se, simultaneamente, a construção de casas para os pobres fora de seu perímetro.

O caráter elitista e especulativo das intervenções urbanas, assegurado por investimentos em obras, legislação urbanística e coerção social, buscou fazer do centro da cidade uma área especializada no comércio e serviços, da qual se procurava suprimir as moradias populares, especialmente os cortiços. Bairros residenciais exclusivos foram criados na zona oeste da cidade e no espigão central, sendo destinados às classes de alto poder aquisitivo. Enquanto para os trabalhadores pobres e suas famílias, havia como alternativa os cortiços, as áreas localizadas nas bordas da cidade, nas ladeiras e baixadas. Assim, começavam a se formar os bairros sem plano de conjunto, frutos da especulação imobiliária e da venda de lotes à prestação, o maior veio de ouro da São Paulo do século XX.

Até a década de 1930, o mercado de terras e a segregação social haviam sido favorecidas pelo autoritarismo da elite oligárquica, organizada em torno do PRP – Partido Republicano Paulista, que dominava o quadro político-institucional, e pela debilidade dos poderes legislativo e judiciário, a ela submetidos, e ainda pela opressão das classes populares formadas pelos trabalhadores estrangeiros, mulheres e analfabetos, sem direito de voto que pouco podiam fazer para resistir institucionalmente a essa situação, o que possibilitava a perpetuação, no poder, das elites agrárias, dos financistas e da plutocracia urbana.

A partir dos anos de 1940, o crescimento industrial paulistano e o conseqüente fortalecimento do operariado e de seus sindicatos, o aumento populacional da cidade, a multiplicação de órgãos de imprensa, de associações profissionais, de imigrantes, de ajuda mútua e de classe, promoveram uma crescente contestação popular contra o domínio oligárquico.⁸

Ademais, neste período histórico marcado pelas grandes transformações econômicas e sociais no Brasil, promovidas pela aceleração urbana industrial,

⁸ De acordo com SEVCENKO. Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 72-75.

ocorreu a formação de classes médias urbanas e elites letradas, juntamente com uma nova classe operária, caracterizada pelo abandono de suas raízes imigrantes e europeias, ganhando, cada vez mais, uma feição nacional. Estas mudanças contribuíram para a ascendência de movimentos de caráter político e cultural, como o Tenentismo e a Semana de Arte Moderna de 1922, culminando com a Revolução de 1930. O programa nacional desenvolvimentista do getulismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, foram fatores que colaboraram ainda mais para esse processo.

Contudo, foi no pós-guerra que a urbanização de fato se converteu no maior fenômeno econômico social brasileiro, em um movimento que envolveu industrialização, inclusive cultural, especulação imobiliária urbana, a formação de movimentos populares de caráter político e cultural que passaram a denunciar os problemas sociais urbanos e as carências da classe trabalhadora, com vistas a uma revolução nacional popular. Com o golpe de Estado civil-militar em 1964, porém, a questão social, mais uma vez, passou a ser tratada como caso de polícia e subversão ideológica combatida pelos órgãos de repressão por meio da prisão, tortura, do exílio e do assassinato de trabalhadores e opositores políticos do regime, sob o signo do combate ao comunismo e da defesa da segurança nacional.

A partir dessa trajetória histórica do desenvolvimento da cidade, percebemos que, durante os três séculos da colonização, o bairro de São Miguel se transformou de forma lenta, acompanhando o compasso do crescimento da Vila de São Paulo. Seus habitantes sobreviviam de atividades como a pesca e a caça, e de pequenas chácaras que produziam hortaliças e frutas.⁹ No entanto, na medida em que a cidade de São Paulo se transformou no centro financeiro e ferroviário da economia cafeeira, o bairro também começou a observar mudanças. Nas primeiras décadas do século XX, o rápido crescimento populacional da cidade fez com que algumas áreas rurais localizadas no então distrito de São Miguel fossem ocupadas por portugueses e japoneses, que ali estabeleceram chácaras para o cultivo de

⁹ Servindo-nos das palavras de FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002. p. 105: "São Miguel, aldeamento indígena e missão jesuítica nos séculos 16 e 17, embora um dos mais antigos bairros da cidade de São Paulo, pouco se desenvolveu nos séculos seguintes, permanecendo como um pequeno núcleo habitacional no extremo leste do município."

flores, frutas e hortaliças, cuja produção abastecia a cidade. Ainda na primeira metade do século XX, a produção de tijolos e telhas, realizada por olarias que exploravam areia e argila do leito do rio Tietê, também passou a representar uma atividade econômica importante para os habitantes dos subúrbios orientais da cidade.

Todavia, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, ocorreu uma mudança quanto à distribuição espacial da atividade industrial na cidade de São Paulo. O que motivou essa transformação, a princípio, foram os elevados custos de instalação das novas plantas industriais nas áreas centrais e antigos bairros operários da cidade, cuja ocupação era praticamente total. As principais empresas automobilísticas, exceto a General Motors, que já havia se alojado em São Caetano, instalaram-se ao longo da Anchieta. Um movimento semelhante percebeu-se em direção aos bairros periféricos da capital, como Osasco, Santo Amaro, Ermelino Matarazzo e São Miguel.¹⁰

Nesse contexto, então, a história do bairro passou a vivenciar um novo tempo, quando ali se instalou a Companhia Nitro Química Brasileira, no início dos anos 1930. Sua realidade histórica teria sido tão drasticamente alterada que, para muitos, o ano de 1935, data em que o então subúrbio de São Miguel foi escolhido para a instalação da gigantesca fábrica, considerada a CSN do setor químico brasileiro, deveria ser considerado o ano de fato de sua fundação.

O isolamento geográfico do bairro, que poderia ser visto como um problema para os interesses de um grande empreendimento industrial como a Nitro Química, na verdade, talvez fosse um aspecto positivo no que dizia respeito ao controle e à disciplina dos trabalhadores. Tudo indica que essa era uma preocupação de José Ermírio de Moraes, já demonstrada com a instalação da Tecelagem Votorantin em um distrito isolado do município de Sorocaba, no interior do estado. Assim, como em Sorocaba, em São Miguel seria possível controlar e disciplinar a mão de obra, mantendo-a isolada de influências que poderiam afetar os interesses empresariais. Com o tempo, as imensas áreas baldias

¹⁰ De acordo com SAES. Flávio Azevedo Marques de. **Industrialização e urbanização 1870-1960**. In: CAMARGO. Ana Maria de Almeida (Org.). **São Paulo uma viagem no tempo**. São Paulo, CIEE: 2005. p. 132-133.

em torno dela seriam transformadas em vilas operárias destinadas a abrigar seus trabalhadores e uma imensa massa de migrantes paulistas, mineiros, paranaenses e, principalmente, dos estados do Nordeste destacando-se, nesse sentido, os baianos e pernambucanos, que para lá se dirigiam, principalmente, em busca de espaços de moradia mais acessíveis.

Migrantes e imbricações culturais na cidade de São Paulo e São Miguel Paulista entre 1940 e 1980

Nesse sentido, é preponderante estudar esse período, levando em consideração o contexto das imbricações culturais e dos conflitos urbanos, além das novas formas de sociabilidade promovidas pela industrialização e urbanização, a fim de se compreender, um pouco mais, de que maneira o bairro e seus moradores adquiriram características próprias reconhecidas como suas ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, e que contribuíram para o surgimento do MPA – Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista.¹¹

Isso porque, essa frente de mobilização cultural e política surgiu a partir do momento em que um grupo de artistas locais tomou conhecimento de que havia uma pesquisa antropológica em andamento, encomendada pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, que fazia parte de uma política cultural para a cidade, cuja concepção foi vista como bastante conservadora e autoritária, no sentido de não ter tido na sua formulação a participação da comunidade, partindo de concepções de órgãos técnicos, que nada ou pouco tinham a ver com suas experiências cotidianas sendo, por isso, equivocada ao sugerir que não havia naquela comunidade da periferia da cidade uma produção cultural relevante, propondo, então, a museificação daquele patrimônio histórico-cultural ali existente.

O órgão governamental pressupunha que, sobretudo em São Miguel, não havia uma produção cultural relevante e a criação de um museu de arte sacra jesuítica no local serviria de incentivo para que isso começasse a existir. Essa pressuposição derivava do fato de que aquela comunidade de origem jesuítica e

¹¹ A partir daqui, nos referiremos ao Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista pela sigla “MPA”.

bandeirante havia sido transformada pela chegada de milhões de migrantes de origem camponesa e das pequenas cidades do interior, fagocitadas pela metrópole industrial, e essa população era vista, pelos órgãos oficiais de cultura e pelas classes socialmente dominantes, como incapaz de imprimir uma nova identidade cultural para o bairro.

Evidenciava-se, desse modo, o conflito em torno da questão da construção das novas identidades históricas em comunidades que passaram por transformações de ordem social e cultural, como foi o caso de São Miguel, em virtude da industrialização e das migrações. O que embasava a proposta do órgão oficial era a convicção de que o museu seria uma maneira de incentivar e promover a cultura local, porque aquela era uma região considerada particularmente pobre neste aspecto.¹²

Desse modo, para os artistas locais, o projeto de museificação da cultura não despertava nenhum interesse, sobretudo por não haver uma identificação com as tais origens históricas e porque não havia de fato uma necessidade de incentivar a criação de uma produção cultural local, visto que ela já existia e era intensa. Aos artistas interessava lutar por espaços onde pudessem expor e divulgar sua arte, pois acreditavam ser esta a melhor maneira de incentivar a produção cultural na periferia. Por isso, para o grupo, a questão não se resumia somente ao futuro da capela, tratava-se também de participar e contribuir para o futuro político do país por meio de uma arte engajada, denunciando as carências sociais da comunidade, a tortura, a censura, a violência policial e a miséria, a que eram submetidos seus moradores, defendendo, ainda, a redemocratização do país ao participar, efetivamente, das lutas políticas colocando-se na oposição ao regime ditatorial.

¹² De acordo com ARANTES, A. Op. Cit., p. 149-150: “ A proposta que deu origem a esse trabalho, na verdade, foi feita por um órgão do Estado que estava preocupado com um levantamento das características sócio-culturais da Zona Leste da cidade de São Paulo. Aliada a isso, colocava-se a questão da revitalização de edifícios de interesse histórico localizados nessa região. Essa preocupação remetia a um problema, que me parecia muito interessante, que é o da revitalização de “monumentos nacionais” localizados em áreas ocupadas por segmentos da sociedade que não, necessariamente, compartilham das concepções que constituem esses bens como monumentos, como significativos do ponto de vista da cultura da nação como um todo. Esse trabalho partia de um pressuposto que, a meu ver, era falso. Os que me convidaram a fazê-lo consideravam a área onde se localizava esse bem, a Zona Leste de São Paulo, uma área culturalmente muito pobre, com uma produção local praticamente inexistente ou muito insignificante”.

Essa questão surgia num momento histórico bastante interessante vivido por São Miguel, a consolidação de uma nova identidade cultural para o bairro, adquirida a partir dos anos 1930, quando se tornou um importante distrito industrial e passou a atrair migrantes de diferentes estados, como já foi dito anteriormente. Esse processo de metamorfose social e cultural, vivido pela comunidade, foi tratado pelos discursos históricos oficiais de cunho elitista, pela ótica da ideologia das diferenças regionais entre paulistas e nordestinos, procurando, a nosso ver, ocultar a contradição de classes que se aprofundava com a urbanização de milhões de camponeses pobres que passaram a habitar a periferia da cidade.

A criação e a existência do MPA fortaleceram a ideia da necessidade do uso da cultura como instrumento de mobilização e conscientização política da sociedade. Tal estratégia de ação cultural passou a se manifestar de maneira mais intensa no Brasil a partir dos anos de 1950, motivada pela formação das novas classes médias urbanas e pelo aprofundamento das contradições de classe. Na produção artística literária do MPA, tornaram-se fundamentais as influências recebidas das vanguardas culturais desde o Modernismo, nos anos 20-50, passando pelo teatro universitário do Teatro de Arena, do Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), teatro Oficina e Opinião, nos anos 50 e 70, e da Música Popular Brasileira (MPB), dos anos 60 a 80, em que a cultura se armou de um conteúdo político e acreditou ser capaz de contribuir para uma revolução nacional popular.

Inserido, portanto, nos termos do universo da arte engajada do final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o papel do MPA foi o de agitação cultural e conscientização política que buscava, no caráter histórico e concreto da produção e representação artística, a transformação ideológica e a educação dos trabalhadores, assumindo, desse modo, o ponto de vista da classe social e representando suas dificuldades mais urgentes decorrentes da crise vivida por aquela comunidade.

A opção pelo papel da cultura como ação política, fazia-se exatamente porque, em função da obliteração do estético que marca a trajetória da arte nesta

época, pensar o estético é, antes, pensar o político.¹³ Portanto, foram essas as premissas básicas que nortearam a produção artística literária desse movimento de artistas que, mobilizados em torno dessas causas, deram vida a uma bela cena da vida cultural e política paulistana dos idos dos anos 1970 e 1980. O folheto a seguir apresenta o MPA à população e a convida para participar de suas reuniões e programações.



Panfleto apresentando as propostas do Movimento Popular de Arte - Fonte: Acervo Documental do MPA

Convém ressaltar que o MPA, historicamente contextualizado, acompanhou um dos momentos cruciais da história contemporânea brasileira: transição da ditadura civil-militar de 1964 para a democracia partidária, em 1985, sendo que, ao dar início às suas intervenções artísticas em dezembro de 1979, acabou por surgir no período em que a Lei da Anistia havia sido promulgada pela ditadura. Desponta, dessa forma, no momento em que o país começava a delinear as primeiras medidas da abertura tutelada e a transição para a redemocratização.

O empenho político que o MPA realizou durante a campanha das eleições de 1982, as primeiras a acontecerem desde 1964, para governadores de estados, é demonstrado no folheto a seguir.

¹³ Aproveitando-nos das palavras de MOSTAÇO, Edélcio. **Teatro e política: arena, oficina e opinião**. S.l.: Proposta Editorial, 1982. p. 10-11.

O MPA E AS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO

O MPA completa quatro anos de luta pela arte, pelo lazer e pela cultura popular da periferia.

Nesse tempo todo, o MPA se caracterizou como um grupo de oposição ao atual esquema artístico e cultural existente no Brasil. Luta pela transformação dos meios de comunicação controlados pela burguesia que tenta impor ao povo uma falsa realidade.

Diante disso, não poderíamos deixar de dizer o que pensamos do momento que vive o País. Em 15 de novembro próximo o povo irá às urnas. Sabemos que as eleições não acabarão com a miséria do povo, com o desemprego e com as injustiças sociais. Mas, elas são um passo importante no processo de transformação da sociedade, principalmente se junto com as eleições, caminhar o avanço da consciência popular, pois só um povo organizado e consciente poderá transformar profundamente a realidade brasileira.

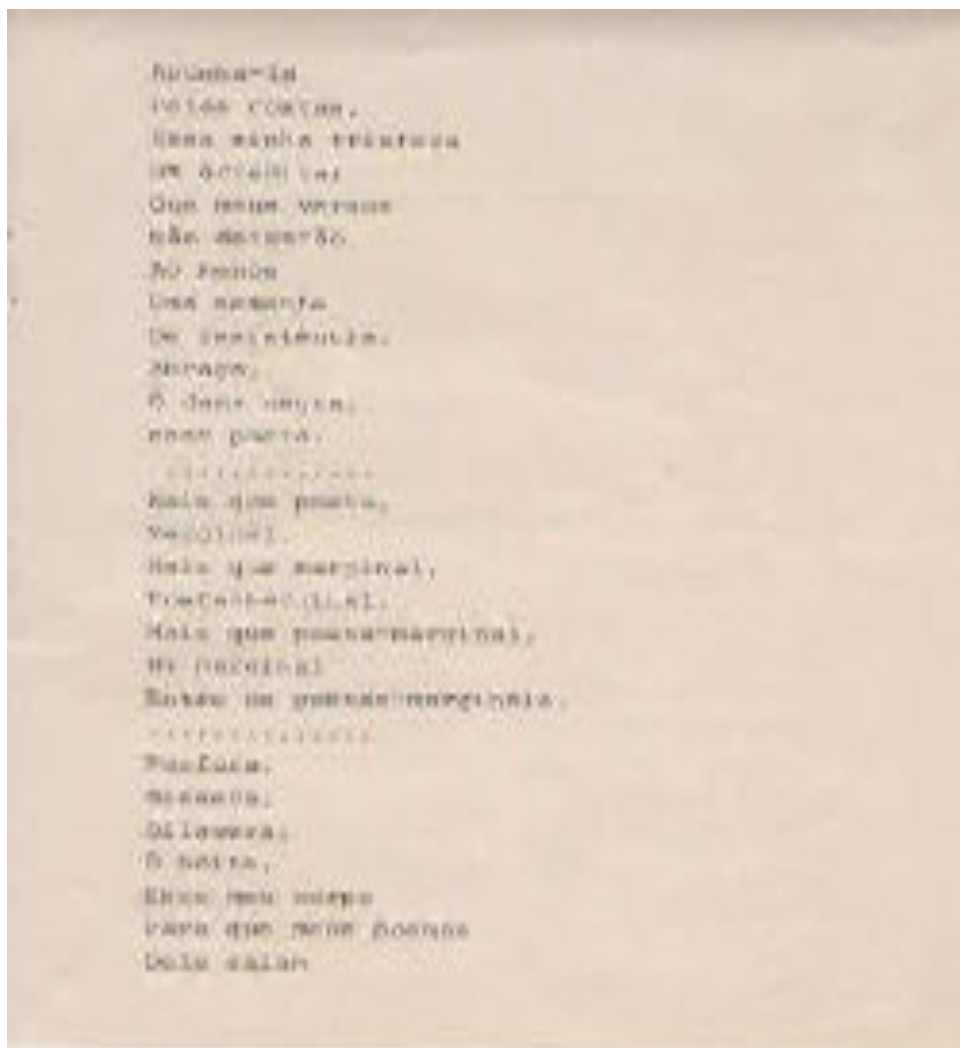
No nosso bairro, reconhecemos dois partidos que possuem propostas coerentes com o que pensamos. São elas o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - e o Partido dos Trabalhadores - PT. Por isso, consideramos importante em 15 de Novembro, votar num desses dois Partidos.

São Miguel Paulista, setembro de 1982

MOVIMENTO POPULAR DE ARTE

Folheto incentivando a população a votar nos partidos de oposição nas eleições de 1982 - Fonte: Acervo Documental do MPA.

A opção de classe do MPA evidencia-se no poema a seguir, de autoria desconhecida. O poeta se auto denomina o marginal entre os marginais fazendo uma referência, provavelmente, à condição em que se produzia a arte na periferia, à marginalidade da sua situação de morador de uma comunidade trabalhadora de baixa renda, diferentemente do poeta marginal da classe média alta paulistana, das décadas de setenta e oitenta.



Poema de autor desconhecido - Fonte: Cadernos de Poesisas do MPA.

E, ainda, na imagem a seguir, vemos músicos participantes do MPA, no início dos anos 1980, realizando uma apresentação na estação São Bento do metrô, um significativo espaço de divulgação de jovens artistas e seus movimentos culturais, reunindo seguidores na área da estação que dava acesso ao vale do Anhangabaú, um dos principais recintos das diferentes manifestações culturais da cidade naquela época.



Músicos do MPA em apresentação na estação São Bento do Metrô – Acervo Iconográfico do Movimento Popular de Arte.

A banda, formada por um sexteto, lançava mão, como recursos sonoros, da zabumba e do triângulo, referências diretas à influência nordestina em sua música. Essa influência resultava, também, de uma certa tendência adquirida por um segmento da Música Popular Brasileira que, desde o final dos anos 60 e início dos 70, passou a produzir uma música de caráter regionalista, nos grandes centros urbanos do país, como forma de destacar as origens da população migrante que passara a habitá-los, tendo sido a vertente nordestina a mais expressiva.

Os compositores nordestinos, como Belchior, Ednardo, Alceu Valença, Zé Ramalho, entre outros, operaram releituras da cultura jovem e fundiram elementos regionais nordestinos com o *pop*, numa operação crítica e criativa acerca do impacto do moderno sobre o tradicional.¹⁴ E, no caso específico do MPA, o triângulo e a zabumba marcam a identidade nordestina pela qual o bairro de São Miguel passou a ser reconhecido no universo da cidade de São Paulo, passando a ser “a maior cidade nordestina do país”.

¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. **MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982)**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2010. p. 394.

Sobre a construção da imagem da região Nordeste no imaginário nacional, assim como do Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido, ou, ainda, o Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste “[...] o Nordeste quase sempre não é o Nordeste tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado”.¹⁵ Essa questão aparece, por exemplo, nos versos da canção *Conheço o meu lugar*, escrita por Belchior e que fez parte do LP “Medo de Avião”, de 1979:

[...] Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar.

No caso específico de São Miguel, a industrialização e as migrações colocaram, para a comunidade local, essas e outras questões que marcaram sua história a partir de meados do século XX. Ao nos debruçarmos sobre os processos de imbricação cultural ali ocorridos, constatamos que, entre tantas lembranças, a estação de trem, a fábrica, o rio Tietê, os bairros vizinhos, os laços de parentescos, as relações pessoais e as ações que se engendraram nesses locais, eram elementos do bairro que tinham sua importância vinculada a determinado tempo, com movimentos específicos, que se transformaram à medida que outros moradores e outros tempos foram surgindo e nem sempre tais transformações foram validadas pelos moradores que lá estavam, gerando tensões que revelavam disputas pelos espaços do bairro.¹⁶

¹⁵ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**, Campinas: Unicamp, 1999. p. 307-311.

¹⁶ MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo: Interfaces da Memória do Patrimônio Cultural**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 79.

Moradores mais antigos, por exemplo, nunca aceitaram a mudança de nome daquela que é considerada a principal artéria de circulação do bairro, a atual avenida Marechal Tito, antiga estrada São Paulo-Rio, que foi rebatizada em homenagem ao antigo líder socialista da ex-Yugoslávia, por um projeto de lei de um vereador local de origem nordestina e que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro, nos anos 1940. Ou ainda, a modificação do nome da via que conecta o centro do bairro aos bairros de Itaquera e Guaianazes, de estrada do Lajeado para avenida Nordeste, clara alusão ao crescente poder político dessa comunidade sobre o bairro. As motivações eleitoreiras também levaram a mudança de nomes de antigas ruas que faziam referência aos locais de origem dos primeiros migrantes trazidos para trabalhar na Nitro Química. As ruas Estiva, Extrema e Camanducaia, cidades mineiras de onde eles vieram, foram renomeadas com nomes de pessoas desconhecidas para os moradores mais antigos.

Quanto a isso, lembramos que as transformações ocorridas em São Miguel, a partir das décadas de 1930 e 1940, no plano das condições de vida, do trabalho e das relações sociais, promoveram significativas alterações culturais no bairro. Estas se fizeram sentir tanto em termos das atividades, quanto no modo pelo qual os moradores se organizaram para a sua realização, disputando entre si o uso e o controle dos espaços e dos equipamentos necessários à produção e organização de atividades.

Esse processo pode ser interpretado como sendo, em grande parte, o da construção de mecanismos por meio dos quais um setor emergente da “sociedade local” procurava legitimar-se perante os demais, ao exercer a direção intelectual e moral sobre eles.

A linguagem poética e teatral do MPA e a questão do direito à cidade

A história da produção teatral em São Miguel originou-se na década de 1950, com a criação do ETAU – Entidade Teatral de Atores Unidos, no interior de uma das seções da Nitro Química. Depois disso, outros grupos ligados à igreja católica e às Sociedades Amigos de Bairros também passaram a atuar no bairro, que chegou a possuir cerca de 16 grupos teatrais no início dos anos 1970. Em 1969, durante o mês de outubro, foi realizado o Festival “Cacilda Becker” de Teatro

Amador de São Miguel, que permitiu o início de um trabalho de leitura de peças, cursos e seminários sobre história do teatro, interpretação, iluminação, entre outros conhecimentos, sob a coordenação da regional São Miguel da Federação de Teatro Amador da cidade de São Paulo. Em 1970, aconteceu ainda uma segunda edição do Festival “Cacilda Becker” mas, com o fechamento da regional, começou um período de declínio do movimento teatral no bairro.¹⁷

“Periferida”, “Teatro do Núcleo” e “T-Rua” são alguns dos grupos teatrais que participaram de forma decisiva do Movimento. Segundo Sposito (1987, p. 48), o teatro no MPA se caracterizou pela contestação aos moldes dos anos 1960, que, para muitos dos participantes, originários de famílias operárias de baixa instrução, o conteúdo politicamente radical de apoio aos movimentos de transformação social parecia ser uma grande novidade.

Seguindo nessa mesma temática, o grupo Núcleo Teatral Periferida, que atuou na zona leste, de 1979 a 1986, e que foi extremamente ativo no MPA, encenou a peça “*Canção pequena para ninar um menino morto*”, com um conteúdo que não só denunciava o abandono da infância e da juventude na periferia, mas também a sua criminalização e a violência policial contra seus habitantes. Abaixo, estão versos da canção, composta pelo músico Edvaldo Santana, que foi tema da peça teatral e não deixava dúvidas sobre suas intenções.

Agora o menino dorme
na sua postura correta
sozinho na noite enorme
Como quem dorme
de forma completa
por não ter havido outro jeito
senão crescer depressa e a esmo
na escola das ruas e ter feito
de si o indefeso refém de si mesmo
por não ter havido diferença
entre as coisas da vida e da morte
foi morto com bala de polícia
mas podia ter sido de fome ou de corte
[...]

(Incidental: “Passarinho”, de Edvaldo Santana)¹⁸

¹⁷ SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista: Cultura, Arte e Educação**. São Paulo: USP, FFCL, 1987. p. 46.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.blogdoakirayamasaki.blogspot.com.br>>.

Nas palavras de Edgar Flanelas,¹⁹ sobre o teor a produção poética do MPA: “Akira Yamasaki compõe, com Cláudio Gomes e Severino do Ramo (já falecido), o legado mais denso da poesia gestada nos primeiros anos do movimento, marcada por rica produção, fincada na procura incessante do verso perfeitamente vestido de lirismo e contemporaneidade.”

(Para as crianças barrigudas que ví)
Vontade grande
de arengar com deus
perguntar-lhe porque
as crianças nordestinas
são barrigudas e anêmicas
porque em são paulo/rio
as favelas brotam em cada terreno baldio
oh deus! vontade de te fitar
vontade de arengar contigo
vontade de ter dois seios grandes
donde saísse mel
mel e leite
para alimentar
para acabar com a miséria

Severino do Ramo

E, ainda temos à destacar, as composições do LP “Movimento Popular de Arte”, lançado de maneira independente, em 1985 que, de um modo geral, também traçam perfis das histórias dos moradores da periferia paulistana, permeadas pela violência, lutas de classe, infância desprotegida, entre outros. Na canção “Passarinho”, música de abertura da coletânea, há versos em que são feitas referências à censura imposta pela ditadura e pelo capital e aos poetas e cantadores engajados na luta política pela democratização do país.

“...Vaidosa lua cheia
De homens sem sol
Seu olhar é soberano
Seu brilho é testemunha...”

Mas não só isso, a violência contra os jovens negros, a prostituição vivida pela mulher pobre, oprimida pelo medo e pela dor, condição vivida também pelos

¹⁹ Disponível em: <www.recantodasletras.com.br>.

“*homens sem sol*”,²⁰ que bem podem ser trabalhadores noturnos, prisioneiros dos cárceres da repressão política ou simplesmente policiais. Outra vez, desponta a questão da dificuldade de produção cultural em um tempo de opressão e falta de recursos para a divulgação da arte produzida por artistas populares.

A segunda canção, “Pela estrada de ferro”,²¹ aponta para a formação do bairro de Ermelino Matarazzo, antigo distrito de São Miguel, que se desenvolveu também com a implantação de uma unidade industrial e pela passagem dos trilhos da linha Variante da Central do Brasil.

“...Pelas tumbas que canto o estribilho
Aqui jaz povo livre
Minha infância espreita meus filhos
Você saiu dos trilhos
Minha história e os outros amigos
Como a fumaça meus brilhos...”

Faz referência aos problemas de moradia e pobreza do bairro. Em versos sutis, busca lembrar o passado de lutas da classe operária formada pelos trabalhadores da fábrica, mostrando a importância desse passado para o aprendizado das novas gerações: “*[...]minha infância espreita meus filhos*” é um verso que revela a preocupação com o futuro, além da repetição do ciclo de pobreza ficar clara.

A preocupação contemporânea de caráter social, que não deixa de lado a questão estética presente na produção artístico-literária do MPA, nos possibilita o entendimento, historicamente situado de nossa realidade, a fim de ampliar nossa compreensão sobre as formas de manifestação política, que se dão por meio da produção cultural, na periferia paulistana, podendo, desse modo, contribuir, mesmo que timidamente, com os estudos que se desenvolvem, atualmente, sobre as disputas em torno do direito à cidade.

²⁰ “homens sem sol” – expressão contida na música “Passarinho”, de autoria do cantor e compositor Edvaldo Santana.

²¹ De autoria do cantor e compositor Raberuan.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Campinas: Unicamp, 1999.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Subúrbios Orientais de São Paulo**. São Paulo, 1945. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945).
- BOMTEMPI, Sylvio. **O Bairro de São Miguel Paulista**. São Paulo: Prefeitura Municipal/Departamento de Cultura, 1970.
- BOMTEMPI, Sylvio. **Origens Históricas de São Miguel Paulista**. São Paulo: Unicsul, 2000.
- CALDEIRA. Tereza Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1971.
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo: Interfaces da Memória do Patrimônio Cultural**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MOSTAÇO, Edélcio. **Teatro e política: arena, oficina e opinião**. S.l.: Proposta Editorial, 1982. p.10-11.

NAPOLITANO, Marcos. **MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982).**

São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2010.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Industrialização e urbanização 1870-1960.**

In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Org.). **São Paulo uma viagem no tempo.**

São Paulo: CIEE, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista: Cultura, Arte e Educação.** São Paulo: USP, FFCL, 1987.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
Av. Dom Antonio, 2100. CEP. 19806-900
Assis, São Paulo-SP, Brasil.



ARGENTINA, BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO SÉCULO XX: UM ESTUDO A PARTIR DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) E DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Cristina de Campos¹
Departamento de Política Científica e Tecnológica
Instituto de Geociências
Universidade Estadual de Campinas

Jefferson de Lara Sanches Junior²
Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica
Instituto de Geociências
Universidade Estadual de Campinas

Recebido: 09/02/2017
Aprovado: 12/06/2017

Resumo: Ao olharmos para o passado de Brasil e Argentina, podemos constatar uma base econômica em comum, com forte presença do setor agrícola na conformação da economia e sociedade de ambos. Neste trabalho, tomamos como contexto de análise os setores de ciência e tecnologia agrícola dos dois países configurados a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Como objeto específico de discussão, propomos o exame do período de criação do *Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária* (INTA), em 1956, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, de modo a traçar o contexto de quando cada instituto surgiu em seu respectivo país. Acreditamos que a viabilidade da discussão se deve ao fato de a fundação dessas instituições marcar uma conjuntura de formação de sistemas nacionais de pesquisa agrícola no mundo em desenvolvimento. O embasamento metodológico que condiciona análise repousa nas premissas da história comparada, exposta por Marc Bloch.

Palavras-chave: INTA; EMBRAPA; História Comparada

ARGENTINA, BRAZIL AND CHANGES IN AGRICULTURE OF 20TH CENTURY: A STUDY FROM THE FOUNDATION OF INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) AND EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Abstract: When we look for the Brazil's and Argentina's past, we can see a common economic basis, with a strongly presence from the agriculture for build the economy and society of both. In this paper, we take as analysis context the agriculture science and technology sectors of either countries established from Second World War. As specific object, we propose a view of a creation period of Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria (INTA), in 1956, and Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), in 1972, on a way to draw a context when each institute was created in respective country. We believe that feasibility of the discussion by the fact that the foudation of these institutions mark

¹ E-mail: campos@ige.unicamp.br.

² E-mail: jeffersonsanches@rocketmail.com.

the scenario of formation of national system of agriculture research. The methodology witch support our analysis come from the comparative history exposed by Marc Bloch.

Keywords: INTA; EMBRAPA; Comparative History

Introdução

Ao olharmos para o passado de Brasil e Argentina, podemos constatar uma base econômica em comum, com forte presença do setor agrícola na conformação da economia e sociedade de ambos. Neste trabalho, tomamos como contexto de análise os setores de ciência e tecnologia agrícola dos dois países. Como objeto de discussão, propomos o exame do período de criação do *Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria* (INTA), em 1956, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, de modo a traçar o contexto de quando cada instituto surgiu em seu respectivo país. Acreditamos que a viabilidade da discussão se deve ao fato de a fundação dessas instituições marcar uma conjuntura de formação de sistemas nacionais de pesquisa agrícola no mundo em desenvolvimento.

De acordo com Andrés Lopez, a geração e difusão de tecnologia no setor agrícola caracteriza-se por ser um processo peculiar, envolto de particularidades. Por um lado, uma parte do conhecimento sobre o assunto é específico, ou seja, é pensado para um contexto climático e geográfico característico. Por outro lado, existe uma grande variedade de fontes de inovação, como indústrias de sementes, insumos e fertilizantes, universidades e institutos de pesquisa, muitos deles públicos.³ No caso da América Latina, vemos estes últimos ocuparem um lugar fundamental na produção de tecnologia agrícola desde o século XIX, processo que se aprofunda no século XX com as transformações ocorridas na economia mundial e que impactaram decisivamente a região, como a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial.

Neste panorama de mudança é que nossos objetos de análise são fundados, contando com a participação decisiva do Estado – os dois institutos são públicos. De um lado, demonstra-se a debilidade do setor privado em ser protagonista na

³ LOPEZ, Andres. **Sistema Nacional de Innovacion y desarrollo econômico: una interpretacion del caso argentino**. 2000. 473 p. Tese. (Doutorado em Economia) - Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

produção de tecnologia para a agricultura, além de interesses do setor público que não se restringem a prover o setor agrícola de uma nova estrutura produtiva, podendo também estar relacionado com questões como segurança e soberania nacional e fomento da produção industrial. Dessa forma, nosso objetivo é avaliar o contexto em que INTA e EMBRAPA foram fundados, a fim de observar as condicionantes que interferiram decisivamente nesse processo.

Para a elaboração deste trabalho, valemo-nos de autores que discutiram as transformações ocorridas no âmbito da economia, agricultura e ciência e tecnologia entre os anos de 1930 e 1970, com o propósito de integrar os argumentos em uma nova leitura, tendo por norte a construção de uma perspectiva em história comparada, linha de pesquisa preconizada desde os estudos do historiador francês Marc Bloch, ainda nos anos de 1920, quando da elaboração de sua obra-prima "*Os reis taumaturgos*" (1924).

Marc Bloch identificou dois aspectos fundamentais para a realização de uma história comparada: de um lado, uma certa similaridade dos fatos e a existência de divergências nos ambientes em que tal similaridade ocorre. Ademais, o historiador francês enxerga maior viabilidade de comparação entre sociedades próximas no tempo e espaço e que sofram a influência de forças semelhantes e estejam sujeitas a ação das mesmas causas, visto que situações distantes, especialmente no tempo, trazem à tona o risco de anacronismos e incongruências históricas.⁴ Destarte, ao propormos a análise histórica proposta neste texto, vemos na história comparada a ferramenta perfeita para a nossa pesquisa.

Para tomarmos a comparação enquanto método e buscar uma unidade do problema, transpondo aspectos geográficos, é necessário estarmos atento à contextualização dos fenômenos que serão discutidos. O historiador que se dedica a análise comparativa se interessa, muito além das convergências e similaridades, pelos detalhes e diferenças entre as situações abordadas, auxiliando destarte a construção de uma História de perfil globalizante através da interação entre tendências gerais e casos particulares. Não há como encontrar singularidades e

⁴ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.; BARROS, José D. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à construção de moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, v.1, n.13, p. 7-21, 2007.

especificidades sem recorrermos à comparação. Ademais, ao partirmos de casos comparativos, colocamos questões diferentes, muitas vezes novas, que não surgiriam se fossem tomadas em uma abordagem individualizada.⁵

Com vistas a atendermos ao objetivo proposto, dividimos o texto em três partes: a primeira versa sobre o contexto internacional, ressaltando as mudanças pelas quais economia global passava e as transformações em ciência e tecnologia agrícola do período. Em seguida, discutimos a situação do Brasil e a criação da EMBRAPA, buscando interpretar o cenário de sua fundação, bem como o de suas causas. Por fim, tratamos do INTA e da agricultura argentina, analisando as circunstâncias que levaram a essa definição, seguido de comentários à guisa de conclusão.

Ciência, tecnologia e agricultura na conjuntura do pós-guerra

Para uma compreensão mais detalhada e abrangente do contexto em que INTA e EMBRAPA foram criados, é mister a análise do contexto internacional em que tais transformações ocorreram. Podemos considerar que a fundação desses institutos está diretamente relacionada aos desdobramentos do momento na história do século XX, definido pelo historiador britânico Eric Hobsbawm como a “Era de Ouro” do Capitalismo,⁶ período de franca expansão econômica e integração dos mercados em nível mundial, que se estende do ocaso da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o primeiro choque do petróleo, em 1973.

As mudanças provocadas na economia capitalista, nesse momento, ocorreram de forma massiva nos países desenvolvidos, cuja produção representou cerca de três quartos e as exportações de produtos manufaturados passaram dos 80% do total mundial. Os avanços em ciência e tecnologia foram fundamentais, tornando-se elemento indispensável na vida cotidiana das pessoas ao redor do globo e cada vez mais atrelado a investimentos massivos de capital intensivo – exigindo, por sua vez, menos mão de obra.⁷ As trocas comerciais elevam-se a uma escala cada vez mais global, em que mercados, até então restritos a seus limites

⁵ COVA, Anne. **História comparada das mulheres: novas abordagens**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

⁷ Ibidem. p. 255; p. 260-262.

territoriais, passam a se integrar comercialmente com outras regiões, dando origem a um maior número de empresas multinacionais, a uma nova divisão internacional do trabalho e a um aumento na oferta de crédito externo.⁸

Mesmo pertencendo majoritariamente à Europa, ao Japão e aos EUA,⁹ a “Era de Ouro” também se estendeu ao chamado “Terceiro Mundo”, como a África, América Latina, Leste e Sudeste Asiático. Nessas localidades, a população mais que duplicou entre 1950 e 1985, acompanhada de um acréscimo na produção de alimentos, com taxas mais elevadas que a dos países de “Primeiro Mundo” e um consequente aumento na expectativa de vida da população. Mesmo irregulares, se comparada aos países desenvolvidos, as transformações provocadas na agricultura permitiram que essas regiões pudessem alimentar um número maior de habitantes e darem suporte a um crescente e irreversível processo de êxodo rural e urbanização.¹⁰

Dentro desse contexto internacional, podemos constatar que um dos principais desafios impostos à América Latina e às demais regiões subdesenvolvidas do mundo capitalista era o de incrementar a sua produção agrícola com vistas a alimentar, literal e simbolicamente, a “Época de Ouro”, seja através da elevação na produção e produtividade de alimentos, de insumos para as indústrias locais ou de excedentes para o mercado externo. De fato, após a Segunda Guerra Mundial, era crescente o número de economistas e estudiosos que passavam a se preocupar com o problema do desenvolvimento econômico de nações que ainda não haviam resolvido o problema de como transformar a

⁸ Ibidem. p. 272.

⁹ Segundo Hobsbawm, a “Era de Ouro” não foi tão impactante para os EUA como foi para os países da Europa capitalista e Japão, pelo fato de manterem a expansão dos anos de guerra, não levando, assim, a um desempenho tão impressionante como em outras regiões do mundo reconstruídas no pós-guerra. Cf: Ibidem. p. 254.

¹⁰ Ibidem. p. 255-256; 287. Outra importante constatação que Eric Hobsbawm realiza em sua análise desse período foi aquilo que ele denominou como “morte do campesinato”. A expansão econômica do período fez com que a urbanização fosse intensificada, provocando uma drástica redução da população rural do mundo ocidental. Ainda segundo o autor, no início dos anos de 1980, nenhum país (com exceção feita a Irlanda, Portugal e Espanha) a oeste do Muro de Berlim possuía mais de 10% de sua população vivendo nos campos, realidade que também se aplicava à América Latina, região que já em 1970 não possuía país com a maioria da população agrícola, exceto as repúblicas centro-americanas e o Haiti. Cf: Ibidem. p. 284-285.

agricultura tradicional numa fonte de crescimento contínuo de produção de alimentos.¹¹

O fim da guerra veio acompanhado de um aumento na taxa de natalidade, fato conhecido como *baby boom*, e da queda acentuada da taxa de mortalidade. O crescimento da população vinculou-se a um acelerado processo de urbanização, que levou a um aumento da demanda por alimentos e, por conseguinte, à subida nos preços, os quais possibilitaram massivas inversões no setor primário e um avanço técnico na agricultura dos países em desenvolvimento.¹²

Esta mudança refletia a preocupação com os problemas de desenvolvimento agrícola dessas nações, devido ao rápido aumento da procura por produtos oriundos desse setor em face ao crescimento da população e dos centros urbanos. As oscilações nas taxas de crescimento da produção de alimentos e dos preços nos mercados mundiais evidenciava a necessidade de investimentos que garantissem uma oferta minimamente constante que suprisse as demandas impostas pelo padrão de desenvolvimento iniciado com o pós-guerra.¹³

Destarte, com vistas a dirimir o intervalo existente na produção e produtividade, inicia-se um processo de transferência e difusão do padrão tecnológico dos países ricos para os pobres, conhecido por “Revolução Verde”.¹⁴ Aqui, podemos pontuar como de fundamental importância a transferência de tecnologias mecânicas – como tratores colheitadeiras, responsáveis por aumentar a produtividade do trabalho no campo, sendo então designadas como “economizadoras de mão de obra” – e tecnologias químicas e biológicas – como fertilizantes, praguicidas, híbridos e sementes geneticamente modificadas,

¹¹ HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA- DPU, 1988. p. 2.

¹² BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino: desde la conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires: Mondadori, 2005. p. 329.

¹³ HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. Op. Cit., p. 2; 4.

¹⁴ Denominada por Osvaldo Barsky e Jorge Gelman como a “Segunda Revolução Agrícola” na história do Ocidente, o processo conhecido por “Revolução Verde” teve seus efeitos sentidos de forma sensível somente após a Segunda Guerra Mundial, estando diretamente relacionado com transformações na agricultura que ocorriam desde fins do século XIX. Esse processo caracterizou-se pela popularização do uso de pesticidas, fungicidas e herbicidas no combate a pragas; uso intensivo de fertilizantes químicos; aperfeiçoamento de técnicas de irrigação; desenvolvimento de variedades com alto rendimento; mecanização em larga escala e novas práticas para um melhor manejo do solo Cf: BARSKY, O; GELMAN, J. Op. Cit., p. 313.

responsáveis pelo incremento da produtividade do solo e referidas também como “economizadoras de terra”.¹⁵

Contudo, realizar a transferência trazia consigo novos obstáculos e desafios. As tecnologias que se pretendia difundir em regiões como a América Latina, de clima predominantemente tropical, foram pensadas e produzidas para um outro contexto ecológico, característico de países e regiões de onde provinham, como EUA e Europa. Ademais, deve-se assinalar outras restrições para a transferência internacional de tecnologia, como a ausência de estações experimentais e institutos para o estudo e adaptação de tecnologias químicas e biológicas, a limitada capacidade industrial dos países receptores, no caso da tecnologia mecânica, e a oferta inelástica de mão de obra técnica e científica para as tecnologias química, biológica e mecânica,¹⁶ situação que se mostrava ainda mais complexa, visto se tratar de uma etapa de transferência tecnológica focada em capacidades¹⁷.

Além do *know-how* tecnológico, seria necessária a instalação de instituições que auxiliassem a adaptação desse conhecimento à realidade dos países receptores, bem como a formação de técnicos e profissionais de ensino superior¹⁸. Logo, observa-se, já a partir da década de 1940, o surgimento de programas de pesquisa e extensão vinculados a universidades e à criação de estações

¹⁵ HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. Op. Cit., p. 91.

¹⁶ Ibidem. p. 298-301.

¹⁷ Yujiro Hayami e Vernon Ruttan dividem em três fases o processo internacional de transferência tecnológica agrícola: 1) transferência material; 2) transferência de planejamento; 3) transferência de capacidade. A primeira etapa refere-se à importação de produtos como sementes, plantas, máquinas, animais e técnicas associadas ao seu uso. A adaptação se dá por meio de tentativa e erro. Já a transferência de planejamento ocorre através de livros, fórmulas e teorias, além da produção doméstica das máquinas importadas na fase precedente. Corresponde, geralmente, a um estágio inicial de evolução da pesquisa agrícola financiada pelo Estado, por meio de testes e adaptações elementares em estações experimentais. Por fim, a última etapa consiste na transferência de conhecimento e capacidade científica que permite a produção de tecnologia adaptada a localidade. Cf: HAYAMI, Y; RUTTAN, V. Op. Cit., p. 302-303.

¹⁸ Como aponta Hobsbawm, a “Era de Ouro” também se caracteriza pelo crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior em virtude da pressão realizada pela demanda consumidora e pela própria dinâmica de crescimento existente, baseada em grande parte em ciência e tecnologia. Cf: HOBSBAWM, E. Op. Cit., p. 289-291.

experimentais que, posteriormente, darão origem aos institutos nacionais de pesquisa agrícola, como o INTA e a EMBRAPA.¹⁹

Paralelamente a isso, a configuração de um sistema internacional de institutos de pesquisa e desenvolvimento agrícola foi de fundamental importância para a difusão de novas tecnologias. Em um primeiro momento, houve certa relutância da *Food and Agriculture Organization* (FAO) – órgão responsável pela agricultura e alimentação da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) e cujo conselho administrativo era formado predominantemente pelos Ministérios da Agricultura das nações desenvolvidas – na condução e patrocínio da agenda de pesquisa agrícola, por entender-se que o fracasso nos resultados apresentados pela agricultura de regiões como a América Latina se dava pelo uso ineficiente do conhecimento disponível. Contudo, o declínio na produção de alimentos no fim dos anos de 1950, especialmente no sul da Ásia, colocou sob ameaça a capacidade produtiva em pesquisa agrícola das regiões tropicais. Logo, a partir dos anos de 1960, passam a ser organizados ao redor do globo institutos de pesquisa e treinamento com vistas a planejar os estudos para a agricultura de países subdesenvolvidos (QUADRO 1). O modelo adotado e a sistematização dessas entidades baseavam-se na experiência acumulada dos institutos coloniais de pesquisa e na experiência da Fundação Rockefeller e Fundação Ford no México e Filipinas.²⁰

Quadro 1 – Institutos Internacionais de Pesquisa Agrícola

Centro	Localização (país)	Pesquisa	Ano de início
IRRI – Instituto Internacional de pesquisa do Arroz	Filipinas	Arroz irrigado e de sequeiro, sistemas de cultivo múltiplo	1959
CIMMYT – Centro Internacional para Melhoramento de Milho e Trigo	México	Trigo, milho, triticale, cevada e sorgo	1963

¹⁹ SALLES-FILHO, Sergio; MENDES, Paule J.; PEDRO, Edson. Inovações institucionais na pesquisa agrícola na América Latina e Caribe. SIMPÓSIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., Gramado, 2006. **Anais...** Gramado, 2006. p. 9.

²⁰ HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais.** Brasília: EMBRAPA- DPU, 1988. p. 305-306; MELLO, Debora Luz de. **Tendências de reorganização institucional da pesquisa agrícola: o caso do Instituto Agronômico do Paraná.** 1995. 269 p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 31.

IITA - Instituto Internacional de Agricultura Tropical	Nigéria	Cereais, leguminosas de grãos, raízes e tubérculos	1967
CIAT - Centro Internacional para Agricultura Tropical	Colômbia	Bovinos, mandioca, feijão comum, suínos	1968
WARDA - Associação de Pesquisa para o Desenvolvimento do Arroz da África Ocidental	Libéria	Pesquisa cooperativa regional com arroz	1971
CIP - Centro Internacional da Batata	Peru	Batata	1972
ICRISAT - Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas para os Trópicos Semiáridos	Índia	Sorgo, milheto, feijão guandu, grão de bico, amendoim, sistemas de lavoura	1972
IBPGR - Centro Internacional para Recursos Genéticos Vegetais	Itália	Conservação de material genético de plantas	1973
ILRAD - Laboratório Internacional para Pesquisa de Doenças de Animais	Nairóbi (África)	Tripanossomíase, teileriose	1974
ILCA - Centro Internacional de Animais Domésticos para a África	Etiópia	Animais domésticos	1974
ICARDA - Centro Internacional para Pesquisa Agrícola em Áreas Secas	Síria	Principalmente ovinos, cevada, trigo, fava e lentilha	1976
IFPRI - Instituto Internacional de Pesquisa de Política de Alimentação	Estados Unidos	Política e planejamento de alimentação	1975
ISNAR- Serviço Internacional para Pesquisa Agrícola Nacional	Holanda	Fortalecimento dos sistemas nacionais de pesquisa	1979

Fonte: MELLO, D. Op. Cit., p. 32. apud HAYAMI, Y; RUTTAN, V. Op. Cit., p. 290-311.

Dentre os institutos criados, destacam-se o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI, em inglês) em 1959, nas Filipinas; o Centro Internacional para Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT, em espanhol) em 1963, no México; o Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA, em inglês) em 1967, na Nigéria, e o Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT) em 1968, na Colômbia, que contaram com a participação efetiva da Fundação Ford e Fundação

Rockefeller. Em princípio, a ação dos institutos ocorreu por meio da experiência prévia das pesquisas realizadas em países de clima temperado que foram transferidas para estas instituições.²¹

A EMBRAPA no contexto das transformações na agricultura brasileira

Na esteira das transformações que ocorriam no contexto internacional, o Brasil do pós-guerra caracteriza-se por uma nova configuração na estrutura de acumulação de capital, com foco na indústria. Em um primeiro momento, os resultados dessa política foram danosos para a agricultura, que perdia sua proeminência em relação à economia nacional, algo que também impactava o setor de pesquisa agrícola em virtude da intermitência de recursos destinados para a área e recursos humanos insuficientes.²²

Frente à nova situação e ao papel que a agricultura deveria desempenhar nessa nova dinâmica, a pesquisa agrícola passa a ser alvo de transformações, enxergando no setor a sua importância estratégica para a nova realidade. No período, questionava-se o efeito das investigações realizadas, refletido no baixo impacto econômico de seus resultados e na insuficiente divulgação daquilo que estava sendo realizado. O setor de pesquisa agrícola brasileiro passa a ser objeto de sucessivas reformas, entre o fim dos anos de 1950 e início de 1960, com a finalidade de torná-lo mais dinâmico e adequado à situação que se impunha. Uma das primeiras iniciativas em direção a isso foi a promulgação da lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart, que fixava as diretrizes e bases para a educação brasileira e atribuía ao Ministério da Educação a responsabilidade exclusiva sobre o ensino. Essa mudança também impactava o sistema de pesquisa agrícola, visto que o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica (CNEPA), formado pelo Serviço Nacional de Pesquisa Agronômica (SNPA) e pela Universidade Rural, passaria aos auspícios da pasta da Educação. Em 1962, o setor de pesquisa é reagrupado no recém-criado Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DPEA), centralizando os esforços em conjunto na

²¹ HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. Op. Cit., p. 308.

²² RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. **Caderno Difusão Tecnológica**. Brasília, v. 4, n. 3, p. 205-254, set./dez. 1987. p. 206-207.

área agrônômica, zootécnica e veterinária, algo que até então não ocorria. Os diagnósticos a serem realizados foram agrupados em três áreas prioritárias: culturas para fins de alimentação, culturas para economia de divisas e culturas para a produção de divisas.²³

A ditadura civil-militar, iniciada pelo golpe que destituiu o presidente eleito João Goulart em abril de 1964, deu continuidade às reformas no sistema de pesquisa nacional, porém com uma mudança na ordem de prioridades. Marcado pela crescente abertura da economia e abundante oferta de capital no mercado internacional, o foco agora direciona-se, em uma ordem de importância, às culturas de economia e geradoras de divisas. Como afirma Cyro Mascarenhas Rodrigues sobre o período, “o importante agora era modernizar a agricultura a ponto de absorver insumos modernos produzidos por uma indústria que se expandia à custa de vultuosos empréstimos externos”.²⁴

Na lógica militar, ciência e tecnologia iriam desempenhar um papel fundamental ao desencadear um processo de desenvolvimento econômico, além de garantir a autonomia tecnológica brasileira em uma área estratégica e, assim, contribuir com a segurança nacional. O desenvolvimento do setor pelos militares teve como pano de fundo preceitos “desenvolvimentistas”, presentes nos ensinamentos da Escola Superior de Guerra (ESG), que defendia o avanço tecnológico baseando em pesquisas realizadas no próprio país.²⁵ Os militares acreditavam que a referida autonomia seria alcançada através da proteção da indústria nacional e da reserva de mercado em determinados setores; reforma educacional; formação de fundos especiais orientados para a promoção de atividades de ciência e tecnologia e, por fim, a criação de empresas estatais e institutos de pesquisa em setores considerados estratégicos. Ao analisarmos esse método, podemos identificar a presença fundamental do Estado nesse processo,

²³ Ibidem. p. 210-211.

²⁴ Ibidem. p. 219-220.

²⁵ Como apontam Shozo Motoyama, Francisco Queiroz e Milton Vargas, havia na Escola Superior de Guerra o “Programa Brasil Potência”, baseado na Lei de Segurança Nacional, que inspirou o propósito de estimular a educação e a pesquisa em universidades e escolas técnicas, cujo resultado se refletiu na regularização e expansão da pós-graduação no país. Cf: MOTOYAMA, Shozo; QUEIROZ, Francisco de Assis; VARGAS, Milton. 1964-1985: sob o signo do desenvolvimento. In: MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**: São Paulo: EDUSP, 2004. p. 323.

que agiria como ator principal na estruturação do setor no país, seja através de formulação de políticas e planejamentos ou na criação de instituições.

Os cinco governos que percorreram o período ditatorial no Brasil, entre 1964 e 1985, empreenderam políticas econômicas semelhantes, com base no incentivo à exportação de matérias-primas e manufaturados aliada ao ingresso de capitais estrangeiros. Contudo, no que se refere à política de ciência e tecnologia e ao fluxo de recursos financeiros necessários para tal empreendimento, o período ditatorial caracteriza-se por uma sensível intermitência, refletindo, em muito, a instabilidade política e as crises econômicas no período.²⁶

O governo do general Castello Branco, o primeiro presidente militar do período, tinha como principal meta na área econômica o combate à inflação, preocupação que terminou por subordinar o restante das políticas públicas. A criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), em 1964, talvez tenha sido a mais expressiva ação desse governo na área de ciência e tecnologia, atuando fundamentalmente na criação de cursos de pós-graduação no Brasil, com ênfase na área de exatas e engenharias.²⁷ O Programa de Ação Econômica do Governo, conjunto de ações e planejamentos adotados pelos militares para o período de 1964 a 1967, não contemplava ciência e tecnologia, sobretudo no que diz respeito à geração autóctone. Ao contrário, acreditava-se que, por meio do estímulo à entrada de capital estrangeiro, as necessidades no setor de C&T seriam atendidas, de modo a incrementar o portfólio tecnológico brasileiro, poupar o país com gastos em pesquisa e auxiliar, dessa forma, no combate à inflação. Ademais, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi reformulado em dezembro de 1964, tendo suas funções ampliadas além da esfera da ciência e tecnologia. A partir desse momento, o órgão deveria também

²⁶ Ibidem. p. 322. A oscilação do apoio recebido na área de C&T também revela a heterogeneidade do grupo formado pelos militares que tomaram o poder em 1964 com o apoio de setores da sociedade civil, mostrando as diferentes visões e comportamentos frente a uma área considerada nevrálgica para o crescimento econômico brasileiro. Mesmo com tamanha variação, o sistema de ciência e tecnologia nacional termina o período da ditadura como o maior da América Latina. Cf: Ibidem. p. 319.

²⁷ DIAS, Rafael de Brito. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 97.

contribuir com o Conselho de Segurança Nacional e com o Estado Maior das Forças Armadas,²⁸ repercutindo, assim, *l'esprit du temps* no Brasil.

Mesmo com a situação inflacionária ainda não resolvida definitivamente, o governo de Artur Costa e Silva, iniciado em 1967, aponta para uma direção distinta de seu predecessor, com medidas que indicavam uma retomada do crescimento econômico. Nesse processo, assiste-se a uma revalorização da ciência e tecnologia, com o CNPq ocupando uma posição estratégica. Indicativo desse novo panorama foi a organização da “Operação Retorno” que, com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores, visava repatriar pesquisadores brasileiros que atuavam no exterior. Ainda na área de ensino e pesquisa, através de um convênio firmado entre o governo brasileiro e estadunidense, foi realizada, entre os anos de 1968 e 1969 uma reforma universitária, além da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a finalidade de garantir os recursos necessários para o financiamento do sistema educacional.²⁹

Seguindo a ótica adotada e enxergando o papel fundamental da ciência e tecnologia nesse processo, o governo Costa e Silva dedica-se à construção de planos e institutos com o objetivo de dotar o Estado da capacidade necessária para promover o crescimento almejado. A criação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi uma das primeiras ações de seu mandato em direção a isso, o setor de Ciência e Tecnologia foi elencada como a oitava área estratégica do referido programa. Com isso, a pesquisa seria incentivada com a finalidade de conhecer os recursos naturais do país, desenvolver tecnologias nacionais, solucionar problemas de setores da economia, além de contribuir para a evolução da ciência brasileira no contexto internacional, orientada mais uma vez pelo discurso de soberania e segurança nacional. Além do mais, tivemos a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) como ferramenta de fomento à atividade de inovação e desenvolvimento tecnológico e a instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 1969, visando

²⁸ MOTOYAMA, S.; QUEIROZ, F. A.; VARGAS, M. Op. Cit., p. 324-326.

²⁹ Ibidem. p. 329.; DIAS, R. Op. Cit., p. 98.

apoiar a área de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, ficando aos cuidados da FINEP.³⁰

Todavia, mesmo com os esforços realizados, as medidas empreendidas pouco alteraram a situação existente. A política econômica adotada pela pasta da Fazenda, chefiada pelo economista Antônio Delfim Netto, agia em descompasso frente às medidas adotadas em ciência e tecnologia e às prerrogativas da PED ao favorecer o mercado externo e a importação de tecnologia. Outrossim, ações como as desencadeadas pela “Operação Retorno” mostraram-se, ao final, inócuas. O terrorismo de Estado, caracterizado pela perseguição, prisão e tortura, além do ambiente completamente desfavorável para a livre circulação de ideias – fato recrudescido com o Ato Institucional – 5 (AI-5) – anulava os esforços realizados na repatriação dos cientistas brasileiros. Mesmo assim, o governo Costa e Silva teve relativo êxito no que tange a montagem de uma infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento da C&T e na expansão universitária, refletida nos cursos de pós-graduação.³¹

O general Emilio Garrastazu Médici inicia seu governo em 1969 em uma situação melhor do que encontraram seus dois antecedentes. O controle da inflação e a retomada do crescimento aliaram-se a um contexto internacional favorável ao cenário econômico brasileiro, período que ficou conhecido como “Milagre Econômico”. Destaca-se como característica desse momento a formulação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), válido para o triênio 1972-1974. Nele, reforça-se a ideia de capacitação da empresa nacional e de melhorar o desempenho na geração de tecnologia endógena. Para isso, concentram-se esforços em áreas vistas como prioritárias, a saber: energia nuclear, pesquisa espacial, oceanografia, indústrias intensivas em tecnologia, agricultura e infraestrutura. Objetivando canalizar os esforços em ciência e tecnologia, vista então como o carro-chefe do crescimento projetado, organizou-se, por meio do Ministério do Planejamento, o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I

³⁰ MOTOYAMA, S.; QUEIROZ, F. A.; VARGAS, M. Op. Cit., p. 328-329.; DIAS, R. Op. Cit., p. 99.

³¹ MOTOYAMA, S.; QUEIROZ, F. A.; VARGAS, M. Op. Cit., p. 331.

PBDCT), válido para o biênio 1973-1974.³² Sua ênfase se dava na incorporação de novas tecnologias nas referidas áreas prioritárias e em colocar a política de ciência e tecnologia nacional em um patamar estratégico.³³

A fundação da Embrapa, em 1972, ocorreu em um momento de aumento dos gastos públicos no setor, além do fato de a agricultura ser compreendida como área estratégica de investimento. Contudo, a iniciativa de sua criação não foi algo casual, mas sim fruto de reformas no sistema nacional de pesquisa agrícola desde finais dos anos de 1950, amadurecida em discussões realizadas na Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e por meio da formação de um Grupo de Trabalho pelo então ministro da Agricultura, Luís Fernando Circe Lima, que ficaria responsável por apresentar propostas de reformulação das política e procedimentos adotados no setor de pesquisa agrícola no Brasil. O grupo foi criado em abril de 1972 e era formado por Otto Lara Schroder, diretor de fitotecnia do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), e por José Irineu Cabral, diretor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).³⁴

Após trinta dias de trabalhos, chegou-se à constatação dos obstáculos que dificultavam substancialmente a evolução da pesquisa agrícola no Brasil, como o frágil arranjo institucional existente, distanciamento do setor privado, estrutura organizacional excessivamente centralizada, escassez de recursos, ausência de um corpo técnico com formação em nível superior e pós-graduação, inexistência de uma política salarial adequada aos pesquisadores, aproveitamento inadequado dos resultados de pesquisas realizadas no país e em outros países. O resultado da avaliação foi publicado sob o título de “Sugestões para a formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária”, e seu conteúdo era composto de propostas e

³² Mais uma vez, vemos nesse caso a ausência de sinergia entre as atividades desempenhadas por diferentes ministérios. Apesar de se mostrar como algo promissor, as ações com foco em C&T, então delineadas no I PBDCT, sofreram a resistência da equipe econômica chefiada por Delfim Netto. O motor do “Milagre Econômico” foi o capital externo e a expansão da oferta creditícia, o que levou ao crescimento de setores como o da construção civil, têxtil e transporte, além de um franco aumento do setor bancário. Cf. MOTOYAMA, S.; QUEIROZ, F. A.; VARGAS, M. Op. Cit., p. 333.

³³ Ibidem. p. 331-333; DIAS, R. Op. Cit., p. 101.

³⁴ CABRAL, J. Irineu. **Sol da manhã: memória da Embrapa**. Brasília: UNESCO, 2005. p. 40.

estratégias com a finalidade de justificar e referendar as decisões governamentais no processo de reformulação da pesquisa agrícola.³⁵

Uma das principais propostas realizadas pelo grupo de trabalho foi a reformulação da área de ciência e tecnologia agrícola mediante a criação de uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, entendendo que esse modelo proporcionaria maior flexibilidade, eficiência e autonomia na contratação de pessoal qualificado e captação de recursos financeiros, ao invés de uma reforma do já existente DNPEA. Por conseguinte, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 7 de dezembro de 1972, pela lei nº. 5851, e instalada definitivamente em 26 de abril de 1973, herdando do DNPEA uma estrutura composta por onze institutos e setenta estações experimentais que empregavam seis mil funcionários e oitocentos e setenta e seis pesquisadores. Com a sua criação, estabelecia-se, também, um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, de base eminentemente cooperativa.³⁶

Após sua criação, definiram-se as diretrizes que condicionariam a ação da empresa, das quais se destaca o ajustamento da pesquisa aos objetivos e políticas presentes no Plano Nacional de Desenvolvimento e Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma postura pragmática e de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional, às adaptações e ao esforço em proporcionar os recursos necessários para o desenvolvimento de tecnologias, cooperação, rápida extensão ao agricultor, descentralização na execução dos programas e projetos de pesquisa por meio do desenvolvimento de planos regionais, sendo este último diretamente relacionado com a execução de projetos para a Amazônia, Nordeste e Cerrado.³⁷

A ação do instituto foi definida através da composição de sua linha de atuação, centrada na atuação de centros nacionais de pesquisa, com destaque aos dedicados à atividade regional – cerrados, trópico úmido e semiárido (QUADRO 2), um centro de recursos genéticos em Brasília, serviços de Levantamento de Solos e Produção de Sementes, o Centro de Agroindústria de Alimentos no Rio de Janeiro,

³⁵ Ibidem. p. 41-42.

³⁶ RODRIGUES, C. M. Op. Cit., p. 238.; CABRAL, J. Op. Cit., p. 46, 82.

³⁷ Ibidem. p. 27-31.

de unidades estaduais de pesquisa administradas por uma sucursal da EMBRAPA, além da ação coordenadora da pesquisa agrícola em âmbito nacional. Os estudos realizados para a definição dos centros nacionais foram conduzidos por noventa e oito técnicos, divididos em catorze grupos de trabalho, contando com a colaboração de centros internacionais de pesquisa. O modelo instituído tinha por finalidade aproveitar a capacidade existente e o corpo técnico do Ministério da Agricultura, contando com o apoio de centros de pesquisa internacionais, além de recursos³⁸ do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da cooperação com seus congêneres em países como EUA, França, Japão, Austrália, Argentina, Israel, México e Espanha.³⁹

Quadro 2 – Centros Nacionais de Pesquisa - EMBRAPA

Centro Nacional	Localidade
Feijão e Arroz	Goiânia (GO)
Milho e Sorgo	Sete Lagoas (MG)
Horticultura	Brasília (DF)
Mandioca e Fruticultura tropical	Cruz das Almas (BA)
Trigo	Passo Fundo (RS)
Soja	Londrina (PR)
Fruticultura de clima temperado	Cascata (RS)
Gado de leite	Cel. Pacheco (MG)
Gado de corte	Campo Grande (MT)
Caprinos	Sobral (CE)
Suínos e Aves	Concórdia (SC)

³⁸ Em princípio, a proposta do Grupo de Trabalho para o financiamento da EMBRAPA contemplava a criação de uma taxa de 2% sobre as exportações de produtos agropecuários, a exemplo do que ocorria no INTA, porém foi rechaçada por Delfim Netto. As divergências existentes entre as pastas da Fazenda e da Agricultura levaram à renúncia do ministro Circe Lima. Em entrevista concedida nos anos de 1990 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, o ex-presidente militar Ernesto Geisel reconheceu a divergência existente entre as pastas ministeriais, já que o Ministério da Fazenda defendia a redução de gastos para combater a inflação. Cf: CABRAL, J. Op. Cit., p. 63-66.

³⁹ Ibidem. p. 86, 98.

Algodão	Campina Grande (PB)
Cerrados	Planaltina (DF)
Trópico úmido	Belém (PA)
Semiárido	Petrolina (PE)
Recursos genéticos	Brasília (DF)

Fonte: CABRAL, J. Op. Cit., p. 91. Elaboração própria.

Além da estrutura física, o início das atividades na EMBRAPA ficou marcado pelo esforço no aprimoramento de seu corpo técnico. Em 1973, elaborou-se o Programa de Recursos Humanos para o biênio 1974/1975, que previa o treinamento em nível técnico e de pós-graduação em instituições no país e no exterior, com um orçamento de 68 milhões de cruzeiros. Ao término do programa, a instituição passou a contar com um corpo de pesquisadores constituído em mais de 80% de pós-graduados, muito diferente da cifra de 10% de técnicos com este nível de qualificação anterior ao seu início.⁴⁰

O INTA e as transformações no setor agrícola argentino

Para a compreensão do contexto e das causas que levaram à criação do *Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria*, faz-se necessário retomar a história da agricultura e da economia argentina desde fins dos anos de 1920 e analisar as mudanças ocorridas em um contexto nacional e internacional. A crise ocasionada pelo *crack* de *Wall Street* impactou profundamente a Argentina, e o período que ali se inicia e se estende até 1976 ficará marcado por uma nova dinâmica política, econômica e social. Nesse intervalo, o Estado passou a desempenhar um papel fundamental no processo de acumulação capitalista, por meio de sua presença na produção de bens e serviços, na gestão monetária e fiscal, e na intervenção realizada no mercado de trabalho.⁴¹

Constata-se também, ao longo desse tempo, um declínio da participação argentina no comércio internacional. Entre a década de 1930 e 1970, o produto

⁴⁰ CABRAL, J. Op. Cit., p. 97, 101-102.; LOPEZ, Andres. **Sistema Nacional de Innovacion y desarrollo econômico: una interpretacion del caso argentino**. 2000. 473 p. Tese. (Doutorado em Economia) - Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

⁴¹ LOPEZ, A. Op. Cit., p. 148

interno bruto *per capita* sofre significativa queda quando comparada com países que haviam estado em situação de paridade, como Noruega, Suécia e Japão, o que em parte se explica pelo declínio de sua produção agrícola.⁴² A partir dos anos de 1930, vemos transformações na estrutura produtiva agrícola mundial provocadas pela inserção de novos equipamentos, melhorias na aplicação de fertilizantes, popularização do uso de sementes híbridas e plantas de alto rendimento e resistentes a pragas, e pelo aperfeiçoamento de técnicas de produção, o que contribuiu decisivamente para a melhoria substancial na produtividade. Como visto, essa situação não se estendeu em sua totalidade aos países latino-americanos em um primeiro período, o que pode explicar a defasagem constatada.⁴³

Tal quadro impactou significativamente a região pampeana,⁴⁴ a principal produtora de itens agropecuários daquele país e origem de 99% das exportações agrícolas em 1937,⁴⁵ mas que passou por um período de estagnação de sua produção de grãos entre fins dos anos de 1930 e início de 1940. Nota-se, a partir daí, o surgimento de uma lacuna frente aos concorrentes, como EUA, Canadá e Austrália, no que diz respeito ao uso de tecnologia no campo, caracterizada pela ausência de políticas estatais de longo prazo para a conformação de uma política de ciência e tecnologia,⁴⁶ a lenta melhora no sistema de transportes e a debilidade

⁴² A escolha por uma política econômica baseada na industrialização também pode ser elencada como um dos motivos para o declínio da agricultura. A título de ilustração, a participação do setor secundário no PIB argentino passa de 18,6%, em 1930, para 23,4%, em 1950, enquanto que o setor agropecuário e silvícola diminuiu de 22,6% para 15,7%. Cf: *Ibidem*. p. 156-157.

⁴³ *Ibidem*. p. 150; p. 152-153.

⁴⁴ A região pampeana contempla parte do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, o território do Uruguai e a região centro-leste da Argentina, abrangendo importantes cidades, como Buenos Aires e Rosário. Possui clima predominantemente temperado e relevo plano, o que favorece o plantio de itens como o trigo, o milho e a produção pecuária. Esta região sempre se diferenciou das demais por seu elevado grau de integração com a economia internacional, em função de um sistema de produção de alta flexibilidade caracterizado pela rotatividade entre agricultura e pecuária, fato que permitiu uma melhor adaptação do campo argentino frente às instabilidades do mercado internacional. Cf: BECERRA, Nelson; BALDATTI, Celia; PEDACE, Roque. **Um analisis sistémico de políticas tecnológicas. Estudio de caso: el agro pampeano argentino (1943-1990)**. Buenos Aires: CBC, 1997. p. 59.

⁴⁵ BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino: desde la conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires: Mondadori, 2005. p. 304.

⁴⁶ Tal fato sinaliza para uma questão mais abrangente e singular, como assinalado por Osvaldo Barski e Jorge Gelman: o completo desinteresse demonstrado pelo poder público, ao menos até fins da década de 1950, de formar uma estrutura estatal apta a gerar e difundir tecnologia para a região pampeana, situação diretamente relacionada com a própria debilidade do sistema de ciência e

da indústria de maquinaria agrícola, totalmente dependente de insumos estrangeiros.

Ademais, configura-se uma situação de obsolescência da maquinaria agrícola, marcada pela baixa potência de tratores e demais implementos, controle de pragas e fertilização por meio do uso de produtos inorgânicos elementares e naturais, muito em virtude da fertilidade natural do solo. A esse contexto se junta a baixa utilização de sementes híbridas, um dos principais fatores que favoreceu a expansão agrícola nos países desenvolvidos e que permitiu um incremento em mais de 3,5 milhões de toneladas na produção agrícola estadunidense.⁴⁷

Frente ao que foi explanado, deve-se considerar que a defasagem tecnológica encontrada na agricultura e pecuária argentina, a qual impactou severamente a sua principal região produtora, não encontra respostas somente na imobilidade do Estado em promover políticas públicas de ciência e tecnologia ou no desinteresse dos produtores no uso de métodos produtivos mais avançados em virtude da fertilidade da terra. A conturbada situação pela qual passava internamente a Argentina desde 1930 (caracterizada pela sucessão de golpes de Estado⁴⁸ e pela inserção de novos atores na vida política nacional) e o contexto internacional marcado pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, contribuíram de forma significativa para a conformação de um cenário de defasagem produtiva e tecnológica frente aos países concorrentes.

Quanto aos acontecimentos na conjuntura mundial, cabe ressaltar o boicote sofrido pela Argentina por parte dos EUA entre os anos de 1942 e 1949, fator que abalou profundamente a economia argentina, atingindo em cheio o setor

tecnologia argentino em seu conjunto. Em 1956, existiam somente 70 técnicos agrícolas, sediados em 47 estações e campos experimentais. A ausência de uma massa crítica de pesquisadores e a dispersão dos poucos existentes em um país extenso e com diferentes cultivos atuavam para reduzir ainda mais o esforço estatal. Cf: *Ibidem*. p. 316-317.

⁴⁷ BECERRA, N; BALDATTI, C; PEDACE, R. Op. Cit., p. 66-71.; BARSKY, O.; GELMAN, J. Op. Cit., p. 312. A produtividade média de milho neste país saltou de 1,5 tonelada/hectare, na segunda metade dos anos de 1930, para 2,2 toneladas/hectare no mesmo período da década de 1940. Caso ilustrativo se encontra ao analisarmos o estado de Iowa, cuja produtividade média subiu de 1,5 a 1,7 tonelada/hectare para 3,2 toneladas/hectare. Cf: BARSKI, O; GELMAN, J. Op. Cit., p. 316-317.

⁴⁸ Cabe aqui ressaltar a contínua presença dos militares na vida política argentina do século XX e sua constante participação em golpes de Estado, em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Cf: LOPEZ, Andres. **Sistema Nacional de Innovacion y desarrollo econômico: una interpretacion del caso argentino**. 2000. 473 p. Tese. (Doutorado em Economia) - Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2000. p. 154.

agrário-exportador. Vincula-se essa decisão à tendência pró-Eixo e à resistência argentina em compor o quadro latino-americano de apoio aos Aliados no conflito mundial. Contudo, devemos também salienta a rivalidade existente entre os países americanos, a passagem da hegemonia britânica (histórico parceiro comercial e diplomático dos argentinos) para os Estados Unidos da América, e o choque de correntes nacionalistas em auge no país. Une-se a isso o sugestivo fato representado pelo apoio dado ao boicote por figurões da política norte-americana, como Cornell Hull, secretário de Estado e ligado aos interesses do *Farm Block* (coalizão de latifundiários estadunidenses), e Henry Wallace, ministro da Agricultura daquele país e futuro vice-presidente, responsável por uma das medidas mais radicais: o congelamento de fundos argentinos existentes nos EUA. A ação de ambos pode ser interpretada como uma tentativa em enfraquecer um concorrente direto no abastecimento dos mercados europeus no pós-guerra.⁴⁹

O boicote influenciou significativamente o declínio da participação argentina no mercado mundial agrícola e de sua produção, ao limitar a entrada de insumos fundamentais, como combustíveis, ferro, aço e borracha, visto que as deliberações do bloqueio se estendiam aos aliados dos EUA. Sem mercado consumidor garantido e com deficiência na obtenção de fontes de energia, parte da produção agrícola argentina serviu de combustível para o transporte ferroviário, frigoríficos e para a indústria.⁵⁰ A busca por alternativas, como a extração de óleo e a produção de álcool de milho, esbarrava na ausência de máquinas adequadas e na impossibilidade de importação. De fato, o fechamento dos mercados internacionais e a falta de insumos fundamentais para a economia apresentam-se como fatores importantes para a queda assistida na produção agrícola da Argentina.⁵¹

Transformações políticas internas, em muito condicionadas pelo panorama geopolítico internacional, também influenciaram na configuração de um cenário de declínio na agricultura argentina. A chegada de Juan Domingo Perón, em 1945, representa um fortalecimento da participação estatal na economia, caracterizado pela intensificação do processo de industrialização baseado em substituição de

⁴⁹ BARSKY, O.; GELMAN, J. Op. Cit., p. 301.

⁵⁰ Em 1942, foram queimadas mais de 1 milhão de toneladas de milho para a geração de energia elétrica. Cf: BARSKY, O.; GELMAN, J. Op. Cit., p. 304.

⁵¹ Idem.

importações e pela formação de uma classe operária sindicalizada capaz de formar uma base de sustentação do novo regime político. Para isso, instituiu-se uma legislação trabalhista e social e uma política de valorização do salário mínimo, renunciando uma estratégia de crescimento baseada no mercado interno, frente às restrições impostas pelo bloqueio econômico. A crescente centralização econômica ficou evidenciada na Constituição de 1949, que reservou ao Estado argentino a absoluta responsabilidade na prestação de serviços públicos e declarou a posse inalienável sobre os recursos minerais da nação. Ademais, parte importante do programa de Perón consistia na transferência de recursos da agricultura para a indústria por meio de uma política cambial que favorecesse a entrada de insumos e materiais para o setor industrial após a extinção do boicote econômico.⁵²

Frente a essa situação, a agricultura argentina entra os anos de 1950 com sua produção estagnada ou em declínio, em comparação com períodos anteriores, a exceção do trigo (TABELA 1), tecnologicamente defasada⁵³ e severamente impactada por uma estiagem ocorrida entre 1949 e 1951, e que serviu como fator definitivo para a desestabilização da produção na região pampeana.⁵⁴ A situação começa a se modificar a partir de 1952, intensificando-se com a queda de Perón, em 1955, no golpe de Estado que ficou conhecido por “Revolução Libertadora”, que levou ao poder o também militar Pedro Eugênio Aramburu, liberal e antiperonista. Com o novo governo, houve a adoção de novas práticas econômicas preconizadas por órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão vinculado à ONU.⁵⁵

⁵² LOPEZ, A. Op. Cit., p. 156-158.; FAUSTO, Boris; DEVOTO; Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 277.

⁵³ Em 1948, estimava-se a necessidade de 80 mil arados, 60 mil rastelos, 10 mil colheitadeiras, 8 mil respigadoras e 8 mil tratores. O número total dessas máquinas declinou de 20,5 mil, no período 1937-1939, para 10,4 mil, em 1946-1948. Cf: BARSKY, O.; GELMAN, J. Op. Cit., p. 315.

⁵⁴ BECERRA, N; BALDATTI, C; PEDACE, R. Op. Cit., p. 79.

⁵⁵ FAUSTO, Boris; DEVOTO; Fernando. Op. Cit., p. 83.; ALBORNOZ, Mario. Política científica y tecnológica en Argentina. **Organizacion, Ciencia y Tecnologia**. p. 81-92, 2004. p. 83.

Tabela 1 – Produtividade de cereais e oleaginosas (ton/ha) 1930-1954

Período	Trigo	Aveia	Cevada	Centeio	Linho	Girassol	Milho
1930-1934	877	1154	1149	593	684	683	1864
1935-1939	958	943	948	564	654	834	1752
1940-1944	1091	922	1170	686	655	923	1913
1945-1949	1103	1071	1225	577	633	738	1750
1950-1954	1123	1187	1209	688	695	723	1444

Fonte: Adaptado de LOPEZ, A. Op. Cit., p. 167, *apud* BARSKY; MUMIS, Op. Cit. 1986.

Neste panorama, ressaltam-se as recomendações feitas pelo economista argentino Raul Prebisch, então diretor da CEPAL, no conjunto de ações conhecido como “*Plan Prebisch*”, programa que tinha por finalidade propor políticas que destravassem o desenvolvimento econômico argentino. No que se relaciona a agricultura, o plano constatou a existência de práticas de manejo do solo e procedimentos de cultivo deficientes, e que o modelo tecnológico para a agricultura pampeana estava esgotado. Para a sua resolução, Prebisch recomendou a criação de um organismo estatal capaz de ofertar tecnologia adequada para o setor agrícola com o objetivo de recolocá-lo em níveis de paridade frente ao mercado internacional.⁵⁶

Assim, por meio do decreto-lei de nº 21.680, de 4 de dezembro de 1956, criou-se o *Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria* (INTA), como desdobramento das premissas contidas no “*Plan Prebisch*”. Os aspectos básicos do novo instituto seriam a descentralização executiva, a vinculação obrigatória da pesquisa e experimentação com a extensão rural, coordenação da ação

⁵⁶ BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino: desde la conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires: Mondadori, 2005. p. 317.

governamental com foco na construção de uma política única de tecnologia agropecuária em todo o país, participação do setor privado na orientação, desenvolvimento e promoção de novas tecnologias, além de autonomia financeira e administrativa.⁵⁷

Sua estrutura física foi estabelecida através das estações experimentais existentes desde a década de 1910, e para o seu financiamento foi instituída uma taxa de 1,5% sobre as exportações agrícolas. O seu modelo institucional baseou-se na percepção de que havia uma gama considerável de tecnologias disponíveis de que o país poderia se valer e que sua incorporação se constituía em um elemento central do desenvolvimento agropecuário. Em uma primeira etapa, uma das principais tarefas a serem realizadas pelo INTA seria elaborar um corpo de recomendações sobre técnicas agronômicas que pudesse ser difundido rapidamente entre os produtores e fortalecer o quadro de técnicos por meio de qualificação, medida que contou com a participação do sistema universitário.⁵⁸

Cabe ainda ressaltar que a fundação do INTA não foi uma atitude isolada do governo argentino para a ciência e tecnologia. Como aponta Mario Albornoz, os anos de 1950 e 1960 foram as “décadas de ouro” da ciência na Argentina, marcados por um novo olhar para o setor com a criação de outros organismos de ciência e tecnologia, como a *Comisión Nacional de Energía Atómica* (CNEA), o *Instituto Nacional de Tecnología Industrial* (INTI) e o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CONICET).⁵⁹

Considerações finais

A criação de INTA e EMBRAPA foram acontecimentos que marcaram decisivamente a estruturação da pesquisa agrícola na Argentina e Brasil ao longo do século XX. São filhas de um mesmo contexto internacional, cuja formação respeita uma lógica na qual as oportunidades de desenvolvimento tecnológico surgem fora de suas fronteiras, em um contexto internacional favorável à sua

⁵⁷ DURLACH, Augusto. **El INTA en la bibliografía**. Buenos Aires: INTA, s. d. p. 5.

⁵⁸ BECERRA, N; BALDATTI, C; PEDACE, R. Op. Cit., p. 79; LOPEZ, A. Op. Cit., p. 244.

⁵⁹ ALBORNOZ, Mario. Op. Cit., p. 81-83.

recepção.⁶⁰ O mundo capitalista passava por sua fase áurea, de grande crescimento econômico e farta oferta de crédito internacional, em que as diferentes partes do globo passam a interagir em um processo intenso e irreversível. No que diz respeito à América Latina, particularmente ao Brasil e à Argentina, podemos encontrar, ao olharmos para esse período, uma situação heterogênea: ao mesmo tempo mercado consumidor de fertilizantes e maquinários dos países desenvolvidos, e produtor da matéria-prima que alimentava a “Época de Ouro” por meio dos excedentes para o mercado externo e insumos para o setor industrial de seus territórios, em franca expansão por meio de uma política de substituição de importações.

A fundação da EMBRAPA pode ser entendida como fruto de um processo de reformulações da política de ciência e tecnologia para a agricultura no Brasil desde fins dos anos de 1950, com vistas a tornar o setor apto às demandas que se impunham com modelo de crescimento adotado. O surgimento do INTA, por sua vez, apresenta-se como a única saída para a crise em que a agricultura argentina, especialmente a produção de grãos, estava mergulhada desde os anos de 1930, agravada pelo boicote norte-americano e pela ausência de políticas públicas para a C&T daquele país. Contudo, as duas situações traziam como premissas a busca por soberania e segurança nacional de um setor chave em um cenário internacional dividido geopoliticamente. O pano de fundo era o “desenvolvimentismo” ou *desarrollismo*, que delegava ao Estado a obrigação de gerar capacidades que superassem os obstáculos que se impunham ao crescimento capitalista de ambos os países. Por conseguinte, a organização dos sistemas nacionais de pesquisa agrícola contou com uma marcante participação do Estado, responsável por conduzir o processo.

Essas transformações se deram em um período de grande instabilidade político-institucional, causada pela ocorrência de golpes de Estado. Além disso, constatamos em alguns casos a falta de sinergia entre as distintas pastas ministeriais, onde o projeto de uma é desautorizado pela outra. Isso fica evidenciado ao analisarmos a postura dos ministérios da Economia de ambos os

⁶⁰ LOPEZ, A. Op. Cit., p. 38. *apud* ALBUQUERQUE, 1997.

países e pela pauta macroeconômica estabelecida, destinada a favorecer a indústria ou ao equilíbrio orçamentário, atuando como condicionante fundamental para a construção de políticas em C&T.

Tal fato ainda desnuda um certo olhar onde a ciência e tecnologia, mesmo com as limitações impostas pela política econômica oficial, entendida como a chave capaz de destravar a cadeia do crescimento econômico, em uma lógica de causa e efeito. “Ao investir-se no setor, naturalmente se colherá o desenvolvimento da economia”. Essa é a ideia que paira sobre a análise dos discursos de Brasil e Argentina em relação aos investimentos em pesquisa em uma área de fundamental importância para ambos os países, como a agricultura.

Referências bibliográficas

ALBORNOZ, Mario. Política científica y tecnológica en Argentina. **Organizacion, Ciencia y Tecnologia**. p. 81-92, 2004.

BARROS, José D'. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à construção de moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, v.1, n. 13, p. 7-21, 2007.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino: desde la conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires: Mondadori, 2005.

BECERRA, Nelson; BALDATTI, Celia; PEDACE, Roque. **Um analisis sistémico de politicas tecnologicas. Estudio de caso: el agro pampeano argentino (1943-1990)**. Buenos Aires: CBC, 1997.

CABRAL, J. Irineu. **Sol da manhã: memória da Embrapa**. Brasília: UNESCO, 2005.

COVA, Anne. **História compara das mulheres: novas abordagens**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

DURLACH, Augusto. **El INTA en la bibliografía**. Buenos Aires: INTA, sem data.

FAUSTO, Boris; DEVOTO; Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA- DPU, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. **Concepción, Nacimiento y Juventud del INTA**. Buenos Aires: INTA, s. d.

LOPEZ, Andres. **Sistema Nacional de Innovacion y desarrollo econômico: una interpretacion del caso argentino**. 2000. 473 p. Tese. (Doutorado em Economia) - Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2000.

MELLO, Debora Luz de. **Tendências de reorganização institucional da pesquisa agrícola: o caso do Instituto Agronômico do Paraná**. 1995. 269 p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOTOYAMA, Shozo; QUEIROZ, Francisco de Assis; VARGAS, Milton. 1964-1985: sob o signo do desenvolvimento. *In*: MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**: São Paulo: EDUSP, 2004.

OBSCHATKO, Edith S. de; PIÑERO, Martin. **Agricultura pampeana: cambio tecnológico y sector privado**. Buenos Aires: Cisea, 1986.

PINEIRO, M.; TRIGO, E. **Latin american agricultural research: the public sector: problems and perspectives**. The Hague, Netherlands: ISNAR, 1985.

RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. **Caderno Difusão Tecnológica**. Brasília, v. 4, n. 3, p. 205-254, set./dez. 1987.

SALLES-FILHO, Sergio; MENDES, Paule J.; PEDRO, Edson. **Inovações institucionais na pesquisa agrícola na América Latina e Caribe**. XXIV Simpósio de Inovação Tecnológica. Gramado, 2006.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
R. João Pandiá Calógeras, 51
CEP: 13083-870 - Campinas/SP.



MAPPING FEMINISM: A BRIEF ESSAY AND COMPARISON OF THE FORMS OF FEMINISMS ON THE ROAD

Gabriela Cavalheiro¹
King's College London

Recebido: 14/05/2017
Aprovado: 10/06/2017

Abstract: Any academic, who places themselves within the prolific field of interdisciplinary research, faces the drama of having to eventually narrow down their career path to fit into canonical departmental structures. Similarly, the bureaucracies of daily intellectual work have an impact on social movements often creating barriers and jargons that can become unrealistic to the community it seeks to serve. Such is the case of feminism in academia. Dozens of articles testify to the difficult communication that exists between thinking feminism and trying to apply its ideals into the machinery of daily life. In this essay, I will attempt a comparison between different forms of feminisms in a diversity of contexts and cultures. Its main argument is that feminism, understood as a major form whereby people seek to bridge the gap created by gender inequality, escapes the very jargons that define it and by which it has been intensely reassessed, ultimately gaining form in social actions that very often had no contact with feminist intellectual roots.

Keywords: Feminism; Academia; Theory

MAPEANDO O FEMINISMO: UM BREVE ENSAIO E COMPARAÇÃO SOBRE AS DIFERENTES FACES DO FEMINISMO PELO MUNDO

Resumo: Qualquer acadêmico, que se coloca no campo prolífico da pesquisa interdisciplinar, enfrenta o drama de ter que acabar por diminuir sua trajetória de carreira para se encaixar em estruturas departamentais canônicas. Da mesma forma, as burocracias do trabalho intelectual diário têm um impacto nos movimentos sociais, muitas vezes criando barreiras e jargões que podem tornar-se irrealistas para a comunidade que busca servir. Tal é o caso do feminismo na academia. Dezenas de artigos testemunham a difícil comunicação que existe entre pensar o feminismo e tentar aplicar seus ideais na maquinaria do cotidiano. Neste ensaio, vou tentar uma comparação entre diferentes formas de feminismo em uma diversidade de contextos e culturas. O principal argumento é que o feminismo, entendido como uma forma principal pelo qual as pessoas procuram superar o fosso criado pela desigualdade de gênero, escapa dos próprios jargões que o definem e pelo qual foi intensamente reavaliado, ganhando forma em ações sociais que muitas vezes não tiveram contato com raízes intelectuais feministas.

Palavras-chave: Feminismo; Academia; Teoria

¹ E-mail: gabriela.cavalheiro@kcl.ac.uk.

More reliably than anything else on earth, the road will force you to live in the present.
Gloria Steinem

Language is the repository of our prejudices, our beliefs, our assumptions.
Chimamanda Ngozi Adichie

Writer, lecturer and feminist activist Gloria Steinem has spent her entire life on the road, at first, organizing committees nationwide to debate the women's movement during the 1970s. Later on as an advocate for gender equality and human rights, the American activist became a staple of the feminist movement in the United States, and gained respect and recognition amongst feminist circles worldwide. The road, as Steinem herself reveals in her latest book, is a formative element of her life and her activism;² the road is the reality of social struggles checking in with the traveller at all times. Steinem started out as a journalist, as a matter of fact as the usual intellectual who very often chooses a life of comfortable seclusion, writing about experiences, or profiling others' experiences, from the corners of their comfort zone. Yet, she asserts, the road has shaped not only her thoughts on the feminist movement (or her subjective experiences as a human being), but it taught her priceless lessons on diversity and the daily struggles of those who are at the very bottom of the pyramid of social oppression. Steinem is a "traveling feminist".³

As an academic feminist, a term often used in social media to designate those individuals dedicated to thinking feminism within the controlled environment of academia, it can become an easy habit to fall into the specificities of jargons and methods, getting used to problem-solving in the micro-scale frames of research. This (brief) essay is by no means a praise to immediate action versus intellectual work so much as it is a space for questioning and comparison. It seeks to compare and map, through experiences undertaken "on the road" by its author, the multiple facets of daily feminism, uncovering the creative ways that different social actors have developed to cope with gender inequality, and the violent consequences that stem from this social condition. This is an essay on testing and deconstructing jargons; it will not make use of well-known concepts feminist

² STEINEM, Gloria. **My Life on The Road**. London: Oneworld, 2016.

³ STEINEM, G. Op. Cit., p. xxix.

criticism commonly addresses, such as patriarchy and misogyny. Instead, it contests their efficacy against emergent realities, where being linguistically and intellectually aware of such concepts does not make much difference to the initiatives that seek to break the gender gaps that economically and politically hinders different societies. It will follow a simple structure, firstly outlining some case studies and examples of initiatives, mostly from individual social actors, related to feminism to finally, by drawing comparisons, raise some (in)conclusive questions about the matter. This is an essay on “traveling feminism”.

Before completing a PhD in English and Cultural Studies from King’s College London in early 2016, I had already started writing for a couple of media outlets on topics I usually label as “current women’s affairs”, which include feminism in its full spectrum.⁴ Doing a doctorate research in Medieval Studies (my main academic area) thoroughly teaches one how to read the obscurities of textual and discursive silences, also training them to read the silences of people, and this is a crucial skill for anyone dealing with minorities or social oppressions in whatever scales. While traveling through fourteen countries in a time span of roughly seven months, and meeting women from all sorts of social and educational backgrounds, those reading abilities became drastically enhanced in my own experience as an observer.

In short and general terms, the word feminism in and of itself is already a jargon, a Western jargon. The few times I could hear the word being spelled out loud were very contextual, it was during specific conversations about women’s issues, politics, a previous relationship experience, or while discussing reading tastes and experiences. This way, it was up to my trained ears to try to grasp feminism in conversations and cultures I was being exposed to, or, as I came to realize, it was not feminism I was trying to find, it was different *forms of feminisms*. At this point, it is crucial to clarify to the reader that the main goal of this seven months journey, which turned out to be a year long one, was not academic. In fact,

⁴ To access the content produced for Huffington Post Brazil, see <<http://www.huffpostbrasil.com/gabriela-cavalheiro/>>. Accessed: 6 May 2017.

stepping away from my previous academic work, and away from reading and experiencing cultures and ideas through some sort of “academic lenses”, was part of a learning and detoxifying process that had encouraged the whole travel. It was only by chance that I noticed I was bonding and seeking to speak to women about “women”.

The first time in many weeks I heard or spoke of the word feminism took place in a little coastal town in Montenegro called Budva, where an Australian occupational therapist on vacation explained to me in detail how gender policies are very blurred within Aussie government jurisprudence, and how that, in turn, affected her approach to the mental health issues of elderly patients, her focus group. Yet it seemed very clear that she was well versed in the intellectual roots of feminism as a social, political – and I add economical – movement, and comfortably relied in a governmental system that would, in one or another, promote gender equality and equal opportunities.

A second time feminism was conjured was in Istanbul, Turkey, during a conversation with a Kurdish nurse and activist. Coming from a poor family and being raised in a small town in the South East of Turkey, an area devastated by the ethnical conflict between Turkish and Kurdish military forces, this woman explained to me how, as a child, Kurdish children were segregated in her school by being forced to wear different colour uniforms. Despite economical struggles, she managed to find a way out of that violent context by seeking higher education in Istanbul, which she could only afford by working while also studying. She then revealed that she always engaged in conversations and discussions with colleagues, friends and even patients whenever she noticed sexism or gender related issues were taking place. Her tactics to spread the word about the movement was confrontation, a rather common approach amongst activists in a country where women have very specific and well-demarcated gender roles such as Turkey. Despite having an astonishing energy towards raising awareness about women’s social conditions in her country, the nurse did not have a clear sense of where feminism came from or how it took its (current) shape as a social movement. Interestingly, in order to identify herself as a feminist, she embraced some of the very features that over the years have become global colloquial

feminist stereotypes, like over criticizing other women for embracing said “feminine features”, like the usage make-up and marriage, elements commonly associated with women in the domestic and public spheres. In order to deny the institution of marriage, for instance, she revealed that she opted for a liberated sexual life, which she advertised in very public ways during conversations as a form of reasserting her position as a “free woman”. Another argument to contradict the Turkish social agenda, in her view, that women need marriage to gain economic stability, was to reassure her peers of her financial independence by engaging in a number of holiday breaks over the year during which she would often travel abroad.

It is not uncommon to see this form of activism, a “confrontational” social activism, ending up in different medias to be used as a distorted banner for the very cause it stands for.⁵ Moreover, it should be no novelty that social activism can take up many different forms and one does not need to advertise or be whole open about a cause they support in order for it to happen. Other times, confrontation is one of the only, or most effective, ways to actually engage with external factors and address problems in a very punctual, immediate way. Sometimes verbal and/or physical direct confrontation is the only language the oppressor can understand.

I spent about three months in total in Kazakhstan, one of the largest and most populated countries in Central Asia, and a very interesting case scenario for the purposes of this essay. A former Soviet Union territory, whose culture had been violently crushed by Russian cultural cleansing and that, today, struggles to revive a sense of ethnical identity through language and folklore, Kazakhstan was a bit of a puzzle to read. I had the opportunity to briefly meet some academics – an old habit that tends to reoccur – and become closer to one particular journalist who, at the time, was about to finish a master’s degree in media and international relations. As a young journalist aspiring to an international career, she thoroughly revealed to me the disturbing and authoritarian reality faced by journalists and government oppositors in the country. Where ideas about free speech, or even any

⁵ For an interesting read on the topic, see MILLER, Dale T.. Why Social Movements Should Favor Collaboration Over Confrontation. **Stanford Business**. <<https://www.gsb.stanford.edu/insights/why-social-movements-should-favor-collaboration-over-confrontation>>. Accessed: 6 May 2017.

speech at all, are becoming more and more prohibited in a juridical system that persecutes and arrests any individual spreading words that do not please the president and his spokespeople, it is very unlikely that feminism would ever come to existence if we consider the very core of its meaning: freedom and equality. Women in the country face an immense gender gap: despite being very active in many different institutions and corporations, they never – never – occupy positions of power. However, it is the ways that they have embraced the very system that oppresses them that can be quite shocking to an untrained observer, but somehow expected for trained one.

Generally, in a context where women can actually access education and the job market, and manage to enjoy an independent way of life, it is this very independence that becomes a marker that success has not yet been achieved. Materiality, especially sartorial objects, is a staple of social status that is fiercely pursued by Kazakhs, generally in the urban context, but not necessarily in the rural landscape. Therefore, displaying cars, clothes, jewellery, and more recently, Western luxury labels are mandatory for urban Kazakhs to enjoy a comfortable social status. In that scenario, it was a remarkable realization for me that women only valued each other's success through evaluating how they materially present themselves in public, where the core signifier of such success comes from the male hands. Possessions only become symbols of success if they are passed on to the woman through male hands, preferably a suitor or her father.

The young Kazakh journalist I had the opportunity to spend quite some time with, was fully aware of how gender dynamics work in her country, and we were able to talk about such things in a very relaxed and uncompromised way. Nonetheless, despite having experienced part of her studies in the United States, and despite being an activist for free speech, herself a spokesperson for women's liberation from an oppressive gender system, there was no hint of feminism in her words. There was action in her writings and daily advocacy with colleagues and peers, but she never mentioned any kind of feminist readings or familiarity with the movement, or even the word feminism itself. Interestingly, it became more and more common to notice that many of the women I encountered in the country coming up with creative ways to avoid family pressures towards marriage, for

example, by moving to another city and seeking jobs to gain proper financial independence, as well as the mentoring of younger sisters in order to convince them to avoid the pressures of older generations (parents, grandparents). However, such changes, in most cases, meant a drastic separation from family members and a constant struggle to understand recognition in other ways that did rely on the male presence to take place.

Going back to Turkey, this time to Izmir, a city located in the most famous seaside of the country, I had the opportunity to visit refugee camps, where thousands of Syrian families are currently living. My visit was enticed by my work as an advocate for women's health and wellbeing, a role previously took on as a volunteer in London and that I carry on through my writing. The situation of the refugees in Turkey is strikingly different from those in Greece; living conditions are precarious and there are very few volunteers and organizations currently working on the field for a number of reasons, but mostly due to the government's severe position towards the refugee crisis in the country. I visited the camps accompanied by a Syrian interpreter and backed up by some local volunteers. Sitting in the tents, surrounded by dozens of women and young girls, me and my interpreter would engage in very delicate conversations about a rather sensitive matter: menstrual health. I enquired about their current (poor) sanitary conditions (see image in appendix 1) and they were coping with it and the answers were surprising. There is no room in this essay for graphic details about the testimonies, but they opened enough room for me to understand how they were also coping with their sexual life and the constant social and family pressures for having more children. Given the circumstances, they had close to little access to proper health care, which reflected directly on family planning, triggering a cycle of medical infections, unexpected pregnancies and, sometimes, miscarriages. However, to my own surprise and for the astonishment of other colleagues in the field with whom I disclosed some of the conversations, there were women embracing the little opportunities they had to have access to health care to ask for birth control mechanisms to prevent further pregnancies. Some secretly showed me empty blisters of birth control pills they had been taking without their husbands' awareness; another explained to me how she managed to get an Intrauterine

Device (IUD) insertion with a female gynaecologist in the local public hospital she had been lucky enough to encounter. Others shared different solutions to avoiding further pregnancies not because they did not want more children, but because they were perfectly aware they were living in absolute unsafe and temporary conditions that were not suitable for it. It is important to mention at this point that for the majority of Syrians, having big families is a strong cultural trace and does not apply solely to specific social groups, it goes all the way from top to bottom of the country's social pyramid.

Speaking to the Syrian women it became clear that family planning was a woman's affair and that men had very little or nothing to do with it, which is a common marker of gender inequality that usually places on women's shoulders the responsibilities of family planning and for their reproductive health. The volunteers on the ground, as well as many organizations, have no such approach to women's menstrual health. Not only are women neglected during the whole assistance process, but there are also layers and layers of judgment and assumptions that because those women come from poorer backgrounds and are Muslims they would interpret any conversation as a taboo, or carrying on conversations with them was simply unthinkable. The biggest mistake made by many organizations and volunteers on the ground, where most of the later seem very unprepared and not really interested in doing anything that would not benefit themselves, is to ignore the vital role that women play during moments of crisis and war.⁶ The majority of volunteers working in areas such as the rural refugee camps in Turkey come from European or North American countries and most of them have had access to higher education and engage in some sort of activism. Yet, it is astonishing to observe the total lack of connection between verbal or social media activism that both organizations and volunteers display, and the actual way volunteers interact with refugees. Feminism, women's empowerment or issues related to gender policies did not show up in any conversation, neither did women's affairs such as reproductive health, for example, a topic that only

⁶ For a few readings on the topic, see EL BUSHRA, Judy. *Feminism, Gender and Women's Peace Activism. Development and Change*, v. 38, p. 131-147, 2007; and CALLAMARD, Agnès. *Refugee Women: a Gendered and Political Analysis of the Refugee Experience. In: JOLY, Danièle. Global Changes in Asylum Regime*. London: Palgrave, 2002. p. 137-153.

gradually became more common amongst volunteers in the area, after other local actors became aware of the conversations I had carried out in the camps.

Nigerian writer and activist Chimamanda Ngozi Adichie constantly reiterates during public talks, and more recently in her book **Dear Ijeawele, Or a Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions**, the power of language as a repository, and I add replicating device, of cultural prejudices, traditions, assumptions and systems of ideas, a topic formerly presented in a quotation in the beginning of this essay. Feminism, as I have previously affirmed, is a jargon and “feminists can sometimes be too jargony, and jargon can sometimes feel too abstract”.⁷ If we compare the many sorts of agencies I have listed in the previous pages, from people who declare themselves feminists to people who are unaware of the word as a social movement *per se*, but still engage with its main ideas, one thing is certain: feminism as a social/political/economical movement is geographical and has a map. Never have I seen feminism more abstract than when I met volunteers in Turkey, where the speeches were completely emptied in face of the actions that were being carried out. And never have I felt feminism more concrete and functional than when witnessing Syrian and Kazakh women putting together creative and very personal ways to break a gendered agenda that would force them to participate in social roles they were not willing to do.

When Adichie says feminism can be too jargony, she is right. Being so attached to the intellectual side of the word as a concept does not necessarily convert into actions. However, the baseline of the movement, which is gender equality, can shape-shift into many different forms, as the examples above hopefully testify for. The reader might easily conclude that the whole point being made in the previous sentences is a rather obvious one. Yet I would like this “obvious assumption” to be taken further in more critical scenarios such as the common discussion that women who choose to wear *hijabs*, for example, need feminism. This implies a sense of hierarchy from one culture to another and removes agency from women in Muslim cultures, for instance, by acknowledging that their sartorial choices are totally and irrevocably guided by religious

⁷ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Dear Ijeawele, Or a Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions**. London: 4TH State, 2017. p. 27.

oppression. The Syrian women I met in Turkey wear *hijabs* (or *ishar*, as they name it) in all sorts of styles and they were emphatic in explaining to me how the hijabs are formative to their ethnical more than religious identities and that to wear it or not was more of a form of self-expression than oppression of any form. Of course there are many different contexts and there are cases in which the use of that garment is indeed a form of gender oppression. But having experienced the direct contact with women who are actually living in a culture that adopts the *hijab* can change one's view completely on the matter and might help to avoid further generalizations, a healthier take on feminism, I would suggest.

As an experienced academic feminist, I could easily pinpoint moments where education and information would change mind-sets drastically and where feminism, the dictionary feminism often praised by Academia, would find a place. Yet it is crucial for anyone interested or completely immersed in the movement to realize that gender equality is a reality that more often than not is fought on a daily basis without the revolutionary influences of feminism. It is not very obvious to identify initiatives that are feminists in their root but not necessarily in their form or by their names. In the Balkan region, where I spent a good deal of those travelling weeks, one can easily notice the effects of the still recent ethnical and violent conflict that destroyed an entire generation of men, placing women in social positions they were not too familiar before. However, despite spending significant time with local women, such as a law student from Belgrade, Serbia, listening to her own experience as woman in her country, it was quite clear that gender related issues were far from debatable, and that there were certain social expectations that women still fought to fulfil instead of fighting against them. Yet I did see women in all sorts of social positions and, aside from the current economical crisis, well placed in the job market.

Each case I have detailed in the previous pages exposes a facet of feminism and an array of social actors trying to escape gender inequality by taking personal measurements, whenever there is lack of government structures and policy-making initiatives. For an academic feminist mainly worried about the directions the movement is taking due factors such as celebrity activism, excessive exposure in social media, a current fixation by fashion designers on the movement, the

voting outcomes of a political candidate who declares herself feminist, amongst many other intersections, it is very easy to lose track of the movement's core meaning: social change. If we compare the scenarios I listed here, we could easily deduct that there is no sense in such comparison when we are talking about completely disparate countries and specific experiences. Of course a Syrian woman relocated to a refugee camp does not encounter the same problems that a Kazakh executive does, nonetheless they are both female in their identities and as such, in their present, they have to face gender inequality despite their economic situation, and this is something women undergo globally. Gender inequality is a global problem and affects all levels of social living, and this is something very hard for many people to admit.

The bottom line here is that having a body that is gendered female leads to a whole different social experience, and what the women I had encountered during my travels have showed me, in concrete ways, is that, regardless their social status, they have agency over their own lives and they will comprise to feminist ideals without never having been exposed to it. When Gloria Steinem spent years in India, taking part in talking circles, she realized that real change comes not from the top, but from the bottom. There is no efficacy in discussing a “global politics of gender” if in the very core of daily life there is no action, a matter that many of us let easily slip during our intellectual battles.⁸ As a repository of our assumptions and ideas, to borrow from Adichie's terms, feminism easily lost its meaning amongst the volunteers in Turkey or whenever I tried to talk about it in its own terms with the women I spoke to. Now, talking about equal opportunities, about not being afraid of navigating a new city (a common conversation I had for practical reasons) these are ways of discussing feminism on a daily basis without having to resort to its intellectual jargons.

In geographical terms, feminism as a social movement labelled as it is still to this date very contextual: it is majorly Western – or “westernized”, as in the words of the Australian therapist I met in Montenegro – it belongs to certain social groups and demands access to certain educational patterns to be able to exist. When I

⁸ STEINEM, G. Op. Cit., p. 37.

noticed the term being used to create a slightly distorted image, which was the case of the nurse from Istanbul, for instance, it dangerously falls into the obscurities of misinterpretation and lack of information, which can somehow easily backlash. It is vital that activists from all sorts, more vocal, less vocal, more active, less active, bare in mind that talking about feminism does not mean “spreading the word”. Agency means more than beautiful speeches, but an inspiring conversation can also lead to a chain of events that will somehow meet the movement in the end. After leaving the refugee camps in Turkey, I partnered with two local volunteers and a US based non-profit organization to create a project and campaign to distribute reusable sanitary pads to the women in the camps. Before that, we had joined forces to donate underwear and new *hijabs* to the women as well. These actions could only come into being thanks to the conversations I had with the women, and there is no better agency than being able to disclose a problem in order to find a solution, which is what they have done by sharing their experiences with me.

Feminism as a synonym for gender equality, however, is everywhere. One can also mention sorority for the matter, but let us focus on what this essay has proposed: to think about feminism on the road. The initiatives displayed in this brief essay testify to the presence of feminist ideas and ideals in scenarios where social change is still in its primary stages, where feminism is not considered as a major actor because of the lack of education in the matter, no doubts about this. However, even if feminism still cannot reach corners of the world distant from where it was born and bred as a social movement, what it stands for does not escape the women fighting, or trying to avoid, gender inequality. It is crucial to acknowledge the existence of initiatives that are indeed completely aligned with feminism, even if the movement does not take shape as such in the context, in order to avoid generalizations and the occasional imposition of specific devices and discourses onto other cultures, such is the case with the *hijabs*.

The loose comparison outlined by this essay is an attempt to create awareness of the actual reach of our intellectual work and activism. Branching out to different contexts, *in loco*, and getting in touch with other social actors, is a healthy way to understand how far social movements can go and what forms they

can take. Outside of the controlled environment of intellectual circles and academic research, escaping the meticulous procedures of methods, feminism takes forms we cannot easily imagine. Gender inequality has violent consequences that our thinking process does not necessarily apprehend, and sometimes it is by following an actual map that we can finally begin to realize the dimension of the ideas whose impact we sometimes take for granted because of being immersed in a controlled environment. Gender politics takes place in daily life, escaping an ordered and familiar setting teaches us that, and that is what the road does to us, for us. Gender politics is deeply rooted in the domestic sphere and the public one is but a larger scale of what experiences are really like in a given scenario. It is only by incorporating feminism and turning it, adapting it into a device we can more comfortably manage in our daily, intimate, lives that real changes will begin to happen. It is from bottom to top.

Appendix 1

Image caption: One of the many sanitary pits used as toilets by refugees in a remote corner in one of the rural camps.



Bibliography:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Dear Ijeawele, Or a Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions**. London, 4TH State, 2017

CALLAMARD, Agnès. Refugee Women: a Gendered and Political Analysis of the Refugee Experience. *In*: JOLY, Danièle. **Global Changes in Asylum Regime**. London, Palgrave, 2002. p. 137-153

EL BUSHRA, Judy. Feminism, Gender and Women's Peace Activism. **Development and Change**, 38, 131-147, 2007

STEINEM, Gloria. **My Life on The Road**. London: Oneworld, 2016.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Virginia Woolf Building
King's College London, 22
Kingsway, London, WC2B 6LE



MÚLTIPLAS E MÓVEIS CARACTERIZAÇÕES: (RE)PENSANDO AS IDENTIDADES DAS BAIANAS E BAIANOS DE ACARAJÉ¹

Milton Bernardes Junior²
Universidade de Salamanca na Espanha

Recebido: 03/06/2017
Aprovado: 15/06/2017

Resumo: No presente artigo analisou-se como determinadas identidades, práticas e representações foram construídas, significados e reinterpretados por diversos sujeitos envolvidos com o ofício de venda de acarajé em Salvador, Bahia. As distintas metodologias utilizadas (a comparação, em especial), junto com uma visão guiada em direção aos questionamentos das diretrizes de gênero, permitiram abordar o tema através das relações sociais e culturais, sobretudo movendo-se para além das perspectivas androcêntricas e biologizantes. Em certa medida, estas visões tradicionais ainda estão cristalizadas em muitos estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Práticas; Identidades; Gênero; Baianos e Baianas do Acarajé.

Abstract:

In the present article, it was analyzed how certain identities, practices and representations were constructed, meaning and reinterpreted by several subjects involved with the sale of acarajé in Salvador, Bahia. The different methodologies used (the comparison, in particular), together with a guided view towards the questioning of the gender guidelines, allowed to approach the theme through social and cultural relations, above all moving beyond the androcentric and biological perspectives. This traditional views are still crystallized in many studies on the subject.

Keywords: Practices; Identities; Genre; *Baianas* and *Baianas do Acarajé*.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada com 20 baianas e 10 baianos do acarajé. As escolhas das entrevistadas(os) foram feitas de forma aleatória em diferentes pontos da cidade, incluindo diversos tipos de bairros, sendo áreas turísticas ou não, pontos considerados “centrais” ou “periféricos”.³A finalidade principal de nossa investigação consiste em analisar o ofício de determinadas mulheres e homens que trabalham na venda do acarajé na região de

¹ Esse artigo foi elaborado a partir de uma seção da minha tese de doutorado em Antropologia de Iberoamérica, defendida na Universidade de Salamanca, Espanha, em janeiro de 2016.

² E-mail: mbj2000es@yahoo.es.

³ A última contabilização feita pela ABAM (Plataforma Oyá Digital) nos apresenta um universo de 5261 baianas e 250 baianos, representando uma relação 5/100. A seleção de vinte baianas para dez baianos procura satisfazer o critério metodológico de algumas comparações qualitativas e não simplesmente à quantificação.

Salvador. Tais mulheres, que comercializam o acarajé, são chamadas “baianas de acarajé”, sendo que suas heranças históricas provem das mulheres comerciantes de comidas e quitutes no período colonial e imperial. Já a presença do baiano de acarajé é algo mais recente e ao mesmo tempo crescente pelas cidades do país, principalmente em Salvador. Se, por um lado, esse ofício perdura até os nossos dias com alguns dos seus traços característicos, sustentando aspectos tradicionais e reproduzindo técnicas e receitas de base africana, por outro, vemos diversas modificações contemporâneas que ajudam a entender a composição da comida de santo como parte da culinária considerada tipicamente baiana.

Diante do nosso interesse em demonstrar as (re)invenções de tradições experimentadas ou os valores identitários e suas conexões com o gênero, tinha-se inicialmente como meta aplicar uma série de tipos de entrevistas tais como as “entrevistas projetivas”, as “entrevistas com grupos focais”, a “história de vida”, a “entrevista estruturada” e, por fim, as “entrevistas abertas e semi-estruturadas”.⁴ No entanto, em função dos objetivos desta pesquisa e da sua viabilidade, resolveu-se aplicar como principal técnica metodológica as entrevistas estruturadas em torno de questionários. Embora se tenha consciência dos limites dessa metodologia, considera-se importante explorá-la ao máximo de forma a extrair alguns potenciais de análise para outras pesquisas comparativas. Mas vale lembrar que, apesar de serem o eixo principal da análise, complementou-se os dados das entrevistas com fontes bibliográficas, documentos imagéticos (fotos) e reportagens escritas e gravadas em vídeos disponíveis em repertórios virtuais.

Esses questionários foram aplicados em dias alternados e foram entrevistadas(os) as baianas e baianos que coordenam ou que são donas(os) dos tabuleiros.⁵ Assim, através das entrevistas estruturas por meio dos questionários, procurou-se identificar os perfis móveis desses homens e mulheres, sua localização, “origem”, as opiniões sobre o ofício, a religião e a cultura, tradição, entre outros aspectos, visando identificar, analisar e interpretar a construção das

⁴ BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. A prendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese**. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005. p. 65-80.

⁵ Esses instrumentos são mesas utilizadas pelas baianas e baianos de acarajé para o comércio das comidas e doces.

identidades assumidas ou atribuídas por esses homens e mulheres que trabalham como “baianas(os) do acarajé”. Ao se utilizar tais técnicas, tem-se em mente aplicar não somente métodos quantitativos, que permitisse visualizar melhor os dados, mas também métodos qualitativos, que valorizassem os significados das atitudes e discursos proferidos pelas baianas e baianos. Neste último caso, ao se contabilizar as informações e representá-las em tabulações e gráficos, não deixamos de aplicar uma metodologia baseada em orientações dedutivas e indutivas. Portanto, para cada gráfico de baianos e baianas constituído, fizemos considerações descritivas, mas, ultrapassando a descrição, procurou-se repensar os perfis sócio-antropológicos dos entrevistados(as), sem deixar de usar análises comparativas baseadas na perspectiva de gênero.

Levando isso em conta, portanto, esta pesquisa pretende expor não somente o universo das identidades religiosas das(os) entrevistadas(os), como também a maneira que esse aspecto se reproduz, se comporta no seu cotidiano, nas ruas da cidade de Salvador, sem deixar de se associar com outras modalidades de práticas e valores identitários, tais como a idade, localização geográfica, parentesco, interesses econômicos e institucionais, etc. Ou melhor, temos em mente analisar as diferentes denominações religiosas das(os) entrevistadas(os), suas visões sobre as tradições religiosas, situadas dentro e fora do Candomblé, sem negligenciar as múltiplas, dinâmicas e complexas identidades não necessariamente religiosas das baianas e baianos do acarajé. Os principais problemas que temos que responder neste texto é se, de qual maneira e as razões que fazem as diretrizes de gênero se inter-relacionarem com esses aspectos sócio-antropológicos.

Então, vejamos os dados coletados. O primeiro deles diz respeito à configuração etária das entrevistadas. Observem a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Idade das baianas entrevistadas



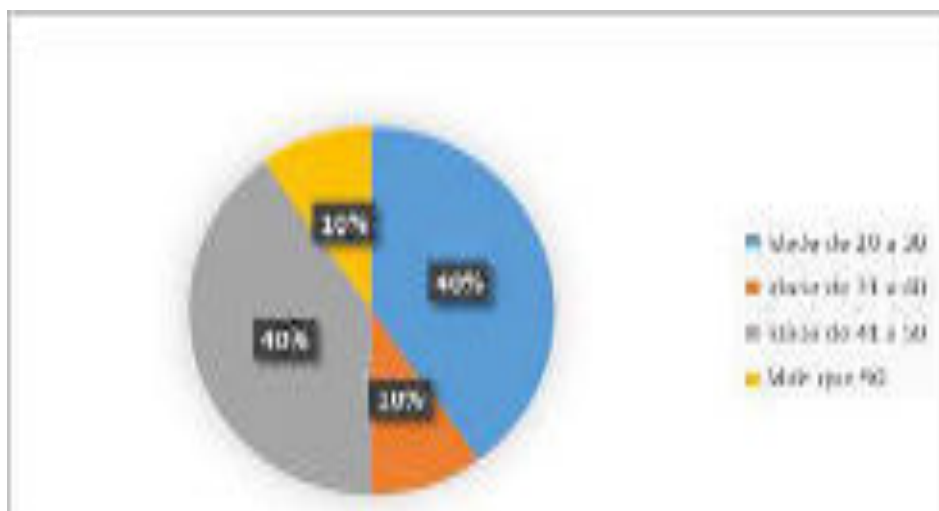
Até certo ponto, o ofício das baianas do acarajé é uma atividade considerada tradicional e repassada de avós e mães para as filhas. Verifica-se que, dentro da lógica da religião ou do comércio do produto, existe uma dinâmica de transmissão do ofício em termos de parentela. Mas os dados coletados nos mostram que o mercado do acarajé acaba abrangendo todas as faixas etárias, sendo marcante a presença das baianas mais velhas na comercialização do produto. Nesse sentido, se observarmos o gráfico, e levando em conta a projeção de um contingente existente entre as faixas de 30 a 50, praticamente concentrando 65% das baianas, podemos afirmar que essa configuração nessas faixas etárias está associada a alguns aspectos sociológicos mais gerais e contemporâneos.

O difícil acesso à educação, as condições financeiras e a proximidade com as gerações seguintes têm criado esse contingente de baianas que retiram o seu sustento com a venda do acarajé. O percentual de baianas entre os 20 e 30 anos (15%) traz um perfil de mulheres um pouco diferente. Elas alcançaram, de uma maneira ou de outra, um maior acesso à educação e possibilidades de profissionalização não somente em virtude de projetos pessoais e familiares, mas também em função das políticas e ações públicas destinadas a modificar a vida das famílias carentes. Tanto em dados qualitativos quanto quantitativos, nota-se um

decréscimo da taxa etária, pois esse aspecto pode estar relacionado à abertura de outros campos alternativos, sobretudo aos relacionados com o maior acesso a outras profissões, em virtude da formação educacional e do próprio mercado de trabalho ter criado muitas vagas no setor de serviços.

No universo dos baianos de acarajé, pode-se verificar que a questão da tradição não é algo preeminente admitido, pois o ofício das baianas de acarajé está localizado em um universo sociocultural marcado pela presença feminina. Ou seja, como essa herança funcional segue uma linha predominantemente matriarcal e matrilinear, a presença dos baianos no comércio de acarajé decorre de vários fatores, que destacaremos mais adiante. Embora não admitida de forma explícita, a tradição de venda de acarajé na família dos homens pode ter contribuído como uma forma de inserção do ofício, mas, conforme apontam os entrevistados, isso não foi a primeira opção, sendo praticamente assumido a motivação de inserção no ofício por motivos de “necessidade”. Isso tem um papel importante para se entender e visualizar as faixas etárias dos baianos de acarajé entrevistados.

Tabela 1a – Idade dos baianos entrevistados



Mesmo considerando as diferenças de proporcionalidade e as divergências do universo quantitativo de homens e mulheres, percebe-se um fenômeno inverso ao que ocorre com as baianas. A partir da análise do gráfico acima, verifica-se que a

concentração da faixa etária do ofício de baiano do acarajé é distinta das baianas. A maior concentração de homens se situam justamente na idade entre 20 a 30 anos (40%) e dos 41 a 50 anos (40%). No caso da faixa de 20 a 30 anos, onde há a maior divergência, percebe-se que há um número proporcionalmente maior de homens frente a um percentual bem mais reduzido no universo feminino. O que explicaria essa divergência? Por que há menos jovens mulheres do que jovens homens? Parte-se de algumas hipóteses e reflexões que ajudam a entender as diferenças entre 15% de mulheres e de 40% de homens. No Brasil, presencia-se uma maior visibilidade das mulheres na educação, principalmente no acesso à educação básica, à média e, sobretudo, à universidade. Tanto os esforços familiares quanto as políticas públicas direcionadas para um maior acesso à educação tem alterado os índices de escolaridade das mulheres. Isso acabou por criar, também, melhores acessos a trabalhos qualificados e novas oportunidades no mercado laboral. Segundo os dados levantados pelos(as) autores(as) Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi, Cristiano Miglioranza Mercado e Arlene Ricoldi:

A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. No caso da escolaridade, o acesso das mulheres ao ensino superior foi notável: em 2009, 59% dos concluintes no ensino superior eram do sexo feminino.⁶

O maior acesso das mulheres à educação ajuda a explicar a menor proporção de baianas do acarajé. No entanto, a maior escolaridade não é suficiente para se entender o caso dos homens. Em parte, diferente do que ocorre com as mulheres, é muito maior o número de homens que deixam o ensino fundamental no Brasil. Diversos dados nos informam que o perfil da evasão escolar é marcadamente masculino, ou seja, o tempo de estudo feminino é maior que o tempo de estudo masculino, o que tem propiciado uma melhor colocação da mulher no mercado de trabalho em termos de projeção relativa. Um fator interessante destacado por Maria Pinto de Carvalho⁷ é a questão da mão de obra

⁶ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Cristiano M. Mercado; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 145.

⁷ CARVALHO, Maria Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

infantil que afetaria esses homens na conciliação do trabalho com a escola. Neste aspecto, curiosamente, a autora destaca que o trabalho infantil feminino é um trabalho relacionado com o universo da casa, possibilitando uma administração do tempo para ir à escola e voltar aos seus afazeres, mesmo levando em conta outros aspectos que limitam e oneram a vida feminina. Isso sugere que as atividades exógenas à casa dos grupos mais desfavorecidos têm contribuído para dificultar a permanência na escola de homens jovens. É claro que esse aspecto não necessariamente é motivo para o acesso a postos de comando ou de relativização das relações desiguais em termos de gênero. Embora não se possa generalizar para toda e qualquer experiência, talvez, a questão da evasão escolar pode ser uma variável importante a ser levada em consideração.

Relacionada à essa dicotomia entre o doméstico e não-doméstico, e sua relação com a escolaridade, é possível admitir que as diferenças de idade tenham a ver com outras questões relacionadas às expectativas baseadas no gênero. Um dos aspectos mais importantes sobre a questão da evasão escolar masculina é justamente começar a analisar o fracasso escolar e suas conexões com diretrizes de gênero, procurando entender a construção das masculinidades e feminilidades dentro da família e na própria escola. Diversos estudos sobre gênero e pedagogia têm demonstrado que a educação familiar e escolar, baseadas em preceitos dicotômicos, assimétricos e hierárquicos, contribuem para a permanência ou diminuição de jovens na escola. A depender das circunstâncias, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho externo, quanto as expectativas da mulher-dona de casa, quanto do homem-provedor, devem ter algo que ver com o acesso e permanência na escola: a cultura familiar, a cultura escolar e as políticas escolares governamentais, talvez, tenham algo a ver com a maneira como se ensina as distinções de gênero, contribuindo para variação de índices de escolaridade e futura inserção no mercado formal e informal. Mesmo sendo um contingente menor, as novas gerações ou faixas etárias demonstram mudanças qualitativas na maneira como as escolhas pessoais e familiares começam a se moldar a partir de demandas mercadológicas, alterando e redimensionando o que se entende e se pratica como ofício das baianas de acarajé. A presença dos homens no ofício e a redução de mulheres jovens no universo estaria contribuindo para a

masculinização do ofício? São aspectos que mereceriam um estudo futuro mais aprofundado com a finalidade de verificar as conexões e desconexões estabelecidas entre tradição e modernidade no comércio da cidade de Salvador.

Ainda dentro desse universo de jovens que trabalham no ofício, verifica-se que praticamente a maioria não chegou a completar o ensino fundamental. Entre os entrevistados, apenas um o completou. A falta de escolaridade e de profissionalização podem contribuir para que os jovens adentrem no mercado informal de Salvador, inclusive no próprio Ofício de baiano do acarajé. A outra faixa etária de concentração se encontra na idade de 41 a 50. Se somarmos com a faixa de mais de 50, obtém-se um índice de 50% dos homens que trabalham no ofício e estão acima da faixa dos 40 anos. A questão da escolaridade pode ser uma variável para justificar tanto a presença dos homens como das mulheres neste ofício. Podemos verificar em Carvalho⁸ que as taxas de analfabetismo de pessoas com 40 anos ou mais atingem patamares mais elevados do que os jovens de 15 a 19 que possuíram um maior acesso à educação. A dificuldade de inserir tanto homens e mulheres com mais de 40 anos sem escolaridade no mercado de trabalho pode contribuir para a informalidade ou para o trabalho autônomo, principalmente em profissões menos qualificadas. Se considerarmos as justificativas dos homens para a escolha do ofício percebe-se algo significativo. Em sua maioria, admite-se que começou a trabalhar como baiano de acarajé em razão de necessidade de emprego e de obtenção de uma renda. Não se enfatiza a tradição matriarcal, matrilinear ou patriarcal ou patrilinear da religião do Candomblé.

Se, por um lado, se vê um aumento dos anos de estudo das mulheres e uma redução de mulheres jovens no ofício, por outro, pode-se identificar um aumento de homens jovens comercializando o acarajé. Há uma possibilidade que a redução do universo feminino, esteja relacionado à uma maior escolaridade das jovens. Essa maior escolaridade, poderia contribuir para a sua inserção no mercado laboral formal. Haveria uma possibilidade de estarmos assistindo à uma masculinização do ofício em decorrência da baixa escolaridade dos homens jovens e do aumento do tempo de escolaridade das mulheres jovens. Se essa hipótese for

⁸ Idem.

plausível, não seria forçoso dizer que a reprodução do ofício por via da tradição familiar estaria sofrendo um processo de descontinuidade da herança do ofício de mãe para filha.

As reflexões contidas nos parágrafos acima poderiam ser acompanhadas das seguintes problematizações: até que ponto o ofício das baianas do acarajé se perpetua através dos laços familiares e das relações com a religião afro-brasileira, principalmente o Candomblé? O ofício da baiana do acarajé deixa de ser transmitido do “mestre” para o “aprendiz” e elimina etapas na aprendizagem do ofício? Os cursos profissionalizantes das baianas e baianos do acarajé, patrocinadas por empresas financiadas pelo governo no sentido de assegurar as práticas e regras de higiene e manipulação dos alimentos, visando a segurança alimentar, tem eliminado essa herança de aprendizado parental, criando uma autonomia e desnecessidade da baiana e do baiano estar inserido em uma cultura ou tradições familiares?

Além dos aspectos etários, expostos na seção anterior, outros aspectos podem ser elencados para conhecer determinadas características das baianas e baianos entrevistados. O segundo elemento relevante que identificamos por meio de nossas entrevistas está diretamente ligado ao local de nascimento das baianas e baianos. Esses aspectos parecem-nos relevantes para se discutir os múltiplos pertencimentos geográfico-identitários dessas mulheres e homens. Vejamos os dados da Tabela 2:

Tabela 2- Local de Nascimento das entrevistadas



No que tange ao comércio e a venda do acarajé na cidade, diante do universo de informações pesquisadas, verifica-se que praticamente $\frac{3}{4}$ das baianas são nascidas em Salvador. Em função dos problemas sociais e econômicos, especialmente os relacionados aos períodos de estiagem e do processo de urbanização mais intensa das últimas décadas, etc. a questão do deslocamento de mulheres do interior do Estado para a capital poderia ser um motivo que contribuiria para explicar o contingente de baianas na capital. Todavia, não se pode superestimar esse aspecto, estereotipando os processos de migração de contingentes humanos e seguindo a lógica centro-periferia, mesmo considerando que há na Bahia um contraste muito grande entre as cidades do interior, as cidades litorâneas e a capital, sendo está um polo quase irresistível de atração e oportunidades socioeconômicas, políticas, culturais etc. Pelo menos no que se refere ao universo das pesquisadas, outros fatores devem ser apontados, pois, para além da necessidade de sair do interior do Estado para a capital que afetou as últimas gerações, nota-se uma espécie de relativa consolidação espacial dessas mulheres, situando-as, em sua maioria, nas regiões soteropolitanas.

Obviamente, isso não significou necessariamente a existência de um conjunto de melhorias na vida desse contingente populacional, uma vez que foi dito por um certo nativo anônimo, um taxista, que, para conhecer a capital, ou seja, Salvador, seria necessário sair do “cartão postal” e adentrar nos bairros da periferia. Como boa parte das entrevistadas moram nos bairros mais pobres da capital, verifica-se que o ofício das baianas do acarajé não seria um ofício caracterizado pelo amplo deslocamento territorial dessas mulheres de sua cidade natal no sentido de uma melhoria a qualidade de vida. Tal ofício possibilita que as mulheres reproduzam o seu trabalho em sua própria cidade, não tendo a necessidade de deslocamentos amplos e custosos, embora existam discrepâncias entre as cidades brasileiras. O Brasil apresenta um quadro paradoxal que combina e descombina uma dimensão turística de exuberância, suposta ou efetiva, com profundas e marcantes desigualdades sociais. Em parte, como veremos depois, esse contraste ajuda a explicar o porquê parte considerável dessas mulheres vendem seus produtos justamente nas regiões mais movimentadas, em muitos casos justamente localizados diversos pontos turísticos das cidades.

Ou seja, sem dúvida, não se nega que se verifica com regularidade um deslocamento de pessoas do interior para a capital, principalmente nos períodos de estiagem e de seca, ou em busca de outras oportunidades, mas, no que tange as baianas do acarajé entrevistadas, pode-se notar que esse contingente de mulheres migradas não está presente de forma marcante no perfil das entrevistadas.

Algo semelhante ocorre com o caso dos baianos de acarajé, visto que praticamente 90% dos trabalhadores entrevistados são naturais da cidade de Salvador. Logo, a partir desses dados, pode-se induzir que a busca pelo ofício de baiano na capital da Bahia decorre dos próprios nativos da região, e não se verifica um deslocamento regional para a capital. Esses homens nasceram na região metropolitana e o seu ofício é um meio de subsistência na cidade onde se tem vivido há anos. Nota-se que:

Nos aglomerados metropolitanos, tem havido uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pela ação do Estado – o que promove a regionalização econômica e facilita as economias de aglomeração.⁹

Em virtude do processo de industrialização fora dos grandes centros metropolitanos os contingentes migratórios deixam de ter como objetivo as principais capitais e acabam se localizando em regiões onde apresentam um crescimento industrial. Neste aspecto, tanto os homens e as mulheres que estão no ofício permanecem na metrópole e ali reproduzem a sua força de trabalho no ofício de baiano e de baiana de acarajé sem a interferência de fluxos migratórios muito marcantes.

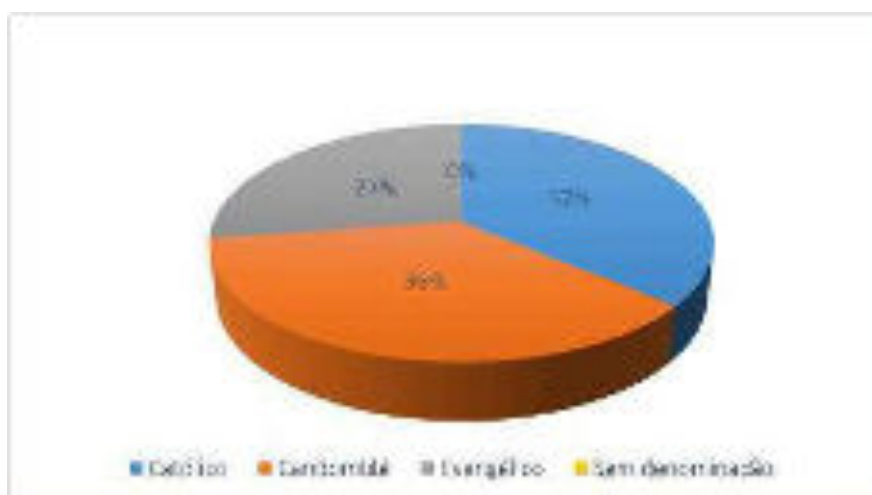
Outro aspecto central para discutirmos os perfis dos homens e mulheres entrevistados diz respeito a um elemento tradicionalmente elencados para caracterizar as baianas e os baianos, isto é, as vinculações religiosas autoproclamadas, assumidas, ou atribuídas por e pelos próprios baianos e baianas do acarajé. As Tabelas 3 e 3a tratam exatamente disso:

⁹ BRITTO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez. 2005. p. 52.

Tabela 3- Religião das baianas entrevistadas¹⁰



Tabela 3ª - Religião dos baianos entrevistados



Quando consideramos o comércio de acarajé é quase impossível não pensarmos *a priori* na sua associação com a religião, em geral, e com o Candomblé, em particular. Como se sabe, o acarajé, que é um prato da orixá Iansã, é geralmente correlacionado com os espaços, gestos, ritos e palavras do sagrado. Mas essa religião não está circunscrita somente aos espaços e dimensões simbólicas do Candomblé, pois, dependendo da configuração social, essa iguaria, além de ultrapassar os “terreiros”, também alcança as ruas e outros espaços, passando a

¹⁰ A plataforma Oyá Digital pode informar as localizações das baianas e baianos através da denominação religiosa, mas não nos fornece dados numéricos. Analisando os mapas de localização por religião, podemos afirmar visualmente um maior número de baianas católicas, seguidas das religiões afro-brasileiras e por último as evangélicas. Lembrando que este universo da plataforma reflete apenas as baianas e baianos que se cadastraram nela.

pertencer a outros numerosos universos coletivos ou públicos não sacralizados ou interpretados por outros parâmetros religiosos não afinados com as perspectivas ou cosmologias religiosas das tradições afro-brasileiras.

Sem dúvida, quando o acarajé deixa contingencialmente o sagrado dos terreiros e passa a ser reproduzido nos outros espaços públicos, percebe-se que fica difícil precisar as distinções e separações entre o sagrado e o profano nos locais onde as baianas e baianos comercializam o acarajé. Embora não consideramos que haja uma sacralização total e absoluta dos espaços, gestos, ritos e palavras nas performances comerciais, é inegável que as baianas e baianos ligados direta ou indiretamente ao Candomblé criam frequentemente neste espaço “público” um espaço “privado”, ou seja, há relações conjunturais com a dimensão religiosa.

Claro que é também nos espaços ditos “comerciais” que as baianas e baianos reproduzem seus rituais de oferenda aos orixás. Muitas mulheres e homens do Candomblé praticam essas ofertas antes de irem para o trabalho, e vemos que muitos desses rituais se fazem presentes especialmente no momento da montagem do tabuleiro.

Mas será que as baianas e baianos envolvidos com a venda de acarajé estão *sempre* associadas à religião e ao Candomblé? Nas tabelas acima, pode-se ter uma visão mais complexa da divisão da religião das baianas e baianos entrevistados. Verifica-se que a presença das baianas de acarajé que professam *abertamente* a religião do Candomblé é pequena, contabilizando cerca de 5%. De fato, isso não significa que no universo de baianas de acarajé “católicas” não existam praticantes do Candomblé, visto que, durante as entrevistas, notou-se que a pergunta sobre a religião criou um certa desconfiança e deslocamento do sujeito identitário. No caso dos baianos do acarajé, os percentuais são mais elevados. Até certo ponto, isso pode esclarecer melhor sobre os motivos que explicariam a presença do homem no ofício. Eles podem estar relacionados também às questões religiosas e não apenas como algo decorrente da falta de profissionalização e escolaridade. Se o ofício é considerado uma atividade transmitida de mãe para filha, o mesmo movimento pode ter ocorrido no caso dos filhos de baiana de acarajé. Isso confirma a plausibilidade da existência de uma espécie de hereditariedade do ofício como

justificativa familiar assumidas pelos baianos envolvidos com o comércio, mas isso não necessariamente estaria ligado ao campo religioso de Candomblé como legitimação subjetiva.

Algumas baianas se autodeclararam “católicas”, mas, no decorrer da pesquisa, à medida que se sentiram mais confortáveis e a vontade com o entrevistador, passaram a admitir que pertenciam também ao candomblé (5%).¹¹ É possível que esse certo desconforto em se autodenominarem como seguidoras de uma religião afro-brasileira ainda seja vestígios dos estigmas, estereótipos e discriminações sofridas pelos candomblés. De qualquer forma, percebe-se que, no universo das católicas ou do Candomblé, um forte sincretismo religioso é um resultado de um processo histórico de assimilações mútuas e, paradoxalmente, de restrições e proibições das manifestações religiosas que não fossem o catolicismo, especialmente as derivadas de religiões e religiosidades afro-brasileiras, a despeito das práticas e discursos políticos de tolerância religiosa das últimas décadas. Contudo, no contingente masculino, verifica-se um universo religioso mais “equilibrado” em termos de diferenças religiosas. Entre os entrevistados baianos, praticamente 1/3 pertencem ao catolicismo, ao candomblé e a religião evangélica. Em função da maior vinculação das mulheres no ofício em virtude de traços tradicionais e religiosos, os homens podem estar desvinculados da obrigatoriedade de seguir determinados padrões e modelos na reprodução do seu trabalho. Os homens ao estarem inseridos em um ofício justificado na religiosidade são apresentados como um fato contraditório em um universo religioso que localiza e legitima as mulheres neste ofício. As representações religiosas construídas dentro do ofício e, que de certo modo, estão direcionadas para a figura feminina, acaba criando uma situação inédita que leva a refletir sobre os homens das religiões afro-brasileiras no ofício por motivos de obrigação religiosa.

Se o ofício sempre foi considerado pertencente às filhas de santos e que somente essas filhas teriam obrigações com os seus orixás, a presença do filho de santo neste universo feminizado, além de criar uma resistência de sua presença por motivos religiosos, acabam sinalizando para a necessidade, dentro da esfera

¹¹ No mapa sobre as baianas de acarajé das religiões afro-brasileiras, os universos de baianas cadastradas, em sua visualização, apontam para um percentual maior que as evangélicas.

religiosa, de um espaço construído para a legitimação de sua presença religiosa no ofício. Este espaço por construir, torna a atuação dos homens no ofício como algo mais móvel, desonerando muitas vezes de sua obrigação, diferentemente das obrigações religiosas das mulheres estudadas. Inclusive, um dos baianos em sua entrevista disse que gostaria de acrescentar na massa de carajé um tempero pronto para acentuar o sabor. As questões da tradição, religiosidade e das normas para as práticas e feitura do acarajé acabam se tornando mais móveis neste universo masculino em decorrência, até mesmo, de outra identidade construída desses baianos dentro de suas religiões ou das instituições responsáveis pela preservação do ofício.

Indubitavelmente, percebe-se os movimentos de afirmação da “africanidade”, presentes nas músicas, programas de TV, revistas, jornais, artes, costumes, festas, manifestações religiosas afro-brasileiras, na culinária sagrada ou profana etc. Tudo isso também ajuda a construir uma nova interpretação dos sujeitos e seu lugar no mundo social, mas, apesar disso, há outras denominações religiosas que adentram o comércio de acarajé. Assim, juntamente com o número de baianas que se definem “sem religião” (o que pode indicar vestígios de secularização do ofício), o número de baianas evangélicas é um fenômeno que vem aumentando a cada ano e está cada vez mais presente no cotidiano de Salvador. Na nossa pesquisa, 25% das entrevistadas se identificaram como “evangélicas” e 15% se autoproclamaram “sem religião”. Isso pode ser constatado como um processo mais geral em termos sócio-antropológicos e históricos. Segundo Alexandre Brasil Fonseca:

Ultimamente fala-se muito do crescimento evangélico. Pastores e bispos não poupam nas cifras e afirmam serem responsáveis pelo grupo religioso que mais cresce [...]. Uma análise do resultado dos dados dos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não confirmam essa postura. O crescimento dos **evangélicos** se deve a ação dos pentecostais que aumentaram 114% na última década, mas mesmo com esse desempenho bem superior ao crescimento populacional não é esse o grupo religioso que mais cresceu. Curiosamente em meio a todo o "reencantamento" experimentado nos últimos anos o censo indica que o número de pessoas que se definem

como "**sem religião**" cresceu de dois (1980) para quase sete milhões (1991), o que significa um aumento de 250%.¹²

Pelos dados apresentados acima, pode-se dizer que a comercialização do acarajé em Salvador está passando por um processo complexo de deslocamento sócio-religioso. Ou melhor, há uma espécie de relativa descontinuidade na associação entre a religião afro-brasileira e o ofício da baiana e do baiano do acarajé. Sem dúvida, verifica-se que, no inconsciente coletivo, a figura da baiana é interpretada como uma figura feminina necessariamente simpática, praticante ou integrante ativa das religiões afro-brasileiras, mais especificamente o Candomblé. No caso da presença dos homens, essa figura ainda é vista com certa surpresa em virtude do ofício ser considerado feminino. Em alguns casos, isso aparece revestido de críticas por estarem localizados no interior de um espaço pertencente às mulheres. Durante as entrevistas, alguns dos baianos informaram que muitas vezes as pessoas chegaram a perguntar sobre a sexualidade deles, inclusive, sendo mais diretos em perguntar se eram homossexuais. No senso comum, a associação entre homens e o candomblé por vezes seguem um caminho estereotipado, já que, a despeito de suas identidades sexuais, são vistos a partir de uma perspectiva heteronormativa. Ou seja, enquanto as mulheres não são vistas como homossexuais por estarem associadas aos cultos afro-brasileiros, a aproximação masculina a esse universo religioso tem sido constituída por meio de diretrizes assimétricas e hierárquicas. A deslegitimação significaria uma quase desvirilização ou feminização.¹³ Por estar de uma certa forma marcado ou associado culturalmente pela presença feminina e ao Candomblé, o ofício acaba impondo alguns preconceitos sobre a presença masculina. Como fica claro nas tabelas 3 e 3a, dentro do universo feminino, os dados coletados revelam um espaço diferente da visão do senso comum sobre as baianas. De um lado, temos um grande percentual de baianas autodenominadas "católicas" (55%) e, dentro deste contingente, explícita ou explicitamente, um sincretismo religioso com o Candomblé. Por outro

¹² FONSECA, Alexandre Brasil. Nova Era evangélica, Confissão Positiva e o crescimento dos sem-religião. **Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 63-90, 2000. p. 80. Grifos nossos.

¹³ BIRMAN, Patrícia. Relações de Gênero, Possessão e Sexualidade. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.1. n. 2. 1991.

lado, como dissemos antes, constatamos um universo de 25% de baianas que se declaram “evangélicas” e 15% “sem religião”.

De um ponto de vista metodológico, é um ponto crucial justamente verificar como essas baianas veem o universo do comércio do acarajé e de que forma elas ressignificaram o produto em seu cotidiano e dentro de suas práticas religiosas, pois, embora o produto seja decorrente dos rituais do Candomblé, fazendo parte tradicionalmente das oferendas aos orixás, ele não possui sentidos fixos, uma vez que ele não é em um só tempo alimento e comida.¹⁴

Conforme verificamos nas entrevistas, não é somente o universo de baianas do Candomblé que está situada a problematização da relação com o sagrado e a religião. No universo sócio-religioso, além das baianas do candomblé, encontramos outras categorias sócio-religiosas das quais podemos citar as mulheres autodenominadas “evangélicas”, “católicas” e “sem religiões”. Elas parecem se relacionar diversamente com os aspectos religiosos, ora negando, relativizando ou mesmo ressignificando sua relação com a religião. Neste caso, por exemplo, como veremos posteriormente, entre as entrevistadas, havia algumas que usavam ou não o traje típico, embora este fosse às vezes considerado fundamental em termos de propaganda turística e do ofício, não sendo este um empecilho cultural para as que não se autodenominam pertencentes ao Candomblé.

A partir do que temos constatado na pesquisa até agora feita, os dados nos levam a novas problematizações que merecem ser repensadas: Quais as ressignificações foram dadas à comercialização do acarajé? Até que ponto podemos dizer, na contemporaneidade, que o comércio do acarajé é resultado de uma herança e de uma prática passada de avó/mãe para filha? Este ofício traz consigo toda uma carga estritamente religiosa do Candomblé? Sem dúvida, o ofício das baianas e baianos, a produção e o comércio de acarajé não são novos, pois surgiram basicamente no Brasil-Colônia e no Brasil-Império, e estavam associados ao(s) candomblé(s). A presença marcante das mulheres que tradicionalmente usavam as indumentárias que as identificavam com o candomblé se refletem até

¹⁴ Embora reconheçamos seus usos e interações, entendemos o “alimento” como parte das necessidades de sobrevivência. Já a comida é o resultado da transformação do alimento em produto sociocultural e histórico.

hoje no próprio traje da baiana, na utilização do torço, na maneira como as baianas se consideram filhas de santo e nos seus pertencimentos e obrigações religiosas.¹⁵

Então, em se tratando da pluralidade das identidades assumidas e atribuídas pelas baianas e baianos, o universo pesquisado nos mostra cortes sócio-antropológicos muito mais complexos que possui um impacto da manutenção, legitimação e mudanças do ofício das baianas do acarajé. Eles precisam ser melhor analisados.

Seguindo essa pauta, outro aspecto relevante a ser destacado é o que se refere ao estado civil desses homens e mulheres. Neste ponto, há algumas aproximações e semelhanças entre homens e mulheres, mas também há alguns distanciamentos e divergências comparativas. Na Tabela 4 e 4a, isso fica evidente:

Tabela 4 – Estado Civil



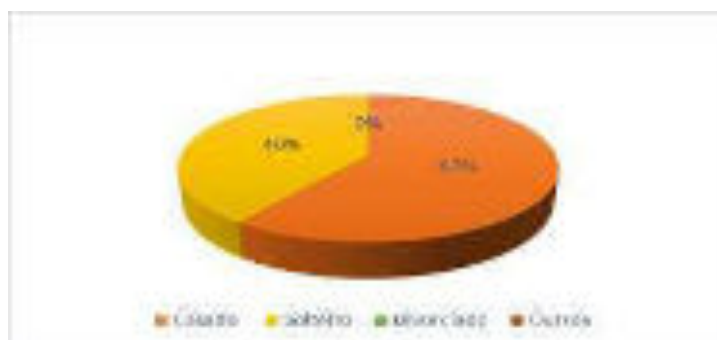
Sem dúvida, como já salientamos exaustivamente, o ofício da baiana do acarajé é um ofício praticamente pertencente ao universo feminino, embora haja uma parcela menor de homens que trabalham com esse ofício. Além da diversidade de idade, locais de nascimento e denominação religiosa, há outro tipo de fratura no universo feminino e masculino do ofício de baianas e baianos do acarajé. Como fica claro na tabela acima, verifica-se a presença marcante de mulheres casadas (60%), seguida por mulheres solteiras (25%) e divorciadas (10%) que trabalham com o comércio do acarajé. Como não tivemos acesso a documentos que atestam os

¹⁵ IPHAN- Instituto Patrimônio Artístico Nacional. **O ofício das Baianas de Acarajé**. Dossiê IPHAN 6. Brasília: IPHAN, 2007.

referidos estados civis, considera-se as auto-declarações importantes do ponto de vista da análise qualitativa, pois, sendo ou não reais, as indicações apontam para como essas mulheres subjetivamente denominavam seu status social. Embora o ofício de acarajé seja um recurso socioeconômico importante para solteiras e divorciadas, o contingente mais predominante entre as entrevistadas é o número marcante de casadas. Estas vão contribuir de forma fundamental no planejamento e sustento familiares, envolvendo não somente os maridos como também eventuais filhos no preparo da comida até o transporte, montagem do tabuleiro e de sua comercialização.

Ou melhor, no universo das baianas casadas, geralmente os parentes participam do processo de elaboração, sendo que a renda da venda do acarajé pelas mulheres casadas torna-se um elemento importante do sustento do lar e da família. Por meio desse ofício, é perceptível uma relativa criação de uma autonomia ou independência dessas mulheres dentro do universo familiar. Até certo ponto, isso confirma os dados históricos sobre a relativa e diferenciada autonomia financeira dessas mulheres em virtude do ofício do acarajé. Mas autonomia financeira não necessariamente significa aquisição de relações de poder simétrica e horizontal entre homens e mulheres no interior do âmbito familiar. Os dados coletados ainda não nos permitem saber se há diferenças de identidades e autonomia subjetiva entre as casadas, divorciadas e solteiras, em especial diante da presença ou não das figuras masculinas. Não sabemos se essa fratura do estado civil feminino redundará em maior ou menor conquista, manutenção e legitimação de autoridade feminina. E quanto aos baianos do acarajé? Vejamos a tabela 4a:

Tabela 4a – Estado Civil



O mesmo percentual de homens casados (60%) está associado ao ofício do acarajé, seguido por um contingente de 40% de solteiros. Diferente do universo mais fraturado de mulheres (casadas, solteiras, divorciadas e sem autoidentificação), os baianos entrevistados apresentam um contingente mais dicotômico formado somente por solteiros e casados. É clara a interseção idade e estado civil: o universo masculino de nossa análise encontra-se vinculado a presença do homens jovens e ainda solteiros e homens mais velhos e casados. Para os casados, sobretudo os que possuem filhos, a venda do acarajé é uma via importante e, por vezes, complementar para aqueles que estão situados à margem do mercado formal de trabalho, seja como principal atividade ou como etapa intermediária entre a aquisição de postos assalariados. Entre os homens mais jovens não houve declaração da presença de filhos ou de desejo de constituir família nuclear, mas, tal como ocorre com os casados, que se veem como provedores e sustentáculos econômicos de seus familiares, os solteiros veem o ofício como uma possibilidade de renda.

Mas haveria diferenças de gênero entre baianos e baianas de acarajé entrevistadas em termos de estado civil. Se considerarmos o estado civil como um conjunto de práticas e valores direcionados às relações matrimoniais e conjugais formais ou informais, é pertinente dizer que há pelo menos um aspecto que diferencia homens e mulheres. Apesar das aproximações e aspectos comuns, o universo feminino nos parece mais fraturado que o masculino. Dicotômico para os homens e tricotômico para as mulheres. O que ajuda a explicar essa diferença? Em termos identitários, a maior parte das mulheres entrevistadas declarou marcadamente sua vinculação com a dimensão do matrimônio a partir da presença ou ausência de maridos (casadas e divorciadas), totalizando 70% do total. No entanto, embora o contingente masculino seja proporcionalmente menor, nenhum dele se declarou divorciado. O matrimônio seria um componente identitário para as mulheres mais do que para os homens estudados? Por enquanto, o que temos são somente conjecturais. Por exemplo, em um documentário realizado pela Fundação Palmares em 14 de janeiro de 2005, em um vídeo intitulado “Axé do Acarajé”, a baiana Tânia Barbara Nary assim se auto-representava

identitariamente quando se refere ao tabuleiro como metáfora do ofício que a sustenta:

Além de ser um tabuleiro de acarajé [sic], eu me preocupo também com minha cultura, com minhas raízes, entendeu!? Eu quero ter história mais tarde a contar pros [sic] meus filhos, meus netos, bisnetos e, com fé em Deus, eu vou chegar até lá (risos). **É a minha identidade, entendeu?! Eu tenho um registro de batismo que é Tania Barbara Nery. E minha outra identidade é o meu tabuleiro, por que esse aqui é o meu marido, entendeu?! Esse aqui é o que me dá o sustento, a mim e a meus dois filhos, entendeu!?** Então, ele é minha outra identidade. A mais original, até! (risos).¹⁶

Como fica claro na transcrição acima, além da referência ao desejo à memória histórica do ofício e à continuidade dela para futuras gerações, o tabuleiro é representado por Tânia Barbara Nery como parte da sua dupla identidade. Ela possuiria não somente o registro oficial e civil, como também um outro registro extraoficial e associado ao seu próprio instrumento de trabalho: o tabuleiro. Para ela, este seria sua “outra identidade”, seria o seu “marido” e o sustento de sua família formada por ela e dois filhos. Como se vê, pelo menos para o discurso dessa baiana (que não sabemos se é solteira, divorciada ou viúva), mesmo quando a figura masculina está ausente efetivamente na vida dessas mulheres o imaginário identitário pauta-se em um referencial matrimonial e heteronormativo igualmente fundamentando em um ideal que associa os homens e o masculino ao papel de sustentáculo material da família. Curiosamente, portanto, mesmo na ausência de um provedor real, haveria outro provedor simbólico que seria o tabuleiro.

Os perfis das baianas e baianos do acarajé também podem ser caracterizados por outros dados complementares ao estado civil. As Tabelas 5 e 5a e as Tabelas 6 e 6a sintetizam respectivamente a quantidades de filhos e os locais de moradia das entrevistadas e entrevistados. Vejamos:

¹⁶ **AXÉ do acarajé.** Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms>. Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015. Grifos nossos.

Tabela 5- Filhos



A necessidade de sustento familiar pode ser confirmada com outros dados. Até certo ponto, apesar de muitas mulheres não saírem da tênue e instável linha da pobreza, o ofício de acarajé parece ser uma das atividades financeiras que sustentam ou ajudam a sustentar uma parentela relativamente numerosa para muitos padrões contemporâneos idealizados ou efetivos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE,¹⁷ a taxa de fecundidade no Brasil em 2010 chega a 1,86 filhos por mulher sendo que no ano 2000 era de 2,38. Em nosso universo pesquisado, nota-se que isso se reflete em 55% das baianas, embora exista um contingente que está acima da taxa oficial de natalidade, tratando-se de famílias relativamente numerosas e extensas, justamente aquela parentela que, por vezes, vai ajudar comumente na feitura do acarajé.

É claro que isso tem um impacto na constituição do orçamento do núcleo parental. Por isso, não é forçoso dizer que, no universo das mulheres pesquisadas com mais de dois filhos, elas utilizam o ofício de baianas e a venda de acarajé para suprir as necessidades socioeconômicas como um todo. Dentro do orçamento familiar, portanto, o acarajé, para essas mulheres, em numerosas ocasiões, é muito mais um meio de sustento do que somente a reprodução de uma tradição estritamente familiar e religiosa ligadas às religiões afro-brasileiras. Não negamos o peso e validade que isso tem nas vidas dessas mulheres, mas não podemos negar que os projetos, expectativas, práticas e valores sociais e culturais estejam

¹⁷ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

coadunados com pautas e motivações inseparavelmente mercadológicas e “profissionais”.

Vejamos os dados qualitativos dos baianos sobre o quesito filhos:

Tabela 5a- Filhos



A tabela 5a demonstra a taxa de filiação dos baianos de acarajé. Tal como ocorre com as mulheres, a despeito das campanhas e incorporação de valores relacionados ao controle de natalidade, a presença de famílias numerosas é evidente. Inclusive entre os baianos com mais de 30 anos, praticamente 80% deles possui mais de 03 filhos, ficando muito acima da média estabelecida pelo IBGE¹⁸ que é de 1,86 por mulher. Dos baianos entrevistados com menos de 30 anos, nenhum declarou ter filhos. São vários os fatores que podem justificar a presença da família numerosa dos baianos em contrapartida das baianas do acarajé. Um dos elementos que podem justificar essa disparidade pode estar relacionado à própria inserção das mulheres no mercado de trabalho, um maior acesso à educação e à informação sobre métodos contraceptivos. A alta taxa de filiação dos baianos também pode estar associada à condição social, baixa renda e escolaridade e por pertencerem a uma geração onde os meios de prevenção contraceptivo não eram estendidos a todas as camadas da sociedade e as taxas de analfabetismo e escolaridade eram baixas. Podemos induzir que a falta de recursos, educação e informação contribuíram para esses percentuais juntamente com a visão cultural

¹⁸ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

do masculino (“homem visto como macho” provedor) e a quantidade de filhos como prova desta masculinidade.

Se levarmos em conta o comércio de acarajé e o sustento individual e familiar, temos outros aspectos interessantes a serem destacados. Vejamos a Tabela 8 e 8a:

Tabela 08a – Venda de Acarajé como único meio de sustento (Mulheres)

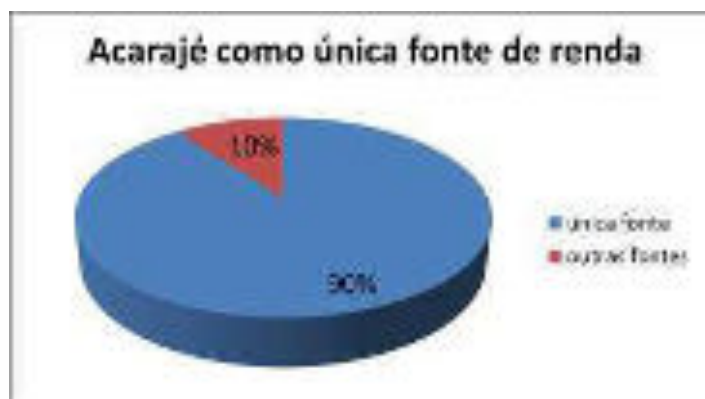
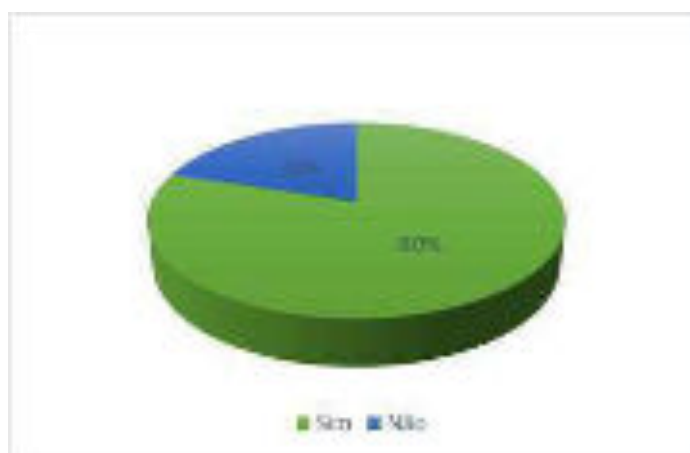


Tabela 08a – Venda de Acarajé como único meio de sustento (Homens)



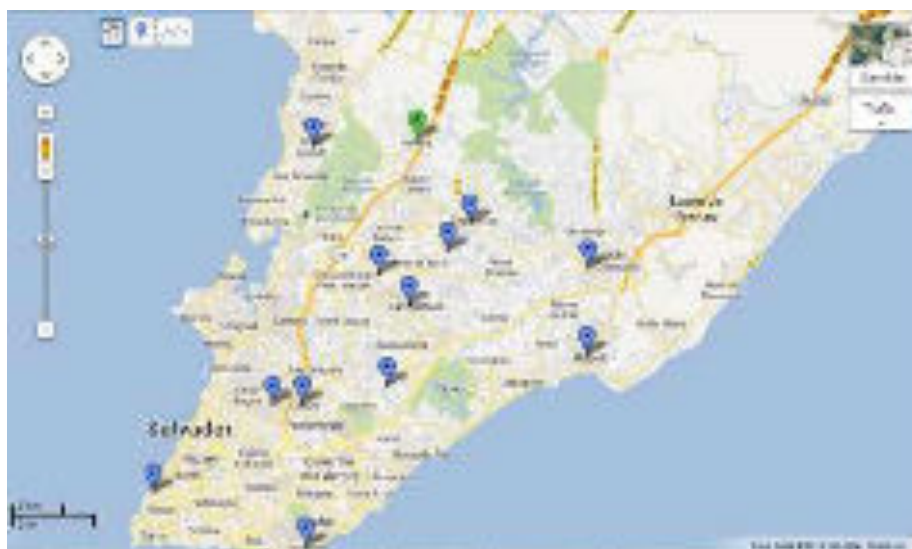
Como podemos ver nos gráficos acima, a venda do acarajé é praticamente o único meio de subsistência das(os) entrevistadas(os). Pelo menos foi isso que constatamos na pesquisa, pois as cifras de 90% das mulheres e 80% dos homens corroboram com essa hipótese descritiva. Somente uma pequena parcela, cerca de 10% de mulheres e 20% de homens, não tem o comércio de acarajé como única fonte de renda. Ao que tudo indica, o comércio do acarajé acaba sustentando e

reproduzindo as necessidades e meios de sobrevivência desse grupo. Ou melhor, o comércio de acarajé praticamente é o que vai dar sustentáculo econômico na vida das baianas e baianos e de seus familiares. Talvez, por essa razão, vemos que a importância econômica em sua comercialização é também um ponto demarcatório do ofício, já que isso decorre da baixa escolaridade das baianas e baianos entrevistados e do número de membros pertencentes às famílias relativamente numerosas.

Embora o ofício tenha surgido a partir do Brasil-Colônia entre as “escravas de ganho” ou mulheres libertas para sustendo dos seus senhores ou do lar, sobretudo em diversos núcleos urbanos, depois de séculos e de muitas mudanças históricas, esse ofício permanece em nossos dias como um meio de obtenção de ganhos através de tradições inventadas e reinventadas. Em muitos casos, o ofício era repassado de avó/mãe para neta/filha, mas, como vimos, isso não é uma regra absoluta. A grande questão consiste em sabermos o seguinte: diante do maior acesso à educação e à profissionalização das mulheres e diante do aumento da evasão escolar dos homens, até que ponto teremos esse sistema de tradição de avó/mãe para neta/filha no ofício de baiana do acarajé e de que forma o ofício pode sofrer um processo de masculinização em decorrência do aumento gradativo de homens no ofício? A resposta a essas questões exige uma pluralidade de variáveis e de análises.

Além desses aspectos acima explicitados, destaca-se outros que ajudam a entender melhor os perfis recorrentes de homens e mulheres envolvidas com o comércio de acarajé: a localização das moradias dos entrevistados parece um dado importante. Observe as tabelas/mapas abaixo:

Tabela/Mapa 6 – Localização das moradias das entrevistadas



Tabela/Mapa 6a – Localização das moradias dos entrevistados



Como fica evidente nos mapas, as áreas de moradia das baianas e baianos entrevistadas(os) se concentram em regiões marcadamente identificadas como as mais humildes da cidade de Salvador. Tais áreas acabam apresentando uma série de carências sociais, sobretudo no que tange ao acesso aos serviços públicos. Portanto, as baianas e baianos entrevistadas vivem em um universo que, guardando as devidas proporções das suas especificidades, podem ser situadas no “território da pobreza”, e bem longe dos perfis propagandeados e bem-sucedidos das baianas e baianos famosos.

A cidade de Salvador possui múltiplas faces se levarmos em conta a distribuição da renda, o acesso aos serviços privados e públicos, tais como

educação, segurança e transportes de qualidade. Simplificando um pouco as considerações, pode-se dizer que a cidade possui duas faces de uma mesma moeda que convivem, mas se chocam frequentemente, uma vez que temos uma face de alta concentração de renda, situada especialmente nas regiões turísticas, e outra face de pobreza, que se reflete nos territórios onde há uma maior concentração de violência e ausência de políticas públicas etc.

Assim, como aponta Soares, nota-se que:

Na outra face da moeda, os territórios dos herdeiros da pobreza, compreendidos como os espaços pobres e informais da cidade, aqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos em sua maior concentração pelas áreas situadas ao norte (miolo urbano), e ao sudoeste de Salvador (subúrbio ferroviário).¹⁹

Neste sentido, um dos aspectos relevantes que ajudam a entender melhor o ofício das baianas e baianos de acarajé é a profunda relação dos espaços em que elas e eles comercializam os seus produtos. Não iremos discorrer sobre as redes de solidariedades pessoais, familiares e de vizinhança, pois isso demandaria outras pesquisas qualitativas e quantitativas. Todavia, se levarmos em conta as localidades em que elas moram, percebe-se um claro deslocamento diário desses trabalhadores das suas moradias, localizadas nas regiões mais pobres ou carentes das cidades em direção às áreas mais movimentadas (praças, supermercados, passagens, feiras, proximidades de estabelecimentos públicos e privados etc.) ou em pontos turísticos. Ou melhor, elas e eles se movimentam das áreas mais carentes onde vivem para comercializar o produto em pontos estratégicos da cidade onde a concentração de pessoas e turistas é grande, contribuindo para a venda e o sustento de suas famílias, que, como vimos, são relativamente extensas. Verifica-se que os pontos de vendas de acarajé praticado pelos baianos se localizam em áreas distantes da faixa litorânea, e a região das praias e pontos turísticos são mais visados e controlados pela fiscalização.

¹⁹ SOARES, António Mateus de Carvalho. Salvador: Pobreza, Figurações e Territórios. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – DESIGUALDADE, DIFERENÇA E RECONHECIMENTO, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2007. p. 6.

Assim, apesar de existir casos de baianas e baianos considerados bem-sucedidas(as) em termos econômicos, gozando de prestígio social, sendo donos de verdadeiras empresas, com espaços privilegiados e funcionários numerosos, situadas em localidades turísticas e de classe média, o comércio do acarajé ainda é realizado por mulheres e homens advindos de camadas carentes da sociedade. Pelo menos até certo ponto, é um elemento importante a ser considerado, porque, apesar de existir a influência dos aspectos pessoais, familiares e religiosos na escolha do ofício, dado o contexto de pobreza e falta de oportunidades empregatícias para essas mulheres maduras (casadas, divorciadas ou solteiras), e desses homens também maduros e jovens (casados e solteiros), eles e elas encontraram obstáculos tanto na formação educacional como no reconhecimento enquanto cidadãos.

Um outro aspecto relevante para tratarmos dos perfis móveis das baianas e baianos está ligado ao jogo das relações entre trabalho formal e informal. Como se sabe, há diversas instituições e legislações que admoestam, recomendam, informam ou regulam o ofício e a venda de acarajé. A ABAM, apoiada pelo IPHAN, pela Secretaria Municipal da Ordem Pública (Semop) e a Federação do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab), tem feito continuamente cadastramentos e recadastramentos de seus componentes, visando identificar, dar visibilidade e, até certo ponto, incentivar e legitimar políticas públicas para profissionalizar esses homens e mulheres. Entre instrumentos modernos que se orientam nesse sentido, tem-se a organização da Plataforma Oyá Digital, que contou com financiamento do IPHAN, o apoio de diversas entidades e a participação de antropólogos, etc.



IPHAN, Jornal Correio, 2015

Segundo as informações do IPHAN (1/11/2015), divulgadas no Jornal Correio (31/05/2015),

O nome Plataforma Oyá Digital é **uma homenagem ao orixá patrono do ofício de baiana de acarajé - Oyá ou Iansã**. Além da localização do ponto de venda das baianas (e baianos) em um mapa, a plataforma oferece ferramentas de pesquisa que traçam o perfil socioeconômico e disponibiliza informações que identificam **gênero, cor/raça, idade, afiliação religiosa, grau de escolaridade e até os dias e horários em que colocam o tabuleiro na rua**.²⁰

Embora não seja “possível traçar os perfis socioeconômicos completos, já que muitas baianas ainda não disponibilizaram todas as informações”, se sabe que há cerca de 5,2 mil baianos e baianas, entre os quais se computa 240 homens. Segundo os dados da plataforma, entre “116 que até agora declararam sua cor, 69 são pretas, 44 pardas, uma branca, uma amarela e uma indígena - esta última, dona Pilar”, que é uma baiana peruana imigrada para o Brasil (IPHAN e do Jornal Correio). Talvez, a baixa identificação e autoidentificação da “raça” (diríamos melhor, etnia) sejam o resultado não somente da diversidade étnica, como também

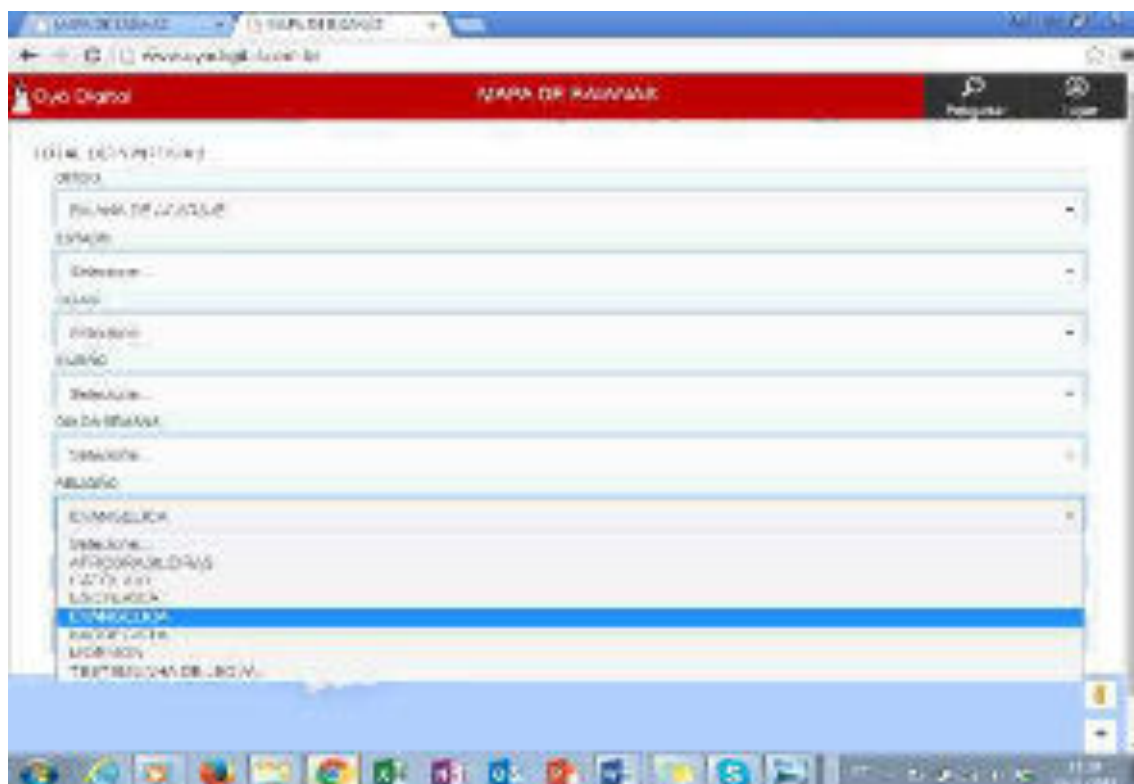
²⁰ IPHAN. Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil. **IPHAN- BA**. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015. Grifos nossos.

em virtude dos preconceitos e estigmas socioculturais que persistem no meio identitário dessas mulheres e homens.



Plataforma Oyá Digital

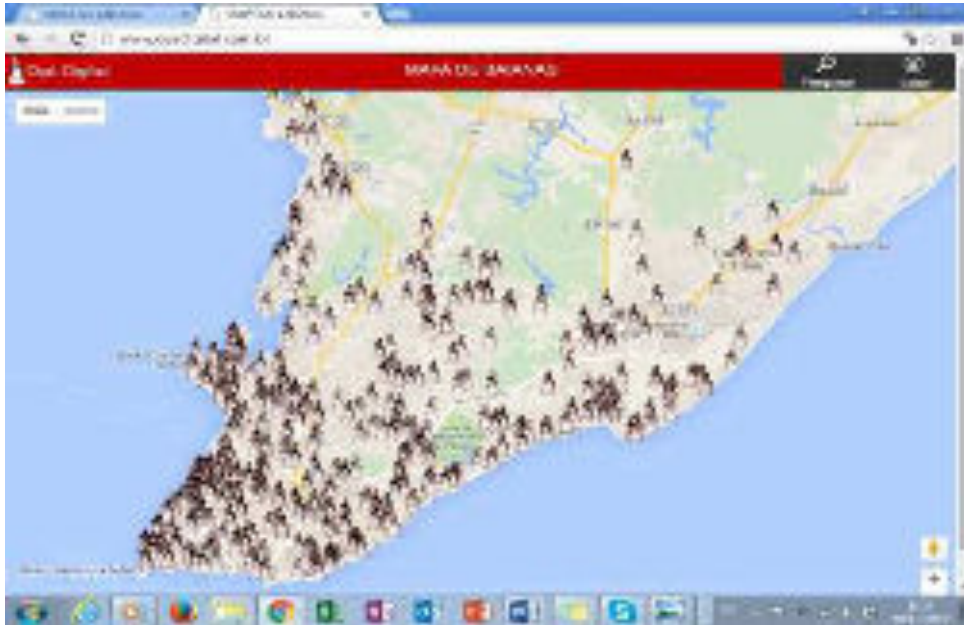
Apesar da Plataforma prever potencialmente a identificação dos perfis religiosos autodeclarados, nem todos os dados estão disponibilizados, mas é possível saber o entendimento da instituição quando ela se refere ao perfil religioso. Há espaço para elencar as afro-brasileiras, as católicas, evangélicas, esotéricas, kardecistas, mórmons e testemunhas de Jeová. Vejamos a imagem a seguir:



Plataforma Oyá Digital, 2015.

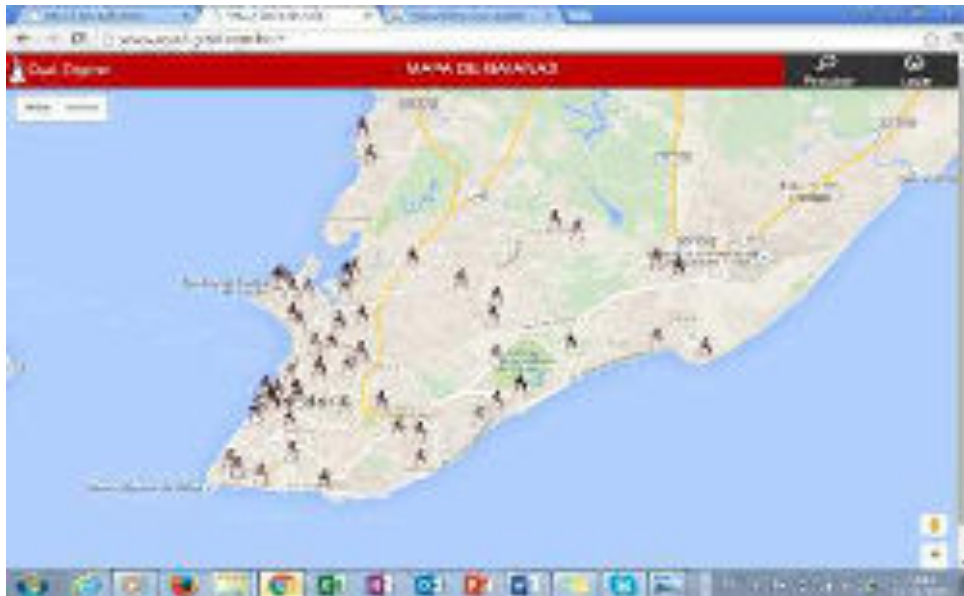
Para o caso de Salvador, foco central de nossa investigação, a presença feminina é numericamente hegemônica. Vejamos os mapas de baianos e baianas de acarajé quando elencamos apenas o critério “sexo” (masculino e feminino). Diga-se de passagem que, apesar de ter sido divulgado no trecho acima o critério de “gênero” como referência para as pesquisas online, é possível que a plataforma ainda esteja orientada por uma confusão entre as categorias gênero e sexo, entre identidade de gênero e identidade sexual. Afinal, em função de critérios heteronormativos e dicotômicos, não há dados disponibilizados, por exemplo, para baianas e baianos que se declarariam como homossexuais, transgêneros etc. Embora seja um instrumento importantíssimo para as futuras pesquisas sobre o tema, é possível que a Plataforma reproduza hoje algumas diretrizes assimétricas e dicotômicas.

Mapa de Baianas



Plataforma Oyá Digital, 2015.

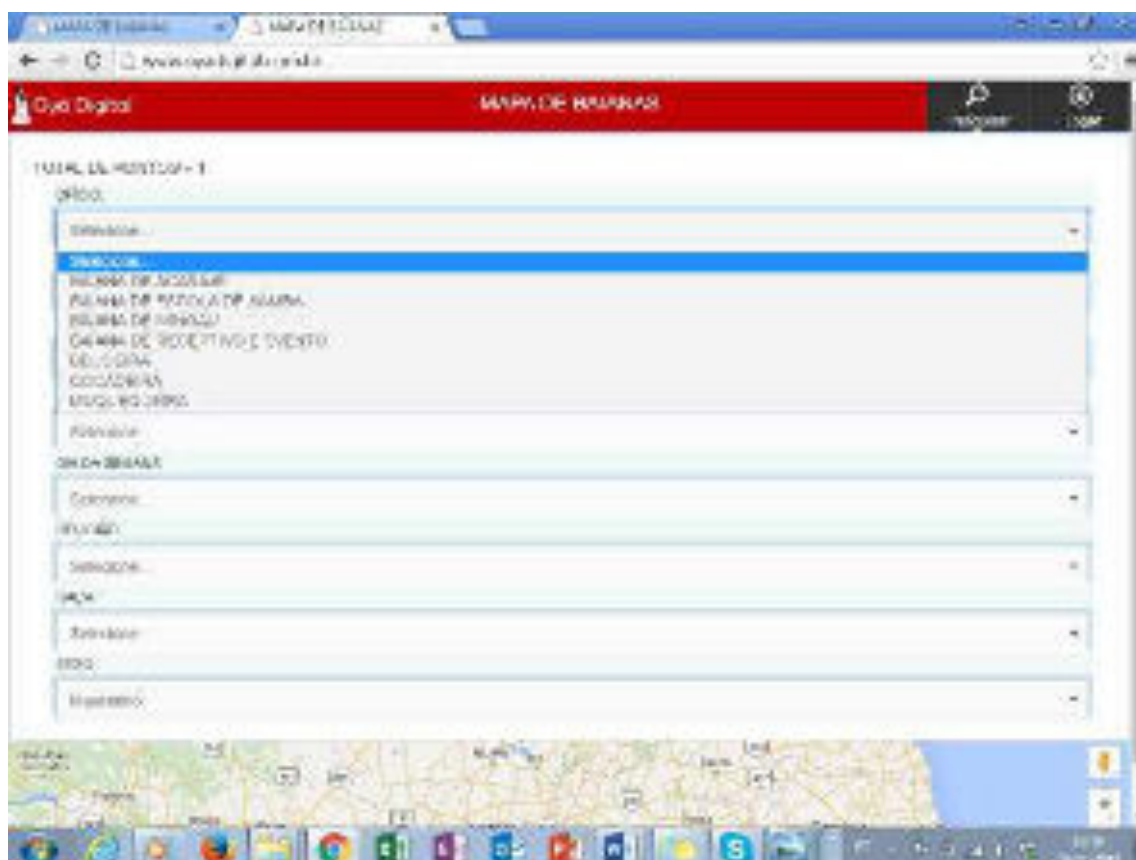
Mapa dos “Baianos”



Plataforma Oyá Digital, 2015.

Se observamos os dois mapas acima, é possível perceber não somente a já assinalada hegemonia numérica das mulheres ante aos homens, como também suas localizações geográficas. Trata-se daquelas e daqueles baianas e baianos cadastrados e identificados pela Plataforma, não necessariamente com licenças oficiais. Curiosamente, tanto os homens quanto as mulheres são representados

com iconografias femininas. Pelo menos até a finalização de nossas investigações, quando fazemos pesquisas por meio de itens tais como ofício e sexo, as opções que encontramos são as seguintes. Para o caso do ofício, aparecem as opções “baiana de acarajé”, “Baiana de escola de samba”, “Baiana de mingau”, “Baiana de receptivo e evento”, “Beijueira”, “Cocadeira” e “Muquequeira”. Ou seja, ofícios e atividades considerada femininas. Vejamos a Plataforma:



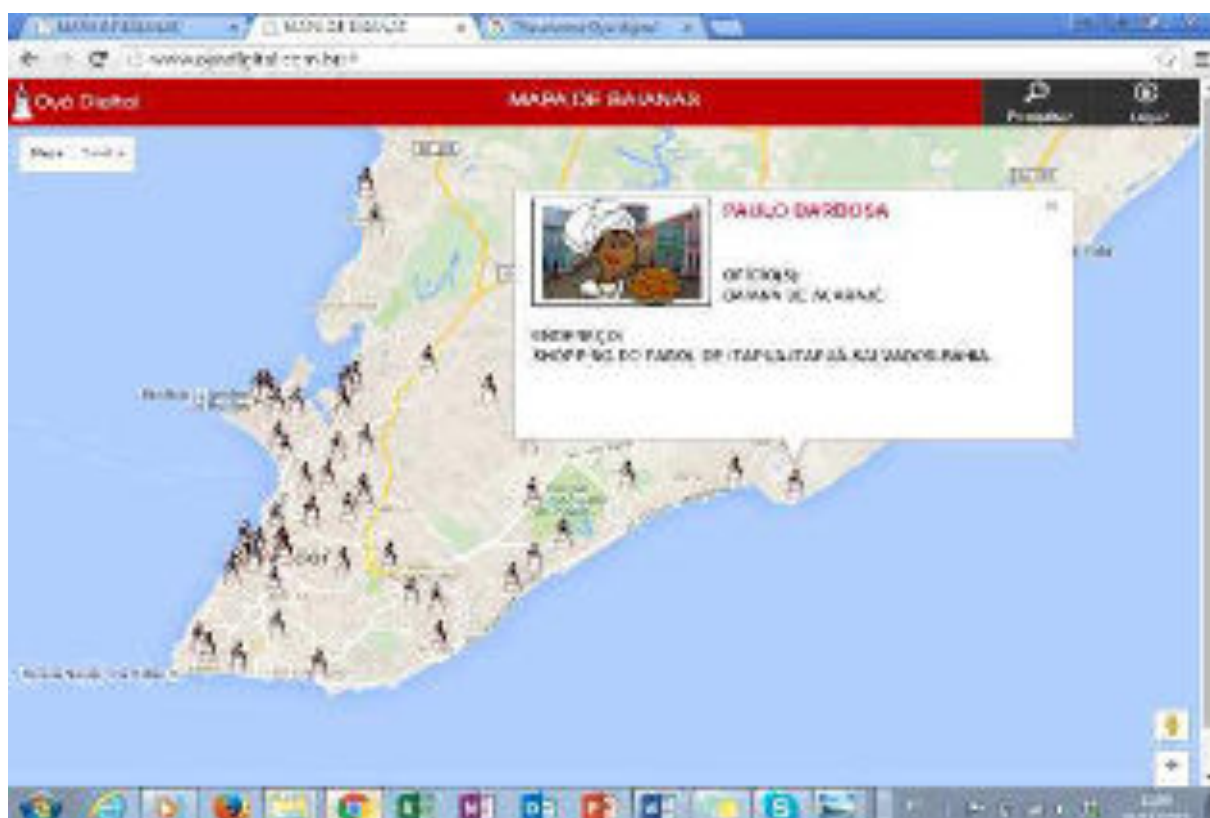
Plataform Oyá Digital, 2015.

Seguindo essa mesma linha, quanto elencamos a categoria “sexo” (voltamos a dizer, não há opção para “gênero”), o contingente de baianos é categorizado como “Mapa de baianas” (no feminino). Se ainda enfatizarmos mais as representações iconográficas, vemos elementos ainda mais interessantes. Independentemente dos outros marcadores identifica tórios previstos pela Plataforma, as imagens levam em conta uma representação feminina e afrodescendente. Todas levam uma imagem estilizada de uma baiana vestida com os trajes tradicionais do candomblé e, claro, com o “tabuleiro” ou bandeja de

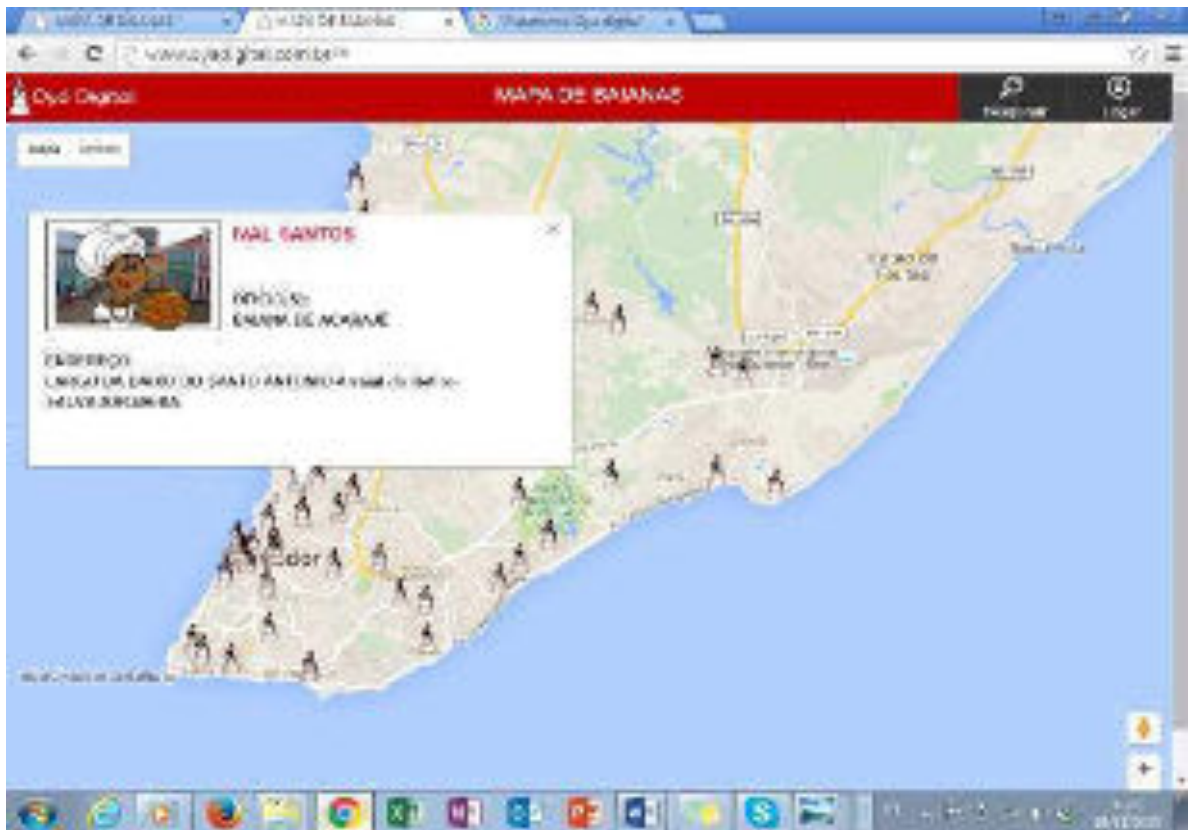
acarajé. Logo atrás, vem uma imagem do Pelourinho, uma das regiões-símbolo de propaganda e afirmação identitária institucionalizada associada à Salvador e à Bahia. Pela excepcionalidade comparativa da questão, vale a pena conferir três exemplos ou os casos de registro dos homens localizados em vários pontos da cidade. Todos levam a imagem acima destacada.



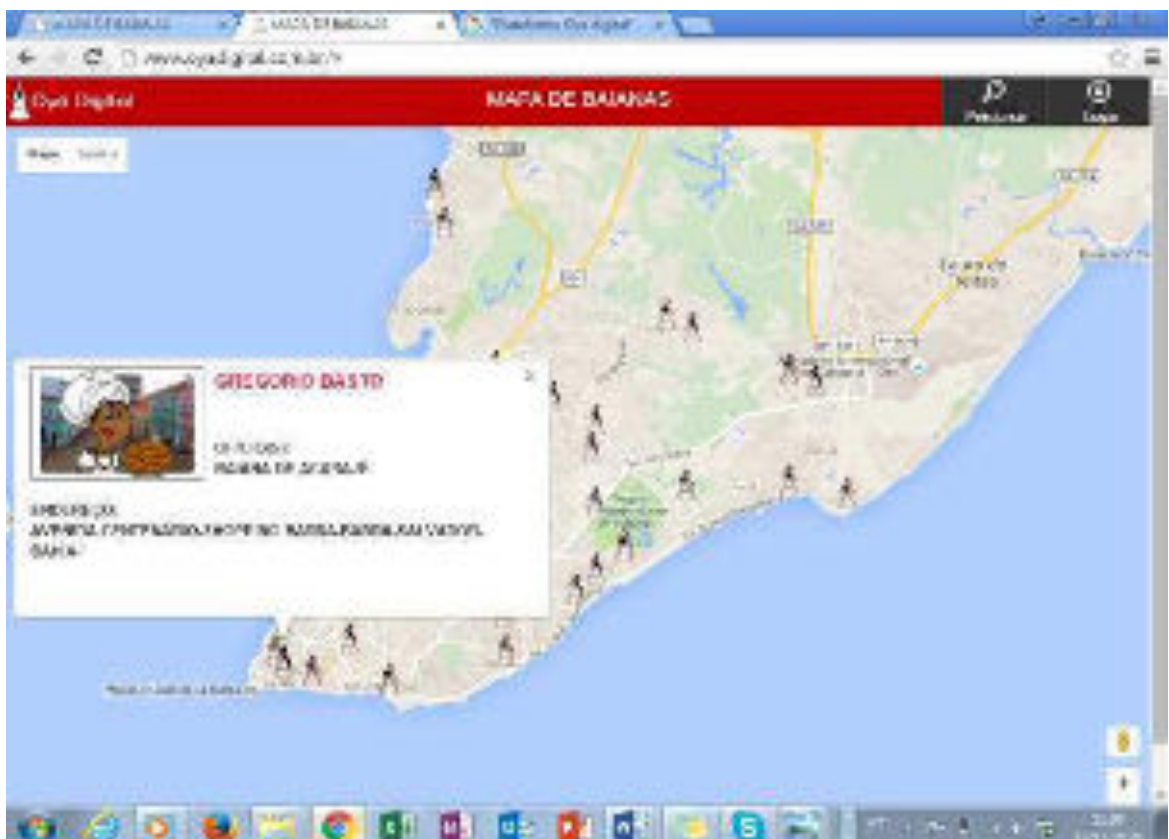
Plataforma Oyá Digital, 2015.



Plataforma Oyá Digital, 2015.



Plataforma Oyá Digital, 2015.

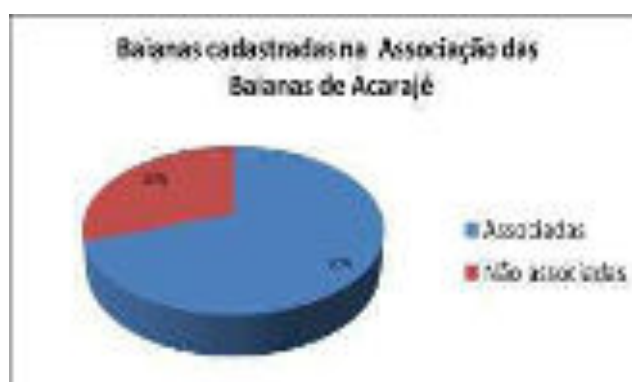


Plataforma Oyá Digital, 2015.

As imagens que surgem na Plataforma (nos mapas, nos recursos de busca e identificação geográfica, socioeconômica, étnico-racial, religioso, etc.) são sintomáticas para se entender o imaginário social e institucionalizado que está associado à baiana do acarajé. O que se percebe é que a alta taxa de feminização das baianas alcança tanto referenciais quantitativos quanto qualitativos/valorativos em termos de gênero. Sem dúvida, eles são mencionados, contemplados e associados, iconograficamente, à diretriz valorativa feminina. Ou melhor, há uma feminização do recurso digital. Obviamente, não se trata de uma crítica a invisibilidade masculina, pois o mote da Plataforma é uma caracterização contínua e renovável do ofício de baianas e baianos do acarajé. Mas, ao fazê-lo, é evidente determinadas diretrizes que incluem e excluem, englobam ou não determinados grupos a partir de processos de significação baseados no gênero, entre outros marcadores sócio-antropológicos. Se normalmente as mulheres que são invisibilizadas e “indizibilizadas” (perspectiva acertada das teorias feministas), porque mescladas indistintamente na categoria “homem” e “humanidade”, na Plataforma Oyé Digital são os homens e outros grupos de mulheres que são invisibilizados do ponto de vista imagético. A plataforma tem um papel fundamental para o conhecimento e afirmação de tradições afro-brasileiras, mas, ao enfatizá-las, reproduz o silenciamento iconográfico de outros grupos sociais.

E os dados qualitativos que reunimos? Eles comprovam essa tendência macro no microuniverso. A Tabela 7 e 7a ajudam a perceber também alguns aspectos comuns, mas também específicos entre homens e mulheres.

Tabela 7 – Baianas associadas à ABAM- Associação das Baianas do Acarajé



Institucionalizar-se ou não, tornar-se oficial ou não, formalizar as atividades comerciais ou manter-se na informalidade, eis aqui um elemento que identificamos nas pesquisas feitas até agora. O gráfico dos dados coletados demonstra que há uma significativa preocupação das baianas entrevistadas com a oficialização de suas atividades nos órgãos formais ligados ao seu ofício. O mais importante deles é, sem dúvida, a Associação das Baianas de Acarajé. A maior parte das entrevistadas dizem ser de grande importância o seu cadastro e o reconhecimento formal nessa associação, uma vez que cerca de 70% são associadas frente 30% de não associadas. De fato, em um primeiro momento, isso confirma um fenômeno mais geral e tem uma clara importância na formação identitária das mesmas.

Como afirma a pesquisa de Bitar,²¹ sobre as baianas da cidade do Rio de Janeiro (só para citar uma geografia diferente da que estamos tratando), o registro do ofício da baiana do acarajé pode servir de demarcação de fronteiras entre as baianas e os vendedores ambulantes em geral, por um lado, e os evangélicos, por outro. Tratar-se-ia de marcas claramente identitárias dessas baianas frente às outras atividades sócioprofissionais e religiosas. Será que essa marcação de fronteira identitária vale para as entrevistadas em nossa pesquisa? Em princípio, pode-se pensar que o cadastramento na referida Associação possuiria um lastro identitário ligado unicamente ao Candomblé, servindo para a reprodução, legitimação e manutenção de ritos, gestos e práticas da vida religiosa afro-brasileira. No entanto, podemos notar que, no caso das baianas entrevistadas, há um universo de baianas autodenominadas de “evangélicas”. Mesmo que menos numerosas e menos admitidas, é bom lembrar que muitas destas também disseram que estavam cadastradas na Associação das Baianas do Acarajé.

O que essa informação sugere? Este aspecto demonstra que a construção do sujeito está pautada não somente na identidade de uma baiana que vincula seus laços afetivos e culturais aos ancestrais, pois eles também são algo situado fora da questão religiosa associada ao Candomblé. Na contemporaneidade, é frequente a associação ou identificação estereotipada das figuras das baianas do Candomblé como uma trabalhadora inerentemente ligada ao ofício. Embora as que se

²¹ BITAR, Nina Pinheiro. **Baianas de Acarajé**: Comida e Patrimônio no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

autodenominam “sem religião” não sejam necessariamente ateias ou nem deixem de ser religiosas na prática cotidiana, como as evangélicas, a presença de baianas que não pertencem às religiões afro-brasileiras demonstra que o ofício tem sido visto de uma outra forma, sendo interpretado como uma ocupação monetária, e não necessariamente é vista como uma obrigação religiosa.

Não sabemos se se trata de uma “laicização” ou “secularização” de tal ofício. É possível que isso não seja um processo que exclua a dimensão religiosa, porém, embora ele esteja significativamente associado às configurações histórico-sociais das etnias afro-brasileiras, isso não significa que as questões religiosas, isto é, os ritos, palavras e gestos, práticas e representações, estejam inflados absolutamente de sagrado do Candomblé. Não há uma hierofania completa e sem matizações. Inclusive, quando foi perguntado a uma das baianas o que era ser baiana do acarajé, a mesma respondeu que ser baiana do acarajé é “uma profissão como outra qualquer”. É neste aspecto que podemos analisar que a entrevistada cria uma representação da baiana trabalhadora, afastando-se de uma suposta identidade hegemônica ou ao menos hegemonzante correspondente às associações entre religiões afro-brasileiras e o ofício de baiana. Ela exime-se da responsabilidade da carga simbólica que traz o ofício da baiana do acarajé, deslocando, substituindo ou suprimindo o forte vínculo desse ofício com as práticas e representações das religiões afro-brasileiras. É sintomático que ela não faça uma ressignificação absoluta do seu produto. Pelo contrário, ela demonstra que a identidade de baiana, apesar de demonstrar traços comuns, pode vir a fugir do inconsciente coletivo ou do imaginário social, geralmente criador de uma associação naturalizada ou essencializada, supostamente hegemônica, entre Baiana, Acarajé e Candomblé. E os homens? Eis a tabela 7a:

Tabela 7a – Baianos associadas à ABAM- Associação das Baianas do Acarajé



Sobre o universo masculino e sua vinculação à ABAM, entre os entrevistados, verifica-se que há um universo de 40% de homens associados e um contingente de 60% não associado. Existem vários fatores que podem contribuir para a não associação dos baianos de Acarajé. Esses dados qualitativos e microscópicos parecem comprovar e exemplificar as informações contidas na Plataforma Oyá Digital. Como vimos na comparação entre mapas de baianos e baianas distribuídos(as) pela cidade de Salvador, identifica-se uma alta concentração de baianos na Cidade Baixa, apesar da existência mais rarefeita nas regiões litorâneas e mais turísticas. A Plataforma identifica um número mais significativo de mulheres especialmente distribuídas por toda a cidade, mas elas estão mais presentes nas regiões turísticas.

Essa situação rarefeita de homens e predominante de mulheres pode decorrer das próprias taxas de feminização quantitativa e qualitativa do ofício, especialmente as que estão ligadas ao imaginário social que o conecta às atividades femininas, afastando-o das masculinas. A própria lógica de funcionamento de registro da ABAM parece reproduzir esse imaginário social. Por exemplo, em nossas investigações, identifica-se que houve muita resistência no reconhecimento e registros de alguns homens relacionados à venda de acarajé. Apesar da sua presença na Plataforma Oyá, alguns deles relataram uma resistência inicial em serem cadastrados na ABAM. Há anos atrás, a própria Associação teria chegado a sugerir que o baiano vendesse outro produto na rua, por exemplo, “cachorro quente”. Essa sugestão seria uma forma de não interferir no ofício “controlado” ou associado às mulheres. Há outros relatos que merecem ser expostos a título de

reflexão. Não se trata de uma crítica aos procedimentos da ABAM, mas sim da história de vida de alguns dos entrevistados que mencionaram tal situação. Quando um dos entrevistados foi perguntado o porquê não se associou à ABAM, disse que ele e a mulher, que trabalham juntos como baianas(os) de acarajé, ao chegarem à Associação, terminaram por ter somente a mulher cadastrada oficialmente. Segundo o relato deles, disseram-no que somente seria necessário registrar uma pessoa do casal, sendo que a esposa fora a escolhida. Essas ações podem ocultar um universo maior de homens no ofício e ao mesmo tempo um obstáculo no reconhecimento dos baianos de acarajé pela própria Associação. Há um ponto a ser destacado: foi enviado um e-mail à ABAM com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre os procedimentos de cadastramentos e com a finalidade de verificar se as falas dos discursos acima coincidem com o discurso da ABAM.

Bom dia, gostaria de saber o que é necessário para o cadastro como baiano de acarajé. Quais os documentos que eu deveria levar. No caso de minha mulher ser baiana também, como teríamos que fazer, dois cadastros ou um só? Somente eu poderia fazer o cadastro ou ela também teria que fazer? Obrigado pela atenção aguardo uma resposta por parte da ABAM.²²

Embora alguns entrevistados afirmassem a dificuldade para se cadastrar na ABAM, o e-mail-resposta da ABAM, respondido no mesmo dia, nos mostra um discurso mais equilibrado sobre as relações de gênero. Abaixo transcrição da resposta:

Boa tarde, Se os dois trabalham como baiana e baiana faz-se dois cadastro (sic.), agora na SEMOP se for no mesmo ponto só vai poder fazer o cadastro na SEMOP, na ABAM os dois pode(sic) fazer. RG CPF COMP RESIDENCIA 2 FOTOS 3x4 bata e torço home (sic) bata e fila.²³

Mais significativo, porém, é a afirmação de uma certa identidade feminina atribuída ao ofício que se quer institucionalizada. Mas parece que essa postura tem se alterado, pois, através de algumas reportagens, a vice-presidente da ABAM, nos informa sobre a presença de baianos no ofício, confirmando a necessidade da

²² E-mail enviado para a ABAM com a finalidade de fornecimento de dúvidas e documentos necessários para cadastramento.

²³ E-mail respondido pela ABAM em respostas às perguntas sobre cadastramentos de homens e mulheres.

ABAM a se adaptar às mudanças que o ofício tem sofrido nos últimos anos, obviamente sem perder os referenciais de valorização propagandística das tradições afro-brasileiras. Conforme aponta a reportagem abaixo:

Uma das principais novidades no tabuleiro das baianas foi a presença do homem, **substituindo a tradicional figura matriarcal da mulher**, que juntamente com os costumes africanos foram trazidos pelos escravos para o Brasil. “Na Bahia temos mais de 3 000 baianas registradas na Associação ‘ABAM’, sendo que destes números quase 30% já são homens – baianos, além dos evangélicos. **Dos baianos temos figuras antigas e importantes, como é o caso dos irmãos Gregório, Cuca e o Valua que tem um tabuleiro na Ribeira, estes foram os primeiros**”. Define Rita Santos, vice-presidente da Associação.²⁴

Entre as figuras antigas citadas pela vice-presidente, tivemos a oportunidade de conversarmos com o baiano de acarajé Gregório e o mesmo relatou que o processo de reconhecimento e registro não foi fácil na época inicial da sua atividade há muitos anos atrás. Mas ele relata que hoje o acesso ao registro dos homens é mais fácil. Ele ressaltou que foi um dos primeiros baianos de acarajé reconhecidos pela Associação, trabalhando no ramo há muitos anos. Abaixo parte da entrevista cedida por Gregório do Acarajé.

O senhor encontra alguma dificuldade para comercializar o acarajé por ser homem? Dificuldade, não! Quando eu comecei, teve uma certa dificuldade porque eu fui o primeiro homem a vender acarajé, então quando eu comecei teve um empasse com o pessoal da Associação das Baianas, até cliente mesmo falava: Porra, eu vou comer acarajé porra nenhuma de homem fazendo rapaz. Porque tinha aquela tradição de baiana, porque a profissão de baiana de acarajé era uma profissão exclusivamente feminina e quando eu entrei na jogada deixou de ser mas foi um impacto para o pessoal que via a baiana vê um homem sentado vendendo acarajé. Só que eu já tinha prática disso porque já trabalhava com minha mãe mas hoje, hoje não. O pessoal trabalha mais com a qualidade independente de quem esteja fazendo o acarajé. Claro que não vai botar uma pessoa mal apresentada também para servir o acarajé. Eu acho que as roupas tem que ser tradicionais de baianas de acarajé e para baiano de acarajé, seria uma bata um filão e uma bombacha. Eu trabalho com a bata um bombacho (sic) e um filá. Filá é um chapéu africano.

²⁴ REIS, Marcelo. **Acarajé Quitute Nacional**. Entre imagens e textos. Salvador. Bahia. Brasil. Disponível em: <<https://renatomarcelo.wordpress.com/bio/meus-textos-criticos/acaraje-quitute-nacional/>>. Acesso em: out. 2015. p. 1.

Já sofreu discriminação por vender acarajé? (Risos), há muito tempo atrás como do cliente olhar e dizer que não ia comer o acarajé porque era homem que fazia. A associação mesmo na época disse que não era para homem vender acarajé, se eu quisesse vender, que eu fosse vender cachorro quente ou churrasquinho. Isso naquela época.

As mesmas transformações nas associações entre mulheres, baianas e ofício de acarajé também é relatado por outro baiano do acarajé. No documentário já citado, o Axé do Acarajé, a excepcionalidade anterior e as mudanças recentes são também evidentes. Segundo o baiano do acarajé, Cuca, além das resistências religiosas, havia resistência de uma cultura do gosto associado ao feminino. Podemos identificar essas resistências como “genderizadas”. Ele relata sua experiência, colocando-a em uma relação de simetria e relativa horizontalidade que teriam substituído uma espécie de assimetria entre homens e mulheres. Ao lado da uma mulher, também vestida com os trajes típicos, afro-brasileiros, assim ele coloca a questão:

Eu enfrentei, tanto do Candombré [sic] como da natureza, como no tabuleiro também, os fregueses, alguns achava [sic] difícil a comer um acarajé de um homem, mas foram se acostumando, dizendo que meu tempero era tão bom quanto os das mulheres.²⁵

Esse jogo de relativa simetria e assimetria é frequentemente admitido tanto para mulheres quanto para homens, tanto no discurso escrito quanto imagético. O próprio IPHAN também relata isso na mesma reportagem jornalista de propaganda da Plataforma Oyá Digital já citada:

Os melhores bolinhos de feijão fradinho fritos no dendê podem ser encontrados em muitas esquinas, alguns conhecidos como “o melhor acarajé da Bahia”. Que tal ir ali na Avenida Sete, na esquina com a Politeama? Angela Maria Santos, 57 anos, a Neinha, uma baiana católica que se declara negra e mora em Santa Mônica, faz questão de não contar quantos acarajés vende por dia. “Nunca contei”, disse ela enquanto uma cliente emenda. “É o melhor acarajé da Bahia”.²⁶

²⁵ **AXÉ do acarajé.** Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms> Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015.

²⁶ IPHAN. **Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil.** IPHAN- BA. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015.

Acarajés preparados por homens também fazem muita gente salivar só de sentir o cheiro. A iguaria produzida por Luiz Conceição, 54, o Luiz da Mouraria, faz sucesso, mas só em dias úteis. De segunda a sexta-feira, ele vende quase 400 quitutes (diariamente), todos crocantes por fora e macios por dentro. Luiz cobra a bagatela de R\$ 2,50 pelo bolinho. “Ganho na quantidade. Quero que o assalariado conheça meu produto”, explicou ele, antes de, da mesma forma, ouvir de um cliente: “é o melhor acarajé da Bahia”. Bom, se for mesmo o melhor da Bahia, certamente é o melhor do mundo.²⁷

Numa relação de 2 mulheres para 1 homem, a imagem abaixo, também divulgada na mesma reportagem, é reveladora na propaganda identitária afro-brasileira quando dos traços masculinos e femininos das vestimentas de baianos e baianas do acarajé:



Iphan Mapa, 2015.²⁸

Sem dúvida, a presença dos homens no ofício de venda de acarajé começa recentemente a trazer um novo contorno na construção da identidade desse ofício. No momento em que a ABAM e outras entidades passam a reconhecer os homens, legitimando-os dentro deste universo, visualiza-se num futuro próximo um novo perfil de gênero no ofício de venda de acarajé, às vezes não tão simétricos como apontou o baiano Cuca do Acarajé. Em um estudo recente, Carlos Alberto Dória²⁹ analisa em seu trabalho a perda do controle da cozinha pelas mulheres no início da industrialização. As cozinhas industriais passam a ser controladas pelos homens, ficando as mulheres relegadas à cozinha doméstica. Em seu trabalho, é possível

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015.

identificar os discursos dos “grandes” chefes cozinheiros. Segundo o autor, o grande chefe de cozinha Auguste Escoffier vai marcar a mudança do estilo de cozinhar que se deslocará de um caráter feminino para um masculino. Auguste Escoffier chegou a realizar uma clara demarcação no universo da cozinha doméstica e industrial através de uma visão androcêntrica, como fica evidentemente caracterizado no trecho abaixo.:

Nas tarefas domésticas é muito difícil encontrarmos um homem se igualando ou excedendo uma mulher; mas cozinhar transcende um mero afazer doméstico, trata-se, como eu disse antes, de uma arte superior. A razão pela qual na culinária os louros são “apenas masculinos” não é difícil de encontrar.³⁰

Para Dória,³¹ isso significou uma nova forma dos homens atuarem neste universo da cozinha considerado feminino. Os homens passam a ser vistos como grandes cozinheiros e a história da gastronomia é contada pelo viés masculino dos grandes chefes de cozinha, relegando as mulheres às cozinhas das casas e não dos grandes restaurantes e escolas. Por vezes, há a justificativa de que homens seriam melhores cozinheiros que as mulheres, pautando-se em questões androcêntricas e discriminatórias sobre a capacidade do acesso de mulheres à profissionalização do ofício de cozinheira.

Essa atitude pode ter contribuído para a masculinização da cozinha profissional. Ao tratar sobre as cozinhas das mães e das avós, a questão que aí vemos direciona-se para um discurso de resgate na dimensão cultural do feminino na cozinha como se estes dois universos fossem separados por gênero. O homem na esfera pública dos restaurantes e escolas profissionais e as mulheres ao universo privado da cozinha da casa ou a sua extensão nas ruas. Uma inclusão do privado no público. Ainda há aspectos que precisam ser melhor investigados. Por exemplo, até que ponto a presença masculina no ofício de venda de acarajé e das publicidades feitas pelos meios de comunicação, muitas vezes apresentando os baianos como empreendedores, modificam ou não o imaginário social sobre uma

³⁰ ESCOFFIER, 1895 *apud* DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu** Campinas, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015. p. 261.

³¹ DORIA, A. D. Op. Cit.

possível masculinização do ofício? Até que ponto isso viabiliza para um deslocamento do sujeito e da própria identidade das baianas do acarajé?

Considerações Finais

Ao longo do texto, enfatizamos diversos aspectos dos dados e relatos apresentados pelas das entrevistas de baianos e baianas de acarajé na cidade de Salvador. Através de suas falas e discurso, foi possível traçar um panorama reflexivo sobre as identidades, construções, as (re)significações e relações de gênero presentes no ofício de venda de acarajé. Tratou-se de perfis distintos, complexos e dinâmicos. Embora a tradição do ofício, como observou-se, possui uma herança que vem das mulheres comerciantes de comidas e quitutes do período colonial, presença de novos sujeitos e novas representações acaba criando um novo cenário de múltiplas trocas, representações e significações, tanto do ofício como do produto.

As construções e (re)significações identitárias dos sujeitos contribuem, de certa forma, na da construção do seu “ethos”. A partir das suas práticas sociais e religiosas dentro de um contexto social, pode contribuir para repensar a dinâmica social e cultural presentes no ofício. As transformações tanto sociais como culturais, que vem ocorrendo dentro dos ofícios de baianas e baianos de acarajé, contribuem para o questionamento de como essas identidades e construções que interagem dentro desta dinâmica e de sua relação com o gênero. A partir de uma análise pautada no gênero, observou-se observar que o ofício decorre de uma herança cultural presente no universo feminino. A partir desses elementos, o ofício representa e reflete um deslocamento tanto nas relações de gêneros quanto nas relações sociais e religiosas.

Verificar como essas diretrizes de gênero se inter-relacionam com os outros aspectos sócio-antropológicos foi o principal recorte dado ao trabalho que proporcionou uma leitura diferenciada dos processos e construções identitárias. A presença dos homens em um ofício marcadamente pertencente ao universo feminino acaba criando certas tensões em seu processo de visibilidade e legitimação do ofício. Vê-se que essas tensões são tensionadas, acentuadas,

amenizadas, mitigadas e ou atenuadas de acordo com o contexto social e econômico em que se encontram.

Por meio deste artigo, constatou-se que, dentro do universo pesquisado, há um movimento diferenciado e desproporcional dos gêneros no ofício. A presença feminina é praticamente dominante, entretanto, a presença masculina começa a apresentar um novo perfil na representação e identidade do ofício. A presença masculina no ofício de venda de acarajé pode nos levar a repensar as construções identitárias “cristalizadas” no ofício. Neste aspecto, percebe-se que o ofício é atravessado pelas relações de gênero que constroem identidades ora pautadas nas representações da tradição e da religiosidade, ora, em outros momentos, através de construções baseadas em distintos referenciais que também podem contribuir, de alguma maneira, na construção e legitimação dos homens dentro do ofício. Neste ponto, o ofício, que é atravessado pelas relações de gênero, acaba encontrando novas e várias configurações que atuam em conjunto e que acabam se manifestando de formas distintas às construções identitárias pautadas na tradição e nas práticas da religiões afro-brasileiras.

Por meio de visão metodológica de gênero, um outro movimento percebido na pesquisa direciona-se para a presença de homens e mulheres jovens dentro do ofício. Nota-se que há uma variação quantitativa da presença desses sujeitos na faixa etária de 20 a 30 anos. No universo pesquisado, vemos que há uma diminuição da presença de mulheres jovens e o aumento de homens jovens. Vários fatores poderiam contribuir para o fenômeno do universo pesquisado. A presença maior de mulheres nas escolas e as características marcadamente masculinas da evasão escolar etc. podem servir de justificativa para o universo representando e, ao mesmo tempo, para refletir sobre a necessidade de compreender as construções de masculinidades e feminilidades dentro da própria família e na própria escola. O questionamento que acaba permanecendo é: em que medida a presença dos homens nos últimos anos começa a apontar para uma masculinização do ofício e de que formas essas novas representações terminam interferindo nas construções identitárias tradicionais? Em se tratando das outras faixas etárias, depois dos 30 anos, tanto os homens quanto as mulheres possuem baixa escolaridade. Essas características presentes dentro da relação de gênero poderiam contribuir para o

deslocamento desses grupos para o universo do trabalho informal ou autônomo. Esse fato decorrente de um mercado laboral excludente e mais exigente nos quesitos educação e qualificação profissional.

A localização espacial das moradias, tanto dos baianos quanto baianas, juntamente com as justificativas da escolha do ofício, reforçam que esse universo além de ser representado por sujeitos que professam distintas religiões, as suas condições sociais e localizações espaciais acabam fundamentando os motivos da escolha do ofício pautado em bases econômicas, ultrapassando o discurso da tradição e cultura religiosa. O ofício é marcado como o único meio de subsistência desses homens e mulheres, salvo as raras exceções.

A relação do espaço como representação religiosa e do ofício pode ser visto pelas baianas e baianos como pertencentes ao candomblé, como espaços de transposição do sagrado para o profano. A sua delimitação, algumas vezes, é praticamente imperceptível. Observa-se que ocorre uma criação frequente dentro do espaço público de um espaço sagrado, não significando uma sacralização total e absoluta dos mesmos. Por meio deste exemplo, vê-se que as diferentes identidades presentes no ofício acabam criando as suas próprias representações e significados dentro do espaço e comércio do acarajé.

Em se tratando da presença masculina dentro do ofício, verifica-se um discurso justificado pela hereditariedade familiar. O ofício de venda de acarajé, a todo momento, pontua, sinaliza, reforça e demarca seu espaço como sendo pertencente do universo feminino e legitimado por uma herança matrilinear. No entanto, neste campo, o gênero atravessa e é atravessado por construções associadas à marcadores identitários como veremos abaixo.

A presença das diferentes denominações religiosas dentro de um ofício, visto como pertencente ao universo sociocultural das religiões afro-brasileiras, pode interferir na hegemonia identitárias no ofício e ao mesmo tempo forçar novas formas de construções e representações fora de uma lógica tradicional. As distintas religiões presentes no universo das baianas e baianos de acarajé está contribuindo, de uma certa maneira, para um complexo processo de deslocamento sócio-religioso, aumentando ainda mais as tensões existentes entre os baianos e baianas de acarajé das religiões afro-brasileiras e as baianas de outras

denominações religiosas, mais especificamente os(as) evangélicos(as). Os diversos discursos religiosos, que procuram se consolidar ou se deslocar em decorrência da associação do ofício as regiões afro-brasileiras, juntamente com a presença dos diferentes gêneros, acabam servindo de demarcadores sociais, religiosos e econômicos. O ofício é marcado ou associado à figura feminina. A presença dos homens neste universo, sobretudo quando associada ao universo religioso do candomblé, deleva alguns preconceitos sobre a sua presença no ofício. O preconceito de gênero no ofício talvez seja umas das variáveis que podem servir de obstáculo e dificultar uma construção de identidade dos homens no ofício de baiano de acarajé.

As distintas construções dos sujeitos, algumas vezes, pautam-se em construções de identidades móveis. Estas, por vezes, se completam e, em alguns outros momentos, são conflitantes e contraditórias. A título de ilustração, a presença de um pastor evangélico vendendo acarajé demonstra a ideia da construção de várias identidades em um sujeito que muitas vezes podem ser conflitantes no olhar de quem esteja acostumado a significar esse ofício como algo feminino e associados exclusivamente às religiões afro-brasileiras.

Deslocando o discurso para o universo familiar dos baianos e baianas de acarajé, mais especificamente as relações civis dos entrevistados e de seus gêneros, nota-se uma distinta caracterização em relação aos estados civis das mulheres e dos homens. Há uma denominação do seu status por parte das mulheres que, de alguma maneira, pode contribuir de forma marcante no planejamento e sustento familiar. O ofício cria uma relativa autonomia dessas mulheres dentro do universo familiar. A questão que ainda permanece sem resposta nesse quesito é saber se as fraturas dos estados civil dessas mulheres redundam em maior ou menor conquista, manutenção e legitimação da autoridade feminina. Já no caso dos homens, embora o contingente seja proporcionalmente menor, o universo masculino se apresenta menos fraturado que o universo feminino. Em relação ao universo feminino, mesmo quando a figura masculina está ausente na vida dessas mulheres, o imaginário identitário pauta-se em um referencial matrimonial e heteronormativo igualmente fundado em um ideal que associa os homens ao papel de sustentáculo material da família.

Ainda relacionado aos aspectos civis dos baianos e baianas de acarajé, a presença da família numerosa acaba, de certa forma, apresentando o universo de pessoas que estão por detrás do ofício e que participam e ao mesmo tempo dependem do comércio da venda de acarajé para suprir suas necessidades socioeconômicas. Esses aspectos acabam apresentando, de certa forma, projetos, expectativas, práticas e valores sociais e culturais coadunados com pautas e motivações inseparavelmente mercadológica e profissionais. Observa-se que o comércio de acarajé é praticamente o único meio de subsistência tanto para o baiano como para a baiana.

O tema do acarajé como meio de subsistência, comparando-se como as áreas de moradias dos baianos e baianas entrevistadas, que se concentram em áreas marcadamente identificadas como mais humildes da cidade de Salvador, apontam para os referências e perfis socioeconômicos particulares desse ofício. O perfil econômico e de localidade demonstram obstáculos tanto na formação educacional como no reconhecimento enquanto cidadãos.

As questões dos perfis móveis das baianas e baianos de acarajé também se relaciona com a dinâmica da formalidade e informalidade do ofício. A ABAM, apoiada por outros órgãos preocupados com a manutenção e preservação das práticas culturais afro-brasileiras, tem realizado continuamente cadastramentos e recadastramentos com a finalidade de uma maior visibilidade do ofício e das identidades desses homens e mulheres como o intuito de incentivar e legitimar políticas públicas para a profissionalização das baianas e baianos. A implantação da Plataforma Oyá Digital pode ser considerada um marco que proporcionará conhecer um pouco mais esse universo das baianas e baianos, especialmente através da sua página digital, onde poder-se-á verificar os perfis de cada baiano e baiana de acarajé. Na plataforma, encontram-se dados sobre religião, localização dos tabuleiros, sexo, raça. Há muito por fazer para uma melhor dinamização da plataforma, inclusive uma atualização tanto no registro como na divulgação dos dados através de uma leitura pautada na relação de gênero através de sua “(des)feminização” do recurso digital, isto é, uma feminização que não apaque outros grupos de mulheres e homens. A própria plataforma inclui e exclui, englobando ou não determinados grupos a partir de processo de significação

baseados no gênero, entre outros marcadores sócio-antropológicos. A plataforma, ao ter um papel fundamental de reconhecimento e afirmação das tradições afro-brasileiras em políticas afirmativas, acaba voluntaria ou involuntariamente silenciando certos sujeitos através da iconografia de grupos sociais.

Se analisando a institucionalização do ofício e da sua formalização e controle por meio de seu cadastramento na ABAM, este pode ser visto como uma forma de demarcação de fronteira entre as suas identidades de baianas e os vendedores ambulantes. Dentro desse universo composto por baianas e baianos, que não pertencem ao candomblé e sim de outras religiões, a exemplo dos evangélicos, vê-se o cadastramento do ofício como instrumento de legitimação do seu ofício afastado e dissociado do universo afro-religioso. No caso dos homens, a sua presença no ofício começa a trazer um novo contorno para as construções identitárias preexistentes. Alguns baianos apontaram para a dificuldade de se cadastrar no início de seu ofício e da resistência, de certo modo, da ABAM em reconhecê-los como tal. Hoje em dia, alguns deles afirmam que ficou mais fácil e acessível o cadastramento. Devido à feminização do ofício, esse contingente masculino cadastrado na ABAM pode acabar mascarando ou ocultando um universo muito maior de homens trabalhando como baianos de acarajé.

Enfim, levanto tudo isso em conta, percebe-se que o ofício de venda de acarajé e seu universo simbólico são compostos por múltiplas e móveis caracterizações identitárias que incluem, englobam, mas ultrapassam as visões estereotipadas sobre as baianas tradicionais. As diretrizes de gênero presentes no ofício atuam aqui e ali de formas variadas, constituindo ou não, atravessando ou não, os marcadores das tabelas representadas, mas, inegavelmente, elas tocam eventualmente em marcadores sociais tais como a idade, religião, estado civil, moradia, parentesco, filiação, etc. Definitivamente, elas não estão isoladas.

Referências bibliográficas

AXÉ do acarajé. Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms> Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015.

BIRMAN, Patrícia. Relações de Gênero, Possessão e Sexualidade. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, v.1. n. 2. 1991.

BITAR, Nina Pinheiro. **Baianas de Acarajé: Comida e Patrimônio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. A prendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese**, Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005.

BRITTO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez. 2005

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Cristiano M. Mercado; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CARVALHO, Maria Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015.

FONSECA, Alexandre Brasil. Nova Era evangélica, Confissão Positiva e o crescimento dos sem-religião. **Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 63-90, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

IPHAN- Instituto Patrimônio Artístico Nacional. **O ofício das Baianas de Acarajé**. Dossiê IPHAN 6. Brasília DF: IPHAN, 2007.

____. **Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil**. IPHAN- BA. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015.

PLATAFORMA Oyá Digital. **Mapa de baianas**. Disponível em:

<www.oyadigital.com.br/>. Acesso em: out. 2015.

REIS, Marcelo. **Acarajé Quitute Nacional**. Entre imagens e textos. Salvador. Bahia. Brasil. Disponível em: <<https://renatomarcelo.wordpress.com/bio/meus-textos-criticos/acaraje-quitute-nacional/>>. Acesso em: out. 2015.

SOARES, António Mateus de Carvalho. Salvador: Pobreza, Figurações e Territórios. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – DESIGUALDADE, DIFERENÇA E RECONHECIMENTO, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Osmar Macedo, n. 151, Praia Do Flamengo
Salvador Bahia. CEP: 041603-275. Brasil



OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DA PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: NEOLIBERALISMO E TRANSNACIONALIZAÇÃO

Fabiana Scoleso¹
Universidade Federal do Tocantins

Recebido: 07/10/2016
Aprovado: 23/06/2017

Resumo: A mundialização do capital sob o signo do neoliberalismo deu origem a uma dinâmica de integração da economia mundial que pressionou muitos países na década de 1990 a assumir as mesmas determinações como condição de se integrar ao novo mercado mundial. Os resultados desse processo para a classe trabalhadora podem ser vislumbrados pela desregulamentação do mercado e pela adoção de um processo de flexibilização das leis trabalhistas que, ao tempo, conduziu a classe trabalhadora a um intenso processo de precarização. A intensificação das premissas neoliberais fez ressurgir uma gama de movimentos sociais que, reformulados em forma e conteúdo deram respostas intensas contra as misérias, desemprego e exclusão, frutos desse sistema em várias partes do mundo, no campo e na cidade. No Brasil, as marcas do processo de neoliberalização da política econômica podem ser compreendidas já no contexto da década de 1980, quando as elites empresariais tomaram iniciativas para influir no texto da Constituição de 1988.

Palavras-chaves: mundialização do capital; neoliberalismo; movimentos sociais; transnacionalização.

SOCIAL MOVEMENTS IN THE ERA OF GLOBALIZATION OF CAPITAL AND THE PRECARIOUSNESS OF THE WORLD OF WORK: NEOLIBERALISM AND TRANSNACIONALIZATION

Abstract: The globalization of capital under the neo-liberalism sign gave rise to an integration dynamic of the world economy that pushed many countries in the 1990s to take the same measurements as a condition to integrate the new world market. The results of this process for the working class can be glimpsed by the deregulation of the market and the adoption of a process of relaxation of labor laws that, at the time, led the working class to an intense process of precariousness. The deepening of neoliberal assumptions made a range of social movements resurface, redesigned in shape and content, having intense responses against misery, unemployment and exclusion, fruits of this system in several parts of the world, in both rural and urban areas. In Brazil, the marks of neoliberalization of the economic policy process can already be understood in the context of the 1980s, when the business elites took initiative to influence the text of the 1988 Constitution.

Keywords: capital globalization; neoliberalism; social movements; transnationalization.

¹ E-mail: fscoleso@uft.edu.br.

As lutas dos movimentos sociais nacionais e transnacionais têm se ampliado nos últimos tempos. Além das bandeiras habitualmente assumidas por eles pelas conquistas ou manutenção de seus direitos, a era de intensificação do neoliberalismo também trouxe à tona uma série de novas demandas muitas vezes esquecidas ou simplesmente ignoradas pelas sociedades e que do ponto de vista neoliberal passaram a fazer parte de valores opostos à nova tendência individualista/meritocrata desprezando seu potencial emancipador. Mais uma vez movimentos que foram expressões fundamentais na luta pelos direitos das mulheres, negros e indigenistas nos séculos passados agora voltam reconfigurados em força e conteúdo ganhando novamente os espaços públicos.

A conformação do capital transnacional e do modelo neoliberal que passa a ser praticado com maior dinamismo a partir da década de 1990 reproduziu seus contraditórios: movimentos antiglobalização e alterglobalização² ocuparam importantes espaços nos debates e permitiram compreender as dimensões territoriais transnacionais da mundialização do capital, seus espaços de resistência e de alternativas.³

As discussões em torno da categoria movimentos sociais adquiriu relevância há tempos. A professora Maria da Glória Gohn tem destacadas produções acerca da temática e grande aporte teórico-metodológico que lhe permitiu avançar seus estudos na década de 1990 e ampliar o entendimento sobre as novas ações coletivas,

Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações tais como, responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social, etc. O universo das categorias: justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, lutas pelo biopoder etc. passa a conviver com outras categorias como capital social, inclusão social, mobilização, empoderamento da comunidade, auto-estima, responsabilidade social, compromisso social, sustentabilidade etc.

² De acordo com o grupo de pesquisas sobre globalização (GERM) o termo alterglobalização explica o processo de construção de alternativas ao que consideram paradigma dominante que é a globalização econômica, financeira e informativa. Para mais ver: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=22205&lan=PO>>.

³ Para mais ver: HOUTART, François. **Forces et faiblesses de l'altermondialisation**. Paris: Le Monde diplomatique, 2003.

Inclusão social substitui a categoria exclusão, em termos de ênfase que esta teve nos anos 90, em estudos e pesquisas, num movimento contraditório que acompanha a ênfase nas novas políticas sociais e buscam dar suporte às novas ações coletivas. Na realidade, a maioria dos que utilizam estas categorias não está preocupada com a análise dos movimentos sociais em si, mas sim com as ações solidárias, o destaque ao empoderamento social, e, eventualmente, captar os possíveis conflitos sociais.⁴

Ainda que o novo cenário de reprodução da lógica capitalista tenha se complexificado e criado novas demandas de luta e a construção de novos espaços de resistência, os movimentos sociais se construíram no processo histórico, se concretizaram historicamente e entre suas perdas e ganhos permitiram que suas experiências pudessem redimensionar suas estratégias de luta transformando o mundo e as suas próprias relações.

O novo tecido social articulado com o sistema do capital global criou novas bases objetivas para a intensificação da exploração e seus imperativos constituíram o espaço e o conteúdo que os movimentos sociais passem a manifestar suas resistências. Alguns estudiosos se permitem qualificá-los como “novos movimentos sociais”. Preferimos dizer que sua historicidade não lhe permite o uso das aspas.

É como considerar que existiram rupturas quando na verdade se constituem em sua continuidade ainda que os temas e as demandas se diversifiquem ao longo do tempo, o que é natural. As relações sociais e seus nexos concretos são aspectos intrínsecos a história e desconectar os indivíduos dessa processualidade significa eliminar os elos causais que constituíram as formas de produção e reprodução do poder. Portanto, os antagonismos e contradições que identificamos na atualidade estão ligados historicamente ainda que sua fase atual se apresente como oposição ou superação do passado.

A atividade humana transforma o mundo e o próprio homem constantemente e ela avança através das que são contradições geradas. Como afirmava Marx e Engels “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os

⁴ GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo.** CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba, 2011. Anais... Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 3-4.

homens fazem as circunstâncias”.⁵ As mudanças da sociedade e sua atual conformação nada mais são do que resultado da práxis e do movimento dialético da história.

O presente paga tributo ao passado, um elo que muitas vezes é ignorado, mas que, como uma sonda, continua alimentando as perspectivas da atualidade na medida em que identificamos o quão vivas ainda são suas heranças. Neste sentido é evidente a necessidade de recuperarmos esses elos nos estudos aqui referenciados e nos movimentos que serão apontados na sequência como tentativa de conhecer a sua objetividade.

A consciência humana é histórica e relaciona-se com determinadas situações em seu tempo. Por isso são conferidos aqui, às bibliografias e aos movimentos sociais a seguir, o relevante papel analítico e condição de destaque na ampliação da compreensão sobre suas bases históricas e seus papéis na resistência às contradições impostas pela mundialização a era neoliberal. Apontar esses estudos significa amplificar as necessidades em torno da investigação cada vez mais intensa e constante das contradições advindas do mundo neoliberal.

Neste sentido vale destacar importante estudo de Margareth Keck e Kathryn Sikkink que em seu livro *“Activists Beyond Borders: advocacy networks in international politics”* dedicam atenção especial ao percurso histórico para a modernidade transnacional apontando diversos movimentos de caráter internacional desde o século XIX, como, por exemplo, os movimentos pelo sufrágio universal e os movimentos internacionais anti-escravismo.⁶

Mas é no contexto pós-Guerra Fria que a categoria transnacional reaparece sob a dimensão teórica e os efeitos da chamada Globalização. Entre os que dedicam especial atenção ao tema destacam-se Robert W. Cox⁷ e Martin Shaw.⁸ Cox analisa o papel dos movimentos sociais como resistência ao avanço neoliberal apontando que os problemas sociais gerados pela nova ordem internacional ofereceriam

⁵ MARX, Karl.; ENGELS, F. Sobre a produção da consciência. In: FERNANDES, Florestan (Org). São Paulo: Ática, 1984. p. 204.

⁶ KECK, Margareth.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

⁷ COX, Robert W. **Globalization, Multilateralism and Democracy**. Providence, RI: Academic Council on the United Nations System, 1992.

⁸ SHAW, Martin. **Theory of the global state: globality as an unfinished revolution**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2000.

condições para uma ação contra hegemônica que pode ser desempenhada pelos movimentos sociais. Já Shaw procura analisar a sociedade civil global como forma de compreender sua ascensão e a importância dos movimentos transnacionais.

A quantidade de abordagens teóricas sobre a categoria só atesta a importância que ela adquiriu em tempos de mundialização do capital e a possibilidade de aprimorar as análises tornam cada vez mais evidente os elementos em comum presente nos movimentos sociais espalhados pelo mundo e adquirindo fundamental importância compreendê-los quando conseguimos resguardar a capacidade de distinguir os seus elementos históricos e as particularidades existentes nesses fenômenos.

Ainda explorando o conceito de “novos movimentos sociais” é essencial que apontemos que essa terminologia foi amplamente debatida pela sociologia alemã nos anos 1980, como aponta Leoni Wagner,

As tentativas de formação de categorias acerca de movimentos sociais sempre estão acompanhadas da dificuldade decorrente do fato de se tratar de formações fluidas e heterogêneas. Eles não têm uma data de fundação determinada, a membresia ou pertinência – e com isso também a capacidade de mobilização – são difíceis de determinar, eles se modificam juntamente com a área em que atuam, e em parte podem “sumir”. Além disso, movimentos sociais são influenciados por fatores tanto “internos” como “externos”, isto é, eles tanto estão relacionados com uma dinâmica social, política ou econômica, como também desenvolvem uma dinâmica “interna”: ex. mediante o grau de organização, a aceitação ou tolerância da heterogeneidade. Além disso, aquilo que se afirma em termos de categorias ou tipologias sobre um movimento social, noutro pode errar completamente o alvo. ‘A esquerda’, referida a movimentos sociais, tem na Europa diversas tradições acadêmicas e políticas. E aquilo que era válido para os movimentos sociais europeus nos anos 80 não necessariamente precisa ser válido no início do século 21.⁹

Fica claro que mudanças e particularidades são traços recorrentes da história e elas expressam possibilidades e limites na dinâmica social o tempo todo. Entretanto importa reconhecer que os aspectos internos e externos se correlacionam. É nessa equação que as condições particulares demonstram maior

⁹ WAGNER, Leoni. Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 2, n. 1, junho, 2002. p. 31.

ou menor poder de ação porque nelas aparece o reflexo da própria história e as condições objetivas de enfrentamento e superação das novas contradições.

Outro estudioso do tema bastante reconhecido internacionalmente é Boaventura de Sousa Santos. Em seus estudos sobre a globalização neoliberal destaca que em contraste ao desenvolvimento deste cenário emerge também uma globalização de outro tipo, constituída por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais que se mobilizam a fim de lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, a destruição ambiental e tantas outras demandas produzidas direta ou indiretamente pelo neoliberalismo.

Em minha opinião, é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão a tecer os novos caminhos da emancipação social. Este embate, que metaforicamente se pode caracterizar como embate entre o Norte e o Sul, tende a ser particularmente intenso nos países de desenvolvimento intermédio ou países semiperiféricos e, portanto, e neles também que as potencialidades e os limites da reinvenção da emancipação social mais claramente se revelam.¹⁰

Importante ressaltar que a resistência sempre esteve presente nas ações daqueles constantemente oprimidos e que os movimentos do passado enriquecem as ações do presente por mais novos que suas perspectivas se apresentem. Mas é preciso cautela ao querer validar novos termos correndo o risco de desconectá-los da história retirando sua premissa ontológica.

As últimas décadas de avanço neoliberal e suas reformas liberais construíram um cenário que nos permite analisar as premissas políticas e econômicas que potencializam o renascer, o ressurgir e o reinventar dos movimentos sociais. No Brasil e no mundo foi possível observar um número grande de movimentos relacionados a ofensiva do capital e as reformas neoliberais. Na era da internet a rapidez foi e continua essencial para acompanharmos os passos das resistências em todo mundo. Espalharam-se redes de solidariedade e apresentaram as especificidades e os contextos de suas lutas. Cada qual com sua marca e dinâmica própria.

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005. p. 12.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Este existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada num padrão em constante mudança.¹¹

Além dessa relação que as novas tecnologias nos permitiram ter com os movimentos sociais mundo afora se torna cada vez mais necessário compreender o fator propulsor dessas resistências que se multiplicaram em tempos de mundialização. As novas formas de comunicação permitiram constatar a enorme quantidade de movimentos assim como suas formas políticas e organizacionais. Entretanto, também pudemos perceber a forma como os Estados têm reagido a essas resistências sendo que a violência tornou-se a tônica de um número significativo de confrontos.

Portanto é imperativo analisar as condições políticas e econômicas presentes nas estruturas de um conjunto de lutas como forma de gerarmos uma compreensão dessas relações sociais. Somente assim é possível compreender se esses movimentos tiveram condições de alterar o “chão social” do qual o Estado neoliberal visa conservar.

Há que se considerar que a mundialização do capital é o elo que interliga e potencializa os movimentos sociais que se espalharam pelo mundo, em especial a partir da década de 1990. A dificuldade que muitas vezes encontramos para compreender esses elos e suas noções estão presentes nas particularidades linguísticas, étnicas e ancestrais, territorial/geográfico.

Embora esses aspectos sejam ingredientes fundamentais para a potencialidade de um movimento social considerando toda a historicidade presente em seu interior, o sistema do capital reconstituiu seu caráter totalizador tornando-se mais dinâmico no seu controle sociometabólico. Apesar das

¹¹ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 11.

singularidades de cada território e das particularidades históricas presentes nas suas dimensões de luta, a mundialização consolidou uma estrutura hierárquica de comando do capital capaz de estabelecer novas correlações entre economia e política em nível nacional e transnacional.

Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da 'burocratização', eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do 'pessoal burocrático' deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do 'capitalista solícito', se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital 'capitalista avançado'.¹²

A mundialização do capital sob o signo da globalização incorporou no mundo uma forma moderna, integradora e transnacional de fundir a produção mundial dando ao processo produtivo e ao mundo do trabalho um novo caráter. Com isso as vantagens/desvantagens do mundo neoliberal adentraram espaços politicamente muito bem constituídos, assim como penetraram em locais onde as demandas sociais ainda não eram realidade plausível para a sua população. Desta forma os benefícios da modernidade neoliberal e sua expansão logo se converteram, nos países em que os direitos sociais e trabalhistas ainda eram e são frágeis, em problemas de ordem cada vez mais complexos como a consequente destruição e precarização da classe trabalhadora.

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo 'subdesenvolvido' só agravou esse problema. Ele prometia 'modernização', mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural.¹³

¹² MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 98.

¹³ *Ibidem*. p. 92.

Em relação ao mundo do trabalho a diminuição dos direitos, muitas vezes concebidos pelas regras de flexibilização das leis trabalhistas, criou novas modalidades de trabalho alterando significativamente a morfologia laboral e conduzindo o trabalhador a um rápido processo de precarização e também a uma fragmentação/individualização das suas relações de trabalho que criaram grandes dificuldades para preservar os laços de solidariedade tão presentes em décadas anteriores no movimento operário e sindical.

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho.¹⁴

Quando falamos em movimentos sociais nacionais e transnacionais concebemos uma categoria de dimensão chave para aprofundarmos as investigações como formas de conhecermos os aspectos comuns que promoveram nas últimas décadas movimentos intensos contra as privatizações, o desemprego e a chegada iminente do agronegócio nas comunidades tradicionais artesanais, familiares e camponesas. O caso boliviano é um exemplo disso,

Na medida em que o projeto de desenvolvimento capitalista, posto em marcha pelas reformas liberais, reforçou uma estrutura econômica caracterizada por pequenos nodos de modernização técnica organizativa – que articulam verticalmente uma gama gigantesca de atividades, tecnologias, saberes e redes organizativas econômicas tradicionais, artesanais, camponesas e familiares – criou-se um regime de acumulação híbrido e fragmentado de uma lógica de escassa ‘modernização’ de enclaves econômicos transnacionalizados (mineração, sistema bancário, petróleo, telecomunicações, cocaína) sobreposta e parcialmente articulada, sob modalidades de exação, dominação e exploração de estruturas econômicas não modernas de tipo agrário-comunal, pequeno-camponesa, artesanal, microempresarial, doméstico-familiar, etc. Pode-se dizer que o modelo

¹⁴ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Londrina: Práxis, 2007.

de desenvolvimento contemporâneo é uma integração defeituosa de espaços majoritários de subsunção formal com pequenos, mas densos e dominantes, espaços de subsunção real de estruturas trabalhistas, de circulação e consumo sob o capital.¹⁵

A compreensão acerca dos movimentos sociais nacionais e transnacionais está intrinsecamente ligada a uma linha de análise que toma como referência a mundialização do capital, o modelo de desenvolvimento contemporâneo e os vínculos estabelecidos entre as classes sociais dos países inseridos no rearranjo das forças produtivas no espectro do neoliberalismo. A investida do capital sob a premissa neoliberal em áreas e regiões com distintas formações históricas destituiu famílias e excluiu povos originários do uso da terra, constituindo a ofensiva da integração de acordo com a lógica deste modelo, passando por cima de qualquer premissa constitucional de defesa dos interesses nacionais porque tem a prerrogativa, junto ao Estado, de alterar o status da posse da terra.

Os complexos movimentos sociais, do campo e da cidade, e os debates mais atualizados acerca das questões indigenistas, afrodescendentes e feministas precisam ser compreendidos dentro dessas novas esferas considerando sua dimensão ontológica que representam a reprodução de uma lógica.

Por este motivo faz-se necessário não apenas compreender os aspectos que conformam o novo sistema do capital como também analisar e compreender as particularidades históricas das sociedades que aqui serão indicadas por terem sido expressões dos movimentos sociais no período neoliberal. Sabemos que em um artigo é estratégia bastante limitada para expor tantos aspectos. Entretanto indicamos aqui essa necessidade.

No caso da América Latina onde alguns dos movimentos sociais aparecem aqui citados é preciso recordar a grande transformação regional do ponto de vista do poder político e das influências externas que conduziram a um ajustamento estrutural e que trouxe à tona assimetrias que acentuaram a superexploração e a precarização do trabalho no campo e na cidade. O volume da dívida externa aumentou drasticamente em função da elevação das taxas de juros e da conseqüente suspensão de novos empréstimos. As políticas de ajuste estrutural

¹⁵ LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia:** ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. Boitempo/Clacso: São Paulo, 2010. p. 243.

executadas sob a liderança do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial conduziram os Estados a adotarem um novo aparato jurídico articulado com o livre mercado favorecendo a abertura para o capital internacional. Desta forma se dava a integração subordinada ao centro do sistema mundial.

A introdução da programática neoliberal definidas no chamado “Consenso de Washington” em 1989 também redefiniu o papel dos Estados a fim de cumprir o novo repertório neoliberal nos ajustes fiscais, na flexibilização dos direitos sociais e na desregulamentação do mercado. Assumir e cumprir essa programática eram formas de garantir sua integração e os espaço do capital que tem na mundialização sua grande expressão.

Os resultados desse processo poderão ser compreendidos e sentidos na medida em que os movimentos sociais ressurgem e se tornam expressão das contradições produzidas por esses compromissos que os Estados assumiram nessa nova integração. O desemprego, os expurgos territoriais, a destruição ambiental e tantos outros são os cenários que reativam a luta dos movimentos sociais em torno das suas demandas. A “democracia neoliberal global” fomentou uma nova arena internacional e as grandes empresas transnacionais adquiriram o status político de pressão e barganha principalmente nos países periféricos. O resultado foi a elaboração de um conjunto de ações jurídicas que eliminou barreiras legais, criou nova legislação aduaneira e permitiu uma reestruturação política e produtiva alinhada com os interesses das grandes empresas transnacionais e dos países que estas representam.

A queda de barreiras legais, como a flexibilização das leis trabalhistas, a consolidação de novas regras de importação e exportação, permitiu recompor o capital dentro de um modelo de produção que desemprega, precariza, fragmenta e desvaloriza a força de trabalho. No campo os novos licenciamentos ambientais permitiram que áreas gigantescas fossem exploradas por empresas transnacionais sem que se tocasse em temas como preservação das áreas verdes. Os povos originários foram as cruéis vítimas do avanço de políticas de fomento ao agronegócio. E os confrontos não demoraram a aparecer.

Os programas de desestatização transferiram importantes empresas que compunham o patrimônio nacional para o setor privado que com o discurso da

melhoria da qualidade dos serviços, aumentou vertiginosamente os preços no fornecimento de água, luz e gás. Diante desses fatores os movimentos sociais não encontraram alternativa a não ser ressurgir como força de resistência.

É preciso recordar que há 26 anos ocorria a *Marcha por El Territorio y la Dignidad*, movimento indigenista que se organizou contra o governo de Jaime Paz Zamora que pressionado, emitiu três decretos supremos de reconhecimento dos territórios indígenas a favor dos povos sirionó, moxeños, chimanes, yuracarés y movimas. A Bolívia foi também palco da *Guerra da Água de Cochabamba* no ano 2000 que mobilizou massivamente a população contra a transnacional que geria o sistema de água e esgoto da cidade. Uma significativa ofensiva contra o modelo neoliberal de privatização. Em 2003 foi a vez da *Guerra do Gás* mais um movimento que mobilizou o país e afetou a ordem pública. A exportação do gás seria um negócio conduzido por três grandes grupos petrolíferos que formaram um consórcio: a Pacific LNG. Composta pela British Oil, British Petroleum e pela Repsol/YPF juntamente com um acordo entre Bolívia e Chile o gás seria exportado para o México e Estados Unidos. A violência foi a marca do conflito. Em um mês de confronto 80 pessoas perderam suas vidas e 400 ficaram feridas. Os movimentos sociais em torno do gás expressaram mais uma vez na Bolívia a tentativa de evitar a privatização das reservas de hidrocarbonetos e o controle de seus preços por parte de grandes conglomerados internacionais.¹⁶

A década de Carlos Menem na Argentina é também um marco na expansão do neoliberalismo na América Latina que promoveu de forma acelerada o processo de privatização assim como profunda desregulamentação do mercado. O *Plano de Convertibilidade* de 1991 estabeleceu a paridade com o dólar e promoveu a quebra de barreiras alfandegárias além da redução de gastos em setores sociais. A *Lei Nacional de Empregos* assumiu os pressupostos da flexibilização das leis trabalhistas e contribuiu para a precarização de imensa massa de trabalhadores. Os impactos gerados por esse conjunto de medidas criticado pela população argentina produziram uma gama de movimentos contrários ao governo.

¹⁶ Para mais assistir “Bolívia: a guerra do gás”, de Carlos Pronzato.

Foram inúmeros os movimentos sociais que adquiriram a consolidação de novos sujeitos políticos, assim como novas formas de organização coletiva apareceram quando a taxa de desemprego no país chegara a 20% da população ativa no final dos anos 1990. A reeleição de Carlos Menem em 1995 e o aprofundamento das políticas neoliberais em torno da conversibilidade monetária e precariedade das relações trabalhistas foram aspectos que incentivaram resistências, principalmente nas empresas públicas privatizadas. A venda da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* foi o estopim para surgir na cena argentina o *Movimento dos Piqueteiros*: uma parcela de trabalhadores desempregados sem qualquer relação com a burocracia sindical e que interditavam ruas e avenidas conseguindo estabelecer uma linha de resistência e solidariedade.¹⁷

No México o *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN) também se insurgiu desta vez contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Na oportunidade homens encapuzados tomaram as prefeituras de diversas cidades da região de Chiapas com o intuito de extinguir o NAFTA e conseqüentemente a submissão que seus acordos provocariam para o país, além de denunciar diversos casos de corrupção nos governos locais. Em 2006 mais uma vez os movimentos sociais ocuparam praças e avenidas em Oaxaca, México. Protagonizados, desta vez, pelos professores e suas associações por aumento de salário e melhorias no sistema educativo.

No Brasil o *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (MST) desde seu surgimento na década de 1980 enfrentou o tema da reforma agrária e a luta pela terra de maneira autônoma. Em seu primeiro congresso em 1985 com lema “*Sem reforma agrária não há democracia*”, paulatinamente conquistaram importantes vitórias como os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira que versam sobre a desapropriação de terras que não cumpriam função social. Entretanto foi nos anos 1990 que os embates no setor agrário se tornaram mais intensos.

Com o avanço do agronegócio e o aprofundamento da miséria no campo movimentos mais intensos foram se formando. O mais emblemático deles

¹⁷ HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina**: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

completou em 2016 vinte anos. Em 1996 os trabalhadores do Movimento Sem Terra faziam uma caminhada até Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. A ação repressiva dos policiais levou inúmeros trabalhadores à morte. Esse episódio é conhecido internacionalmente como o *Massacre de Eldorado dos Carajás*. Até hoje nenhum policial ou autoridade política foi responsabilizada pelo episódio o que demonstra total descaso com o ocorrido.

Diante disso e de tantos outros casos de violação de direitos e de constantes conflitos no campo que levaram à morte camponeses, missionários e líderes de movimentos populares é possível compreender que as relações de poder local ainda se sobrepõe a qualquer ordem jurídica existente (ainda que saibamos de que lado a ordem jurídica estabelecida atua) o que explica os constantes episódios de mortes não esclarecidas nestas regiões.

No ano de 1999 o protagonismo passava para a cidade de *Seattle*, nos EUA, onde ocorreram intensos movimentos antiglobalização demonstrando capacidade de organização e visibilidade no cenário internacional. Para muitos os movimentos de Seattle representaram uma superação nas formas de mobilização, pois além de unificar movimentos de diversas naturezas (sindicais, organizações não governamentais, universitários) forjou uma nova arena de debates que superava o âmbito local ou nacional. Sua capacidade de organização possibilitou a elaboração de *Fóruns Sociais* e importantes protestos contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e contra a Guerra do Iraque.¹⁸

A crise financeira de 2008 e seus sucessivos protestos motivados pelo aprofundamento do desemprego, subemprego e da miséria foram representados pelos inúmeros *Ocuppy's*,¹⁹ sendo que o *OWS (Occupy Wall Street)* se transformou em referência na luta contra a globalização. Há uma explicação para isso: cerca de 2,6 milhões de empregos foram perdidos em 2008, e muitos passaram a perder as suas casas e suas poupanças enquanto o governo se empenhava em salvar indústrias automobilísticas e o sistema financeiro. Os protestos se espalharam e

¹⁸ BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

¹⁹ HARVEY, David.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Boitempo: São Paulo, 2012.

cruzaram o mundo: de acordo com o jornal *The Guardian*, 951 cidades em 82 países receberam protestos, grande parte em solidariedade às manifestações de Nova Iorque.²⁰

Os protestos na *Praça Taksim* em 2013 também foram profundamente significativos. Pessoas de todas as classes sociais exigiram mudanças em um país profundamente dividido politicamente. O que começou como um protesto ambientalista contra a derrubada de árvores centenárias e contra a corrupção da construção civil que insistia em derrubá-las para iniciar a construção de um novo prédio, se transformou em um movimento radicalizado. Os manifestantes ocuparam e acamparam na *Praça Gezi* que fica ao lado da *Praça Taksim* e é a maior área verde da cidade de Istambul. A repressão policial foi descabida o que fez a manifestação aumentar numericamente e em conteúdo e os confrontos se tornarem ainda mais intensos. A luta contra a apropriação da cidade pelas grandes companhias de construção civil revelou o quanto o espaço urbano e a especulação imobiliária se tornaram empreendimentos vantajosos para os grandes investimentos imobiliários, enquanto a população era e continua sendo banida e empurrada à exclusão e as áreas verdes completamente destruídas em nome do capital.²¹

Em 2011 a *Marcha dos Indignados* invadiu a cena na Espanha e abriu importantes debates sobre a crise econômica europeia e a adoção do arrocho fiscal por parte do governo espanhol. Foram 34 dias de marcha com grupos representando diversas partes do país. Naquele ano o desemprego entre a população jovem chegou à casa de 43% enquanto a crise econômica no país deixou mais de um milhão de famílias em que todos os integrantes estavam desempregados em condição precária.²²

Não é de hoje também que a França protagoniza diversas marchas contra a perda dos direitos trabalhistas. Atualmente, desde o dia 31 de março de 2016, os franceses se reúnem todas as noites contra a proposta de reforma trabalhista do

²⁰ Para mais ver: <<http://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2015/sep/16/occupy-wall-street-four-years-later-timeline>>.

²¹ Para explorar mais estas questões em torno da ocupação das cidades e luta pela moradia sugerimos ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

²² Para mais ver: <http://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428_850215.html>.

governo. Nesses encontros são discutidos projetos e demandas em assembleias populares. A *Nuit Debout* (Noite Desperta) se transformou em um movimento nacional, com reuniões em cerca de 15 cidades francesas na tentativa de pensar uma nova sociedade, confluir lutas e desencadear ampla mobilização contra a reforma trabalhista proposta pelo governo de François Hollande.

O mercado mundial constituído, no campo e na cidade, nos setores industriais e no agronegócio, demonstra o quanto a reengenharia do capital e o novo papel do Estado permitiram que o neoliberalismo alcançasse um novo patamar colocando os interesses privados acima dos interesses das sociedades.

A *Primavera Árabe* constituiu momento marcante na revolta social que derrubou governos ditatoriais na Tunísia, Egito e Líbano conduzidas pelo povo e que abalou as velhas oligarquias.²³ O início do movimento foi marcado pelo desespero de um jovem de 26 anos, Mohammad Bouazizi, vendedor de frutas e legumes tunisiano. Humilhado e impedido de realizar seu trabalho ateou fogo no próprio corpo no dia 17 de dezembro de 2010 falecendo alguns meses depois. Sua atitude desencadeou uma onda de revoltas e manifestações que se espalharam pelo mundo árabe contra os governos autoritários do Oriente Médio.

Embora os movimentos pareçam isolados, eles estão inserido em um processo histórico de longa duração que envolve relações de poder, geopolítica e principalmente a manutenção de uma área de influência e poder econômico por conta do potencial petrolífero da região.

Os movimentos sociais e a Primavera Árabe contribuíram para uma reorganização dos governos, entretanto, a recomposição política local se deu na esfera da defesa dos interesses do grande capital.

As sucessivas greves que ocorreram na Grécia e na Espanha contra o desemprego e contra a *troika* (União Europeia, FMI e Banco Europeu- política de austeridade praticada pela União Europeia) também representam parte fundamental desse processo de miséria e precarização. A Inglaterra também viveu seus dias de “chamas” nas ruas do bairro de *Tottenham*, no norte de Londres.

²³ VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

As novas tecnologias e as novas mídias sociais permitiram o mundo interagir com esses acontecimentos. Os espaços virtuais, de observação, debate e comunicação contribuíram para a difusão e o relacionamento desses fatos com a sociedade em geral rompendo, mesmo que parcialmente, os detentores do controle das comunicações²⁴.

As desigualdades sociais, a concentração de renda, violência policial em nome da “ordem” são os cruéis resultados dessa nova conformação do capital e da sua lógica destrutiva e suas várias tentativas de marginalizar e criminalizar os movimentos sociais potencializaram a ocupação de praças e avenidas, escolas e fazendas, transformando os movimentos urbanos e do campo em expressão da não-integrabilidade do capital.

Em seu livro *“Para além do capital”*, István Mészáros dedica capítulo especial para analisar a ordem de reprodução sociometabólica do capital e o modo de controle que se sobrepõe a tudo através de um corpo jurídico que se manifesta de diferentes formas ao longo da história, assim como sua necessidade de se apresentar como justificativa ideológica “absolutamente inquestionável” que reforça a ordem estabelecida.²⁵

É neste aspecto, o neoliberal, que podemos observar a convergência de atuação assim como observar o papel contra-hegemônico que os movimentos sociais são capazes de demonstrar. O neoliberalismo se tornou o intercâmbio político e econômico, o elo de expansão e dominação do capital sob diferentes métodos consolidando formas de exploração, utilizando a máxima do desenvolvimento e modernização e que se fortaleceu diante da retomada neoliberal na Europa no início dos anos 1990. Se estabelecendo após enorme recessão no final da década de 1980, as políticas neoliberais impuseram novos paradigmas para as sociedades em uma trama de interesses que imputaram novas formas de subordinação, fundamentalmente entre capital e trabalho e que se espalharam mundialmente. De acordo com Perry Anderson,

²⁴ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²⁵ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 99.

Não somente o thatcherismo sobreviveu à própria Thatcher, com a vitória de Major nas eleições de 1992 na Inglaterra. Na Suécia, a social-democracia, que havia resistido ao avanço neoliberal no anos 80, foi derrotada por uma frente unida de direita em 1991. O socialismo francês saiu bastante desgastado das eleições de 1993. Na Itália, Berlusconi – uma espécie de Regan italiano – chegou ao poder à frente de uma coalizão na qual um dos integrantes era um partido oficialmente fascista até recentemente. Na Alemanha, o governo Kohl provavelmente continuará no poder. Na Espanha, a direita está às portas do poder.²⁶

A análise que Perry Anderson, realizada nos primeiros anos da década de 1990, destaca a articulação de forças políticas nos países considerados fundamentais na recomposição do capitalismo mundial. As lideranças que subiram ao poder permitiram que uma nova reengenharia política entrasse em curso e coordenasse os esforços que permitiram a quebra de barreiras comerciais e eliminasse as restrições jurídico-administrativas que impediam os fluxos de capital em nível mundial. A hegemonia neoliberal é expressão do comportamento de partidos e elites que estão no poder porque ditam os rumos da economia e constroem um campo jurídico que permite e amplificam sua expansão.

Outro aspecto relevante a se considerar são as relações entre o capital transnacional sob a ótica da financeirização que impôs novas condições ao relacionamento entre capital e trabalho atingindo diretamente os setores mais tradicionais da produção e desconstruindo seus espaços, forçando uma relação negociadora já que o confronto passa a ser dirimido desta forma na medida em que o desemprego e novas modalidades de contratação se tornam políticas de Estado.

O estudioso francês François Chesnais em seu livro “A mundialização do capital” publicado no Brasil em 1996 já apontava o papel desta nova liberalização econômica para o comércio exterior e para os movimentos de capitais que “permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento salarial”.²⁷

Com o seu desenvolvimento a tendência era alinhar interesses e promover o deslocamento de capitais principalmente para áreas de baixa proteção social e baixos salários. O neoliberalismo proposto para países nessas condições, como no

²⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: BORÓN, Atílio, SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 17.

²⁷ CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 40.

caso daqueles que compõe a América Latina, seria uma derivação do sistema que teria como pressão as agências internacionais (G7, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OTAN, Organização Mundial do Comércio) sob a hegemonia norte-americana e o mecanismo do Estado como fator regulamentador e mediador.

O novo poder financeiro é encarnado pelo Estado o que faz dele uma instituição que age conforme tais interesses e normativas. A mundialização do capital sob a ótica da financeirização trouxe novos temas à lógica societária contemporânea alterando significativamente a morfologia do trabalho e os padrões de relacionamento entre sindicatos, governo e empresas. O avanço tecnológico e a ampliação das formas de gestão e de organização do trabalho, resultado de uma profunda reengenharia produtiva conhecida como reestruturação produtiva, que reorganizou o espaço produtivo sob a ótica do toyotismo sistêmico caracterizadas pelos *Programas de Qualidade Total, just-in-time, Controle Estatístico de Processos e Sistema de Estoque Mínimo*.

O caráter mais 'mais amplo da modernização' inclui um vasto complexo de reestruturação produtiva no qual se observam, por exemplo, a instituição de células de produção, a organização espacial das fábricas, a divisão de instalações industriais em 'minifábricas' (e seu desdobramento radical no consórcio modular e condomínios industriais – uma nova e radical terceirização), o desenvolvimento de 'relações de cliente' entre os setores da fábrica, o kanban, a flexibilização das funções e a polivalência. Todas as novas técnicas de organização da produção capitalista incorporam o espírito do toyotismo – a captura da subjetividade operária pela lógica do capital diante da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho.²⁸

A interface das novas formas e relações de produção aliadas a políticas que facilitaram a entrada de recursos e insumos permitiram mudanças expressivas nas formas de produção e que impactaram diretamente o mundo do trabalho. O salto tecnológico desmontou expressivos parques industriais produzindo importantes fenômenos como a desindustrialização²⁹ e o surgimento de polos produtivos em

²⁸ ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 223-224.

²⁹ Países como Argentina, México, Brasil e Rússia são nítidas evidências desse processo como ressalta ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal**: Collor, FHC e Lula. São Paulo: Autores Associados, 2004. P 25.

áreas de pouca resistência ou nenhuma experiência sindical, tendo como consequência um aumento expressivo do desemprego e da precarização o que revela a dimensão destrutiva deste novo cenário propagandeado como moderno, mas munido de aspectos contraditórios. Os imperativos desse capital financeirizado e de toda reestruturação que provoca nas sociedades precisa de um Estado “modernizador” que atue de forma corretiva que protege ou limita as novas forças estabelecidas,

No que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem essa estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturados – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.³⁰

É nesse contexto que os grupos industriais transnacionais articulados às instituições financeiras passam a exercer o comando da acumulação formando uma intensa pressão sobre os Estados, estes atuam como mentores e mediadores neoliberalizando as regras do capital na forma de desregulamentação da economia. Esse processo abriu as fronteiras para a realização de grandes empreendimentos e contribuiu para a construção de novos territórios produtivos, uma nova regionalização, tendo o Estado como mediador de interesses e cumprindo a tarefa política de abrir o mercado e garantir sua expansão. De acordo com Gérard Duménil e Dominique Lévy,

Para definir o neoliberalismo, é necessário recorrer a uma teoria da sociedade, quer dizer, das classes e do Estado, de inspiração marxista. Fundamentalmente, o neoliberalismo corresponde à reafirmação do poder da finança depois de um período de perda da hegemonia; trata-se, assim, do segundo período de hegemonia da finança. (...) O Estado é a instituição que encarna o poder das classes dominantes, por meio do qual a dominação é imposta ao resto da sociedade. Ele permite que essas classes ajam coletivamente. Essa concepção de Estado se opõe

³⁰ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 107-8.

àquela que o consideram uma instituição autônoma, geralmente em oposição ao mercado. Ela também contradiz uma visão da democracia que coloca o Estado acima das classes. É verdade que, em uma democracia, o poder das classes dominantes repousa sobre o compromisso entre diferentes frações das classes dominantes e entre estas e certos subconjuntos das outras classes (especificamente as classes médias).³¹

O Estado passava a executar essas novas atividades expondo suas responsabilidades na condução do projeto de reformulação da economia nacional pelo processo de reestruturação produtiva e de abertura do mercado à competição internacional. Para ele, significava propagandear a inserção favorável da economia no mercado externo, a melhoria contínua dos padrões de qualidade e competitividade da produção, dos produtos e dos preços no mercado interno, aumentando a competição nos setores oligopolizados.

O protagonismo das elites industriais é evidente nesta história e coube a essa classe executar funções ainda mais extensas que o Estado porque atuaram como militantes e como força política que permite uma intensa articulação dentro das esferas parlamentares para que a liberalização política fosse adotada como modelo de política do Estado. O resultado disso pode ser verificado no volume financeiro acumulado por alguns grandes grupos econômicos internacionais já nos primeiros anos da década de 1990,

É inegável o papel fundamental dos grandes grupos no seio da economia mundial. Lembremos apenas que o volume de negócios da General Motors é mais importante que o PNB da Dinamarca, o da Exxon é superior ao PNB da Noruega e o da Toyota é superior ao PNB de Portugal. É impossível subestimar o papel dos grandes grupos quando sabemos que as 200 maiores empresas multinacionais realizaram um volume de negócios equivalente a 26,8% do PIB mundial em 1992, percentual em contínuo crescimento no curso da década, e que algumas centenas de grupos realizaram um fluxo interempresas equivalente a cerca de 30% do comércio mundial. Essa hegemonia sobre os fluxos comerciais e de investimentos é bem conhecida e muito comentada, assim como o seu impacto nos sistemas produtivos nacionais e no emprego.³²

³¹ DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 87-8.

³² SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custo e risco**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 141.

A confluência de interesses entre Estado e capitalistas no desdobramento das premissas neoliberais aprofunda o processo de exploração na medida em que, além dos equipamentos produtivos, os detentores do capital passam a ter controle de forma cada vez mais ampliada da economia e das letras jurídicas.³³

Em tempos de neoliberalismo a sobreposição do financeiro sobre o político passa ser questão de tempo e seu domínio hegemônico se transforma em instrumentos que regem as inovações financeiras, a desregulamentação do mercado e a consequente precarização da classe trabalhadora.

É sob a batuta do capital e dos organismos econômicos internacionais que as políticas de estado são redimensionadas. O capital se integra, mas também revela o grau de marginalidade com que trata as relações sociais e as contradições advindas de seu sistema. E é neste ponto de inflexão que os movimentos sociais adquirem relevância não apenas por tornar evidente a incompletude neoliberal, mas principalmente por entrar em choque com seu sistema.

O caso brasileiro e algumas condições históricas de ascensão do neoliberalismo

No Brasil o papel do Estado passa a ser o mais enxuto possível em relação ao mercado, característica da tendência neoliberal no início dos anos 1990. Mas essa mudança de perfil em relação à gestão e à coordenação do processo econômico do país realizou-se dentro das particularidades políticas e econômica dos anos 1980. Ao mesmo tempo em que o Estado redefinia sua atuação no setor econômico e que regulou e administrou as contradições e mudanças por ele provocadas, também era expressão de setores do capital nacional cujo engajamento político na década de 1980 se fez presente na construção de inúmeros institutos de defesa das premissas neoliberais assim como no interior do governo como pressão no desenvolvimento e execução de políticas viabilizadoras de seus ideais.

As empresas nacionais e transnacionais foram auxiliadas e levadas, pelas políticas viabilizadoras, aos patamares de reestruturações necessárias para sua

³³ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

adaptação e inserção na economia internacional com o auxílio de programas de incentivo e a atuação decisiva do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em relação às privatizações, o governo iniciou a entrega do patrimônio público aos setores privados a partir do chamado Plano de Desestatização procurando legitimar essa ação propagandeando a imagem de que essas empresas eram demasiadamente pesadas e custosas para o governo e que a privatização seria o caminho para sua modernização e o oferecimento de melhores serviços à população.

Mudanças significativas também ocorreram no processo de integração comercial através de inúmeros acordos bilaterais e multilaterais, caracterizando a quebra de fronteiras legais para a reestruturação econômica industrial interna e sua viabilização externa constituindo avanço para os investimentos, vendas e lucros. Para esse novo ambiente de comércio se constituía um novo regionalismo que permitiu a construção de novas zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e os mercados comuns. A implementação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e os debates em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram temas recorrentes na década de 1990.³⁴

Nesse sentido, o fim da tutela (e não do seu engajamento) do Estado na condução da economia nacional e dos bens públicos mudou a direção dos investimentos permitindo que o capital estrangeiro assumisse, também, setores estratégicos do país. Mas tal ação particular que dá as bases e as características desse período resultou de uma conjuntura histórica de ordem política e econômica que também propiciou a adoção de uma nova conduta interna, como afirma Armando Boito Jr,

A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nesta conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado e desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns

³⁴ SCOLESO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: as misérias da era neoliberal da década de 1990**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

desses fatores são de longa duração, outros circunstanciais – como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989. Não é possível, portanto, explicar a vitória do neoliberalismo recorrendo a uma explicação estritamente econômica, como fazem os autores que se contentam em falar no ‘esgotamento do modelo de substituição de importações’. Tampouco nos parece correto o determinismo que decorre desse economicismo. É certo que a situação do início dos anos 90 impelia o Estado brasileiro para a política neoliberal.³⁵

Os debates ficaram mais intensos na medida em que a atual forma do capital repulsou os interesses de classe. Seu fator subjetivo, que é a integração, na prática, representou a exclusão de parcelas populacionais gigantescas afastando-os de seus direitos através de uma prática jurídica de flexibilização das leis e permissão da entrada de maciços capitais sob a forma de privatização. Há, portanto um movimento de agregação dos interesses privados e da desagregação dos interesses sociais. Nesse processo que se abre o espaço da luta e a necessidade constante de se observar, entender e agir dentro deste cenário.

No que se refere ao mundo do trabalho e aos movimentos operário e sindical constituídos no Brasil há de se considerar uma mudança de posicionamento em relação ao neoliberalismo. Centrais responsáveis por grandes movimentos na década de 1980 passaram a atuar sob uma nova perspectiva alterando, inclusive, seus princípios e métodos de atuação. Em 1990 a Central Única dos Trabalhadores e os sindicatos a ela atrelados adotaram, após muitos debates e brigas internas, o sindicalismo propositivo. Em resumo ele seria a expressão de um sindicalismo que não perderia sua combatitividade histórica, entretanto também inseriria em sua pauta o princípio da negociação. Nos primeiros anos da década de 1990 com o avanço das políticas neoliberais e principalmente da reestruturação produtiva, o sindicalismo brasileiro, principalmente aquele atuante nos setores mais dinâmicos da produção, viram uma onda de desemprego assolar o país.

Diante de tal cenário os sindicatos se propuseram a discutir esse tema de forma cupulista. As Câmaras Setoriais Tripartites serviram de espaço para as discussões e para a negociação das perdas. Esse momento demonstra não apenas a

³⁵ BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. p. 122.

mudança de comportamento dos setores de luta da classe trabalhadora como também um esvaziamento das tradicionais formas de reivindicação e do trabalho sindical de base.

Assim, os movimentos sociais se tornam expressão das contradições próprias dessa lógica de ser do capital ao mesmo tempo em que potencializam a reelaboração de estratégias e o ressurgimento outros atores sociais. As dimensões da luta se ampliam assim como suas especificidades, sobretudo convergem com outras forças dos movimentos sociais e na luta contra hegemônica que alcança.

De acordo com Andréia Galvão, em artigo publicado na Revista Debates,

Nos anos 90, diferentes movimentos sociais eclodem na cena política latino-americana. Alguns deles não são exatamente novos, mas é nesse momento que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além das fronteiras de seus países de origem. São movimentos rurais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) no Brasil; urbanos, como os piqueteiros na Argentina; de caráter étnico, como os movimentos indígenas na Bolívia, Peru, Equador e México.³⁶

A inserção desses movimentos não se dá em caráter novo e sim reassumem seu papel de resistência dentro de um cenário cuja tendência é invadir, destruir e desmobilizar qualquer tentativa de confronto. Não é uma ruptura, mas uma categoria em constante transformação que encontra, a partir da década de 1990, demandas geradas por um novo ciclo de acumulação capitalista. O desempenho dessa acumulação é viabilizado por uma integração da economia realizada pela desregulamentação política e por quebra de barreiras alfandegárias que dinamizam e mundializam a produção.

Dadas suas particularidades históricas a América Latina e tantas outras partes do mundo se transformaram em palco tanto do desdobramento das políticas neoliberais, assim como tornou visível, a partir de um novo ângulo, os indígenas, as mulheres, os negros e todos aqueles que, por conta da nova lógica de mundialização do capital, constituíram um novo e atualizado campo de lutas. É preciso lembrar também que o neoliberalismo atinge uma dimensão que não se configura apenas na alteração das relações econômicas. Ele alavanca uma mudança

³⁶ GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul/2008. p. 8.

nas relações sociais que, estabelecendo níveis de competitividade e individualismo, confrontam interesses (etnias, gênero, religião...) e passam por cima das misérias e contradições sociais historicamente constituídas desconsiderando as assimetrias pelas quais as sociedades se edificaram.

A emergência da programática neoliberal se constituiu como política de Estado quando Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República por voto direto depois de 21 anos de ditadura militar e um processo de “redemocratização” que não permitiu ao povo o direito de eleger seu presidente em 1985.

A década de 1980 é bastante interessante para estabelecer os caminhos que levaram o Brasil para o neoliberalismo. É preciso recorrer a este período no sentido de reconhecer nele as premissas e a construção de instrumentos jurídicos que permitissem ao Estado e ao capital nacional e estrangeiro reconfigurar suas ações para se integrar aos novos ditames internacionais e integrar esse novo ciclo de acumulação capitalista mundializada e financeirizada.

Para compreendermos esse processo é necessário o abandono das análises ortodoxas a respeito da economia, pois elas inviabilizam uma análise mais complexa da realidade estudada e dos seus reflexos na nova ordem econômica nos vários setores da sociedade. É uma forma, também, de renovar os estudos das categorias sociais, políticas e econômicas, o que no nosso entendimento constitui a compreensão das particularidades da formação nacional e do novo grau de subordinação que o Brasil alcança nesse processo de submissão ao mercado mundial.

O avanço da tecnologia na produção de bens e o impacto que causaram no setor mais dinâmico da economia brasileira, a indústria automobilística, não podem ser analisados sem considerarmos também a expansão dos fluxos de financeiros e o processo de transnacionalização. Esse conjunto de novas atividades passou a respeitar uma nova lógica interna e externa. Novas relações de poder foram estabelecidas e são necessárias serem compreendidas para analisar a racionalidade das decisões tomadas.

O neoliberalismo adquiriu caráter supranacional e as políticas operadas diante do esgotamento do modelo de substituição de exportações não foi uma

mera adequação à mundialização do capital, pois existe um teor estratégico nas decisões governamentais.

De acordo com Eli Diniz,

A partir de meados dos anos 1980, a agenda neoliberal tornou-se progressivamente hegemônica no Brasil, observando-se paralelamente a ascensão das ideologias pró-mercado. No plano teórico, a ênfase nos argumentos neoclássicos e neo-utilitaristas reforçaria a rejeição do modelo do Estado desenvolvimentista, que, no passado, inspirara a trajetória da industrialização substitutiva de importações. Este seria crescentemente percebido como símbolo do atraso, expressando uma era que se esgotara. A discussão sobre modernização e atraso adquiriu centralidade, apontando-se o retorno à perspectiva liberal como um imperativo dos novos tempos. Como é sabido, trata-se de um debate fortemente influenciado pelas conjunturas internacionais, em suas flutuações ao longo do tempo. Os sinais emitidos por esses movimentos cíclicos amplificaram-se no espaço internacional, repercutindo em vários países e definindo novos parâmetros para as noções de modernidade e não-modernidade.³⁷

Já havia uma pressão internacional para que a recomposição do Estado e os vários grupos econômicos, em especial aqueles do setor bancário, desde o início da década de 1980 clamavam por alterações nas políticas de estado que pudessem dar condições para a expansão dos seus interesses e redimensionar sua capacidade de financeirização. As elites empresariais ligadas ao comércio e a indústria adotaram uma postura mais ativista e suas federações e associações patronais espalhadas pelo país exerceram pressão no governo assim como procuraram eleger seus membros nas eleições de 1986.³⁸

O posicionamento ideológico das elites empresariais constituiu uma alternativa de grande força para pressionar o governo a adotar parâmetros que fortalecesse o mercado e impedisse a aprovação de direitos trabalhistas. Das inúmeras associações criadas no período destacam-se aquelas que foram formadas com o intuito de representar o empresariado brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte que foi instalada em 1º de fevereiro de 1987 e que promulgaria após 20 meses a atual Constituição. Apesar do discurso efusivo do então presidente da

³⁷ DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 59.

³⁸ DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: CAMARGO, A.; DINIZ, Eli (Org). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

Assembleia, Ulysses Guimarães³⁹, a UBE (União Brasileira de Empresários) e também a PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) se juntaram a fim de impedir avanços nas políticas sociais. De acordo com Denise Gros,

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, os Institutos Liberais se constituem numa forma peculiar de organização de determinadas frações empresariais da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros frente ao Estado, os Institutos Liberais se constituem como entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia, a difusão de uma concepção de mundo entre os segmentos dominantes da sociedade. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, da tentativa de construir uma hegemonia burguesa, de difundir o neoliberalismo como uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em 'pensamento único'.⁴⁰

Durante as décadas de 1980 e 1990 as premissas neoliberais prevaleceram no interior dos sindicatos patronais e nas federações, sobretudo a FIESP. É a formação de um grupo empresarial inclinados pela recomposição e reconfiguração do capital. A defesa de um programa de privatizações, reformas previdenciárias e trabalhistas eram os elementos que constituíam suas noções de estabilização monetária e liberalização da economia.

As novas e antigas entidades patronais representaram muito bem sua disposição de implementar uma economia de aporte neoliberal principalmente respaldado em seus projetos como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Não apenas a Constituinte de 1987 como também as eleições presidenciais de 1989, a

³⁹ Ulysses Guimarães proferiu a seguintes palavras acerca do início dos trabalhos: "É um parlamento de costas para o passado este que se inaugura hoje para decidir o destino Constitucional do país. Temos nele uma vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro. Estes meses demonstraram que o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor. Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça e a dignidade do Estado." Para mais ver: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/ha-25-anos-era-eleita-a-assembleia-nacional-constituente>>. Acesso em: 28 ago. 2016

⁴⁰ GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul-dez, 2003. p. 274-275.

primeira por voto direto desde o término da ditadura militar, se transformaram em espaços na defesa e implantação desses projetos. De forma direta e indireta a composição do governo de Fernando Collor de Mello passou pela tentativa desses grupos de influir na tomada de decisões das políticas interna e externa.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva.** Londrina: Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: BORÓN, Atílio, SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal: Collor, FHC e Lula.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BIANCHI, Álvaro. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** Campinas: UNICAMP, 2010.

BRINGEL, Breno, MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos,** São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COX, Robert W. **Globalization, Multilateralism and Democracy.** Providence, RI: Academic Council on the United Nations System, 1992.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. *In: CAMARGO, A.; DINIZ, Eli (Org).* Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. São Paulo: Vértice, 1989.
- DONADON, João Arthur. Manifestações de junho de 2013: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. Brasília, 2016. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In: CHESNAIS, François. A **finança mundializada**.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul/2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo.** CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba, 2011. Anais... Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 3-4.
- GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, jul-dez, 2003.
- HOUTART, François. **Forces et faiblesses de l'altermondialisation.** Paris: Le Monde diplomatique, 2003.
- HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- KECK, Margareth.; SIKKINK, Kathrym. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics.** Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- HARVEY, David.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** Boitempo: São Paulo, 2012.
- LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia.** Boitempo/Clacso: São Paulo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SCOLESO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista**: as misérias da era neoliberal da década de 1990. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. *In*: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: gênese, custo e risco. São Paulo: Xamã, 1998.

SHAW, Martin. **Theory of the global state**: globality as an unfinished revolution. Cambridge: University of Cambridge Press, 2000.

WAGNER, Leoni. Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 2, n. 1, junho, 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade Federal do Tocantins
Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº
Jardim dos Ipês. CEP: 77500000
Porto Nacional, TO - Brasil



AS CRÔNICAS MEDIEVAIS COMO FONTE DE PESQUISA: UMA ANÁLISE COMPARADA DE DUAS EDIÇÕES DA *CRÔNICA DE ALFONSO X*

Jaime Estevão dos Reis¹
Universidade Estadual de Maringá
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Laboratório de Estudos Medievais - LEM

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro²
Laboratório de Estudos Medievais - LEM

Recebido: 01/06/2017
Aprovado: 11/06/2017

Resumo: Este artigo tem por objetivo realizar uma análise comparada da *Crônica de Alfonso X*, escrita em meados do século XIV, no reinado de Alfonso XI (1312 – 1350). Para isso, elegemos duas edições: a edição de 1875, elaborada por Cayetano Rosell a cargo da Biblioteca de Autores Españoles, e reeditada, sem alterações, em 1953, e a edição de 1988, realizada por Manuel González Jiménez, sob patrocínio da Real Academia Alfonso X el Sabio. Buscamos compreender as diferenças apresentadas em ambas as edições, no tocante à estruturação do texto, bem como a determinados acontecimentos do reinado de Alfonso, o Sábio (1252-1284).

Palavras-chave: Crônica; Alfonso X; Edições.

MEDIEVAL CHRONICALS AS SOURCE OF RESEARCH: A COMPARATIVE ANALYSIS OF TWO EDITIONS OF *CRÔNICA DE ALFONSO X*

Abstract: This article aims at achieving a comparative analysis of *Alfonso X's Chronicle*, written in the middle of XIV Century, in the reign of Alfonso XI (1312-1350). For that, we took two editions: the 1875 edition, made by Cayetano Rossel in charge of Biblioteca de Autores Españoles and reedited, without alterations, in 1953, and the 1988 edition, made by Manuel González Jiménez under sponsorship of Real Academia Alfonso el Sabio Alfonso X. We tried to understand the differences between both editions concerning the text structure as well as some events of Alfonso, the learned 's reign (1252 -1284).

Keywords: Chronicle; Alfonso X; Editions.

Introdução

A palavra crônica deriva do Latim *chronica* e caracteriza, desde o início do cristianismo, um modelo de registro dos fatos históricos de acordo com sua ocorrência, ou seja, em ordem cronológica.³

¹ E-mail: jaimeestevaoreis@hotmail.com.

² E-mail: laor.luiz@hotmail.com.

³ MASSAUD, M. **A criação literária:** prosa. São Paulo: Cultrix, 1984. p. 245. Cabe observar que na Grécia Antiga, o temo *chronikós* referia-se aos acontecimentos ocorridos ao longo do tempo. Para

Na Idade Média, as crônicas ganharam um *status* de História, os cronistas, todavia, buscavam registrar os acontecimentos sem a preocupação de investigar as causas ou estabelecer uma análise crítica dos mesmos. Segundo Massaud Moisés, “[...] a crônica atingiu o ápice depois do século XII, graças a Froissart, na França, Geoffrey of Monmouth, na Inglaterra, Fernão Lopes, em Portugal, Alfonso X, na Espanha”.⁴ O objetivo era elaborar um relato objetivo para garantir à posteridade a memória dos acontecimentos.

Certamente os cronistas não podiam registrar todos os acontecimentos e a história presente nas crônicas refere-se, na maioria das vezes, a episódios memoráveis, feitos e ações gloriosas de monarcas, guerras e batalhas, ações de nobres e homens da Igreja. Nos reinos hispânicos medievais, particularmente em Castela e Leão, os cronistas, laicos ou eclesiásticos, eram homens vinculados, em sua maioria, às cortes reais. Sob Alfonso X, o Sábio (1282-1284) foram escritas várias crônicas, conhecidas como *crônicas alfonsíes*, cujo objetivo era “recuperar” a história de Castela e Leão desde os tempos visigodos. Destacamos a *Primera Crónica General de España*,⁵ que se estende até o reinado de Fernando III, o Santo rei de Castela e Leão (1217/1230-1252).

A *Crônica de Alfonso X* que nos ocupamos neste artigo não foi, entretanto, escrita sob o reinado do monarca. Foi redigida a mando de seu bisneto, Alfonso XI (1311-1350), para preencher uma “lacuna” histórica, já que não se tinha um registro de mesma natureza sobre o reinado de Alfonso X.

A intenção de registrar as ações do monarca aparece no prólogo da *Crônica*:

[...] convém que os feitos dos reis, que assumem o lugar de Deus na terra, sejam registrados por escrito, particularmente dos reis de Castela e Leão, que pela lei de Deus e proveito da santa fé católica tiveram

André Burguière, “é na Grécia que o historiador da história encontra o primeiro exemplo de cronologia absoluta, ultrapassando a cronologia relativa oferecida pelas genealogias. Nem o tempo da Bíblia, nem o dos feiticeiros da África proporcionaram uma escala absoluta do tempo que possa comparar com o tempo astronômico” DUMOULIN, O. Cronologia. In: BURGUIÈRE, A. (Org.) **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 204.

⁴ MASSAUD, M. Op. Cit., p. 245.

⁵ O título completo é: *Primera crónica general de España que mandó componer Alfonso el Sabio y que se continuaba bajo Sancho IV en 1289*, redigida em três momentos: a *versão primitiva*, finalizada em 1274, a *versão crítica*, escrita entre 1282 e 1284, ano da morte de Alfonso X. A terceira, a *versão sanchina*, finalizada por Sancho IV, filho do monarca, em 1289.

muitos trabalhos e assumiram grandes perigos nos combates que travaram com os mouros expulsando-os da Espanha.⁶

O contexto de sua elaboração tem relação direta com o conteúdo da crônica, pois o fato do cronista registrar as primeiras medidas adotadas por Alfonso X (1252-1284) logo no início do seu reinado revela sua habilidade em resolver sérios problemas econômicos, como a alta dos preços, a escassez de alimentos, e políticos, como o comportamento indisciplinado da nobreza. Ao destacar tais fatos, o cronista tinha a intenção de que os leitores da *Crónica de Alfonso XI* (escrita no mesmo período) percebessem o quanto o rei, de quem Alfonso XI era descendente direto, era valoroso, enérgico e admirado.⁷

Alfonso XI (1312 – 1350) também enfrentou dificuldades semelhantes às de Alfonso X. Tornou-se rei com apenas um mês de idade, permanecendo, portanto, sob a proteção de tutores. Esta realidade provocou conflitos entre os grupos da nobreza que cercavam a casa real. A consequência imediata, pelo menos até a maioria do monarca, foi a paralização do movimento de Reconquista, além de grave crise econômica, guerras e conflitos.⁸

É esse cenário de conflitos e de disputa de poder entre o rei e a nobreza, que define o momento histórico de escrita da *Crónica de Alfonso X*. Além de atender ao objetivo inicial apresentado pelo cronista no início de sua redação, ou seja, preencher as lacunas históricas, a elaboração desse documento vincula-se ao momento conturbado do reinado de Alfonso XI, que apresenta algumas semelhanças - dadas as devidas ressalvas - com a realidade narrada sobre o reinado de Alfonso X (1252-1284), marcado, sobretudo, pela revolta nobiliária de 1272-1273.

⁶ “[...] conuiene que los fecho de los reyes, que tienen lugar de Dios en la tierra, sean fallados en escripto, sennaladamente de los reyes de Castilla e de León, que por la ley de Dios e por acresçentamiento de la santa fee católica tomaron mucho trabajos e se posyeron a grandes peligros en las lides que ouieron con los morros echándolos de Espanna”. CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998. p. 3 [Prólogo].

⁷ Cf. MARTÍNEZ, Purificación. La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, 13., Madrid, 2000. *Actas...* Madrid: s/n, 2000. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf>. Acesso: 08 fev. 2013.

⁸ SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José. **Alfonso XI (1312-1350)**. Paléncia: La Olmeda, 1995.

A *Crônica de Alfonso X*, bem como a *Crônica de Alfonso XI* assumem, nitidamente, um caráter propagandístico de afirmação e legitimação do poder real, em face dos acontecimentos vivenciados por ambos os monarcas em seus governos. O resgate da memória histórica do reinado de Alfonso X, por intermédio da escrita de sua crônica, transforma-se em instrumento político legitimador das ações de Alfonso XI.⁹

Neste artigo temos como objetivo elaborar uma análise comparada de duas edições da *Crônica de Alfonso X*. A primeira, realizada por Cayetano Rosell em 1953.¹⁰ A segunda, por Manuel González Jiménez em 1988. A reedição de Cayetano Rosell foi publicada pela Biblioteca de Autores Españoles, sem alterações, mantendo-se as características da edição de 1875 no tocante aos manuscritos e a tradução. A edição de Manuel González Jiménez, a terceira existente, foi patrocinada pela Real Academia Alfonso X el Sabio. Trata-se de uma edição crítica, na qual o autor revê a organização e a estruturação dos manuscritos utilizados por Cayetano Rosell.

As crônicas medievais: fontes e métodos

Antes de passarmos à análise comparativa destas duas edições da *Crônica de Alfonso X*, vamos resgatar a importância do trabalho metodológico e os cuidados necessários para uma análise crítica das crônicas medievais. Esse trato metodológico da fonte torna-se necessário porque um dos elementos a ser considerado são as edições e que podem, muitas vezes, influenciar o trabalho do historiador.

Conforme observamos, além de feitos memoráveis, as crônicas medievais retratam determinado contexto histórico, seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como a forma como os contemporâneos enxergavam a sua realidade. Essa pluralidade de informações amplia os campos de estudos para

⁹ Sobre a ideia de propaganda política na Idade Média, conferir: CAMMAROSANO, P. (Dir.). **Le forme della propaganda politica nel due e nel trecento**. Rome: École Française de Rome, 1994.

¹⁰ Esta publicação é, na realidade, uma reedição da edição elaborada pelo próprio Cayetano Rosell, em 1875.

quem se debruça sobre tais documentos.¹¹ Todavia, há que se ter um olhar cuidadoso na investigação das crônicas, considerando que elas podem conter uma intencionalidade não declarada, assim como qualquer outro documento histórico. Dessa forma, cabe ao pesquisador estabelecer parâmetros que lhe permitam elaborar uma análise crítica, sem incorrer na mera reprodução dos fatos narrados.

Segundo Moses Finley,¹² a realização de uma pesquisa histórica exige que o pesquisador leve em consideração alguns elementos fundamentais ao exercício da investigação. Informações acerca do contexto de elaboração da fonte, da autoria, da tipologia e dos termos, bem como da historiografia relativa ao documento e ao objeto de análise, tornam o trabalho do historiador mais crítico e responsável. Além disso, é preciso que sua tipologia e características específicas sejam consideradas como gênero literário ou como gênero histórico.¹³

Na relação entre crônica medieval e História, uma retomada do conceito de História durante a Idade Média faz-se necessária. Recorremos ao *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* (2006), que assim a define,

A história é um relato simples e verdadeiro, visando transmitir à posteridade a memória do que passou. [...] Naturalmente, a história não podia conservar a memória de tudo o que havia passado. Só devia fixar o que era digno de lembrança e relatar coisas memoráveis. Isto é, os prodígios, as guerras, os atos de príncipes e santos.¹⁴

¹¹ TULIANI, Maurizio. La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio. *Studia Historica. Historia Medieval*, Salamanca, v. 12, p. 3-23, 1994. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_en_un_manuscrito.pdf>. Acesso: 01 jan. 2013. p. 3.

¹² FINLEY, Moses. *História Antiga: Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

¹³ A crônica medieval está relacionada a definições como gênero histórico e/ ou literário, uma vez que apresenta características destes dois campos de estudo. Leonardo Funes (1997), ao fazer um mapeamento dos estudos das crônicas ao longo do tempo, explica que durante o século XVIII, com os Iluministas, este gênero passa a ser considerado literário, pois não se adequava aos critérios da História como ciência. Somente no século XIX que se busca, novamente, caracterizar a crônica como gênero histórico. Atualmente, a crônica medieval tem sido objeto de estudo tanto da História como da Literatura, se caracterizando como um documento histórico-literário, portanto, exige a interdisciplinaridade do trabalho de investigação. Ver. FUNES, Leonardo. Las crônicas como objeto de estudio. *Revista de poética medieval*, 1, p. 123-144, Buenos Aires: 1997. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 19/04/2014.

¹⁴ GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. v. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 526.

A ideia de memória para o homem medieval era um conceito amplo e estava em oposição ao esquecimento. A memória englobava as comemorações rituais dos mortos e, também estava ligada aos objetos e à manipulação de objetos que rememoravam ao homem determinados episódios.¹⁵ As explicações tradicionais da relação que se estabelece entre memória e história já não são suficientes para a compreensão e aplicabilidade do conceito. Peter Burke esclarece que:

Tanto a história quanto a memória passaram a revelar-se cada vez mais problemáticas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.¹⁶

Além de enfatizar que o conceito de memória tem sido observado de forma ainda mais complexa, o autor explica que ela não é fruto de indivíduos isolados, mas é influenciada pelos grupos sociais e pelo coletivo. Desta forma o termo “*memória social*” resume o complexo processo de registro e recordação do passado, pelo qual perpassa a memória.¹⁷

Se na Idade Média, a crônica era uma das maneiras de registrar a memória e, por consequência, fazer a História, atualmente tem sido objeto de investigação de vários pesquisadores e estudiosos do medievo, especialmente, da Baixa Idade Média. Segundo Marcela Lopes Guimarães,

A crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, [...] com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. [...] Ora, ao afirmar ser a crônica um texto narrativo, isso significa que seu estudo inclui elementos como foco, espaço, tempo, personagens, enredo, figuras e intertextualidade que, dentre mais componentes, interessam aos Estudos Literários; assim como a transcrição de manuscrito e a realização de edições críticas

¹⁵ GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 167.

¹⁶ BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 69-70.

¹⁷ Ibidem. p. 71-72.

interessam prioritariamente à Filologia que, ao fim, acaba por realizar um trabalho de que todos os medievalistas precisam.¹⁸

Devemos compreender que a crônica medieval enquanto documento de análise interdisciplinar exige dos pesquisadores, independentemente da área do conhecimento, os cuidados específicos de um texto narrativo. Ao historiador do presente, cabe, primeiramente, conhecer a documentação, o contexto no qual ela foi produzida e, a partir destes elementos, questioná-la de forma adequada, considerando as noções de tempo, espaço e personagens envolvidos na narrativa. Além disso, deve-se levar em conta a busca pela “verdade”, elemento que, naquele momento, garantia prestígio e respeito às obras.

Um documento histórico não se constitui sozinho, uma vez que não é natural ou preexistente à pesquisa histórica, mas, se organiza na interação com o sujeito pesquisador. Portanto, “[...] nem o objeto impõe condições absolutas ao sujeito, o obrigando a uma adaptação total para ascender a seu conhecimento, nem o sujeito projeta suas categorias e inventa um objeto de outro modo inexistente”.¹⁹

Pensar o objeto de estudo como algo construído na relação com o sujeito pesquisador pressupõe a dialética da produção historiográfica. Aos pesquisadores da Idade Média, por vezes, essa relação torna-se mais conflituosa, levando-se em conta a necessidade de identificar o contexto de produção e também período ao qual a documentação se refere, além de não descartar o próprio contexto do historiador ou do pesquisador que se propõe ao estudo.

Grande parte das crônicas medievais recupera em sua narrativa documentos de época, que só chegaram aos nossos dias devido à sua preservação. Logo, em uma reflexão sobre a crônica é preciso cuidado para a compreensão dos documentos – em sua maioria cartas e registros de Corte – inseridos na narrativa, mas, também, considerar a construção textual de seu tempo, que responde às

¹⁸ GUIMARÃES, Marcela Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 67-78, 2012. p. 70. Disponível em: <<http://dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM.../23/65>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

¹⁹ “[...] ni el objeto impone condiciones absolutas al sujeto, obligándolo a una adaptación total para acceder a su conocimiento, ni el sujeto proyecta sus categorías e inventa un objeto de otro modo inexistente [...]” FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval**, Buenos Aires, v. 1, p. 123-144, 1997. p. 123. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

expectativas e anseios daqueles que estavam envolvidos no contexto, bem como na elaboração do texto. Dessa forma, é preciso compreender que:

As crônicas narram histórias tão importantes quanto averiguar a sucessão de fatos e cotejá-los com outros tipos de fontes, é analisar a maneira como o cronista narrou: seus juízos, interferências, interlocução, metáforas e natureza das compilações realizadas.²⁰

A participação do cronista e sua intensa contribuição na produção textual não podem ser isentas de análises. Existe na seleção feita pelo autor uma intencionalidade, respondendo às exigências superiores que, em sua maioria, estão inseridas dentro de um contexto político mais amplo. Ou seja, as crônicas medievais são produtos das cortes que as encomendam e, em grande medida, atendem aos anseios e expectativas dos reis solicitantes.

O trabalho do historiador se encontra na capacidade de compreender a forma da escrita e de investigar a fonte, justamente para entender a interlocução do autor com o texto. Muitas vezes, as crônicas medievais proporcionam um caráter misto na apresentação, além da narrativa do cronista, há também os documentos do contexto retratado.

A relação existente entre crônica e História é estreita. Os pesquisadores lançam mão dos discursos cronísticos medievais, por entenderem que “[...] a elucidação dos modos de viver, de desejar ser visto, de pensar, de se relacionar com a tradição, com o passado e com o futuro”,²¹ são uma constante nas crônicas tardo-medievais. Pensar essa tipologia documental pressupõe a consciência da necessidade do trabalho interdisciplinar, não só pela ampliação das análises ocorridas, a partir do século XX, mas, principalmente, por compreender a crônica como um documento capaz de oferecer às pesquisas, as mais diversas informações e análises ligadas à mentalidade do homem medieval, sua maneira de encarar o passado e projetar seu futuro, por meio de relatos considerados históricos.

Quando ponderamos acerca da ação do cronista, é preciso levar em conta que, o papel por ele exercido na produção das crônicas atrelava-se ao que se esperava dele. Assim, mais do que analisar meramente um discurso, a preocupação

²⁰ GUIMARÃES, Marcela Lopes. Op. Cit., p.74.

²¹ Idem.

com o estudo das crônicas passa pela necessidade de compreender um contexto político e os ideais do momento.

A *Crónica de Alfonso X* tem sido objeto de pesquisa dos historiadores e filólogos, que buscam compreender não só a narrativa, mas também o seu discurso histórico. De acordo com Maurizio Tuliani,

Para a historiografia moderna seu interesse particular não se estabelece só nos sucessos que se relatam, mas também na forma em que a narração se desenvolve, na maneira de refletir o ambiente cultural em que se escreve, nas ideias políticas e religiosas que constituem o bastidor da obra.²²

O que se evidencia nas crônicas é a intenção do cronista em esclarecer o leitor acerca dos objetivos da obra e a forma como ela foi elaborada. Geralmente, essas informações aparecem no prólogo, como ocorre na *Crónica de Alfonso X*:

Por muitos modos e por muitas maneiras, os antigos que foram nos primeiros tempos quiseram que as coisas que foram faladas e passadas se pudessem saber. E por nobreza de si mesmo, sendo leal aos que eram de bem, fizeram escrever, entendendo que deste modo poderia melhor sabê-las os que viessem depois deles e aqueles feitos ficariam guardados e durariam muito tempo.²³

Por se tratar de um gênero histórico capaz de registrar acontecimentos, fica evidente a preocupação de narrar uma história que permanecesse viva ao longo do tempo. Na *Crónica de Alfonso X*, os acontecimentos são relativos ao reinado do monarca, tendo sido encomendada por Alfonso XI (1312-1350), seu bisneto no final de seu reinado. Porém, no decorrer da investigação encontramos dificuldade para definir a data de escrita do documento. Sabemos que o prólogo registra o

²² "Para la moderna historiografía su particular interés no radica sólo en los sucesos que se relatan, sino también en la forma en que la narración se desarrolla, en la manera de reflejar el ambiente cultural en que se escribe, en las ideas políticas y religiosas que constituyen el trasfondo de la obra". TULIANI, Maurizio. Op. Cit., p.3.

²³ "Por muchas guisas e por muchas maneras los antiguos que fueron en los tiempos primeros quisieron que las cosas que fueron falladas e pasaron se podiesen saber. Et por nobleza de sy mesmos, seyendo leales a los que eran de benir, fiziéronlas escreuir, entendiendo que por esta guisa las podrían mejor saber los que veniesen en pos ellos et aquellos fechos fincarían guardados e durarían grandes tiempos". CRÓNICA DE ALFONSO X. Ed. Manuel González Jiménez. Op. Cit., p. 3.

monarca como senhor de Algeciras, cidade conquistada no ano de 1344, data provável de sua elaboração.²⁴

O mesmo acontece quando se busca determinar a autoria da *Crónica de Alfonso X*. Manuel González Jiménez sugere dois possíveis autores: Fernán Sánchez de Tovar ou Fernán Sánchez de Valladolid. Manuel González Jiménez afirma existir certo desacordo entre os historiadores Julio Puyol, Salvador de Moxó e Diego Catalán, Puyol, sobre essa questão. Puyol apesar de atribuir à autoria da *Crónica* a Fernán Sánchez de Valladolid, faz algumas confusões com os dois nomes, enquanto Moxó, como conhecedor do reinado de Alfonso XI – período de elaboração da *Crónica de Alfonso X* – afirma que os dois nomes correspondem à mesma pessoa, opinião compartilhada por Diego Catalán.²⁵

Portanto, é provável que Fernán Sánchez de Valladolid, membro da chancelaria do rei Alfonso XI, seja o autor. Também é possível que alguns colaboradores tenham participado da elaboração do texto, considerando que as atividades de copistas e tradutores eram muito comuns na Idade Média. Isso explicaria algumas divergências na forma da escrita ao longo do texto.²⁶

Passemos à análise comparativa de duas edições da *Crónica de Alfonso X*. A edição de 1953, na verdade uma reedição, sem alterações, da primeira edição de 1875 a cargo de Cayetano Rosell, publicada pela Biblioteca de Autores Españoles, e a edição elaborada por Manuel González Jiménez em 1988, sob patrocínio da Real Academia Alfonso X el Sabio.

Uma análise comparada da *Crónica de Alfonso X*: a edição de Cayetano Rosell (1875/1953) e a de Manuel González Jiménez (1998)

As investigações apontam a existência de pelo menos 34 manuscritos da *Crónica de Alfonso X*. A maioria pertence à Biblioteca de Madri, apenas um deles, do século XVI, encontra-se em Nova Iorque, na Hispanic Society of America.

²⁴ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X. **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, Lyon, v. 23, n. 1 p. 177-212, 2000. p. 181. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918>. Acesso em: 21 dez. 2012.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem. p. 182.

Segundo Paula Kelley Rodgers (1987) somente quatro manuscritos pertencem ao século XIV e estão assim localizados: o primeiro encontra-se na Biblioteca del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial (Ms. Y. I. 5); o segundo pertence à Biblioteca Nacional de Madri (Ms. 10132); o terceiro é de propriedade da Real Academia de História de Madri (Ms. 9-4761); e o quarto, na Biblioteca Menéndez Pelayo de Santander (Ms. 563).²⁷

A maioria dos manuscritos foi datada nos séculos XV e XVI, o que demonstra o interesse pela *Crónica de Alfonso X* na Europa no início do período moderno. Dentre os manuscritos mais utilizados pelos historiadores estão o de número 829, da Biblioteca Nacional de Madrid, e o de número 2777, da Biblioteca do Palácio do Oriente, também em Madri, considerados os mais completos. O primeiro manuscrito (Ms. 829) está disponível *on line*, mais precisamente, no *site* da Biblioteca Nacional da Espanha – Biblioteca Digital Hispánica. Datado de 1489, apesar de apresentar erros cronológicos e não ser considerado o melhor disponível foi utilizado por Cayetano Rosell na edição publicada em 1875 e por José Luis Villacañas Berlanga, em 2005.²⁸

O manuscrito 2777, da Biblioteca do Palácio do Oriente de Madri, foi utilizado por Manuel González Jiménez, para sua edição de 1998. Além desses, outro manuscrito ganhou visibilidade nos últimos anos, o 10132, da Biblioteca Nacional da Espanha, igualmente disponibilizado na *internet*, assim como o MS. 829.

O manuscrito 10132²⁹ é considerado o mais antigo, datado entre 1301 e 1400, sempre consultado para a elaboração das edições da *Crónica de Alfonso X*, uma vez que representa o documento mais próximo do original que se tem

²⁷ Paula Kelley Rodgers publicou, em 1987, sua tese acerca da *Crónica de Alfonso X*, centrada na crítica à edição de Cayetano Rosell, mas também, elaborou uma análise de todos os manuscritos existentes, localizando-os ao leitor e descrevendo o estado de conservação dos mesmos. Sua investigação possibilitou novos estudos e edições da *Crónica*. Conferir: RODGERS, Paula Kelley. **Prolegomena to a Critical Edition of the “Cronica de Alfonso X”**. Michigan: University Microfilms Service, 1987. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/3rk2d1ft#page-17>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

²⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Op. Cit., p. 177-178.

²⁹ Manuscrito disponível no site da Biblioteca Digital Hispánica, vinculada à Biblioteca Nacional de Espanha. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/2710397>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

conhecimento até hoje. Estes manuscritos tem formado a base de consulta para as edições recentes da *Crónica de Alfonso X*.

Existem seis edições da *Crónica de Alfonso X*, a primeira publicada por Miguel de Herrera em Valladolid, em 1554; a edição de Cayetano Rosell de 1875, pela Biblioteca de Autores Españoles, reeditada em 1953 pela mesma biblioteca; a quarta, da Real Acedemia de Alfonso X El Sabio, organizada por Manuel González Jiménez em 1998; a quinta, publicada pela *The University Press of Kentucky* e organizada por Shelby Tracker e Jose Escobar, em 2002 e a sexta, da Biblioteca Saavedra Fajardo, organizada por José Luis Villacañas Berlanga em 2005.

O foco desta discussão, no entanto, centrar-se-á nas edições de Cayetano Rosell, de 1875, reimpressa em 1953 e a edição de Manuel González Jiménez de 1998. Essa análise comparativa nos permite compreender as mudanças ocorridas no trabalho metodológico de manuseio das fontes nos cerca de 100 anos que separam a (re)edição de Caetano Rosell e a de Manuel González Jiménez.

A edição de Caetano Rosell recebeu inúmeras críticas por parte de estudiosos da *Crónica de Alfonso X*, especialmente daqueles que se dedicam à sua análise textual. Destacamos as observações da pesquisadora Paula Kelley Rodgers, cuja tese de doutoramento constitui-se em uma crítica a essa edição:

Em resumo, a edição da BAE pode ser descrita como uma transcrição extremamente defeituosa do Ms. 829, BNM [Biblioteca Nacional de Madrid], ocasionalmente corrigida por VI 554 [Valladolid, 1554] e, no Prólogo, pelo Ms. 10195, BNM. Não há provas que indiquem qualquer agrupamento formal das principais testemunhas empregado em algum ponto da edição ou que o MS. M.II.2, BES [Biblioteca del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial] ou qualquer manuscrito Escorial foi consultado.³⁰

O grande problema dessa edição de 1875/1953 é a falta de cotejamento de fontes auxiliares, que poderiam auxiliar no esclarecimento de passagens obscuras nos manuscritos, além do total despreendimento do editor em relação às lacunas

³⁰ "In summary, the BAE edition can be described as an extremely defective transcription of MS. 829, BNM [Biblioteca Nacional de Madrid], occasionally corrected by VI 554 [Valladolid, 1554] and, in the Prologue, by Ms. 10195, BNM. There is no evidence to indicate that a formal collation of the claimed witnesses was employed at any point in the edition or that MS. M.II.2, BES [Biblioteca Del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial], or any Escorial MS was consulted". RODGERS, Paula Kelley. Op. Cit., p. 249.

que o manuscrito utilizado deixou na transcrição do texto. Além disso, há a questão da modernização das palavras e da grafia do século XIV, prática adotada pelos autores do século XIX, declarada pelo próprio Cayetano Rosell:

Não estranhem nossos leitores a irregularidade é inconseqüência que notarão no sistema, ou melhor, na falta total do sistema de ortografia que empregamos. A variedade com que escrevemos nomes e verbos, umas vezes respeitando sua forma antiga, outras os modernizando, usando indistintamente maiúsculas e minúsculas, e desconsiderando completamente os signos prosódicos das vozes, proveniente da mesma incorreção que se vê nos originais.³¹

John Esten Keller afirma que o manuscrito 829 escolhido por Cayetano Rosell, não é o mais indicado por apresentar erros topográficos e de grafia que não foram apontados em sua edição.³² A justificativa do editor aos leitores não tem caráter explicativo, mas informativo. Apesar de disponibilizar pela primeira vez o texto da *Crónica de Alfonso X*, o trabalho resulta num texto problemático e que deve ser utilizado com cautela como fonte para o estudo do reinado de Alfonso X.

Para sua edição crítica da *Crónica de Alfonso X*, Manuel González Jiménez utilizou o manuscrito II/2777 da Biblioteca do Palácio do Oriente de Madri que, apesar da perda de alguns fragmentos, lhe pareceu mais apropriado. As lacunas do texto foram suprimidas pelo editor por meio de consultas a outros manuscritos da Biblioteca Nacional da Espanha (MS. 829; MS. 10195 e MS. 2880), além da abundância de notas explicativas. Seu objetivo foi

“[...] disponibilizar aos leitores interessados no reinado de Alfonso X uma Crônica que, apesar de suas muitas falhas, é uma referência obrigatória para o estudo do reinado e obra de Alfonso X. Tentei oferecer [...] os elementos interpretativos que permitem o entendimento

³¹ “No extrañen nuestros lectores la irregularidad é inconsecuencia que notarán en el sistema, ó mejor dicho, en la falta total de sistema de la ortografía que hemos empleado. La variedad con que escribimos nombres e verbos, unas veces respetando su forma antigua, otras modernizándolos, usando indistintamente de mayúsculas ó minúsculas, y desatendiendo completamente los signos prosódicos de las voces, proviene de la misma incorrección que se ve en los originales.” CRÓNICA DEL REY DON ALFONSO X. In: ROSELL, D. C. (Ed). **Crónicas de los Reyes de Castilla**. Madrid: Atlas, 1953. t. 1 (BAE). p. IX.

³² KELLER, John Esten. Preface. In: **CHRONICLE OF Alfonso X**. Shelby Thacker, José Escobar (Ed.). Lexington: The University Press of Kentucky, 2002.

da *Crónica*, e também corrigi-la e completa-la nas passagens que precisam”.³³

Além do cotejamento de vários manuscritos, o autor identificou quatro sessões temáticas que estruturam a obra, escritas separadamente, e que não apresentam uma ordem cronológica dos acontecimentos. Esse é, notadamente, um dado esclarecedor que a edição de Cayetano Rosell não apresenta, o que torna a análise da *Crónica* mais complexa.

A primeira seção da *Crônica* contempla o período de 1252 a 1272 (capítulos I ao XIX). Essa parte trata da ascensão de Alfonso X ao trono de Castela e Leão, a organização monetária dos reinos de Castela e Leão e, sobretudo, a política de manutenção dos territórios conquistados por Fernando III, bem como dos pequenos reinos muçulmanos incorporados pelo próprio Alfonso, como Niebla, Tejada, Jerez, Arcos, Lebrija, entre outros.

A segunda seção compreende os anos de 1272 e 1273 (capítulos XX ao LVIII), relata a revolta nobiliária deste período e os enfrentamentos com Alfonso X. Nesta parte o cronista reproduz uma rica documentação de época, especialmente, as cartas de reivindicações nobiliárias ao monarca. Esses capítulos da *Crónica de Alfonso X* constituem, portanto, uma exceção à estrutura até então apresentada ao leitor. Elimina os erros cronológicos e apresenta cerca de cinquenta e sete documentos transcritos.

A terceira seção trata dos anos de 1274 e 1275 (capítulos LIX ao LXIV) aborda, fundamentalmente, o fim da revolta nobiliária. O cronista menciona os preparativos da viagem de Alfonso X à corte imperial.³⁴

³³ “[...] poner a disposición de los lectores interesados en el reinado de Alfonso X una Crónica que, a pesar de sus muchos defectos, es de obligada referencia para el estudio del reinado y obra de Alfonso X. He tratado de ofrecer [...] los elementos interpretativos que permitan entender la Crónica, y también corregirla y completarla en los pasajes que precisan.” GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Op. Cit., p. 180-181.

³⁴ A questão do Império é importante para Alfonso X (1252 – 1284). O rei Sábio buscou se consolidar como um rei de destaque na Península Ibérica e, a partir disso, reclamar o trono do Sacro Império Romano-Germânico. Além de não abrir mão de sua herança germânica advinda de sua mãe, Alfonso X busca junto aos nobres o apoio para garantir sua coroação, que ficou ainda mais evidente após o discurso de Bandino Lancia que reconhecia Alfonso X como imperador. Para esta discussão, conferir: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X El Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004. p. 111-115.

A quarta e última seção, refere-se ao período de 1275 a 1284 (capítulos LXV ao LXXVII) e trata dos feitos de Sancho IV, filho do monarca, contra os *benemerines*³⁵ e, sobretudo, da questão sucessória. O segundogênito reivindica a sucessão ao trono, em detrimento aos filhos de Fernando de La Cerda, herdeiros diretos da coroa.³⁶ Esta parte é completada pelo relato dos enfrentamentos e negociações com o rei de Granada.

A edição de Manuel González Jiménez (1998) amplia as possibilidades de investigação acerca do reinado de Alfonso X, uma vez que preenche muitas das lacunas e erros de datação dos acontecimentos, presentes na edição de Cayetano Rosell (1875/1953).

Na impossibilidade de compararmos todos os problemas apresentados nesta edição, citamos dois exemplos. O primeiro relativo ao capítulo XIX, o último da primeira seção. Em sua edição, Cayetano Rosell, ao tratar da expedição de Alfonso X à cidade de Salé, no Marrocos, em setembro de 1260, transcreve seu nome como Cáliz (Espanha).³⁷ Manuel González Jiménez corrige a grafia para Çalé (Marrocos).³⁸ O segundo, no capítulo LIX ao tratar dos preparativos da viagem de Alfonso X ao Império, Cayetano Rosell afirma que os navios foram carregados nos portos de Algecira.³⁹ Baseando-se no manuscrito II/2777 da Biblioteca do Palácio

³⁵ Dinastia berbere dos Banu Marin do norte da África.

³⁶ Com a morte de Fernando de La Cerda, Sancho IV apresenta-se como candidato ao trono de Castela, apesar da insatisfação de Alfonso X. A resistência do monarca deve-se à sua preferência de que, seu neto Alfonso, filho de Fernando de La Cerda, fosse declarado futuro rei. No entanto, Sancho IV articula com parte da nobreza a sua ascensão ao trono. Conferir: PIZARRO DÍAS, Nuno. O dilema de Alfonso X. **Revista da Faculdade de Letras**. História, Porto, s. II, v. 15, n. 2, 1998, p. 1345-1360. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4061.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

³⁷ “*En los diez é siete años del regnado deste rey don Alfonso, que fué en la era de mil é trescientos é siete años, é andaba el año de la nascencia de Jesucristo en mil é doscientos é sesenta é nueve, seyendo el Rey llegado á Sevilla, sopo que la villa de Cáliz, que es puerto allende la mar, se estaban las gentes della seguradas, é las puertas de la villa que las neon guardaban de dia, nin de noche non las cerraban; é dijeron al Rey que si enviaba y la su flota con gentes, que tomarian aquella villa de Cáliz*”. CRÓNICA DEL REY DON ALFONSO X. In: ROSELL, D. C. (Ed). **Crónicas de los Reyes de Castilla**. Madrid: Atlas, 1953. t. 1 (BAE). p. 13-14. Grifo nosso.

³⁸ “*En los diez e siete annos del regnado deste rey don Alfonso, que fue en la era de mill e trezentos e syete et andaua el año de la nascençia de Ihesu Christo de mill e dozientos e sessenta et nueve anos, seyendo el rey llegado a seuilla, sopo que la villa de Çalé, que es puerto allende la mar, se estauan las gentes della seguradas e las puertas de la villa que las non guardauan de día nin de noche non las çerrauan. Et dixieron al rey que sy enbiase y la su flota com gentes, que tomaría aquella villa de Çalé*” CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Op. Cit., p. 53-54. Grifo nosso.

³⁹ “*Otrosí mandó cargar en Sevilla é en los puertos de Algecira muchas naves de trigo [...]*” CRÓNICA DEL REY DON ALFONSO X. In: ROSELL, D. C. (Ed). Op. Cit., p. 47. Grifo nosso.

do Oriente de Madri, Manuel González Jiménez, conclui que os carregamentos se deram nos portos de Gallizia e das Asturias.⁴⁰

Ao longo de todo o texto da edição da *Crônica de Alfonso X* organizada por Cayetano Rosell, há indicações das modificações efetuadas, seja de ordem ortográfica, ou de apresentação dos capítulos. Diferentemente de Manuel González Jiménez, Rosell não problematiza e não confronta a documentação, o que o impede de disponibilizar ao pesquisador uma edição crítica. Sua edição, ao contrário, contém inúmeras imprecisões técnicas e certo empobrecimento das informações.

Considerações finais

Neste artigo procuramos realizar uma análise comparada de duas edições da Crônica de Alfonso X: a primeira edição, de 1875, reeditada em 1953 pela Biblioteca de Autores Españoles, e a edição realizada pelo medievalista Manuel González Jiménez em 1998, a cargo da Real Academia Alfonso X, el Sabio.

A análise comparativa aqui proposta teve por objetivo não somente confrontar duas edições diferentes, mas também duas formas de pensar a História e o documento histórico. Se na edição de Cayetano Rosell, não há qualquer menção à historiografia e/ou a outros documentos que poderiam dar suporte ao trabalho de publicação realizado pelo autor, sobretudo no que se refere à busca por uma aproximação à linguagem original do manuscrito, isso é reflexo da forma de pensar a fonte histórica em fins do século XIX.

A edição de Manuel González Jiménez, de 1998, apresenta as características de um estudo crítico de acordo com perspectiva de investigação proposta pelos *Annales*, ou seja, a de que o historiador deve sempre perscrutar o documento. É exatamente essa a preocupação do autor, ao afirmar:

Sabíamos [...] que se tratava de um texto cheio de problemas, cheio de erros cronológicos e até mesmo parcial em muitos de seus julgamentos. Quase todas essas reprovações poderiam ser sanadas com a utilização de outras fontes, principalmente documentais, e com olhar criterioso do historiador.⁴¹

⁴⁰ "Otrosoy mandó cargar en Seuilla e en los puertos de **Gallizia** e de **Asturias** muchas naues de trigo [...]". CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Op. Cit., p.171. Grifo nosso.

⁴¹ "Sabíamos [...] que se tratava de un texto lleno de problemas, plagado de errores cronológicos y hasta parcial en muchos de sus juicios. Casi todos esses reproches podían ser subsanados con el

O cotejamento dos manuscritos, o manuseio de uma rica documentação do período e, sobretudo, o estreito diálogo com especialistas na obra alfonsina, permitem ao autor a elaboração de uma edição crítica da *Crónica de Alfonso X*. Tal edição não dispensa o pesquisador interessado no reinado de Alfonso X, dos cuidados que deve ter ao trabalhar com essa fonte. Deve-se levar em conta não apenas o conteúdo apresentado no documento, mas, especialmente que o compreende o seu exterior, o contexto de elaboração, as intencionalidades e as motivações que levaram à sua produção no reinado de Alfonso XI (1312 – 1350), bisneto do monarca.

Referências bibliográficas

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América**. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BURKE, Peter. História como memória social. *In: __. Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 67-89. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Burke-memoria_social.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

CAMMAROSANO, P. (Dir.). **Le forme della propaganda politica nel due e nel trecentos**. Rome: École Française de Rome, 1994.

CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

CRÓNICA DEL REY DON ALFONSO X. *In: ROSELL, D. C. (Ed). Crónicas de los Reyes de Castilla*. Madrid: Atlas, 1953. t. 1 (BAE).

CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). José Luis Villacañas Berlanga. S. l.: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. Disponível em:

<<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0021.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

CHRONICLE OF ALFONSO X. Translated by Shelby Thacker and José Escobar. Lexington: The University Press of Kentucky, 2002.

recurso a outras fontes, principalmente documentales, y con el buen criterio del historiador"
GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Op. Cit., p. 177.

DUMOULIN, O. **Cronologia**. In: BURGUIÈRE, A. (Org.) **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ELIAS, Norbert. Sobre a sociogênese do Estado. In: ELIAS, Norbet. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2. p. 87 – 190.

FINLEY, Moses. **História Antiga: Testemunhos e Modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval**, Buenos Aires, v. 1, p. 123-144, 1997. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. Bauru, SP: Edusc, 2006. p.167-181.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X. **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, v. 23, n. 1 p. 177-212, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918>. Acesso em: 21 dez. 2012.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X El Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques.; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 523–536.

GUIMARÃES, Marcela Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 67-78, 2012. Disponível em: <<http://dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM.../23/65>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

KELLER, John Esten. Preface. In: **CHRONICLE OF Alfonso X**. Shelby Thacker, José Escobar (Ed.). Lexington: The University Press of Kentucky, 2002.

MARTÍNEZ, Purificación. La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, 13., Madrid, 2000. **Actas...** Madrid: s/n, 2000. Disponível em:

<http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf>. Acesso: 08 fev. 2013.

MASSAUD, M. **A criação literária: prosa**. São Paulo: Cultrix, 1984.

RECUERO LISTA, Alejandra. La política matrimonial durante o reinado de Alfonso XI de Castilla. **Estudios Medievales Hispánicos**, v. 3, p. 151–172, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/661936/emh_3_5.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 mar. 2016.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o sábio (1252 – 1284)**. Assis, 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

RODGERS, Paula Kelley. **Prolegomena to a Critical Edition of the “Cronica de Alfonso X”**. Michigan: University Microfilms Service, 1987. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/3rk2d1ft#page-17>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, José. **Alfonso XI (1312-1350)**. Palência: La Olmeda, 1995.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques. **As duas faces da realeza na Castela do século XIII: Os reinados de Fernando III e Alfonso X**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Almir_Marques_de_Souza_Junior-S.pdf>. Acesso: 05 jan. 2013.

TULIANI, Maurizio. La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio. **Studia Historica. Historia Medieval**, v. 12, p. 3-23, 1994. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_en_un_manuscrito_.pdf>. Acesso: 01 jan. 2013.

VILLACAÑAS BERLANGA, José Luis. **Reseña a Crônica de Alfonso X**. Biblioteca Saavedra Fajardo, Espanha, 2005. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/NOTAS/RES0021.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Jaime Estevão dos Reis
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História.
Avenida Colombo, 5790, Zona 7.
Maringá-PR - Brasil. CEP: 87020-900.

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro
Rua Vereador Primo Monteschio, 238, Zona 02.
Maringá-PR – Brasil. CEP. 87005-000



RESENHA:

ROSSI, AMANDA. **MOÇAMBIQUE, O BRASIL É AQUI: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS BRASILEIROS NA ÁFRICA.** RIO DE JANEIRO: RECORD, 2015. 405 P., FOTOS, MAPAS.

Fernanda Gallo¹
Universidade Estadual de Campinas

Recebido: 06/10/2016

Aprovado: 02/02/2017

Dividido em 21 sessões e um apêndice de peso, com entrevistas do escritor moçambicano Mia Couto e do ex-presidente brasileiro Lula, o livro *Moçambique, o Brasil é aqui: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África* extrapola a ideia de reportagem e propõe um deslocamento histórico e espacial pelo território moçambicano no qual, Amanda Rossi, a julgar por seus agradecimentos, parece ter construído visíveis laços de afeto.

Instigada pela presença cultural, religiosa e pelo crescente interesse econômico do Brasil em Moçambique, a obra contextualiza as relações históricas entre os dois países até chegar ao tempo presente. Para tanto, a jovem jornalista percorreu de trem, *machimbombo*, *chapa* e *tchopela* grande parte do território moçambicano onde o Brasil, de alguma forma, se faz presente nos chamados projetos de cooperação (Fiocruz, Embrapa, SENAI, Caixa Econômica e Ministérios da Educação, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Esporte) ou fazendo negócio: Vale, OAS, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Embraer, Rede Record, Petrobrás, Eletrobrás, Grupo Pinesso (produção de soja) e BRF (venda de frango congelado).

Entre tais projetos destaca-se sua visita a região norte, precisamente em Lichinga, capital do Niassa, onde constatou o paradoxo entre o entusiasmo dos estudantes da Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que capitaneia um dos maiores projetos de cooperação entre o Brasil e Moçambique - e as dificuldades lá enfrentadas devido à falta de luz e internet, essencial para um curso a distância. Em Moatize, na província central de Tete, Rossi acompanhou de perto as manifestações dos reassentados da mineradora Vale e percorreu a ferrovia do *Projeto Corredor de Nacala* (PCN), vasta região em que o modelo de agronegócio

¹ E-mail: fedoca_gallo@hotmail.com.

pretende se instalar com apoio da Embrapa, até chegar a própria cidade de Nacala Porto com seu grandioso (e questionável) aeroporto construído pela Odebrecht.

Seus múltiplos trajetos, suas conversas com analistas moçambicanos, muitos deles críticos a atuação do Brasil e também com camponeses desconfiados com o Pro-SAVANA (Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique) somado a um conjunto de dados e documentos embasaram Rossi a construir uma contundente análise sobre os interesses brasileiros na chamada “pérola do Índico” que, segundo a autora, são pautados por um visível interesse econômico. Tal situação é identificado, por exemplo, no grande volume monetário destinado aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Banco do Brasil em favor das principais construtoras brasileiras que fazem negócios em Moçambique, em contraponto a parca soma destinada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que desenvolve projetos no âmbito científico, social ou cultural.

Um dos capítulos mais instigantes do livro foi elaborado a partir de telegramas secretos (que a jornalista não precisa como teve acesso) trocados entre a embaixadora Leda Lúcia Camargo e o Itamaraty, no período em que a mineradora Vale venceu a licitação em Moatize (2004). O documento evidencia o lobby feito entre o estado brasileiro e o governo moçambicano para tornar o “carvão é verde amarelo”, título da seção. O texto ganha contornos ainda mais polêmicos quando a jornalista divulga as relações entre Leda Lúcia e Sérgio Vieira, alto escalão do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que teria repassado informações privilegiadas sobre o processo de licitação. Supostamente em troca do auxílio de Vieira, no telegrama de 17/11/2004, Leda solicitou a *Ordem Rio Branco* que condecorasse Vieira por serviços meritórios “desde que não se toque em sua atuação no projeto Vale, mas tendo como motivo, para aparências, o fato dele ter chefiado a primeira visita diplomática moçambicana no Brasil (1980)”.²

A divulgação de documentos como esse, os inúmeros dados econômicos e, sobretudo, o relato dos deslocamentos feitos pela jornalista aproximam o leitor das realidades moçambicanas e despontam como os grandes méritos do livro. Contudo,

² ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África**. Rio de Janeiro: Record, 2015, 405 p., fotos, mapas. p. 97.

por se tratar de capítulos que podem ser lidos separadamente, por vezes, o livro se torna repetitivo o que não compromete sua leitura. A única ressalva empregada pela autora seria o uso de certos termos em descrições como: “ Os dezesseis homens que combatiam a Vale eram como leopardos camuflados entre arbustos”.³ A relação entre o continente africano e o reino animal, que povoa o meio midiático parece mais atrapalhar do que permitir uma análise sofisticada sobre a complexidade do continente. Ao menos para grande parte do público brasileiro cujo conhecimento sobre tal complexidade apresenta sérias limitações.

Ao final, a conclusão que fica é que se em um primeiro momento éramos percebidos em Moçambique como “o grande irmão brasileiro” hoje em dia nos sobrou a fama de “primos ricos” cujas práticas exploradoras, lamentavelmente, se assemelham aos antigos colonizadores portugueses, ainda que em diversos de seus discursos o ex-presidente Lula tenha feito apelos aos empresários brasileiros para que não agíssemos como os predadores de outrora.

³ Ibidem. p. 29.